UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

CLÉLIA ROSANE DOS SANTOS PRESTES

**Estratégias de promoção da saúde de mulheres negras:
interseccionalidade e bem viver**

São Paulo
2018

CLÉLIA ROSANE DOS SANTOS PRESTES

**Estratégias de promoção da saúde de mulheres negras:
interseccionalidade e bem viver**

Versão corrigida

(Versão original encontra-se na unidade
que aloja o Programa de Pós-Graduação)

Tese apresentada ao Instituto de
Psicologia da Universidade de São Paulo
para obtenção do título de Doutora em
Ciências.

Área de concentração: Psicologia Social

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Vera S. F. Paiva

Co-Orientadora: Prof.^a Dr.^a Christen A.
Smith (University of Texas at Austin)

São Paulo
2018

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL
DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO,
PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
Dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Prestes, Clélia Rosane dos Santos

Estratégias de promoção da saúde de mulheres negras: interseccionalidade e bem viver / Clélia Rosane dos Santos Prestes ; orientadora, Vera Silvia Facciolla Paiva ; co-orientadora, Christen Anne Smith. – 2018
206 f.

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social) -
- Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
Versão corrigida

Psicologia Social (aspectos psicossociais). 2. Mulheres. 3. Racismo. 4. Promoção de saúde. 5. Feminismo negro. I. Paiva, Vera Silvia Facciolla, orient. II. Título.

PRESTES, Clélia R. S. **Estratégias de promoção da saúde de mulheres negras:** interseccionalidade e bem viver. 2018. 206 f. Tese (Doutorado em Ciências - Psicologia Social) — Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Aprovada em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Às mulheres negras que me ensinaram o sentido da intersecção das palavras luta e cuidado.

À minha mãe, por me inspirar a temperar força com afeto.

Ao meu filho, por me inspirar a, sendo mãe, brincar a vida com seriedade e caminhar no sentido do bem viver.

À minha irmã, minhas avós, outras parentes, por me inspirarem a construir laços.

Às amigas e companheiras de ativismo, por me inspirarem a construir redes.

Às ancestrais, por me inspirarem a fortalecer raízes e asas.

Agradecimentos

À minha orientadora, professora Vera Paiva pela confiança, pelo cuidado, por tantos momentos de intenso crescimento como pesquisadora e ativista, pelo respeito às minhas especificidades e pelo contínuo apoio.

À minha co-orientadora, professora Christen Smith, e à sua família, pelo acolhimento e ensinamentos como intelectual feminista negra, desde o Brasil e especialmente no Departamento de Estudos Africanos e Afro-Diaspóricos da Universidade do Texas em Austin. Por ensinar a sempre reconhecer quem está comigo e quem veio antes, e por me incentivar a sempre seguir meus sonhos.

Agradecimentos especiais ao Felipe Fachim, meu parceiro de pesquisa, por suas colaborações responsáveis e carinhosas, pelos braços dados.

Ao grupo de estudantes e orientandos da professora Vera Paiva e demais integrantes do grupo de pesquisa do Núcleo de Estudos para a Prevenção da Aids (NEPAIDS-USP), em especial à Valéria Silva, pelas constantes trocas, pelo muito que aprendi, pelos incentivos e pelo frequente trabalho em rede.

Ao Departamento de Psicologia Social do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, professorxs e funcionárixs, em especial à Marinalva Gil, Teresa Peres, Rosangela Sigaki e Selma Loyola, pelo apoio atento, carinhoso e prestativo que foi essencial para o meu caminhar pela USP, assim como de Claudênia Lima, do setor de Assistência Financeira, pela disposição para colaborar que não se restringe a uma obrigação formal.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa de apoio (Código de Financiamento 001) para a realização desta pesquisa e pela bolsa de doutorado-sanduíche que, com o apoio adicional da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, tornaram viáveis vãos ainda maiores.

Às colaboradoras e colaborador que compartilharam seus conhecimentos nas entrevistas que discuto nesta tese, pela confiança em dividir suas trajetórias, pelas lições e inspirações.

Ao professor Ivan França Junior, pelas importantes lições a partir de seu rigor na avaliação, paciência para ensinar, responsabilidade e carinho.

À professora Gislene dos Santos que, com olhos atentos e coração aberto, fez contribuições que trazem críticas instigantes e carinhosas.

Às professoras Cristiane Gonçalves da Silva e Imaculada Sampaio e ao professor Alessandro de Oliveira dos Santos, pelos significativos ensinamentos.

Às(Aos) companheirxs do Instituto AMMA Psique e Negritude, Marilza de Souza Martins, Maria Lúcia da Silva, Jussara Dias, Maria Cristina Francisco, Emiliano de Camargo David, Lidiane Araújo, Márcio Farias e Deivison Nkosi Faustino pelos trabalhos, estudos, lutas, amadurecimentos e afetos.

Às amigas e amigos, pelas incontáveis trocas, pelos incentivos e pelas ajudas nesse percurso desafiador de pesquisa conciliada com vida pessoal, diminuindo pesos e dando sentido à vida. Esse agradecimento inclui xs amigxs que fiz e reencontrei nos Estados Unidos, que acolheram a mim e ao meu filho e nos cuidaram com um carinho emocionante. Às(Aos) daqui e às(aos) de lá, meus agradecimentos pelos ouvidos, abraços e colos.

À minha família, por permanecerem minha fonte de segurança e paz, onde reconheço quem realmente sou. À minha mãe Célia, meu pai Cláudio e às(aos) companheirxs naturais e escolhidxs: Cláudia, Samuel, Jefferson, Renatha, Kléber. Por serem meu porto, seguro e amoroso, minha raiz, minha referência.

Ao meu filho Zuri, minha sobrinha Anna Cláudia e meu sobrinho Daran, por me inspirarem a brincar, enquanto renovo esperanças e forças para melhorar a mim mesma e ao mundo. Pelas alegrias e sonhos.

Resumo

PRESTES, Clélia R. S. **Estratégias de promoção da saúde de mulheres negras: interseccionalidade e bem viver.** 2018. 206 f. Tese (Doutorado em Ciências - Psicologia Social) — Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Nosso objetivo foi descrever estratégias de promoção da saúde de mulheres negras, voltadas à potencialização de resiliência, agência, emancipação, autonomia ou empoderamento, e avaliar especificidades e complementaridades entre as reconhecidas no campo científico e as reconhecidas no campo do movimento negro e de mulheres negras.

O texto tem início com uma apresentação, onde informamos meu percurso como pesquisadora, psicóloga e mulher negra, a maturação do tema e problema de pesquisa e o conteúdo de cada um dos capítulos.

Na introdução, desenvolvemos uma reflexão teórica sobre (1) relações raciais e de gênero pelo prisma da psicologia, (2) promoção de saúde pela abordagem psicossocial e (3) saúde pela perspectiva de mulheres negras.

No percurso metodológico, incluímos os procedimentos de descrição e avaliação, de acordo com os objetivos. A interseccionalidade justificou e orientou o resgate de diferentes fontes de conhecimento.

Para a descrição, adotamos duas técnicas, que seguiram o mesmo roteiro semiestruturado. Para a coleta das experiências reconhecidas no campo científico, fizemos uma revisão sistemática de escopo. Foram incluídos 14 artigos publicados em revistas científicas, após análise e seleção dos 829 disponíveis nos bancos de dados adotados (ASSIA, BVS, ERIC, LILACS, MEDLINE, Psynet, Sociological Abstracts e Web of Science). Para a coleta de experiências reconhecidas no campo do movimento negro e de mulheres negras, realizamos entrevistas com 6 informantes-chave, selecionados por suas experiências na realização de estratégias reconhecidas nesse campo. São integrantes desses movimentos, membros de práticas tradicionais de comunidades negras ou psicólogos.

Para o procedimento de avaliação dos resultados descritos, utilizamos a técnica de análise de conteúdo, organizada em categorias que discutem (1) os referenciais (epistemológicos, teóricos, técnicos, políticos) e os modos de fazer, (2) os pontos altos das estratégias e (3) o lugar das mulheres negras nas mesmas. A discussão foi orientada por uma abordagem psicossocial da saúde em diálogo com uma perspectiva feminista negra.

Nas considerações finais, defendemos a tese de que a promoção da saúde de mulheres negras, pela perspectiva dos direitos humanos e do feminismo negro, demanda o uso da interseccionalidade como método de análise e de ação, orientada no sentido do bem viver.

Ao pensarmos a interseccionalidade com foco para a saúde e o bem viver, a ferramenta analítica que, geralmente, é utilizada para a análise de eixos de opressão, foi adotada como referencial também para analisar eixos de potência.

A interseccionalidade, como ferramenta de análise, permitiu-nos dispor da complexa concepção de que a saúde de mulheres negras tem relação direta com uma multidimensionalidade de forças, a partir de sua raça, gênero, classe, território, orientação sexual, geração, capacidades físicas e mentais, entre outros.

Ainda como categoria analítica, a interseccionalidade e a noção de bem viver contribuíram para sofisticarmos a compreensão da saúde, concebendo-a como o equilíbrio harmonioso entre demandas e recursos, na encruzilhada entre aspectos pessoais (orgânicos, psíquicos, energéticos, interpessoais, entre outros), coletivos, sociais, ecológicos e espirituais, no sentido de uma saúde integral.

Como método de intervenção, a interseccionalidade orienta para uma estratégia de promoção da saúde formada por uma encruzilhada onde se conectam diferentes fontes de conhecimento (como o campo científico, o campo do movimento negro e de mulheres negras, entre outros), com especial consideração pelas experiências pessoais e coletivas.

Palavras-chave: Mulheres. Relações Raciais. Promoção de Saúde. Psicologia Social (Aspectos Psicossociais). Feminismo negro.

Abstract

PRESTES, Clélia R. S. **Strategies to promote the health of black women: intersectionality and well being.** 2018. 206 f. Tese (Doutorado em Ciências - Psicologia Social) — Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Our objective was to describe strategies to promote the health of black women, aimed at strengthening resilience, agency, emancipation, autonomy or empowerment, and to evaluate specificities and complementarities between those recognized in the scientific field and those recognized in the field of black and black women movement.

The text begins with a presentation, where are described my path as a researcher, psychologist and black woman, the maturation of the theme and research problem and the content of each of the chapters.

In the introduction, we develop a theoretical reflection on (1) racial and gender relations from the prism of psychology, (2) health promotion through the psychosocial approach and (3) health from the perspective of black women.

In the methodology pathway, we include description and assessment, according to the objectives. Intersectionality justified and guided the search within different sources of knowledge.

For the description, we adopted two research techniques, which followed the same themes and semi structured questions. To collect the recognized experiences in the scientific field we conducted a scope review. We included 14 articles published in scientific journals, after analyzing and selecting the 829 available in the adopted databases (ASSIA, VHL, ERIC, LILACS, MEDLINE, Psynet, Sociological Abstracts and Web of Science). To gather experiences about strategies recognized in the field of black and black women movement, we interviewed members of this field, members of traditional practices of black communities or psychologists.

To assess specificities and complementarities of the data collected we use the technique of content analysis, organized into these categories (1) the references (epistemological, theoretical, technical, political) and ways of doing, (2) high points and (3) the position of black women in them. The discussion was guided by a psychosocial approach to health in dialogue with a black feminist perspective.

In the final considerations, we defend the thesis that the promotion of the health of black women, from the perspective of human rights and black feminism, demands the use of intersectionality as a method of analysis and action, oriented towards the well being. Thinking of intersectionality focusing on health and well being, the analytical tool that is generally used for the analysis of oppression axes was also adopted as a reference for analyzing power axes.

Intersectionality, as a mode of analysis, allowed us a more complex approach to the health of black women directly related to a multidimensionality of forces, based on their race, gender, class, territory, sexual orientation, generation, physical and mental abilities, among others.

Still as an analytical category, intersectionality and the notion of well being may enhance the understanding of health, conceiving it as the harmonious balance between demands and resources, at the crossroads between personal aspects (organic, psychic, energetic, interpersonal, among others), collective, social, ecological and spiritual, in the sense of integral health.

As a method of interventions, intersectionality leads to a health promotion strategy formed by a crossroads where different sources of knowledge (such as the scientific field, the field of black and black women movement, among others) are connected, with special consideration of personal and collective experiences.

Key words: Women. Racial Relations. Health Promotion. Social Psychology (Psychosocial Aspects). Black feminism.

Sumário

1. Apresentação	11
2. Introdução	18
2.1. Relações raciais e de gênero pelo prisma da psicologia	22
2.2. Promoção de saúde pela abordagem psicossocial	30
2.3. Saúde pela perspectiva de mulheres negras	34
3. Objetivos	50
4. Metodologia	51
4.1. Procedimentos	51
4.1.1. Descrição	52
4.1.1.1. Revisão sistemática de escopo	53
4.1.1.2. Entrevistas	58
4.1.2. Avaliação: análise de conteúdo	60
5. Descrição das estratégias de promoção da saúde de mulheres negras	62
5.1. Estratégias reconhecidas no campo científico	62
5.2. Estratégias reconhecidas no campo do movimento negro e de mulheres negras	97
6. Avaliação das estratégias de promoção da saúde de mulheres negras: especificidades e complementaridades	130
6.1. Referenciais e modos de fazer	131
6.2. Pontos altos	141
6.3. Lugar das mulheres negras	152
7. Considerações finais – Saúde de mulheres negras: interseccionalidade e bem viver	160
Referências dos artigos selecionados na revisão sistemática de escopo	177
Referências da tese	179
Apêndices	188
Apêndice A - Roteiro de coleta semiestruturada	188
Apêndice B - Termo de consentimento livre e esclarecido	190
Apêndice C - Registros da revisão sistemática de escopo	192
Apêndice D - Resumos e palavras-chave dos artigos	199

1. Apresentação

O tema desta pesquisa emergiu na confluência entre dois pertencimentos específicos: à comunidade científica e à comunidade de origem.

O percurso acadêmico passou pela graduação em psicologia, especialização em psicologia clínica psicanalítica e mestrado em psicologia social. Tem sido constante o meu interesse por processos psíquicos e psicossociais ligados à saúde, assim como por enfrentamentos e transcendência de grandes adversidades. O interesse passa não só por compreender tais processos, mas também por intervenções que os potencializem.

A ligação com a comunidade de origem se deu a partir da vivência como mulher negra, em família negra, e integrando, desde 2005, o movimento negro e o de mulheres negras. Deste pertencimento, trago o posicionamento de valorizar o que está dentro e fora da academia. Nesses grupos do movimento social, pude experimentar, muitas vezes, uma formação intelectual rigorosa e pautada em diversidade e multiplicidades, pela lógica circular, por práticas em rede e apoio mútuo. As teorias derivadas dessas práticas, com destaque para o campo do feminismo negro, passaram a ser fonte para formas específicas de compreender os contextos históricos, sociais, psicológicos de diferentes grupos humanos, e têm sido fonte também de formas outras de cuidar de e com mulheres negras.

Esses pertencimentos me encaminharam para a consideração da saúde e da humanidade de forma integral, a partir de diferentes prismas, e influenciaram a adoção de práticas de cuidado ampliadas que associam conhecimentos científicos, saberes tradicionais e experiências dos movimentos sociais, entre outras fontes.

O mestrado, concluído em 2013, teve o objetivo de analisar processos de resiliência em mulheres negras, enfocando as influências que resultam de transmissão psíquica (de familiares negras, descendentes, ascendentes, ancestrais), de simbolismos associados a mulheres negras, e de significados decorrentes do pertencimento a manifestações negras (culturais, políticas, intelectuais, religiosas). O título da dissertação é “Feridas até o coração, erguem-se negras guerreiras. Resiliência em mulheres negras: transmissão psíquica e pertencimentos”.

O ponto de partida do doutorado foi o interesse por encontrar, nos ambientes acadêmico e do movimento social, diferentes discursos e estratégias

realizadas por e para mulheres negras, com foco na potencialização de saúde psíquica, a partir de uma abordagem psicossocial, e, ainda, o interesse por sistematizar os discursos e estratégias existentes, para, finalmente, configurar e testar novas propostas. A expectativa inicial, que incluía descrever, analisar, propor e avaliar estratégias, foi reduzida por limitações de tempo e recursos no processo de doutorado. Ficará para próximas pesquisas elaborar, testar e avaliar novas propostas.

As ações junto ao movimento negro e de mulheres negras seguiram como oportunidades de crescimento técnico e teórico de modo paralelo e integrado. Nesse espaço, as reflexões desta pesquisa puderam ser dialogadas com diferentes pessoas, especialmente mulheres negras, em diversos espaços dos movimentos sociais, práticas tradicionais das comunidades negras e nos meios acadêmicos. Reconheço a importância da experiência acumulada como integrante do Instituto AMMA Psique e Negritude, organização não-governamental que, há mais de duas décadas, dedica-se a aprimorar uma abordagem psicossocial das relações raciais. As práticas, reflexões e processos de teorização dos quais tenho participado foram essenciais como inspiração e fundamento para esta pesquisa.

No doutoramento, tive a oportunidade de realizar um período no Departamento de Estudos Africanos e Afro-Diaspóricos, na Universidade do Texas em Austin. Sendo um dos departamentos de referência sobre o assunto em solo estadunidense, meu aprimoramento nas reflexões teóricas produziu acúmulos muito importantes para a pesquisa e para meu percurso de pesquisadora. Pessoalmente, e como parte fundamental de minha formação como pesquisadora e professora, esse foi um período importante também para vivenciar outra realidade social, outra dinâmica de relações raciais, e outras estratégias de enfrentamento. Pude visitar museus e centros de pesquisa com temática racial, participar de palestras, oficinas, atividades artísticas e tantos momentos de estudo e vivência que tiveram impacto na pesquisa.

Destaco o curso sobre teorias de estudos negros, com apresentação de referências clássicas, e o curso sobre multiculturalismo na prática de atendimento, com reflexões importantes sobre relações raciais no enquadre de terapia e aconselhamentos. Destaco também a participação em um evento que se assemelha a uma banca de qualificação, onde apresentei minha pesquisa, e o Professor Kevin

Cokley fez suas considerações, seguido do público, formado por pesquisadorxs¹ diversxs, em especial do próprio departamento.

Obviamente, nesse percurso e ao longo de boa parte da pesquisa, foi essencial a co-orientação da Professora Christen Smith, com seu vasto conhecimento sobre teorias negras, feminismo negro e sobre a realidade racial brasileira, para repensar e apurar todas essas contribuições enquanto revisávamos o desenho, as referências e o conteúdo da pesquisa.

Foi muito produtivo conviver com teorias e técnicas acadêmicas e pensar suas articulações com as produzidas pelo movimento negro e de mulheres negras. Enquanto na maioria das universidades (brasileiras e estadunidenses) encontramos referências eurocêtricas tidas como universais e um silencioso apagamento de referências a partir do Sul, ali pude ter a doce experiência de ir para a universidade para aprender sobre fontes teóricas que até então eu só tinha aprendido no movimento e feminismo negros, salvo raras exceções de aprendizagens desse tipo no ambiente acadêmico.

As exceções foram, por exemplo, algumas disciplinas que cursei na Universidade de São Paulo (USP) que se propuseram a trabalhar com arcabouços teóricos como os africanos ou amefricanos. Outras exceções foram alguns eventos dos quais participei, como algumas edições do Congresso de Pesquisadores(as) Negros(as) (promovido pela Associação Brasileira de Pesquisadores Negros), um congresso de psicologia em Moçambique e as discussões da Articulação Nacional de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadoras(es), entre outros espaços.

Ainda no espaço acadêmico, tem sido importante a participação no Núcleo de Estudos para a Prevenção da Aids (Nepaids), grupo de pesquisa da USP, onde tenho aprendido sobre a centralidade dos direitos humanos nas abordagens em saúde e para a emancipação social, e também sobre compromisso com pesquisas voltadas à prática social, feitas com seriedade, respeito e ciente dos lugares sociais de cada pessoa envolvida nas cenas e cenários abordados. Além de ter a grata experiência de participar de um grupo de pesquisa que, assim como o movimento de mulheres negras, efetivamente trabalha em redes de colaboração, valorizando o saber acumulado fora da academia.

¹ Para garantir a flexão de gênero sem primazia para feminina ou masculino, e sem restringir a esses dois, será utilizada, ao longo da tese, a grafia com “x”.

Nesses diversos espaços, fui apresentada às cosmogonias, epistemologias, teorias, técnicas, referências, sentidos, práticas e saberes que nortearam (ou melhor, sulearam) a pesquisa de doutorado e esta tese. Devido ao ainda vigente efeito do racismo, sexismo e outros processos sociais de preconceito e discriminação na sociedade brasileira e, conseqüentemente, no campo das diversas ciências, na maioria dos casos, a academia considera válido apenas o arcabouço teórico formado pelas teorias adotadas por quem o valida, o que significa um teor eurocêntrico, masculino, heteronormativo, do Norte, entre outros aspectos hegemônicos. Nessa lógica de epistemicídio, o que é diferente passa a ser visto como inferior, primitivo ou até doentio, e como tal não seria digno de ser referencial. Um grupo de teorias vira arcabouço, outros grupos vão para o calabouço. Justamente como resistência a essa lógica, nesta pesquisa foi garantido espaço para diferentes vozes, pensares, fazeres.

Desde a pesquisa de mestrado, interessavam-me processos saudáveis realizados por e para mulheres negras, no sentido da superação de grandes adversidades. O foco inicial era o processo de resiliência. Foi sempre trabalhoso ficar explicando a partir de qual prisma eu o estava considerando, e tudo o que não considerava. Mesmo com as ressalvas, esse termo tinha uma origem epistemológica e um caráter que não atendia às especificidades da experiência de mulheres negras.

Nessa trajetória, tanto na academia como no movimento social, eu era continuamente contestada, ouvindo que a resiliência não seria o melhor conceito para definir o processo que eu estava pesquisando. Tentei contornar essa dificuldade com uma discussão crítica e uma nova conceituação de resiliência na dissertação de mestrado. Ainda não estava a contento, até porque muitas contestações vinham sem conhecimento do que eu havia produzido, mas baseadas no que comumente se compreende por resiliência.

Nessas situações em que o uso do conceito era problematizado, diziam-me principalmente para não o utilizar, e foram pouquíssimas as sugestões de termos para substituir. Geralmente, aconselhavam a criação de um novo termo. Como me orientaram no movimento negro e de mulheres negras, e também no campo acadêmico, inclusive durante a experiência na universidade estadunidense, esse novo termo viria das vozes das mulheres negras. Ou seja, poderia vir das entrevistadas desta pesquisa, das companheiras do movimento de mulheres negras, de mulheres

negras de modo geral. Enfim, eu deveria estar atenta a um termo que poderia já estar em uso, servir melhor e para o qual eu ainda não teria dado ouvido.

Questionaram-me muitas vezes sobre o sentido de superação, pois como se poderia dizer que está superado algo que ainda é estruturante e vigente em nossa sociedade? Quais conceitos e abordagens do problema definiriam melhor a ressignificação e transcendência que mulheres negras alcançam diante das adversidades impostas pelos históricos de racismo e sexismo?

A maturação veio da reflexão conjunta com a orientadora, a co-orientadora e em diversos cursos e debates tanto na academia quanto no movimento negro e de mulheres negras. A definição de resiliência estava correta e, dentro da vertente que adotei desde o mestrado, continua fazendo sentido uma noção crítica de resiliência que a considera como processo. Eu tentava expandir a definição, mas, em verdade, estava tentando erroneamente fazer caber na definição de resiliência um processo mais amplo. Resiliência passou a ser considerada, neste trabalho, como uma parte do processo de saúde, e este foi revisto.

Um momento importante para essa expansão foi a inclusão da noção de bem viver, conceito ameríndio que foi adotado pelo movimento de mulheres negras brasileiras, e que aparece com ênfase na fala de uma das entrevistadas nesta pesquisa. Resiliência, assim como muitos conceitos regularmente adotados, não alcança a noção de bem viver porque não inclui o equilíbrio ecológico. O conceito de bem viver nos instigou a sofisticarmos as noções usuais sobre promoção de saúde.

Interessa, na abordagem ético-política que adotamos nesta tese, um posicionamento que leve em consideração os dois pertencimentos que anunciei logo de início (à comunidade científica e à de origem), e que adote a interseccionalidade não apenas como ferramenta de análise dos fenômenos, mas como método de ação, ao fazer dialogar diferentes conhecimentos e experiências em benefício de melhores condições de saúde coletiva. Uma concepção complexificada pelo bem viver, que nos permite chegar a uma noção de equilíbrio entre saúde pessoal, social e ecológica, (dimensões incluídas no bem viver) e acrescenta-se uma dimensão coletiva e espiritual, entendendo que, segundo a perspectiva feminista negra brasileira, essas últimas dimensões são também elementos de um processo de saúde integral.

As reflexões aqui descritas estavam em sintonia com outras desenvolvidas ao longo da revisão de literatura científica e das entrevistas, fazendo sentido ampliar o foco da pesquisa e aglutinar outros termos. Estes foram escolhidos por estarem

usualmente associados a processos de ressignificação e transcendência diante de contextos marcados por grandes adversidades, adoecimentos em potencial e usurpação de direitos.

Aceitamos o desafio de pensar a saúde de mulheres negras a partir da encruzilhada onde se conectam estratégias de potencialização de resiliência, agência, emancipação, autonomia e empoderamento, e que pode se beneficiar das especificidades e complementaridades entre as estratégias reconhecidas no campo científico e as reconhecidas no campo do movimento negro e de mulheres negras, por meio de uma abordagem psicossocial em diálogo com uma perspectiva feminista negra. Dessa forma, a promoção da saúde de mulheres negras se vale da interseccionalidade como método de análise e de intervenção, no sentido do bem viver.

Neste capítulo “1. Apresentação”, abrimos os trabalhos contando sobre meus passos como pesquisadora e sobre a gestação desta pesquisa. A tese segue seu percurso pelo capítulo “2. Introdução”, onde estão alinhavadas algumas das teorias pertinentes aos temas tratados e que permitem melhor compreender o trajeto como um todo. A introdução está dividida em três itens: “2.1. Relações raciais e de gênero pelo prisma da psicologia”, “2.2. Promoção de saúde pela abordagem psicossocial” e “2.3. Saúde pela perspectiva de mulheres negras”.

Feito o alicerce teórico, a tese segue apresentando seus “3. Objetivos”. Para atender a eles, foi desenhada e constará na sequência a “4. Metodologia” da pesquisa, com seus “4.1. Procedimentos”. Para realizá-los, foram adotadas duas técnicas: a de “4.2. Descrição” (subdividida em “4.2.1. Revisão sistemática de escopo” e “4.2.2. Entrevistas”) e a de “4.2. Avaliação: análise de conteúdo”.

O caminho metodológico permitiu coletar resultados que cumprem o objetivo da pesquisa, de “5. Descrição das estratégias de promoção da saúde de mulheres negras”, sendo apresentadas primeiro as que foram coletadas pelo método de revisão sistemática de escopo, ou seja, as “5.1. Estratégias reconhecidas no campo científico”, e na sequência as que foram coletadas por entrevistas com informantes-chave, ou seja, as “5.2. Estratégias reconhecidas no campo do movimento negro e de mulheres negras”.

Para atender ao objetivo de identificar especificidades e complementaridades entre as duas fontes de dados, analisamos o conteúdo das experiências e apresentamos essa discussão no capítulo “6. Avaliação das

estratégias de promoção da saúde de mulheres negras: especificidades e complementaridades”, organizada nas seguintes categorias de análise: “6.1. Referenciais e modos de fazer”, “6.2. Pontos altos” e “6.3. Lugar das mulheres negras”.

O trajeto culmina nas “7. Considerações finais – Saúde de mulheres negras: interseccionalidade e bem viver”, onde sintetizamos, no momento da escrita deste texto, as lições aprendidas, recomendações para próximos trabalhos, pensamentos no sentido de conclusão e a tese desta pesquisa. Na sequência, ficam à disposição as “Referências dos artigos selecionados na revisão sistemática de escopo”, as “Referências da tese” e os “Apêndices”.

Esperamos que a leitura desta tese inspire, na militância, na academia e em outros espaços, cada vez mais e melhores estratégias de promoção da saúde de mulheres negras, pela perspectiva da interseccionalidade e no sentido do bem viver.

2. Introdução

Os desafios das estratégias voltadas a mulheres negras passam por considerar os contextos específicos de seus cenários sócio-históricos. Por isso, esta tese se inicia pelo panorama das condições das mulheres negras no Brasil, com resgate histórico e apresentação de alguns dados acumulados pela pesquisa que são significativos da situação atual.

Ao longo de séculos, mais de uma dezena de milhões de negras e negros foram trazidos do continente africano ao Brasil, e a escravização, que inclui raptos, trabalhos forçados, discriminações e violências várias serviu ao avanço do colonialismo e à dominação política. Para cá, foi trazido o maior contingente de pessoas africanas escravizadas, com suas respectivas tecnologias, culturas, tradições, religiosidades, características estéticas e perfis psicológicos. É o que explica o Brasil ser hoje um país de maioria negra e o segundo país no planeta em número de negrxs, abaixo apenas da Nigéria (DAVIS, 2000; THEODORO, 2008).

A abolição não foi acompanhada de políticas de igualdade, reparação, nem mudança da mentalidade racista. Portanto, as desigualdades entre brancos e não brancos, em todos os setores da vida social permaneceram, naturalizadas em uma sinergia de discriminações. A desigualdade econômica é evidente quando os dados indicam que pessoas negras estão super-representadas no terço mais pobre da população brasileira, em proporção duas vezes maior que pessoas brancas; ao mesmo tempo, a renda per capita de lares conduzidos por negrxs é a metade da renda dos conduzidos por brancxs (LOPES, 2005).

Venturi (2012) mostra como a força do racismo permanece sustentando e naturalizando essa desigualdade: 89% de não-brancos reconhece o racismo atuante na nossa sociedade e 56% afirma haver muito racismo, o que se confirma nos dados sobre discriminações no trabalho e na escola, atuadas pela polícia, na saúde e no lazer. Comprova, ainda, a farsa da crença na democracia racial, pois 90% de pessoas brancas confirmam haver, no Brasil, racismo contra pessoas negras; metade das pessoas entrevistadas afirmam haver muito racismo, embora ao avaliarem seus próprios preconceitos contra negros, apenas 5% os admitem, reconhecendo, portanto, apenas o racismo das outras pessoas.

Outros dados, como os de Jaccoud (2009), descrevem a estrutura social brasileira com negrxs ocupando o lugar de quem tem menos renda, estudo, condição de acesso a postos de trabalho e reconhecimento profissional.

No campo da saúde, Lopes, Goulart e Tannús (2007) classificam a produção dos adoecimentos da população negra em 4 fontes: (1) determinação genética (como a anemia falciforme); (2) situações desfavoráveis de vida (desnutrição, doenças do trabalho, depressão, dano psíquico, sofrimento mental, transtornos mentais e outras); (3) trajetórias de evolução agravada ou tratamento dificultado (como hipertensão arterial e câncer), e (4) condições fisiológicas alteradas por adversidades (no crescimento, na gravidez, no parto e no envelhecimento). Observa-se maior incidência de problemas de saúde como hipertensão arterial, diabetes, anemia falciforme, aids e mortalidade materna, entre outros, como aponta Werneck (2006). São efeitos do racismo (inclusive em seu formato institucional) na determinação de doenças.

A história social interfere nas condições de vida e na subjetividade carregada de discriminações, seja na escola, no emprego, em espaços de lazer e convivência, no esporte e nos serviços de atenção à saúde. Interfere também no modo como as pessoas negras são atendidas em serviços públicos, e, apesar de terem direitos como cidadãos, o atendimento acaba ocorrendo de modo desigual em programas e políticas públicas (de saúde, mas também de educação, segurança, justiça e assistência social), com impacto no seu estado psicológico e orgânico.

O pertencimento racial, como discutem Santos e colaboradores (2010), transversaliza (ou seja, perpassa) as relações sociais e interpessoais, prejudicando a equidade no atendimento em saúde. Os autores discutem que, além de políticas públicas que mensurem as condições de saúde e o atendimento da população negra, é necessário que se identifiquem os privilégios da população branca. É uma ação importante para que se avalie a influência da organização racial brasileira sobre os determinantes sociais de saúde e doença, identificando a desigualdade e mostrando caminhos no sentido de condições melhores para todos os grupos raciais.

Assim como a organização racial brasileira atinge negros e negras, essa configuração, associada a outros aspectos sociais que determinam diferença (BRAH, 2006) e constrói a desigualdade, faz com que mulheres negras sejam duplamente prejudicadas, pelo racismo e pelo machismo, numa organização social baseada simultaneamente na desigualdade de gênero e de raça/cor. O racismo patriarcal,

conjunção do racismo com o machismo, impõe às mulheres negras subordinações conjugadas, como afirma Carneiro (2011).

Os dados sobre mulheres levantados por Venturi (2012) expõem como o machismo também sustenta as desigualdades de gênero. Nessa situação, as mulheres entrevistadas em sua pesquisa afirmaram que há machismo no Brasil (89%), e muito (73%). Por exemplo, nas assimétricas distribuições de tarefas domésticas, ou no alarmante dado de que 49% das entrevistadas sofreram violência sexista. Fica bem localizada a extensão dessa desigualdade quando analisado que promove prejuízos na garantia de direitos a negrxs e mulheres, determinados pelo racismo e pelo machismo.

As análises de dados sobre o impacto da raça e do gênero agregados ilustram a hierarquia de poder que estrutura as relações no Brasil, com a mulher negra no lugar mais prejudicado, perdendo para o homem negro, que por sua vez perde para a mulher branca, e nessa hierarquia o homem branco ocupa o lugar mais privilegiado, segundo dados apresentados por Schumacher e Vital Brasil (2007). Somando cerca de 50 milhões (Werneck, 2010), as mulheres negras têm um rendimento 2,7 vezes menor que homens brancos e 1,8 vezes menor que mulheres brancas e, ainda, 1,3 menor que o de homens negros. Quando empregadas, ocupam trabalhos que as expõem a maiores vulnerabilidades, sem garantias, muitas vezes necessitando serem empregadas domésticas, ou autônomas (Carneiro, 2011).

Atrocidades são cometidas contra mulheres negras desde a escravidão, como comenta Giacomini (1988). De um lado, a obrigação de servir literalmente como uma “mercadoria” sexual sustenta até hoje uma imagem objetificada e erotizada, ainda vigente no estereótipo da mulata. De outro, obrigada a servir como ama-de-leite, atendia os filhos dos senhores (e depois patrões no serviço doméstico) enquanto não tinham o direito de escolher companheirxs, de planejar a maternidade, e muitas vezes nem de ficar com seus(suas) filhxs ou mesmo amamentá-lxs, como relatam Bairros (2006) e hooks (1995; a autora prefere seu nome grafado em minúsculas para justificar a defesa de destaque ao conteúdo das escritas, mais que ao nome de quem escreve).

A dominação patriarcal/escravista via de regra impunha à mulher branca o lugar de recatada, lânguida, contida sexualmente, e à mulher negra o lugar de objeto sexual. Essas concepções, até hoje vigentes, atravessam as relações interpessoais, de trabalho, familiares e afetivas. Está reservado ainda à mulher negra, como

argumenta Collins (2009), o estereótipo de grande mãe, ama-de-leite, matriarca e outras imagens de controle que a colocam no lugar de cuidadora natural, forte, que pode dar colo a todos e prescinde de cuidado. Mesmo que possa haver uma vivência positiva de algum desses arquétipos, ou resultados positivos quando há identificação com essas imagens, o prejudicial é o controle, a essencialização e sua consequente redução das possibilidades de humanidade.

Na saúde, as desigualdades permanecem. Lopes (2005) nomeia como “Experiências desiguais ao nascer, viver e morrer” fatos como a maior probabilidade de gravidez na adolescência e maior mortalidade materna de mulheres negras em comparação com brancas. A mortalidade materna de mulheres negras permanece um problema de saúde pública, e Martins (2006) identifica a origem desse contexto nas condições econômicas, características genéticas e opressões de gênero e raça. O risco de óbito no parto e puerpério de mulheres negras é de 1,5 a 7,4 vezes maior que para mulheres brancas, por motivos que poderiam ser evitados.

Oliveira e Brito (2011) indicam que a primeira causa dessas mortalidades é a hipertensão arterial, com evolução agravada e tratamento dificultado inclusive pelo racismo. É maior nesse grupo a incidência de doenças como DST/Aids e mioma uterino, e as violências repercutem também em doenças cardíacas, gástricas, musculares e cefaleias, além de prejuízos ligados ao planejamento familiar, parto, condições de saúde de recém-nascidos, em relação a doenças sexualmente transmissíveis e doenças psicossomáticas. Situam esse quadro como emergência de saúde pública, reconhecido pela Organização Mundial de Saúde. Apontam que a desigualdade no acesso a serviços e nas condições de saúde, somadas a sujeições, sofrimentos e comprometimentos orgânicos, relacionam-se a contextos de vulnerabilidade social e programática, discriminações, preconceitos, precarizações, privações de direito, intolerâncias, desigualdades e exclusões.

Por outro lado, ainda segundo Oliveira e Brito (2011), o racismo e o sexismo institucionais, nas dimensões de planejamento programático e no plano interpessoal são enfrentados pela luta do feminismo negro, que tem buscado reversão do quadro para garantir maior autonomia, dignidade e igualdade às mulheres negras. Ou seja, ainda que expostas a maior vulnerabilidade, conseguem assumir uma postura de protagonismo e resistência. Além disso, Nascimento (2008) aponta que conseguem acumular formas de enfrentamento e superação em um modo de ser mulher e negra que, segundo a literatura, acompanha gerações desde a abolição. Apesar (ou além)

de explorações e violências, são elas que assumem o sustento da família, a manutenção da solidariedade de grupos, são guardiãs da religião e integram grupos de luta pela liberdade de seu povo. Werneck (2006) resgata inúmeras narrativas de mulheres negras nesse sentido.

Esse perfil de mulheres negras pode ser compreendido como um dos elementos explicativos da preservação de tradições e conhecimentos. Por exemplo, nas religiões de matrizes africanas, nas irmandades e nas manifestações culturais, muitos elementos são integralmente preservados, ou redimensionados, enquanto alimentam símbolos e significados que funcionam como fontes de enraizamento e identificações.

Historicamente ocupando a função de manutenção e sustento da família, mulheres negras lutam pelas tradições e pela coesão do grupo. Ao longo das gerações, a força é uma necessidade e um diferencial que move no sentido da autoconfiança, autonomia e superação, mas que também esgota as energias que poderiam ser conduzidas naturalmente para a manutenção da saúde.

2.1. Relações raciais e de gênero pelo prisma da psicologia

Esta seção traz a discussão sobre o panorama das relações raciais e de gênero pelos vetores das dinâmicas intra e interpessoais, no sentido de aprofundar alguns pontos trazendo referências produtivas sobre as especificidades do sofrimento psicossocial² de mulheres negras e seu contexto sócio-histórico.

As reflexões a seguir, sobre racismo, estereótipo, preconceito, discriminação e racismo institucional, são feitas a partir da contribuição de algumas dentre as referências centrais para esse debate no Brasil: Maria Aparecida Silva Bento

² Vera Paiva tem defendido a noção de sofrimento psicossocial e recentemente a articulou ao bem viver, em texto ainda não publicado. Sofrimento psicossocial é “o mal-estar evitável – u a experiência pessoal e intersubjetiva, qualitativamente observável, cuja régua muda sempre porque depende de diferentes cenas interpessoais e contextos sociais, históricos e geracionais. Como contraponto deste mal-estar evitável, além da noção de projeto de felicidade, valoriza a noção de bem viver, disseminada pela Marcha das Mulheres Negras. Paiva, V. *O direito à prevenção, à felicidade e ao bem-viver*. Rio de Janeiro: ABIA (no prelo).

(2001), as produções do Instituto AMMA Psique e Negritude (2007), Kabengele Munanga (2005) e Jurema Werneck (2010).

Entendemos racismo como um discurso que atribui significado e valor social diferentes a raças de fenótipo e/ou genótipos diferentes, sendo que uma raça tem poder, empenha a dominação política, e é considerada essencialmente superior, padrão e merecedora de privilégios, enquanto outras raças são consideradas essencialmente inferiores, desviantes e merecedoras de desigualdades, além de serem alvo de humilhação social e genocídio. O decorrente epistemicídio, teorizado por Boaventura de Sousa Santos (2007) e Sueli Carneiro (2011), é uma das manifestações do racismo, com a imposição de um conjunto de conhecimentos do Norte, eurocêntricos, brancos, masculinos, que então passa a ser hegemônico e visto como universal, enquanto outros conjuntos de conhecimento, como por exemplo o pensamento feminista negro, são discriminados e desqualificados, ou mesmo absorvidos, utilizados, desapropriados e repatriados, ou ainda negativizados e invisibilizados.

Ideologias como o racismo e o sexismo produzem a socialização de cada geração ao longo dos séculos, transformando diferenças em desigualdade, como afirma Brah (2006). Estão atreladas aos estereótipos, que são representações sociais pré-concebidas, introjetadas e projetadas em determinados grupos ou pessoas, como carimbo ou expectativa, que intermedia a experiência dos encontros, prejudicando a possibilidade deste ser genuíno. Sejam positivas ou negativas, essas representações estereotipadas estão sempre de modo negativo a atrapalhar que se enxergue genuinamente os sujeitos nos seus próprios termos e em condições de igualdade. Quando os encontros são informados pelo racismo implicado no imaginário social, produzem e são produzidos por estereótipos racistas.

No caso de mulheres negras brasileiras, como discutido no trabalho anterior que resultou na dissertação de mestrado (PRESTES, 2013), além dos estereótipos associados à mulata, também se associa a expectativa de que serão fortes e lutadoras. Esse estereótipo funciona não só como inspiração, mas como exigência, o que pode repercutir no fato de estarem constantemente cuidando, muito mais do que sendo cuidadas. Mesmo com ausência de recursos, a sociedade as enxerga como fortes e, muitas vezes, elas próprias internalizam e se exigem tal atributo.

Voltando a Bento (2001), Instituto AMMA Psique e Negritude (2007), Munanga (2005) e Werneck (2010), refletimos que a socialização promove a internalização de representações coletivas, ou seja, de estereótipos (de raça ou pessoa inferior, por exemplo). Esse processo resulta na introjeção preconceito em atitudes racionais ou afetivas de caráter pré-concebido e geralmente pejorativo. Os preconceitos são pensamentos e sentimentos constituídos por pré-julgamento, geralmente associados à intolerância, aversão e opinião negativa preestabelecida. Como resultantes de um processo tanto sócio-histórico quanto afetivo, preconceitos são compreendidos como fenômeno político e psicológico.

Já a discriminação se realiza no cotidiano por condutas, ações, omissões e comportamentos cuja função é separar, agrupar, inferiorizar, distinguir, restringir ou privar de direitos. Os atos de discriminação racial colocam em prática a ideologia do racismo, as representações dos estereótipos racistas e os julgamentos racionais e afetivos que sustentam o preconceito racial.

Influenciadas pelos estereótipos que estruturam as relações de gênero, mulheres negras são afetadas pela multiplicação de ambos os eixos de dominação, com contornos singulares que se tornam mais violentos por articularem o racismo ao sexismo. A interconexão das opressões é mais que a simples soma de ambas, como explicam as teorias de The Combahee River Collective (2015), de Crenshaw (2002) e de Collins e Blige (2016). Essas teorias serão retomadas ao longo do texto na reflexão sobre a interseccionalidade.

O ato de discriminar pode ter caráter positivo quando o Estado consegue discernir quem tem direito a reparação por violências históricas dirigidas a seus grupos de pertencimento, e então cria ações programáticas que promovam a equidade no acesso à saúde, educação e outros direitos, como as medidas defendidas pela Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, ou ainda como ocorre nas ações afirmativas de ingresso e permanência de estudantes oriundos de escola pública e também de negrxs no ensino superior.

Na lógica das relações raciais, com a qual se pretende pensar o conjunto dos efeitos do racismo nas diferentes raças e nas relações entre elas, tem sido importante ressaltar que o racismo, os estereótipos, preconceitos e discriminações determinam imagens pejorativas e lugares sociais precários para negrxs e indígenas, enquanto garantem imagens supervalorizadas e lugares sociais privilegiados para brancxs.

Lógica semelhante pode ser observada nas discriminações baseadas na produção social das relações de gênero, em que imagens pejorativas e lugares sociais subalternizados são reservados para mulheres, e imagens enaltecidas e lugares sociais privilegiados para os homens. Poder a priori que segue reproduzindo a cada geração a subalternização das mulheres e a validação das desigualdades entre homens e mulheres.

Na produção social da noção de “raça inferior”, o discurso de que esse era um dado da biologia justificou os horrores da escravidão, além de produzir e sustentar até hoje no Brasil uma ideologia que, analisada do ponto de vista da linguagem dos direitos humanos, produz um contexto em que algumas pessoas permanecem destituídas de autonomia e dignidade (até quase o final do século XIX, também de liberdade). Produz-se, portanto, um contexto que força a validação da situação de “humanos(as) sem direitos”, pessoas que, desumanizadas, passam a ser negligenciadas nos serviços, ainda que, como cidadãs, tenham direitos. Um contexto em que, no limite da violação de direitos, pessoas desumanizadas podem ser exterminadas como coisas pela violência policial, como discute Smith (2015).

O racismo institucional se manifesta tanto na dimensão interpessoal quanto programática, a qual permeia os processos de trabalho, normas, projetos, programas, planejamento de ações, relações interpessoais, procedimentos, enfim, nos casos em que a instituição (incluindo o Estado), por meio de seus discursos, ações e pessoas, discrimina, ignora ou se omite em relação a demandas específicas e à necessidade de igualdade dentro da diversidade, deixando de garantir direitos (à saúde, à educação, à moradia, ao trabalho ou outros mais básicos, como o direito a vida e à segurança alimentar) a determinadas pessoas em função de sua raça, cor ou etnia.

Uma definição histórica remonta a 1967 e é de autoria do grupo estadunidense Panteras Negras. De acordo com essa definição, o racismo institucional é o “fracasso coletivo de uma organização em prover um serviço apropriado e profissional às pessoas em razão de sua cor, cultura ou origem étnica”. Essa mesma definição aparece em publicações do Instituto AMMA Psique e Negritude (2007), Werneck (2010), e Lopes, Goulart e Tannús (2007).

Se a reflexão sobre o racismo atingindo as relações e práticas das instituições justifica a noção de racismo institucional, podemos pensar em sexismo institucional, com os estereótipos e discriminações de gênero transversalizadas nas normas e práticas das instituições, manifestando-se nas dimensões interpessoal e

programática. Nesses casos, as instituições (e seus membros) falham no reconhecimento das especificidades das diferentes identidades de gênero e orientações sexuais. Os dados apresentados na seção anterior ilustram como o racismo institucional incide em prejuízos para negrxs; o sexismo institucional acarreta prejuízos para mulheres e, de modo articulado, incide em prejuízos conjugados para mulheres negras.

Outro efeito das ideologias racistas e sexistas no campo institucional é sua influência na produção de técnicas, práticas, ciências e profissões. Tomando por padrão universal um referencial racista patriarcal, classificam como desviante ou patológico muitas expressões saudáveis simplesmente porque partem de outros referenciais. E quando, por outro lado, acontece de considerar válida a produção de outro referencial, muitas vezes apropriam-se sem citar as fontes, alimentando privilégios e o estereótipo de genial para quem muitas vezes não cria, só se apropria. Nessa reflexão, é importante retomar Santos (2007) e Carneiro (2011).

Segundo xs autorxs, a escravização de pessoas africanas incluiu também a usurpação de seus saberes e tecnologias, postas a serviço do desenvolvimento da colônia (em especial de suas elites) e do país colonizador, sem reconhecimento ou ressarcimento das reais autoras desses conhecimentos. Para naturalizar essa apropriação, e encorpendo o racismo que justifica ou motiva essa dominação, opera-se o silenciamento sobre a apropriação. Quando não estão invisibilizados, os conhecimentos africanos e afro-brasileiros são discriminados com forte carga de valores pejorativos. O padrão imposto é o eurocêntrico, a partir do qual se define o que seria científico, profissional, belo, puro, entre outros aspectos positivos. As epistemologias, filosofias, tecnologias e ciências africanas são absorvidas, desapropriadas e repatriadas, além de discriminadas, desqualificadas, negativizadas e invisibilizadas. É a academia promovendo o epistemicídio.

Na psicologia não foi diferente. Ela nasce como ciência no final do século XIX, com a Europa tida como berço. Como profissão regulamentada, nasce primeiro no Brasil, em 1962, em um contexto onde as políticas de branqueamento eram ainda mais hegemônicas, o eurocentrismo estava fortemente instalado na academia e no ensino de psicologia, e a alienação do compromisso social era prevalente, sem que se desse a devida importância para a influência sócio-histórica sobre o psiquismo ou para a dimensão psicossocial do sofrimento psíquico.

As demandas de pessoas negras, seja na clínica, na escola ou nas organizações, permanecem invisibilizadas e desconsideradas devido à naturalização do racismo. E quando se toma algo imposto por algo natural, fica invisibilizada a imposição e desqualificada ou desincentivada a luta por reversão da situação. Na dinâmica da sociedade, estão reservadas discriminações e humilhações para negrxs e privilégios para brancxs. A psicologia vigente não reconhece essas opressões e chega a considerar erroneamente seus efeitos como injustificada persecutoriedade, paranóia e racismo às avessas. Essa psicologia se omite diante de queixas de humilhação social, reivindicações por mudanças, alheia e conivente com os efeitos psicossociais que culminam em sofrimentos psíquicos, adoecimentos e mortes. A psicologia é, portanto, cúmplice do racismo e contribui para justificá-lo oferecendo argumentos e ferramentas para a dominação política, a qual é sempre também psicológica e depende de processos tipicamente psicossociais.

Essa cumplicidade é denunciada por Leite (2002) quando descreve a eugenia presente em muitas teorias racistas pseudo-científicas que pretendiam atestar que negros e indígenas seriam inferiores, degenerados, primitivos, em contraponto a brancos tidos como essencialmente evoluídos. Ele traça o impacto de autores como Nina Rodrigues, Oliveira Viana e Artur Ramos sobre a psicologia da época. Pode-se dizer que ainda hoje influenciam uma psicologia que amplamente pratica racismo institucional.

Ao mesmo tempo, discursos críticos começaram a se constituir a partir da década de 30, em especial na psicologia social, como informa Santos (2011), que indica Virgínia Leone Bicudo (primeira psicanalista negra brasileira e que estudou relações raciais), além de Aníela Ginsberg, Dante Moreira Leite, Donald Pierson e Raul Briquet como autores precursores deste pensamento crítico no campo da psicologia.

Atento à necessidade de compreensão do desenvolvimento psicológico nesse contexto, Costa (1986) trata dos efeitos do racismo sobre o corpo, psiquismo e identidade. Segundo ele, o imaginário social pautado pela idealização do branco, pelo fetiche da brancura, vem como norma estruturante. Sobra para brancos uma perfeição irreal que enaltece, e para negros a busca por um fetiche inatingível, um ideal que pede o desaparecimento do corpo e da identidade negra. Imposto o caráter de sua autoavaliação, a pessoa negra internaliza o racismo e o expressa no desejo de alcançar o ideal da brancura pelo embranquecimento.

Nas últimas décadas, algumas mudanças nesse panorama permitiram que setores da academia e das entidades de classe reconhecessem o histórico racista da psicologia e aprofundassem as tentativas de reverter o prejuízo e enfrentar o racismo. Ressalta-se a influência das pressões e contribuições do movimento negro, em especial de psicólogos negros (ZERBINI, 2007).

Nogueira (1998), psicanalista negra e referência na temática, teoriza sobre os significados sociais do corpo negro, que recebe projeções de fantasmas e perversidades exteriorizados pela sociedade branca racista. A própria pessoa negra pode chegar a não se identificar com esse corpo negro e buscar o idealizado corpo branco. Reis Filho (2005) desenvolve uma tese de base psicanalítica sobre o sofrimento psíquico do sujeito negro como sintoma do escravismo e critica o papel omissivo de psicólogos frente ao racismo. Gonçalves Filho (2008), que se dedicou a pensar temas como dominação, invisibilidade, humilhação social, a diferença entre aparição e aparência, entre outros, tem instrumentalizado muitas pesquisas e ações comunitárias com sua produção.

Bento (2012; 2001), com suas tecnologias e teorias sobre a psicologia social do racismo, contribui especialmente quando chama atenção para a branquitude e seus privilégios (simbólicos e concretos), e sobre o pacto narcísico que se sustenta com base na transmissão psíquica. Sua obra é um marco tanto no âmbito acadêmico quanto no movimento social e tem reconhecimento internacional pelo impacto das ações que realiza.

Souza (1990) é outra autora que merece atenção pela produtiva utilização de conceitos psicanalíticos para explicitar a dinâmica psicológica de formação de identidade por parte de pessoas negras, as dificuldades de um processo saudável, as especificidades de negros em situação de ascensão social e o custo emocional de viver em um país de maioria negra com identidade branca.

Como defende Nascimento (2003), incluímos na pesquisa a conversa entre diferentes referenciais que nos ajudam a pensar o campo estudado, para compreensão mais abrangente do fenômeno. Ribeiro (2005) foi uma das inspirações por pensar uma proposta de psicoterapia com inclusão do referencial epistemológico negro e conciliação das realidades brasileira e africana.

As contribuições de Efraime Júnior (2013) também são úteis nessa reflexão, por sua experiência com superações de traumas de guerra em Moçambique. Aborda as contribuições do trabalho psicoterapêutico e psicossocial para elaboração

de trauma psíquico, realçando o quanto é essencial restabelecer o vínculo familiar e comunitário, além de administrar terapias tradicionais e outras estratégias para restituir a capacidade de amar e fazer vínculos.

Além das pesquisas citadas, há a contribuição teórica de Guimarães e Podkameni (2008; 2007), que tratam de psicologia e relações raciais, discutindo os efeitos do racismo sobre o desenvolvimento psíquico e psicossocial, tanto individual, quanto familiar. Propõem vias de reação aos efeitos das discriminações sofridas, que passam por ressignificar a negritude e reparar ou prevenir as sequelas psíquicas do racismo, numa estratégia chamada de rede de sustentação coletiva, que vai desde recursos individuais (construídos ao longo do desenvolvimento psicoafetivo, no núcleo familiar e por transmissão psíquica) até recursos sociais (suporte, acolhimento, segurança, entre outros) e programáticos (educação, saúde e cultura, por exemplo). Como resultados, a possibilidade de resgatar a confiabilidade e acionar processos de resiliência.

São imprescindíveis as teorizações de Fanon (2008) sobre os efeitos da assimilação dos ideais de branqueamento sobre a personalidade de negros. Sua discussão crítica sobre psicopatologia associada a pessoas negras tem nos inspirado na medida em que não apenas constata e denuncia, mas indica formas de resistência e recuperação de saúde psíquica frente aos contextos de colonialismo, racismo e outras violências pelas quais passa a população negra em diferentes territórios.

A importância da resistência política no ato de amar e em outros processos subjetivos facilitadores de saúde orgânica e psíquica são alguns dos temas tratados por bell hooks (2006), que, a partir de produções que dialogam com o feminismo negro, a pedagogia crítica e as teorias pós-coloniais, tem inspirado muitos trabalhos quando discute autoestima, relacionamentos afetivos, entre outras feridas de mulheres negras, além de discutir estratégias de cuidado mútuo entre mulheres negras (2015a; 2013).

Grada Kilomba (2010), psicanalista e artista, traz contribuições psicanalíticas que teorizam, por exemplo, sobre os silenciamentos impostos a pessoas negras como resultado da irracionalidade branca que faz a cisão e projeção de suas características inaceitáveis sobre pessoas negras, também sobre o racismo como um problema psicológico de pessoas brancas, além de discutir colonialismo, trauma, decolonização, subalternidade, conexões entre gênero e raça, políticas

ligadas a espaços, cabelos, sexo, cor da pele, ainda sobre negritude, suicídio, decolonização do ego, cura e transformação.

A pesquisa de mestrado (PRESTES, 2013), que já discutia as relações raciais e de gênero pelo prisma da psicologia, e que analisou processos de resiliência em mulheres negras, apontou como a compreensão desse processo necessita não apenas da psicologia convencional, mas de uma abordagem que considere o contexto sócio-histórico, as especificidades das relações raciais e de gênero, as vulnerabilidades, direitos e uma noção de saúde mais complexa.

Demandas como essa produziram uma psicologia fundamentada em uma abordagem psicossocial, a qual tem contribuições relevantes para pensarmos as demandas enfrentadas pelas mulheres negras, em seus contextos formados por uma conexão de diferentes opressões, o que exige práticas a partir de diferentes vetores, formando uma encruzilhada de cuidados em saúde.

2.2. Promoção de saúde pela abordagem psicossocial

Definir um estado saudável para além da ausência de doenças é um desafio para as ciências da área de saúde. No caso da condição psíquica, como considerar as particularidades pessoais e o sentido de equilíbrio levando-se em conta as especificidades do grupo social, período histórico, região e outros recortes? O que indicaria processos saudáveis em mulheres negras, quando se considera o panorama de discriminações estruturais?

O quadro de vulnerabilidade e dos direitos humanos, como discutem Paiva, Ayres e Buchalla (2012) tem auxiliado na compreensão do processo de saúde em diferentes dimensões. Por vulnerabilidade compreende-se, segundo Lopes (2005), a configuração de aspectos individuais e coletivos em um contexto que gradua a intensidade e a forma de exposição a certas conjunturas que produzem agravos de saúde. A vulnerabilidade é modulada também pelo acesso a maior ou menor condição de reação e proteção diante de efeitos potencialmente nocivos das situações.

Ayres, Paiva e França Júnior (2012) consideram que, antes de agir e planejar ações para promover ou cuidar da saúde, deve-se fazer uma análise do que produz (ou mitiga) a vulnerabilidade das pessoas ao adoecimento e considerar que a

vulnerabilidade tem impacto na vida das pessoas e implica necessariamente três dimensões, separadas didaticamente, mas inexplicavelmente ligadas.

Nessa perspectiva, a dimensão individual não é reduzida às tradicionais interpretações psicológicas individualistas e individualizantes da psicologia da saúde mais hegemônica na literatura. A dimensão da pessoa não é concebida como uma isolada subjetividade ou individualidade bio-psicológica; a dimensão individual da vulnerabilidade é a da pessoa em contexto — da sua vida cotidiana, nas instituições e programas (instituições e serviços) que frequenta, ao longo de cada trajetória pessoal como “pessoas em contexto que são sujeito da saúde e do direito à saúde” (PAIVA, 2017 p. 117).

Nas intervenções para promover saúde e cuidar, cada pessoa deveria ser abordada como sujeito de direitos e de sua vida, no plano vivo das relações. Em outras palavras, a compreensão da dimensão individual deve considerar as interações sociais com suas configurações pessoais, as dinâmicas intra e inter-subjetivas, os aspectos físicos e psicológicos, as características sócio-demográficas, vivências e valores pessoais, o estilo de administração de circunstâncias, a forma como absorve/elabora/incorpora/dispõe de recursos e as relações interpessoais.

Na dimensão social, ainda de acordo com Paiva (2017), a justaposição de especificidades que modelam as diferentes relações sociais (como as étnico-raciais, de gênero, de classe social, geracionais, de condições físicas e psicológicas, entre outras) traduzem-se na corporificação de, por exemplo, uma mulher negra de meia idade que vive em um bairro popular, é servidora pública e vizinha de uma operária, sendo que ambas compõem famílias sustentadas por mulheres adultas. A mulher negra não poderá, portanto, ser abordada tomando-se um tipo sociológico ou psicológico generalizado a partir de outros referenciais que não conferem com os de seu contexto e que podem, justamente por serem particulares de outros grupos, enxergarem nas especificidades dela e em algo que é apenas diferente, um caráter psicopatológico.

Suas vidas e relações pessoais são permeadas por características de maior igualdade/desigualdade no âmbito da cidadania, como portadoras de direitos respeitados ou negligenciados/violados, e terá uma dinâmica variada de inclusão/exclusão, liberdades/cerceamentos, simetrias/assimetrias. Será determinante o acesso ou não a elementos sociais como emprego, saúde, educação, cultura, lazer, informação e conhecimento.

Na dimensão programática (ou institucional) serão considerados o acesso e as relações entre pessoas e serviços, políticas, instituições e programas, em diferentes áreas, como saúde, educação, cultura, bem-estar social, justiça, no que tange à garantia ou privação de direitos, promovendo, reproduzindo ou diminuindo configurações de vulnerabilidade ao adoecimento.

No caso da saúde das mulheres negras, a maior vulnerabilidade ao adoecimento expressa a histórica privação de direitos humanos em geral da população negra (França Júnior e Ayres, 2003; Santos, 2012). Há também comprovada ineficiência dos programas de governo na garantia de prevenção e cuidado integral à saúde, além de incidência sistemática do racismo e sexismo institucional, conforme Lopes (2005).

Para que as mulheres negras possam colher os benefícios da reflexão crítica e dos estudos que têm descrito sua maior vulnerabilidade ao adoecimento, entretanto, elas precisarão que se vá além da denúncia e da descrição. O debate acadêmico reconhece, por exemplo, a relevância da capacitação permanente de profissionais atuando em vários setores da vida social (em empresas e organizações da sociedade civil) e nas respostas governamentais (na saúde, educação, justiça, assistência social). Reconhece, também, a importância de melhor compreender e mitigar os processos históricos de estigmatização e discriminação institucionais baseados na cor da pele, ou seja, ressalta o valor de uma interação profissional-paciente e serviço-usuário livre de discriminação em todos os possíveis sentidos desses vetores. Por outro lado, que trajetórias e experiências têm permitido às mulheres negras, apesar do contexto social-programático, sustentar a adesão aos serviços de saúde, garantir uma interação produtiva e uma vida com qualidade?

Defendemos que, para diminuir a vulnerabilidade ao adoecimento presente nos contextos de vida das mulheres negras, são necessárias abordagens psicoterapêuticas associadas a concepções psicossociais e psicoeducativas em cada uma dessas frentes (sócio-estruturais, programáticas, inter e intrapsíquicas).

Considerando-se a vulnerabilidade ao adoecimento que atinge mulheres negras e a necessidade de mitigação da mesma com ações nos planos social e programático, é imprescindível a compreensão dessa dinâmica para organização do atendimento para a saúde de mulheres negras. Necessário, portanto, uma formação disciplinar (ou inter ou transdisciplinar) e uma capacitação profissional que dêem a devida importância a intervenções junto aos processos de socialização que sustentam

o racismo e o sexismo, com o objetivo de garantir igualdade de acesso, integralidade e equidade. Nesse sentido, têm se mostrado valiosas as práticas em saúde com inspiração nos direitos humanos (Gruskin e Tarantola, 2001; França Júnior e Ayres, 2003) e derivadas da compreensão do processo saúde-doença baseada no quadro da vulnerabilidade.

Um dos princípios da compreensão das vulnerabilidades é começar por buscar identificar a maior discriminação de direitos humanos: em territórios e segmentos populacionais onde encontramos mais doença e mais mortes, há sempre maior discriminação de direitos. (Ayres, Paiva e França Júnior, 2012). No campo da resposta à epidemia da Aids, diferentes estudos passaram a adotar o “quesito cor” como fator central a ser incluído na análise da produção de adoecimento e na avaliação de programas e, portanto, no desenho de programas e políticas nacionais, segundo Santos (2012).

Há similaridades entre as reflexões e práticas do campo da aids e da saúde da população negra. Comunidades não existem apenas abstratamente nas normas e referências culturais. Além de estarem encarnadas em pessoas que irão reproduzir a história e os significados de seus grupos em seu cotidiano, dependem de pessoas que serão agentes para legitimá-las em suas práticas e ao longo da socialização de novas gerações. Ou, também, das pessoas que serão agentes a inspirar e organizar a transformação da comunidade liderando movimentos sociais.

Mulheres negras, por essa ótica do quadro de vulnerabilidades, são sujeitos de direitos que, na dimensão social, compartilham de uma história que as transforma em pessoas simbolicamente destituídas de direitos ou com experiências repetidas de violações, ao mesmo tempo em que também compartilham um legado cultural de resistência política, solidariedade e cuidado mútuo. No plano institucional, o setor saúde (como o da educação, do mundo do trabalho, da segurança pública, da cultura para citar alguns,) deveria ser um ambiente de garantia de equidade, universalidade e integralidade no Brasil, como garante a Constituição. A mediação programática agravará ou mitigará experiências de negligência e violação que são obstáculos a um modo saudável de estar no mundo.

Quando compreendemos como são produzidas as vulnerabilidades, e se estamos utilizando o quadro dos direitos humanos para orientar os princípios para a ação, assim como na tradição feminista negra, assume-se a integração de vários saberes. Por exemplo, a epidemiologia de análises sociais com base na categoria

gênero e raça/cor, os saberes clínicos, as densas compreensões e práticas culturais e religiosas, e outras, tomando-se o cuidado de se contextualizar as estratégias a partir da compreensão da vida cotidiana das pessoas marcadas pelo racismo e pelo sexismo, onde a individualidade é compreendida como intra e intersubjetividade.

Essa perspectiva marca a abordagem psicossocial para o cuidado e a prevenção, e contrasta com as noções mais comuns no campo da saúde, que têm uma visão de indivíduo com foco nos aspectos biológico-comportamentais.

Na tradição que pensa o processo de saúde no quadro da vulnerabilidade, isso significa considerar as condições pessoais de saúde em relação e mediadas pelos recursos sociais e políticas públicas. Esses itens, incluídos nas dimensões sociais e programática das vulnerabilidades, deveriam ser acessados por todxs xs brasileirxs, por sua vez tomadxs como sujeitos de direito. E as práticas de cuidado deveriam considerar esses itens, além daqueles correspondentes à dimensão individual das vulnerabilidades, programando práticas com consideração, por exemplo, das especificidades de cada mulher, suas comunidades de pertencimento, e utilizando teorizações das próprias mulheres negras para a compreensão de suas vivências, o que aparece no trecho a seguir.

2.3. Saúde pela perspectiva de mulheres negras

Recuperando a pergunta: como definir um estado saudável para além da ausência de doenças? No caso da saúde psíquica, como considerar as particularidades e a trajetória de cada mulher negra, o sentido de equilíbrio que lhe faz sentido, o significado de saúde para seu grupo social, o seu período histórico, seu território e região onde mora, a identidade de gênero, orientação sexual, faixa etária, formação, ocupação, relações afetivas e sexuais, pertencimentos, identificações, filosofias, ideologias, cosmogonias? Como considerar a saúde como o estado de uma pessoa específica em determinados contextos?

A saúde psíquica é um dos objetivos das práticas ensinadas na graduação em psicologia, pautadas geralmente pelo raciocínio analítico que embasa técnicas na clínica ou em outros ambientes, como as organizações. A saúde psíquica também é o objetivo em diversas ações do movimento negro e de mulheres negras. Mesmo

quando não é intencional, esse é um dos resultados das estratégias de inclusão política e de fortalecimento para enfrentamento e superação de discriminações.

Uma forma de ir respondendo às perguntas acima é pensar em processos que favorecem a saúde psíquica por facilitar superações, ressignificações, reorganizações, equilíbrio e sentido de vida. Uma dessas situações é, por exemplo, a superação de grandes adversidades melhor que o constatado em casos semelhantes, como ocorre em processos resilientes.

Nas teorias sobre resiliência, encontramos diferentes concepções sobre o fenômeno. Nesta tese, adotamos uma definição elaborada em minha pesquisa anterior (mestrado), quando foram analisados processos de resiliência em mulheres negras.

Resiliência é um processo de reorganização, ressignificação, superação e transcendência perante vivência de contexto potencialmente desintegrador. Acessa recursos pessoais e coletivos, como: autoconfiança, otimismo, bom humor, autocontrole, flexibilidade, perseverança, bom relacionamento familiar e social, boa análise de situações, criatividade, pertencimentos, suporte social e programático, autonomia e sentido de vida (PRESTES, 2013, p. 63).

Ressaltamos aqui alguns outros trabalhos que se dedicaram à compreensão do fenômeno de resiliência vinculado a negros e negras.

Em suas publicações, Ungar (2006; 2008) trata de processos resilientes, constantemente atentando para a mediação da cultura. Omar e colaboradores (2010) resgatam estudos de Utsey sobre resiliência, onde também é dado destaque à coletividade, ao contexto cultural e a experiências anteriores exitosas, todos convergindo para maior probabilidade de novos processos resilientes. Esses autorxs frisam a importância do pertencimento racial, da autoestima positiva e da autoconfiança para potencialização da resiliência. Baldwin et al. (2011), Brown (2011) e Teti et al. (2012), pesquisadores de resiliência em negros, afirmam haver significativa relevância sobre essa potencialização advinda de otimismo, socialização racial, autoconfiança e enraizamento racial.

Nas pesquisas sobre resiliência no contexto brasileiro, é interessante notar que incluem análises sobre a dimensão programática e sobre políticas públicas, o que provavelmente é devido ao fato de termos um sistema público de saúde que nos leva facilmente a pensar sobre os deveres do Estado para a garantia do direito à saúde de

seus cidadãos e cidadãs. Além disso, ao fato de negros e negras serem grande parte da clientela do Sistema Único de Saúde.

Pode-se citar três pesquisas brasileiras, que não são especificamente na psicologia (duas na Educação e a terceira no Serviço Social). Quanto aos temas, uma aborda resiliência em negros e duas focam em mulheres negras. Nadal (2007) analisou a narrativa de negros bem-sucedidos, que, ao longo da vida, tiveram resultados ligados à resiliência, pesquisando a dinâmica do processo e o aporte do Estado, família e escola, além de investigar prejuízos e favorecimentos ao processo de resiliência. Além de considerar o nível programático na pesquisa, faz, ao final, recomendações de potencialização de resiliência na população negra por meio de práticas em políticas públicas.

Martins (2013) procura identificar elementos que teriam potencializado o sucesso educacional de mulheres negras consideradas resilientes. Mensura habilidades como análise do contexto, autoconfiança, autocontrole, conquistar e manter pessoas, empatia, leitura corporal, otimismo e sentido de vida.

A terceira pesquisa, desenvolvida por Carvalho (2008), conciliou resiliência e empoderamento, sugerindo um termo de agregação: autonomia superativa e emancipatória. Afirma que as superações alcançadas por mulheres negras contam com significativa influência de familiares e demais pessoas marcantes em suas trajetórias.

As referências sobre resiliência citam outros fenômenos, os quais foram se revelando importantes para a reflexão sobre a saúde de mulheres negras, como o empoderamento, a autonomia, a superação, a emancipação, a transcendência e o sentido de vida. Interpelações ao conceito de resiliência advindas de debates nos ambientes acadêmicos e militantes, desde a pesquisa de mestrado e ao longo da de doutorado, ajudaram a identificar a pertinência do conceito de resiliência, mas sua incompletude para abarcar o processo de saúde mais amplo que se evidenciou ser o real interesse no doutorado, como comentei na apresentação.

O foco desse trabalho, que antes era sobre o processo de resiliência, foi ampliado para outros correlatos que estivessem também intimamente ligados à saúde e ao sofrimento psicossocial das mulheres negras. Outros termos foram agregados, em um leque de processos com vistas à saúde psíquica ou integral de mulheres negras. Passamos a considerar os fenômenos de superação, transcendência e sentido de vida, os quais não puderam se manter pelo caráter amplo de suas

definições, e foram também considerados e incluídos os processos de empoderamento, autonomia, emancipação e agência, que serão definidos e discutidos a seguir.

Sobre empoderamento, uma vertente com a qual não concordamos o define como grande influência ou controle sobre outras pessoas em diferentes contextos. Essa definição, que merece uma problematização, aparece nos vocabulários controlados que padronizam a definição de termos nas bases de dados, como o DeCS (Descritores em Ciências da Saúde) e o MeSH (Medical Subject Headings). Trata-se de uma concepção individualizante de empoderamento que pode gerar intervenções educativas que visem aquisição de poder sobre outras pessoas, por exemplo através de habilidades que passam pelo aumento de auto-eficácia e positiva auto-estima.

Esta pesquisa parte de outro referencial. Adotamos uma concepção em maior sintonia com o quadro dos direitos humanos, a partir de experiências educativas (educação em saúde, saúde comunitária, psicologia na saúde, entre outras) e militantes (lutas igualitárias, que pressupõem horizontalidade das ações, entre outras dimensões coletivas e não individualizantes).

Considerando-se o quadro das vulnerabilidades, segundo o qual poder pessoal não necessariamente anula vulnerabilidades sociais e programáticas, e considerando-se o quadro dos direitos humanos, segundo o qual os direitos devem ser compartilhados amplamente e sem privilégios, mais que ter poder pessoal e controlar outrem, empoderar-se talvez devesse ser sinônimo de fortalecer-se inclusive coletivamente, para superar vulnerabilidades e tornar-se sujeito para acessar direitos, também uma questão para muitos segmentos coletivamente e comunidades territoriais.

Uma inspiração para essa definição vem de Paiva (1996), que discute o termo afirmando que ninguém empodera ninguém, embora o contexto de vulnerabilidades possa des-empoderar. Mostrando que a obra de Paulo Freire é das fontes mais citadas dos autores que defendem o uso da noção de empoderamento, afirma que se trata, muitas vezes, de uma leitura despolitizada de Freire. Prefere seus conceitos de conscientização e libertação que pressupõem e dependem da participação ativa dxs oprimidxs. Intervenções paternalistas de profissionais (educadorxs, terapeutas e líderes libertárixs) não irão empoderar, libertar ou salvar

ninguém. O que podem fazer é estimular o poder criador e a sabedoria adormecida de oprimidxs, que se auto-empoderam, ganhando e assumindo poder.

A autora comenta a importância de uma noção mais politizada, como a adotada já nos anos 1990 pelas feministas que definiam empoderamento como o controle dos recursos materiais, intelectuais e ideológicos. Parte do princípio que mulheres não são totalmente desprovidas de poder, que a libertação das mulheres pode se estender solidariamente aos homens, e realça estratégias de empoderamento em grupo como a construção de solidariedade entre mulheres, enquanto critica estratégias de libertação universais prescritas por quem não faz parte do grupo oprimido.

Essa noção de empoderamento já traz mais crítica que a definição que encontramos nos vocabulários controlados da literatura científica, com clara hegemonia epistemológica, mas ainda deixa de considerar aspectos que aparecem na noção feminista negra de empoderamento. Angela Davis (2017) aponta para a tradição das mulheres negras de se reunir em grupos para desenvolverem estratégias no sentido de poder econômico e político, mas que têm a especificidade do foco voltado às próprias mulheres negras e também às suas(nossas) comunidades.

Ela retoma a história de uma organização política de mulheres negras nos Estados Unidos: no final do século XIX, elas constatarem omissões e discriminações no movimento feminista (branco) dominante e se reúnem pelo bem de mulheres negras (e homens negros), e pelo benefício de todas as pessoas. Surge então, já em 1896, a Associação Nacional das Agremiações das Mulheres de Cor, cujo lema ainda se faz vivo entre organizações de mulheres estadunidenses e brasileiras: “Erguendo-nos enquanto subimos”, o que significa que o empoderamento só faz sentido se todas as nossas irmãs, e nossos irmãos, subirem conosco.

Outro processo incluído na pesquisa foi o de construção e manutenção da autonomia. Segundo os mesmos vocabulários controlados citados anteriormente, autonomia é a situação em que determinada pessoa está livre para se auto-dirigir com independência moral. Obviamente, em um contexto sócio-histórico marcado por opressões estruturantes, não há total independência moral, mas pode-se atingir um nível em que a pessoa está mais próxima da liberdade, da auto-direção e da independência que de uma hétero-condução com cerceamento. Para Seffner, Paiva e Pupo (2012), autonomia é a negociação com equilíbrio tênue entre a expectativa

alheia e o desejo próprio. Não se vincula ao verbo ter (autonomia), mas a negociar internamente e na relação interpessoal.

Autonomia tem sido associada a emancipação e liberdade, em diferentes contextos. No livro “Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade”, bell hooks (2013), que prefere seu nome grafado em minúsculas, anuncia a inspiração em Paulo Freire, que, no conjunto de sua obra, delineou um programa de educação popular, uma estratégia no sentido da autonomia, visando libertação ou emancipação. hooks desenvolveu uma estratégia pedagógica de questionamento e transgressão das dominações, a qual construiu a partir da intersecção entre as pedagogias: anticolonialista, crítica (especialmente Freire) e feminista (negra), além das experiências pessoais em escolas do sul dos Estados Unidos que visavam preparar crianças negras para uma efetiva emancipação.

Na proposta educacional de hooks (2013), a defesa de uma pedagogia engajada, o reconhecimento da multiculturalidade e do valor das vozes individuais, o respeito às diferenças nos modos de conhecer e às diversas epistemologias, a importância da construção identitária pautada na resistência, a teorização em sintonia com processos de auto-recuperação e libertação coletiva, e a preocupação constante em colocar em prática as teorias que, se não chegam nesse ponto, não são por si só curativas, libertadoras e revolucionárias.

A autonomia, portanto, tem uma estreita relação com a libertação e a emancipação, que é outro dos processos incluídos na nossa exploração da literatura acadêmica. A emancipação tem seu sentido primariamente associado à área dos direitos — por exemplo, seria a concessão antecipada de direitos civis a pessoas com mais de 16 e menos de 18 anos — ou uma conotação mais política ligada à condição social de libertação ou independência, atingida por pessoas ou mesmo países, após condição de aprisionamento, escravização ou ausência de cidadania.

Seffner, Paiva e Pupo (2012) apresentam algumas concepções de emancipação, de acordo com três sentidos significativos para a área de saúde. São eles o sentido de projeto político, referente à visão utópica de uma outra sociedade; o sentido de categoria de análise que permite avaliar processos ético-políticos e seus resultados em indivíduos, grupos ou povos; e o sentido de objetivo de estratégias político-pedagógicas que ampliam a consciência pessoal e, como consequência, emancipação.

Xs mesmxxs autorxs dialogam também com o referencial de Paulo Freire, onde a educação popular visa a emancipação e também autonomia, igualdade, cidadania, direitos sociais e individuais, multiculturalismo e diversidades. A obra freiriana costuma ter uma preocupação constante com as questões de classe e uma noção de emancipação coletiva que costuma prescindir do indivíduo em nome da comunidade territorial ou identitária. Ao longo da discussão, defendem que, no contexto atual, as práticas de saúde precisam equilibrar as demandas de emancipação coletivas e pessoais. Ressaltam que, para Freire, educação não parte de um indivíduo para outro, mas de modo mútuo e dialógico. Ao migrar de uma consciência ingênua para uma consciência crítica, além de alcançar compreensão sobre o mundo, sobre si mesmo (inclusive expulsando o discurso opressor internalizado) e sobre as causalidades das relações sociais, a pessoa se posiciona como sujeito histórico que constrói e modifica a sociedade. Nesse contexto, atinge-se autonomia, libertação e emancipação.

A noção de emancipação na obra de Boaventura Souza Santos, que trata o conceito como parte de certo projeto político, e também como o processo de se libertar de instâncias de poder. A emancipação em sua obra estaria relacionada com uma mudança social que passa pela radicalidade, pela não aceitação da desigualdade, por uma análise profunda de diferentes dominações, incluindo as de raça e gênero. Dessa forma, a mudança social seria a via de emancipação de indivíduos, grupos e países sob opressões e exclusões. É o que defendem Seffner, Paiva e Pupo (2012, p. 12):

“A utopia no horizonte da perspectiva de emancipação para Souza Santos é uma *qualidade ausente*, um conjunto de processos sem um fim claramente definido: quanto mais profunda for a “desocultação” das opressões e das exclusões, maior será o número de adjetivos — feminista, pacifista, ecológica, anti-racista, anti-produtivista. A emancipação definiria uma nova cidadania que se constituiria ao mesmo tempo em obrigação política vertical entre os cidadãos e o Estado e na obrigação da política horizontal entre cidadãos.”

Quando recortam do autor a centralidade da autonomia, da solidariedade e do princípio de comunidade, além do conceito de emancipação social, a ideia de igualdade sem apagamento da diversidade contribui para uma abordagem dos direitos humanos que Santos chama de multicultural. Nessa vertente das abordagens multiculturais de direitos humanos, as nuances pessoais, locais, comunitárias e

grupais reverberam em uma diversidade de horizontes de emancipação. Tentar reduzir a diversidade a uma padronização liberal globalizada significaria um “desperdício da experiência”. O projeto de emancipação deve estar alinhado, portanto, com diferentes contextos e projetos, para atender às especificidades de diferentes processos de subjetivação e identitários, assim como às particularidades das trajetórias pessoais e sociais.

Essa forma de compreender o fenômeno, pode derivar intervenções que não têm o teor de resgatar as pessoas, de modificar as pessoas segundo termos e tradições estranhas a elas, mas sim intervenções com o teor de caminhos alternativos que levam em conta o contexto particular, construídos coletivamente para emancipação frente às diferentes faces da dominação.

A partir de Seffner, Paiva e Pupo (2012), refletimos sobre o desafio de elaborar estratégias de cuidado que acessem essas noções de empoderamento, autonomia e emancipação (incluindo uma emancipação psicossocial) em sintonia com as vertentes apresentadas, com atenção aos diferentes projetos de vida e políticas públicas voltadas para as especificidades de mulheres negras e outros sujeitos. Além disso, o valor de intervenções que façam a relação (ou pelo menos aproximem) quem assume o cuidado, movimentos sociais e o campo das produções científicas.

Allen (2015) faz uso da teoria feminista crítica para trazer uma discussão interessante sobre a necessidade de se pensar a emancipação sem utopia. E isso não significa dizer que não seja possível a emancipação, mas que não é possível uma organização social sem poder. Desse modo, seria necessário trincar os estados de dominação (que não deixarão de existir), com linhas de fragilidade e fratura, a partir das quais seria possível transformar as relações de poder em campos móveis e reversíveis.

Para a emancipação de mulheres negras, é necessário interromper teórica e epistemologicamente as estruturas de opressão e violência, como afirma Almeida (2013) articulando teoria feminista e pós-colonial, em um movimento de desestabilização produtiva desse contexto onde as ideologias de gênero e raça são ainda muito ativas e que resultam em estereótipos, preconceitos e discriminações que reservam a nós os piores lugares e simbolismos na sociedade.

Daí decorrem as piores condições de trabalho, os estereótipos de que elas são naturalmente serviçais e objetos, preconceitos sobre suas capacidades intelectuais entre outras, e discriminações que as mantêm nesse lugar social,

revertendo o que é resultado do racismo e do sexismo em falsa causa das supostas limitações, justificando as opressões e violências. “Negros são serviçais, serviçais são negros” (DAVIS, 2016, p. 101).

Tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil, está erroneamente subentendido, por exemplo, que as mulheres negras seriam naturalmente aptas ao serviço doméstico, para o qual deveriam disponibilizar suas forças de trabalho (em esquema de quase escravidão), seus corpos (violentados pelos patrões que se acham ainda senhores) e sua vida, com disponibilidade total.

No Brasil, inclusive, isso aparece nos costumes atuais, onde a empregada doméstica teve tantos problemas para conseguir direitos trabalhistas. Uma sociedade que nomeia alguns lares como “casas de família”. E o quê define mesmo esse termo...? Uma casa de família seria um conjunto de pessoas chefiadas por um casal heterossexual, branco e de classe média ou alta? Na estrutura física das tais casas, muitas vezes se encontra a “dependência de empregada”, que nada mais é que o espaço de outra natureza (dependência) reservado para as que são “como se fossem” da família.

Trata-se do mesmo país em que uma Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial é classificada oficialmente pelo governo como tendo status de ministério, “como se fosse” ministério. O mesmo país onde muitas pessoas, ao pretenderem demonstrar como não são racistas, sacam logo uma afirmação de que têm uma avó distante que é negra, “como se fossem”, por isso, e quando convém, quase negrxs. Enfim, a emancipação da mulher negra precisa não apenas alcançar os aspectos apontados nas obras de Paulo Freire e Boaventura Souza Santos, mas, como teoriza Angela Davis, precisa garantir para a mulher negra o status (e a real condição) de pessoa humana e sujeito de direitos.

A autora mostra como, a partir da Segunda Guerra Mundial, passou a ser mais aceito que as mulheres negras ocupassem outros postos de trabalho além do serviço doméstico, mas que isso ainda não representou uma mudança efetiva dos estereótipos racistas e machistas. Há uma distância enorme das condições de homens brancos, também uma distância significativa das condições de emancipação mulheres brancas (pelo voto, na direção de sua autonomia, compartilhado contextos de vulnerabilidade determinados pelo sexismo) e das condições de emancipação de homens negros (ainda que compartilhem com mulheres negras vulnerabilidades determinadas pelo racismo).

“Em um ensaio ferozmente crítico intitulado “The Servant in the House” [A serviçal na casa], W. E. B. Du Bois argumentou que, enquanto o serviço doméstico fosse a regra para a população negra, a emancipação permaneceria uma abstração conceitual. “O negro”, insistia Du Bois, “não alcançaram a liberdade até que esse odioso emblema de escravidão e medievalismo seja reduzido para menos de 10%. As mudanças estimuladas pela Segunda Guerra Mundial forneciam apenas uma sugestão de progresso. Após oito longas décadas de “emancipação”, os sinais de liberdade eram sombras tão vagas e distantes que era preciso forçar os olhos para vislumbrá-las.” (DAVIS, 2016, p. 106)

O fato histórico da emancipação nos Estados Unidos e da abolição no Brasil (ambos em um sentido legal mas não efetivados no sentido social, dos direitos, das relações) não significou e ainda hoje não significa uma genuína emancipação política ou liberdade com igualdade. Como discute Hartman (1997), tem menos a ver com um evento de libertação, e mais com um ponto de transição em que se passa da servidão para a sujeição racial.

O horizonte da liberdade genuína e da saúde integral, analisado pela abordagem multicultural dos direitos humanos e pela perspectiva do feminismo negro, permite transcender uma análise dualista que afirma simplificadamente que se tem ou não liberdade e saúde. Processos como autonomia e emancipação não são estados, mas espectros. Além de haver projetos diferentes de autonomia e de emancipação, há uma gradação onde cada pessoa pode estar mais ou menos distante desse horizonte. Mesmo em situações em que o racismo e o sexismo são estruturantes da sociedade, a estrutura não é determinante justamente porque há agência. Vamos então a uma definição do último dos processos incluídos, que, ao lado de resiliência, empoderamento, autonomia e emancipação, constituem uma encruzilhada de processos que potencializam a saúde de mulheres negras.

Agência é um termo relativamente pouco conhecido, mas que aparece cada vez mais em produções científicas, do movimento negro e de mulheres negras. Segundo o dicionário pós-colonial de Ascroft, Griffiths e Tiffin (2007) refere-se à habilidade de agir de forma livre e autônoma, independentemente dos modos como a identidade foi construída. Assim como no caso dos processos de emancipação e autonomia, também no caso da agência a compreendemos como a capacidade de agir em determinado ponto do espectro entre conformidade ou resistência às colonialidades.

Em nossa experiência acompanhando traduções de trabalhos acadêmicos, agência tem sido também o termo escolhido para traduzir para o inglês o modo como, no Brasil, a concepção de abordagem psicossocial e multicultural baseada nos direitos humanos define e concebe “sujeito de discursos e de direitos”.

Na perspectiva feminista negra, as noções de agência, emancipação e autonomia ganham uma conotação sofisticada por uma noção crítica e coletiva, que pode ser percebida na discussão sobre o que seria o cerne da perspectiva. hooks (2015) defende a adoção do termo feminismo, apesar das várias falhas, opressões e discriminações presentes no movimento. Argumenta que, ao ser questionada sobre por que ainda se denomina feminista se assim estaria se aliando a um movimento racista, devolve a pergunta sobre como é que mulheres racistas podem se denominar feministas. Entende que muitas mulheres (especialmente as brancas à frente do movimento) se apropriaram do feminismo para atender aos próprios interesses. A autora, ao invés de se resignar à apropriação, opta por se re-apropriar do termo, resgatando o real sentido do feminismo como luta para que todas as pessoas (homens e mulheres) possam se libertar das dominações, transgredindo e se libertando.

Continua a discussão sobre o significado de feminismo (que já foi simplesmente qualidade das mulheres) e que geralmente está associado a uma luta pela igualdade entre os sexos e emancipação das mulheres. Esses significados estão incompletos e então ela teoriza que o feminismo não é apenas a luta contra o machismo e pela igualdade de direitos das mulheres com os homens. Feminismo, para hooks (2015), é o compromisso com a erradicação de ideologias de dominação (de sexo, raça e classe, entre outros) e com a reorganização da sociedade no sentido da priorização do auto-desenvolvimento do povo em detrimento do imperialismo, do desenvolvimento econômico e dos desejos materiais.

Considerando a transcendência, autonomia e agência de mulheres negras diante das opressões do racismo e do sexismo, e essas características como expressões íntimas ao processo de promoção da saúde, pode-se recorrer a Fanon (2008) para advogar que é preciso passar por conscientização e superação, não só das feridas, mas da fixação a um passado de dores, alcançando liberdade para sintonizar no presente, na realidade social, no compromisso consigo e com x próximx, tomando para si ações em prol da igualdade e do fim das opressões.

Fanon (2005) denunciou os efeitos psíquicos traumatizantes de situações repetidas de violência e humilhação. No entanto, os prejuízos não determinam a perda

de humanidade se a violência sofrida for transformada em luta por reversão do quadro, garantindo toda a humanidade que o grupo humilhado pode reivindicar.

É possível, a partir dessa formulação, e compreendendo o racismo e o sexismo como ideologias de violência sistemática contra negrxs e mulheres, nomear como saudável o percurso que passa por transcendência e superação ao racismo/sexismo, entendendo saúde psíquica de modo mais amplo, vinculada não apenas à saúde individual, mas ao contexto social.

Stuart Hall (2010) cita Fanon para defender a importância da negociação e redefinição de identidades para a autonomia genuína de um grupo social. Segundo ele, a redefinição ou revolução cultural das identificações é condição indispensável para a independência política completa. Portanto, para potencializar processos de promoção da saúde em mulheres negras, há que se pensar, entre outros aspectos mais tradicionais desse tema, também elementos como autoestima conciliada a emancipação e autonomia.

As contribuições teóricas dos estudos culturais, pós-coloniais e do feminismo negro, como historicizado por Santos (2015a), se somam na adoção de uma abordagem que considere a multidimensionalidade do contexto de mulheres negras, que exige pensar práticas pautadas pela interseccionalidade visando um giro em relação aos pólos de poder hegemônicos atuais, como racismo, o sexismo e o classismo.

Segundo Collins e Bilge (2016), a interseccionalidade é uma ferramenta para análise da complexidade do mundo, das pessoas e das experiências, geralmente moldada por uma multiplicidade de fatores mutuamente influentes.

Crenshaw (2002, p. 177) também apresenta uma definição para a interseccionalidade.

A associação de sistemas múltiplos de subordinação tem sido descrita de vários modos: discriminação composta, cargas múltiplas, ou como dupla ou tripla discriminação. A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento.

Portanto, retomando Santos (2015a), no processo de ruptura com a colonialidade do poder, não bastará tentar reverter opressões de modo unidimensional como se fossem isoladas, já que tanto as opressões quanto a liberdade são fenômenos cuja dinâmica se dá no cruzamento multidimensional de vários aspectos. O processo efetivo se dá pelo deslocamento do centro para a margem, acessando outras vozes, outros discursos, outros conhecimentos, as histórias de negros e negras, os estilos de pensamento e ação das comunidades negras e as estratégias de mulheres negras que lidam com as opressões e as superam.

Em relação a essas estratégias, Santos (2015a, p. 161) apresenta, a partir de produções de Njoki Wane, um panorama interessante sobre a concepção feminista em diálogo com as teorias pós-coloniais:

Os estudos pós-coloniais em uma perspectiva feminista revelam um quadro teórico que ilustra as experiências históricas, sociais, políticas, culturais e econômicas das mulheres negras que assumem uma ótica diaspórica, internacional, já que se apoia no estudo das narrativas de mulheres negras imigrantes, residentes, de diferentes partes da África, mas também se apoia no estudo das teorias desenvolvidas por autores que se debruçaram sobre o tema gênero e raça em diferentes países.

A partir destas experiências focalizadas na sabedoria, habilidades e esforços de mulheres negras, Wane definiu os princípios sendo: a organização, o coletivismo, a resistência, o respeito mútuo, a produção de conhecimento, o armazenamento do conhecimento, divulgação da cultura, a reciprocidade, a auto-determinação, resiliência, cuidados com a comunidade, maternagem, fortalecimento mútuo, auto-confiança e espiritualidade.

No decorrer da minha experiência como pesquisadora, militante e psicoterapeuta, tem se mostrado mais eficiente o referencial teórico e técnico que procura trazer para a encruzilhada a psicologia social e a psicanálise, interpeladas por concepções críticas em relação aos valores hegemônicos, direcionadas por uma abordagem psicossocial que pensa a saúde psíquica necessariamente em contexto, inspiradas pelos quadros das vulnerabilidades e dos direitos humanos, e informadas por teorias sobre relações raciais e pela produção inovadora do feminismo negro.

Apresento o trabalho de Patricia Hill Collins (2009) como precedente ao meu, por sua importantíssima teorização do pensamento feminista negro, realizado a partir de histórias de mulheres negras, e por alguns paralelos metodológicos, como

por exemplo, a importância do conceito de interseccionalidade e a valorização das experiências pessoais conciliadas com a produção acadêmica.

Outra obra precedente é a tese de Cláudia Pons Cardoso (2012), que historiciza o feminismo negro brasileiro e apresenta suas bases teóricas, a partir de entrevistas com 22 (vinte e duas) informantes-chave e de um primoroso trabalho de coleta e registro. Assim como nesta tese, Cardoso localiza seu lugar de fala a partir da trajetória no feminismo negro brasileiro, utiliza uma base teórica e metodológica feminista negra e apresenta as ações políticas e conceituações produzidas por militantes e organizações no enfrentamento das opressões de gênero, raça e sexualidade, entre outras.

O argumento central está na afirmativa de que mulheres negras ativistas elaboraram/desenvolveram um pensamento feminista próprio, à luz de saberes, práticas e experiências históricas de resistência aos processos de opressão que as submete, em função de raça, gênero, classe e sexualidade. Este pensamento feminista crítico, alimentado por valores, princípios e cosmovisão organizados a partir de referenciais negro-africanos, propugna a pluralidade epistemológica assente em diferentes experiências e realidades, visando a produção de novos conhecimentos propositores de novas relações entre os seres humanos e destes com o mundo. Muitas destas experiências promovidas pelas mulheres desafiaram os poderes estabelecidos, abrindo brechas desarticuladoras da ordem social. (Cardoso, 2012, p. 16)

Nesse sentido, a autora dialoga com Collins (2009) e aponta três temas principais no pensamento feminista negro: (1) contestação de estereótipos e ressignificação positivada das representações sociais atribuídas a mulheres negras, (2) interseccionalidade dos determinantes de opressão (raça, gênero, sexualidade, entre outros) e (3) redefinição da importância da experiência e produção feminina negra.

A partir de Collins, Cardoso (2012) apresenta os principais temas do pensamento feminista negro brasileiro:

O pensamento feminista negro, tecido a partir da complexa realidade racial brasileira, uma realidade codificada pelo gênero, se caracteriza: a) pela recuperação da história das mulheres negras; b) pela reinterpretação desta história a partir de uma nova estrutura teórica construída em oposição aos paradigmas tradicionais, revelando a contribuição das mulheres negras em diversas áreas do conhecimento; e c) pelo enfrentamento político ao racismo, ao sexismo e ao heterossexismo através de uma perspectiva interseccional. (Cardoso, 2012, p. 25)

Esses temas estão presentes na carta de princípios da Marcha das Mulheres Negras, publicada por Werneck, Iraci e Cruz (2015). O lema da Marcha (“Contra o racismo, a violência e pelo bem viver”) garante a centralidade da preocupação com a saúde e resgata um conceito tradicional andino e amazônico, ligado a uma concepção politizada e holística. A Marcha será retomada nas entrevistas. O conceito que é adotado em sua carta de princípios, e também nesta pesquisa, é a noção de bem viver, que relaciona a saúde pessoal com a saúde do grupo de pertencimento e da natureza como um todo.

Acosta (2016) discute o bem viver como contraponto à lógica de desenvolvimento vigente e à noção ocidental, eurocêntrica e capitalista de bem-estar ou de viver melhor, e defende que é uma estratégia de luta contra a colonialidade do poder, contra visões antropocêntricas, uma proposta comunitária de mudança civilizatória pautada em sustentabilidade, visões sociobiocêntricas, justiça, igualdade e respeito às humanidades e à natureza.

A visão de mundo dos marginalizados pela história, em especial dos povos e nacionalidades indígenas, é uma oportunidade para construir outros tipos de sociedades, sustentadas sobre uma convivência harmoniosa entre os seres humanos consigo mesmos e com a Natureza, a partir do reconhecimento dos diversos valores culturais existentes no planeta. Ou seja, trata-se de bem conviver em comunidade e na Natureza. (ACOSTA, 2016, p. 24-25).

Salazar (2016) faz um minucioso relato das bases epistemológicas do bem viver, a partir das culturas dos povos originários andinos e amazônicos, mostrando suas aplicações como cosmovisão, filosofia, chave conceitual ou paradigma, com diferentes conceituações em diferentes culturas. Ela cita Quijano para afirmar que o bem viver é a mais antiga formulação da resistência indígena à colonialidade do poder.

A revisão de literatura de Alcantara e Sampaio (2017) coletaram artigos sobre o bem viver (ou *bien vivir*, *vivir bien*, *good living*, *sumak kawsai*, *suma qamañ* e *vida boa*) e demonstra como desde que surgiu, há menos de uma década, tem sido adotado como filosofia de vida, cosmologia, atitude de vida, ontologia, modelo de desenvolvimento e alternativa ao desenvolvimento.

Santana (2017), Gonçalves (2017) e Lemos (2015) demonstram como esse conceito dialoga perfeitamente com a luta de mulheres negras no Brasil. Santana (2017) aborda as táticas de mulheres negras frente às precariedades enfrentadas,

com soluções colaborativas e cuidados compartilhados. Gonçalves (2017), que também é entrevistada nesta pesquisa, comenta que Acosta já fez uma associação entre bem viver e ubuntu (conceito sul-africano, “eu sou porque nós somos”), e que a intelectual negra Lélia Gonzalez, com sua teorização sobre amefricanidade, teria facilitado a adoção do bem viver pelo movimento de mulheres negras brasileiras. Lemos (2015) discute a organização da Marcha de Mulheres Negras. Segundo as análises próprias desse movimento social, as mulheres negras, apesar de serem a base da produção e do desenvolvimento econômico no Brasil, são atingidas pelo poder racial, patriarcal e sexista, e, portanto, não desfrutam de uma distribuição igualitária dos resultados do que produzem, na contramão do bem viver.

Assim como o documento da Marcha, outra carta de princípios de mulheres negras foi elaborada, em 1974, nos Estados Unidos, e registra a reflexão de que as condições de vida de mulheres negras são o resultado da síntese de um sistema interligado de opressões, como afirma The Combahee River Collective (2015). A declaração formulada por esse coletivo afirma que feministas negras devem estar ativamente compromissadas com a luta contra as opressões de raça, sexo, orientação sexual e classe, tendo o objetivo de empreender uma análise e uma prática integradas, baseadas no sistema interligado de opressões que determina as condições de vida de mulheres negras.

Essa foi a base para Kimberlé Crenshaw (2002) sofisticar essa concepção, desenvolvendo a interseccionalidade como uma metodologia de análise baseada nesse sistema interligado de opressões. Defende a ferramenta analítica que necessita considerar a encruzilhada formada pela multiplicação das opressões de raça, gênero, classe, orientação sexual, habilidades/deficiências, nacionalidade, regionalidade, geração, entre outros aspectos. A utilização da interseccionalidade como categoria de análise foi discutida também por Collins (2015) e Cardoso (2012). Nesta pesquisa, além de método de análise, a interseccionalidade é utilizada como método de ação.

Feita a contextualização do prisma a partir de onde se compreende os processos eleitos como convergentes à saúde integral de mulheres negras, e conscientes dos desafios propostos pelas referências citadas, esta pesquisa se comprometeu com o exercício de encontrar os benefícios do diálogo entre os conhecimentos provenientes tanto da academia quanto do movimento negro e de mulheres negras, por meio da interseccionalidade e no sentido do bem viver.

3. Objetivos

Descrever estratégias de promoção da saúde de mulheres negras, voltadas à potencialização de resiliência, agência, emancipação, autonomia ou empoderamento, e avaliar especificidades e complementaridades entre as reconhecidas no campo científico e as reconhecidas no campo do movimento negro e de mulheres negras.

4. Metodologia

Como são as estratégias de promoção da saúde de mulheres negras, voltadas à potencialização de resiliência, agência, emancipação, autonomia ou empoderamento? Quais as especificidades e complementaridades entre as estratégias reconhecidas no campo científico e as reconhecidas no campo do movimento negro e de mulheres negras?

O percurso metodológico, em concordância com os objetivos da pesquisa, procurou responder às perguntas acima e, para isso, incluiu os procedimentos de descrição e de avaliação dessas estratégias, e foi constituído por revisão sistemática de escopo e por entrevistas com informantes-chave, com os conteúdos submetidos a análise de conteúdo.

Na escolha pelo diálogo entre diferentes discursos, fez sentido considerar a interseccionalidade como ferramenta analítica, como defendem Cardoso (2012) e Collins (2016, 2015 e 2009), para fazer encontrar, na encruzilhada de diferentes fontes de conhecimento, produções que dialoguem para o benefício da saúde de mulheres negras.

4.1. Procedimentos

O procedimento de descrição contou duas técnicas de mapeamento de estratégias reconhecidas. A primeira técnica foi a revisão sistemática de escopo de estratégias reconhecidas no campo científico, com coleta de experiências publicadas em revistas científicas. A segunda técnica foi a das entrevistas com informantes-chave de estratégias reconhecidas no campo do movimento negro e de mulheres negras. Nossxs interlocutorxs são militantes, membros de práticas tradicionais das comunidades negras e psicólogas. Tanto a revisão sistemática de escopo quanto as entrevistas visaram responder à pergunta informada acima.

As duas técnicas foram alinhadas por um roteiro semiestruturado (apêndice A) que permitiu padronizar as coletas ao longo do procedimento de descrição. Isso facilitou o segundo procedimento, que foi a avaliação de especificidades e

complementaridades entre as estratégias reconhecidas em ambos os campos, por meio de análise de conteúdo organizada por categorias.

O quadro a seguir apresenta uma síntese do desenho do estudo, com seus procedimentos e técnicas, os quais serão detalhados na sequência.

Quadro 1 - Desenho da pesquisa

Procedimentos	
Descrição	
<p>Estratégias reconhecidas no campo científico</p> <p>Revisão sistemática de escopo, com coleta de estratégias de promoção da saúde publicadas em revistas científicas. Identificamos 829 artigos, disponíveis em 8 bases de dados, a partir da sintaxe de busca com as palavras-chave resiliência, agência emancipação, autonomia ou empoderamento, associadas a mulheres e raça. Pela leitura de dois pesquisadores, foram filtradas as intervenções. Ao final, foram incluídos e descritos 14 artigos.</p>	<p>Estratégias reconhecidas no campo do movimento negro e de mulheres negras</p> <p>Entrevistas com 6 informantes-chave, com experiência na realização de estratégias de promoção da saúde de mulheres negras, com potencialização de resiliência, agência, emancipação, autonomia ou empoderamento, a partir de suas trajetórias como integrantes do movimento negro e de mulheres negras, membros de práticas tradicionais das comunidades negras ou psicólogxs.</p>
Avaliação	
<p>Avaliação de especificidades e complementaridades entre as estratégias dos dois campos</p> <p>Análise de conteúdo organizada em categorias: (1) Referenciais e modos de fazer, (2) Pontos altos e (3) Lugar das mulheres negras.</p>	

4.1.1. Descrição

A descrição visou relacionar os conteúdos coletados como resposta à primeira metade da pergunta, ou seja, sobre como são as estratégias de promoção da saúde de mulheres negras, voltadas à potencialização de pelo menos um desses processos: resiliência, agência, emancipação, autonomia ou empoderamento.

As coletas foram desenvolvidas a partir das técnicas de revisão sistemática de escopo e de entrevistas com informantes-chave. O roteiro de coleta semiestruturada (apêndice A) alinhou as duas buscas, conduzindo por aspectos específicos das estratégias, como local, duração, condução, perfil de participantes, técnicas, instrumentos, métodos, embasamentos teóricos, técnicos, filosóficos e/ou políticos, recursos humanos, financeiros, administrativos, materiais, etapas, resultados esperados e alcançados, desdobramentos previstos e realizados, pontos fracos e fortes, avaliações, e melhorias necessárias.

4.1.1.1. Revisão sistemática de escopo

A revisão de escopo foi definida como a técnica adotada de revisão sistemática da literatura científica para coleta de estratégias reconhecidas nesse campo. A escolha, organização do protocolo de busca e realização da revisão contaram com uma fase de preparo, com participação em cursos específicos, grupo de estudos, realização de testes e submissão a supervisões de professorxs e bibliotecárixs.

Nesse trajeto, consideramos o uso de termos de vocabulários controlados, mas demonstrou ser mais coerente o uso de uma sintaxe de busca única em todas as bases, até porque não seria possível contornar as diferenças entre os vocabulários. Após estudo de vocábulos controlados e conceitos validados em teorias, foi construída a sintaxe apresentada adiante.

Vários testes foram realizados, em 28 diferentes bases de dados, com diferentes protocolos, antes de definirmos a sintaxe e as 8 bases a serem utilizadas. A escolha das bases teve por critério a área temática, abrangência, confiabilidade de artigos aprovados por pareceres técnicos, entre outros.

Em princípio, a escolha havia sido pela revisão sistemática voltada à avaliação da qualidade das estratégias. Após estudos e testes, optamos pela transição para a revisão de escopo porque, a partir do objetivo da pesquisa, e também do embasamento teórico, interessava-nos uma técnica exploratória que descrevesse um panorama das estratégias que vêm sendo realizadas.

Como discutido na introdução, as concepções que adotamos sobre a produção da saúde e da doença das mulheres negras expandem as concepções universalistas (bio-psicológicas) ou tipificadas na tradição epidemiológico-compartamental, por compreendermos que gênero e cor da pele, além de outros recortes, influenciam o adoecimento e a saúde a partir de uma história social e não de uma história natural. Se restringíssemos a busca apenas aos ensaios clínicos randomizados, tal como acontece na revisão sistemática mais comum, não faríamos justiça ao que de fato acontece no campo definido pelas concepções que adotamos.

Segundo Arksey e O'Malley (2005), os estudos de escopo, em comparação com outros desenhos de revisão sistemática, permitem adotar uma perspectiva de qualidade e processo ampliada. Na revisão de escopo, mesmo se focalizarmos apenas em intervenções, podemos incluir estudos experimentais, não-experimentais e dados da literatura empírica e teórica sobre intervenções, ou seja, trata-se de um instrumento para mapear e compreender de modo mais abrangente o fenômeno em análise e informar futuros trabalhos.

O estudo de O'Brien e colaboradoras (2016), realizado diretamente com autorxs ingleses, estadunidenses e canadenses que têm utilizado esse tipo de revisão, mostra que essa abordagem permite explorar e sintetizar evidências em um campo novo, ou em um tópico emergente e com pouca publicação. É o caso do tema desta pesquisa, como observamos ao longo dos estudos e testes de revisão. Importante ressaltar que as pessoas consultadas pelas autoras do estudo estavam na academia, mas também na educação, na clínica, em organizações de base comunitária, ou eram membros de comunidades que viviam com doenças crônicas, assim como patrocinadores ou financiadores de políticas públicas.

A revisão de escopo, acrescentam as autoras, permite analisar o estado da atividade de pesquisa, mais que avaliar (estrito senso) a qualidade da literatura. Permite que financiadorxs, pessoas comprometidas com políticas públicas e interessadas em geral tenham acesso à expertise em uma área ao longo de todos os estágios do processo, e não apenas a partir de determinado momento e como resultado exclusivo de uma avaliação por meio de caso-controle ou semelhante, como se exige na tradição epidemiológica.

O movimento social de mulheres negras, suas redes de apoio e as lideranças comunitárias de favelas e quilombos, à semelhança das entrevistadas nesta pesquisa, produzem estudos que nem sempre se encaixam nos critérios das

revisões sistemáticas convencionais. Um exemplo é que muitas vezes ficam no campo das literaturas denominadas cinzentas, que são próprias de publicações não-científicas, como as dos movimentos sociais.

A revisão de escopo compartilha diversas características da revisão sistemática, como ser metódica, transparente e replicável, segundo os editores da revista *Systematic Reviews* (David Moher, Lesley Stewart e Paul Shekelle, 2015). Replicável devido à sua transparência, com registro do protocolo de busca, dos procedimentos realizados e dos resultados. A família das revisões sistemáticas inclui:

(...) a revisão rápida, quando tempo é fundamental, a revisão de escopo, quando o necessário não é detalhar respostas para perguntas específicas, mas obter um panorama do campo, o mapa de evidências, primo das revisões de escopo que normalmente tem uma apresentação visual específica das evidências em um campo amplo e a revisão realista, em que a questão de interesse inclui como e porque as intervenções sociais complexas funcionam em certas situações e em outras, não. (Tradução nossa)

Após estudo de todas as alternativas, adotamos, dentre as revisões sistemáticas, a revisão de escopo, cuja definição sintética de Colquhoun (2014) citada por Rocco (2017) é:

Uma revisão de escopo ou estudo de escopo é uma forma de síntese de conhecimento que aborda uma questão de pesquisa exploratória com o objetivo de mapear conceitos-chave, tipos de evidência ou lacunas nas pesquisas relacionadas a uma área ou campo definido, pesquisando, selecionando e sintetizando sistematicamente o conhecimento existente. (Colquhoun apud Rocco, 2017)

A revisão de escopo pode prescindir da necessidade de respostas detalhadas a perguntas específicas e, assim, fornecer uma visão mais geral de um campo amplo. Como informado acima, queríamos ter um panorama de quais e como são as estratégias voltadas à promoção da saúde de mulheres negras.

O processo de busca e seleção dos artigos foi realizado separada e simultaneamente pela pesquisadora e por um par qualificado. Seguimos um mesmo protocolo e registramos em diário as ocorrências, como prevêm as exigências de uma revisão sistemática. O pesquisador, que é psicólogo, doutorando, branco e estudioso há alguns anos da temática LGBTT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais), foi convidado especialmente por sua experiência com revisões de literatura e com os temas de diversidade e saúde.

Após testes de busca com diferentes sintaxes e fluxogramas, adotamos os mesmos critérios de busca e seleção. Fizemos a coleta definitiva dos resultados no mesmo período (14 e 15 de fevereiro de 2018), comparamos os resultados e, quando houve divergência, cada caso foi analisado conjuntamente até se obter consenso.

Nos dois casos em que não houve consenso após análise conjunta, a divergência foi analisada e resolvida por uma pesquisadora convidada, também experiente em revisões científicas, psicóloga, professora titular, branca, estudiosa há muitos anos das temáticas de gênero e saúde, e atualmente também estudando as relações raciais.

Antes do início e ao longo dos testes e buscas definitivas, nós três participamos de cursos, grupos de estudos e reuniões com especialistas e grupos de pesquisa.

A revisão buscou bibliografias dentre as comunidades epistêmicas, ou seja, junto a campos de produção acadêmica de áreas convergentes sobre o mesmo tema. As fontes de coleta incluíram bases de dados indexadoras de periódicos, revistas, jornais, entre outras publicações científicas. Selecionamos apenas os artigos científicos para encontrar o que não só está no meio científico, mas dentro do que se convencionou como validado porque passou por revisão de pares e é considerado o produto símbolo da concepção de disseminação em ciência já faz algumas décadas. Dessa forma, na coleta de estratégias realizadas no campo científico, esse critério facilitou encontrar as que são reconhecidas inclusive por terem sido avaliadas por pares. As entrevistas deram conta de trazer alguns conteúdos que geralmente aparecem na literatura cinzenta.

As bases de dados utilizadas na revisão foram a ASSIA (Applied Social Sciences Index and Abstracts), BVS (Biblioteca Virtual em Saúde), ERIC (Education Resources Information Center), LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), MEDLINE (Medical Literature Analysis and Retrieval System Online), Psynet, Sociological Abstracts e Web of Science. Outras, como a PePSIC (Portal de Periódicos Eletrônicos em Psicologia), foram incluídas em princípio, mas por falhas no sistema da base, confirmadas pela equipe de biblioteconomistas de duas faculdades diferentes da USP, ficou clara a impossibilidade de exportação pois as limitações técnicas não permitiram retornar resultados. O período pesquisado foi de 11 anos, de janeiro de 2007 a janeiro de 2018.

Para a seleção dos termos a serem utilizados na busca, optou-se por adotar aqueles que correspondem a alguns processos que, como explicado nos capítulos “Introdução” e “Apresentação”, podem ser considerados potencializadores da saúde de mulheres negras e que dialogam com as noções teóricas abordadas nesta pesquisa. Uma lista de termos foi submetida a consultas nos vocabulários controlados Thesaurus (da APA, que é a American Psychological Association), DeCS da BVS) e MeSH Terms (Medical Subject Headings, da PubMed) para identificar, dentre os listados, quais os que eram mais utilizados como palavras-chave dos artigos e termos truncados de busca. Percebemos que alguns não eram muito utilizados (e, portanto, não fazia sentido utilizar), ou tinham um significado muito abrangente (como os termos enfrentamento e superação) ou eram muito vinculados a um sentido que não era o que estávamos considerando (como transcendência).

Os termos selecionados, portanto, foram: resiliência, agência, empoderamento, autonomia e emancipação, para coletar estratégias que incluíssem a potencialização de pelo menos um desses processos. Para encontrar estratégias que incluíssem o grupo social pretendido, associamos esses aos termos mulheres e negros. Colocamos o grupo dos processos psicossociais dentro de um parênteses e as pessoas que são foco da intervenção em outro.

O truncamento (com o * ou \$) permitiu ampliar cada termo para seus possíveis derivados. A busca foi feita com termos em inglês, considerando que as bases tinham essa língua como comum. Para encontrar intervenções com potencialização de qualquer um dos processos citados, foi incluída a estratégia de busca optativa, com “OR”; para identificar experiências necessariamente realizadas com mulheres negras, utilizou-se a busca compulsória, com “AND”. A sintaxe de busca adotada, então, foi: (resilien* OR autonom* OR empower* OR agen* OR emancipa*) AND rac* AND wom*. A busca filtrou os termos constantes no título, palavras-chave, resumo e primeira página.

A partir da pergunta de pesquisa, buscávamos não apenas artigos que falassem sobre esses processos, mas que descrevessem estratégias voltadas à potencialização desses processos. Iniciamos por um estudo exploratório com filtro para intervenções, o qual não se mostrou pertinente. Um dos motivos é que, muitas vezes, os artigos que incluem intervenções não são indexados com esse filtro. Outra razão é que, mesmo com truncamento, seria difícil alcançar a grande variação de termos indicativos de estratégias ou intervenções. Adotamos, então, a tarefa de

selecionar os artigos sem esse filtro e, após a busca e pela leitura, identificar os que tratavam de estratégias realizadas.

Feitas as buscas e retornados os achados, foi utilizado o programa Zotero para arquivar e organizar os artigos, além de identificar, comparar, mesclar e descartar duplicações.

A próxima fase de seleção foi a leitura com inclusão ou exclusão de cada um dos artigos retornados na busca das bases. A leitura e o registro dos conteúdos incluídos seguiu o roteiro de coleta semiestruturada (apêndice A) para atender ao intuito de alinhamento dos métodos de descrição das estratégias. Os dados coletados são apresentados no capítulo de resultados intitulado “5. Descrição de estratégias voltadas a mulheres negras”, no item “5.1. Estratégias reconhecidas no campo científico”.

4.1.1.2. Entrevistas

Além da revisão da literatura científica, o procedimento de descrição das estratégias contou com a técnica de entrevistas. Para reunir estratégias reconhecidas no campo do movimento negro e de mulheres negras, foram convidadas a colaborar informantes-chave, com experiência na realização de intervenções de promoção da saúde mulheres negras, com potencialização dos processos de resiliência, agência, emancipação, autonomia ou empoderamento.

A escolha de narrativas provenientes de diferentes contextos visou abarcar um espectro maior de estratégias, associando sem hierarquização os conhecimentos científicos, populares, saberes e práticas, incluindo tudo como referências teóricas e técnicas. Essa metodologia traz à tona vozes classicamente silenciadas pela hegemonia do discurso acadêmico. Tal consideração levou-nos a nomear as informantes-chave como interlocutoras, abandonando a denominação e tratamento usual das pessoas entrevistadas como objetos de estudo. Portanto, nesta tese, que traz as estratégias de promoção de saúde de mulheres negras como objeto de pesquisa, as mulheres negras são a autora, as especialistas e as teóricas.

As interlocutoras (em sua maioria mulheres) foram selecionadas e convidadas por possuírem uma ou mais dentre as características de integrantes do

movimento negro ou de mulheres negras, membros de práticas tradicionais de comunidades negras ou psicólogxs. São consideradas informantes-chave sobre práticas geralmente desenvolvidas fora do campo acadêmico e que raramente são publicadas, como comumente ocorre com estratégias realizadas pelos movimentos sociais. Suas intervenções são desenvolvidas com referências teóricas e técnicas dos movimentos sociais, conteúdos usualmente não disponíveis no campo científico.

Definimos o convite para integrantes do feminismo e movimentos negros por conta de suas relevantes contribuições para o enfrentamento, extinção, diminuição ou superação das desigualdades de raça e gênero. Além da experiência na condução dessas intervenções, têm a experiência pessoal com estratégias de enfrentamento do racismo e sexismo.

Decidimos incluir membros de práticas tradicionais de comunidades negras, porque tradicionalmente acolhem diferentes demandas e, inclusive, cuidam de sofrimento mental e psicossocial. Independente de integrarem movimentos sociais ou de terem formação em psicologia ou outras profissões da saúde, em suas vivências como integrantes dessas práticas tradicionais, receberam formação e têm experiência com tecnologias de cuidado em saúde. Assim como xs militantes, pessoalmente vivenciam estratégias que nos interessam.

Psicólogxs foram escolhidxs por serem uma categoria profissional com formação específica para o cuidado, desenvolvendo metodologias e protocolos de intervenção em diversos setores, como na saúde, educação, assistência social, e que refletem sobre a condição de saúde psíquica e também sobre o que chamamos de sofrimento psicossocial. É incomum tais práticas estarem sistematizadas e publicadas em meios acadêmicos, o que justifica incluir essas(es) profissionais também como colaboradoras.

A experiência prévia com as atividades desempenhadas por militantes, membros de práticas tradicionais e psicólogxs permitiram-me localizar os trabalhos que dispõem de estratégias que visam, por exemplo, aumentar a ocorrência de processos de resiliência, contribuir para que as pessoas atendidas acionem posicionamentos políticos no sentido da agência, promover posicionamentos das pessoas com conscientização sobre direitos e formas de se alcançar justiça, autonomia ou emancipação, técnicas para se superar ou transcender os contextos psicossociais de vulnerabilidades rumo à igualdade, saúde e bem-viver. Além da

escolha baseada em minha experiência, também levamos em consideração a indicação de pessoas do campo.

Um primeiro roteiro foi elaborado e testado em uma entrevista preliminar. Após avaliação do tempo de duração, inteligibilidade das perguntas, entre outros aspectos, chegamos ao modelo final, que foi aplicado nas entrevistas definitivas.

Os dados reunidos pelas entrevistas estão apresentados no capítulo de resultados intitulado “5. Descrição das estratégias realizadas com mulheres negras”, no item “5.2. Estratégias reconhecidas no campo dos movimentos sociais”.

Cuidados éticos

Nos encontros que ocorreram ao longo das entrevistas, reconhecemos a complexidade do campo de experiências mutuamente compartilhado. Levamos em conta a possibilidade de instabilidade emocional e a exigência de profundo respeito por essas pessoas que entregaram porções de seus conhecimentos e histórias.

O respeito justifica os cuidados éticos que foram garantidos. O protocolo desta pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, onde foi avaliado junto com o instrumento (roteiro de coleta semiestruturada, no apêndice A) e o termo de consentimento livre e esclarecidos (apêndice B). As entrevistas só foram realizadas após aprovação pelo Comitê de Ética, com consentimento das colaboradoras e garantia de devolutiva da análise dos dados. Todas escolheram autorizar suas identificações nesta tese.

4.1.2. Avaliação: análise de conteúdo

A análise dos conteúdos reunidos a partir da revisão sistemática de escopo e das entrevistas permite discutir o panorama de estratégias, avaliando especificidades e complementaridades entre o que é reconhecido tanto no campo científico quanto no campo do movimento negro e de mulheres negras.

Para organizar a discussão, os resultados coletados pela revisão e pelas entrevistas foram sistematizados sob as mesmas categorias de análise. A primeira delas trata dos “referenciais e modos de fazer”, discutindo as referências epistemológicas, teóricas, técnicas e políticas das estratégias, assim como as decorrentes metodologias de cuidado; a segunda apresenta os “pontos altos”, os destaques das estratégias; e a última discute o “lugar das mulheres negras” nas mesmas.

Cada categoria está melhor explicada e seus conteúdos apresentados nos itens 6.1 a 6.3 do capítulo 6 (“Análise de estratégias voltadas a mulheres negras: especificidades e complementaridades”).

A discussão será orientada por uma abordagem psicossocial da saúde em diálogo com uma perspectiva feminista negra.

5. Descrição das estratégias de promoção da saúde de mulheres negras

Abaixo, os resultados que permitem atender ao objetivo de descrever estratégias voltadas à saúde de mulheres negras. Os primeiros a serem apresentados são os dados coletados pela revisão sistemática de escopo. O item posterior apresenta resultados coletados por entrevistas.

5.1. Estratégias reconhecidas no campo científico

A revisão sistemática de escopo, com o protocolo informado no capítulo anterior, serviu ao propósito de coletar estratégias reconhecidas no campo científico. O total de trabalhos encontrados, exportados, não duplicados e com texto completo disponível para leitura foi de 829 (oitocentos e vinte e nove) artigos. A leitura dos títulos e resumos cumpriu a meta de identificar quando se tratavam de intervenções e se potencializavam algum dos processos selecionados (agência, emancipação, resiliência, autonomia ou empoderamento). Diferentes abordagens metodológicas foram incluídas, já que a revisão de escopo não previu a exclusão de artigos baseados nos tipos de metodologia.

As intervenções deveriam ser voltadas à saúde de mulheres negras, mas não necessariamente idealizadas para mulheres negras. Dessa forma, não foi um critério de seleção que a intervenção fosse exclusivamente com mulheres negras, nem que tivesse os recortes de gênero e raça como centrais, mas mulheres negras deveriam ser pelo menos parte significativa da amostra.

Nessa etapa, foram excluídos os artigos que não atendiam aos critérios, e permaneceram incluídos para a leitura completa apenas 54 (cinquenta e quatro). A maioria das centenas de artigos não se enquadrava no perfil porque não eram intervenções, não falavam sobre mulheres negras, não expunham as metodologias utilizadas, a população era outra, envolviam questões biomédicas e não os processos que buscávamos, e encontramos também muitas reflexões (não estratégias práticas) sobre diferentes temas, produções teóricas ou literárias, entre outras. A maioria dos métodos buscava diagnosticar algo, muitas vezes com questionários, outras com

entrevistas, ou mesmo com grupos focais, mas o objetivo geralmente era realizar um diagnóstico, e não uma intervenção.

Boa parte dos artigos que tratavam diretamente sobre mulheres negras e de forma mais politizada eram textos não padronizados no formato acadêmico convencional. Foi muito difícil encontrar artigos que discutissem os processos abordados na pesquisa. Quando tinham, o conteúdo de muitos artigos dava a impressão de ser de autoria de uma mulher negra ou pessoa negra, ou pelo menos de uma pessoa fundamentada no feminismo negro ou em teorias negras, e muitas vezes não eram textos com a linguagem acadêmica convencional.

Na etapa seguinte, foi feita a leitura dos textos completos para nova seleção, restando 14 (catorze) na avaliação da pesquisadora e 12 (doze) na avaliação do pesquisador convidado. Na falta de consenso, a terceira pesquisadora desempatou na direção da inclusão dos artigos por descreverem intervenções que não foram realizadas (apenas descritas) pelxs autorxs, mas que eram muito expressivas da tradição do movimento feminista negro estadunidense.

Para garantir que os passos da revisão possam ser reproduzidos, primamos pela padronização, por seguir os critérios estabelecidos e por registrar cada passe e cada resultado encontrado.

O fluxograma abaixo ilustra as etapas descritas.

Figura 1 - Fluxograma da seleção dos artigos

Observação: Baseado no Modelo Prisma de fluxograma³

Os passos descritos acima foram seguidos simultaneamente nas duas coletas, a realizada pela pesquisadora e por ser par qualificado. A cada passo, os resultados eram conferidos (número de artigos coletados) para assegurar a padronização desejada em revisões. A leitura dos artigos completos também foi feita de forma paralela para ter menos interferência de perspectiva pessoal no processo.

A tabela 1 informa quantos artigos foram identificados e exportados de cada base de dados, subtraídas as duplicações. É importante realçar o número significativo

³ Conforme orientações constantes em MOHER, D; LIBERATI, A; TETZLAFF, J; ALTMAN, D. G. Principais itens para relatar Revisões sistemáticas e Meta-análises: A recomendação PRISMA*. **Epidemiol. Serv. Saúde**, 335 Brasília, 24(2): abr-jun 2015.

de artigos nas bases de dados do campo da saúde e das ciências sociais, e o número pequeno na base de psicologia.

Tabela 1 - Total de artigos, por base de dados

Bases	Total de artigos identificados, exportados e não duplicados
ASSIA	33
BVS	192
ERIC	22
LILACS	30
MEDLINE	220
Psynet	3
Sociological Abstracts	229
Web Of Science	100
Total	829

Fonte: Adaptado de Rocco, 2017

Cabe destacar que, apesar de toda a cautela na seleção e exportação dos artigos para o programa organizador de bibliografias (Zotero), não foi possível exportar todos os resultados em função de problemas técnicos no programa e nas bases de dados. A diferença ficou em torno de 10 (dez) artigos, o que não comprometeu a busca por ser uma perda relativamente pequena.

As ações de cada etapa foram registradas em formato de diário de campo em uma planilha (apêndice C) que permitiu anotar de forma organizada não só os passos, mas os resultados coletados ao longo do teste e da revisão definitiva. As categorias de informações da planilha estão de acordo com o roteiro de coleta semiestruturado (apêndice A). Os resultados foram organizados na planilha a partir dos seguintes itens.

- a) Título;
- b) Autoria
- c) Ano;
- d) Referência;

- e) Resumo;
- f) Observações;
- g) Link;
- h) Base de dados;
- i) Embasamentos teóricos, técnicos, filosóficos, políticos, epistemológicos;
- j) Objetivos;
- k) Metodologia;
- l) Local;
- m) Duração (quantos encontros, duração de cada e total);
- n) Responsáveis pela organização;
- o) Responsáveis pela condução;
- p) Métodos, técnicas, instrumentos;
- q) Recursos (humanos, financeiros, administrativos, materiais);
- r) Participantes (quantidade e perfil);
- s) Tipo de intervenção;
- t) Resultados (esperados, alcançados, positivos/negativos, desdobramentos, discussão e análise);
- u) Conclusões;
- v) Pontos fortes e fracos;
- w) Demandas e sugestões para novas intervenções;
- x) Demandas e sugestões para novas pesquisas e publicações;
- y) Justificativa de exclusão.

Para descrição dos resultados coletados nos artigos, a planilha foi desmembrada e foram selecionadas as informações mais relevantes de acordo com os objetivos da pesquisa e com as categorias de análise adotadas. Os conteúdos estão apresentados em tabelas e comentados ao longo do capítulo. As informações bibliográficas de cada artigo encontram-se listadas no capítulo de referências (Referências dos artigos selecionados na revisão sistemática de escopo). Os resumos e palavras-chave constam em uma tabela ao final do texto (apêndice D).

Escolhemos os sobrenomes dx primeirx autor(a) para a citação dos artigos ao longo do texto da tese. Nas tabelas, foram organizados em ordem alfabética. A maioria das autorias é de mulheres, o que justifica utilizarmos o feminino como gênero neutro; estão, portanto, nomeadas como autoras.

Todo o processo de estudo, preparo, testagem e realização da revisão sistemática foi bastante desgastante, e, ao final, também gratificante. O desgaste se deve ao fato de ser uma técnica que tivemos que aprender desde o início, bastante criteriosa, com uma preocupação extrema com alguns aspectos, e por ser um tipo de trabalho com o qual não tenho muita identificação. Algumas dificuldades na trajetória de busca foram a complexidade inerente às revisões sistemáticas, as falhas técnicas nas bases de dados, a necessidade de desenvolvimento de um protocolo de busca, a falta de uma estratégia tecnológica ou científica unificada que facilite as revisões permitindo que se faça uma busca única nas diferentes bases, as falhas no processo de importação (perde-se artigos por problemas tecnológicos) e o acesso parcial para leitura dos artigos.

Outros desgastes aconteceram ao longo da leitura dos artigos, pois apesar de nossa capacidade de ler em inglês, a leitura e análise de oitocentos e vinte e nove artigos em outra língua, sendo apenas um desses em português, foi cansativa e em alguns casos demandou acionarmos ou buscarmos conhecimentos sobre uma realidade social diferente, para melhor análise das estratégias.

Foi especialmente desgastante para mim, sendo mulher negra, constatar que, dos oitocentos e vinte e nove artigos filtrados, apenas 14 (catorze) realmente apresentavam estratégias voltadas à saúde de mulheres negras. A grande maioria citava mulheres negras, mas para falar das mazelas às quais estamos expostas. O assunto eram as doenças e outros prejuízos, e não as possibilidades de saúde.

Desgastante também porque trabalham com mulheres negras sem a devida atenção para a interseccionalidade das diferentes matrizes de opressão que dão especificidade para determinado grupo social, seja na análise das questões, seja na proposição de intervenções. As pesquisas citam mulheres negras quando esse dado se destaca. Na grande maioria das vezes, citam para apontar prejuízos para a saúde de mulheres negras, advindos de fontes orgânicas, principalmente. No entanto, comumente não são discutidas as causas dessas disparidades, que não são essencialmente genéticas nem naturais, mas principalmente históricas e sociais. Além disso, os artigos trazem mulheres negras geralmente como objeto de estudo e tema, quando se aponta grupos em piores condições de saúde e sociais, mas é muitíssimo pequena a quantidade encontrada de intervenções realizadas no sentido da solução dos inúmeros problemas, ou mesmo sugestões de estratégias que potencializem as condições positivas ou pontos saudáveis.

Enquanto lia tantas tragédias incidentes sobre mulheres negras, uma sensação de vida desgraçada vinha, e uma sensação de que a supremacia branca patriarcal se expressa, por exemplo, quando um número significativo de homens brancos de jaleco continuam sadicamente apenas constatando os prejuízos das mulheres negras, continuam não assumindo seus lugares de fala, seus privilégios, olhando para mulheres negras como indivíduos com doenças, enxergando simplesmente porcentagens epidemiológicas e não se comprometendo com efetivas mudanças de realidade. Negros e negras, especialmente as últimas, aparecem como quem efetivamente olha para outros aspectos das mulheres negras, por exemplo para suas produções literárias e políticas, e pensam sobre como promover bem viver e saúde.

Vejamos, então, o que trazem de conteúdo os catorze artigos selecionados. Elaboramos uma apresentação dos resultados a partir de diferentes retratos. No primeiro, apresentamos suas autorias, títulos, revista onde foram publicados, local do estudo e ano de publicação do artigo. Os conteúdos em inglês foram traduzidos pela equipe da revisão sistemática, para facilitar a leitura dos conteúdos na tese.

Tabela 2 – Autorias, título, publicação, local e ano dos artigos

Primeiras autoras	Título	Autoras	Revista	Local do Estudo	Ano
1 Andrews e cols.	O Efeito de uma Intervenção Multi-Componente para cessar Tabagismo em Mulheres AfroAmericanas Residentes de Habitações Públicas	Jeannette O. Andrews, Gwen Felton, Mary Ellen Wewers, Jennifer Waller, Martha Tingen	Research in Nursing & Health	Georgia EUA	2007
2 Bair	Educando meninas negras no início do século XX: o trabalho pioneiro de Nannie Helen Burroughs (1879–1961)	Sarah D. Bair	Theory & Research in Social Education	Pensilvânia EUA	2008
3 Barlow	#Quando me apaixonei por mim mesma: desfazendo olhares e amando nosso self mulherista negro como um ato de guerra política	Jameta N. Barlow	Meridians: feminism, race, transnationalism	Massachusetts EUA	2016
4 Cooper e cols.	Derrubando as balanças sobre obesidade: promoção de saúde feita na igreja para mulheres afroamericanas	Kami C. Cooper, Michalene A. King, Daniel F. Sarpong	Journal of Christian Nursing	Região ao extremo leste dos EUA	2015
5 DeMarco e cols.	O Conceito de “Silenciando o Ego” em Afroamericanas de Baixa Renda, Idosas, Infectadas pelo HIV: Um Programa Participativo de Pesquisa de 10 Anos Baseado na Comunidade com Resultados	Rosanna F. DeMarco, Latrona R. Lanier.	Journal Of The Association Of Nurses In Aids Care	Boston EUA	2014

(Continua)

(Continuação)

Primeiras autoras	Título	Autoras	Revista	Local do Estudo	Ano
6 Gist	Uma Interpretação Feminista Negra: Lendo a Vida, a Pedagogia e a Emile	Conra D. Gist	Meridians: feminism, race, transnationalism	Arkansas EUA	2016 (Continua)
7 González-Prendes	Aconselhamento de Grupo de Controle da Raiva para Mulheres Recuperando-se de Dependência de Álcool ou Drogas	Antonio González-Prendes	Research on Social Work Practice	Detroit, EUA	2008
8 Nicol	Ensinando Análise e Agência Usando Imagens Racistas e Sexistas: Implicações para os Estudos Culturais na Sala de Aula de Faculdade	Donna J. Nicol	Feminist Teacher	California EUA	2012
9 Oliveira e cols.	Modos De Subjetivação De Mulheres Negras: Efeitos Da Discriminação Racial	Maria Luísa Pereira de Oliveira, Stela Nazareth Meneghel, Jefferson de Souza Bernardes	Psicologia & Sociedade	Porto Alegre BRASIL	2009
10 Sheppard e cols.	Uma Intervenção de Suporte à Decisão Liderada por Pares Melhora os Resultados de Decisão em Mulheres Negras com Câncer de Mama	Vanessa B. Sheppard, Sherrie F. Wallington, Shawna C. Willey, Regina M. Hampton, Wanda Lucas, Yvonne Jennings, Sara Horton, Nancy Muzeck, Costanza Cocilovo, Claudine Isaacs	Journal of Cancer Education	Washing. EUA	2013

(Conclusão)

Primeiras autoras	Título	Autoras	Revista	Local do Estudo	Ano
11 Wechsberg e cols.	Estudo Bio-comportamental de Saúde da Mulher em Pretória, África do Sul: estudo de desenho randomizado por conglomerados	Wendee M Wechsberg, William A Zule, Jacqueline Ndirangu, Tracy L Kline, Nathaniel F Rodman, Irene A Doherty, Scott P Novak Charles M van der Horst	BMC Public Health	Pretoria, África do Sul.	2014
12 White	Irmãs do Solo: Jardinagem Urbana como Resistência em Detroit	Monica M. White	Race/Ethnicity : Multidisciplinar y Global Contexts	Detroit EUA	2011
13 Wissman	“Levanta!”: Letramentos, Vivências e Identidades dentro de um “Outro Espaço” na Escola	Kelly Wissman	Research in the Teaching of English	Nova Iorque, EUA	2011
14 Zway e col.	“Acredito que ser lésbica não é uma maldição”: lésbicas negras jovens representando suas identidades através do <i>photovoice</i>	Maia Zway, Floretta Boonzaier	Agenda: empowerment women for gender equity	Western Cape, África do Sul.	2015

Como se pode observar, os estudos se distribuem por quase todos os anos. Como é comum em revisões feitas em língua inglesa, a grande maioria dos artigos (11) é sobre estudos realizados nos Estados Unidos (distribuindo-se por contextos e territórios distintos nesse país continental). Os outros 3 foram realizados na África do Sul (2) e no Brasil (1). Surpreende a ausência de estudos provenientes da Inglaterra e Reino Unido, que têm tradição de estudos interseccionais, os quais foram inaugurados por mulheres negras. Em pesquisas com outras escolhas metodológicas, os estudos dessas regiões poderiam ser procurados à parte da busca da revisão; por exemplo, elegendo algumas bibliografias a serem incluídas por indicação. Poderíamos ter considerado também a possibilidade de alterar a sintaxe até encontrar esses estudos, mas consideramos mais pertinente trabalhar com o que veio espontaneamente, e não com uma busca mais ativa.

Outra possibilidade com a qual escolhemos não trabalhar foi a inclusão de literatura cinzenta, que traria mais estratégias, mas não as reconhecidas no campo científico, já que esse meio não valoriza da mesma forma essas publicações. Consideramos que o conteúdo que geralmente aparece na literatura cinzenta está, de alguma forma, presente nos dados coletados pelas entrevistas.

As revistas de maior impacto são da área de saúde: 3 de enfermagem, 1 de saúde pública e 1 de educação em saúde. Chama a atenção as outras revistas estarem no campo de estudos culturais e feministas (dedicados aos estudos de raça, etnia e gênero) e em revistas de educação. Apenas o artigo brasileiro foi publicado em revista de psicologia (psicologia social), e seu impacto é semelhante às revistas do campo dos estudos culturais.

Sintetizamos, na tabela 3 adiante: objetivos, perspectiva teórica (em sua linguagem própria), descrição da estratégia, quem a realizou, qual o perfil dxs participantes e seus métodos, técnicas e instrumentos. Algumas informações não constam nos artigos e, por isso, também não aparecem nas tabelas.

Tabela 3 - Objetivos, perspectiva teórica, descrição, realização, participantes, métodos, técnicas e instrumentos dos artigos

Artigo	Objetivos	Perspectiva teórica	Descrição e Realização	Participantes	Métodos, técnicas e instrumentos
1 Andrews e cols	Testar a efetividade da intervenção para parar de fumar “Sister to Sister”, de tipo comunitária entre pares entre mulheres afro-americanas vivendo em projetos de desenvolvimento habitacional e em casas subsidiadas. As Trabalhadoras Comunitárias em Saúde foram previamente capacitadas.	Perspectiva sociocognitiva de aconselhamento-comportamental: apoio social e estímulo de auto-eficácia (“você pode fazer!”). Adaptada da <i>PHS Treating tobacco dependence guideline</i> associado a ações de empoderamento cuja referência (citada) é Paulo Freire. O investimento no bem-estar é também espiritual que é definido em termos de “Estados cognitivos”	Três componentes de um modelo “colaborativo-participatório” a. 6 semanas com sessões de aconselhamento-comportamental e de empoderamento em grupo, com “booster” na 12ª e na 24ª semana. b. terapia de substituição da nicotina; c. contato pessoal semanal com trabalhador comunitário da saúde (TCS) para favorecer a <i>auto-eficácia</i> em parar de fumar, oferecendo apoio social e para o bem-estar espiritual, compartilhando trechos bíblicos, orações, poemas e meditações que inspiram. As TCS deveriam usar a linguagem e cultura local. A intervenção está bem detalhada. Realizada por pesquisadores acadêmicos da enfermagem e a trabalhadora comunitária da saúde (TCS) era uma mulher negra, ex-fumante e nativa na comunidade.	Mulheres afro-americanas maiores de 18 anos que fumam todos os dias e planejam parar de fumar em 6 meses, residentes na comunidade de intervenção ou na comunidade posta em comparação, ou suas amigas ou parentes. Foram excluídas as com diagnóstico de distúrbio psíquico ou quadro de angina instável / infarto do miocárdio recente, assim como as que apenas começam a considerar parar de fumar.	Desenho quase-experimental, utilizou medidas repetidas com grupo de comparação. Os dados foram coletados dos grupos de intervenção e de comparação na semana de linha de base, na 6ª semana, na 12ª semana e na 24ª semana. A abstinência do uso do cigarro foi medida através do auto-relato e validada através dos Instrumentos Bedfont (2002) EC50-Smokerlyzer (Innovative Marketing, Medford, NJ).

(Continua)

(Continuação)

Artigo	Objetivos	Perspectiva teórica	Descrição e Realização	Participantes	Métodos, técnicas e instrumentos
2 Bair	Descrever as teorias de Nannie Helen Burroughs (1883-1961), fundadora da <i>National Training School for Women and Girls</i> em 1909 e discutir o currículo da Educação Social na Escola.	Educação Social na Escola	Criação de Rede Nacional que incluiu o ensino de história negra e o tema da não segregação, além de uma educação para a prática ("practical education") na Escola de Capacitação para Mulheres e Meninas. (Training School for Women and Girls) Realizada por Nannie Helen Burroughs (1883-1961)	Mulheres jovens e negras do começo do séc XX.	A pesquisa descreve o currículo de estudos sociais e práticas pedagógicas da educação social ("ensinar e aprender como indivíduos constroem e vivenciam as relações sociais, políticas e econômicas—no passado e no presente— e as implicações em como os cidadãos são educados em uma democracia".
3 Barlow	Construir um espaço onde mulheres negras possam encontrar alívio a partir de momentos de lucidez e inteligibilidade falando sobre amor próprio, autocuidado, saúde mental e bem-estar.	Perspectiva comunitária que utiliza o conceito de " <i>discourse on the gaze</i> " de bell hooks, no campo do feminismo negro: o olhar que alimenta estereótipos e reforça políticas baseadas nesses estereótipos sobre mulheres negras.	Educação de e por pares com troca de experiências e histórias pessoais sobre amor e saúde mental. Usam meio digital e os arquivos no site SOS - <i>Saving our Sisters</i> . Desenvolver o reconhecimento dos estressores cotidianos e a resistência ao olhar estereotipado (desvalorizado, desumanizado, objetificado) para adotar um <i>olhar de resistência e de oposição</i> para "construirmo-nos como sujeitos da nossa vida cotidiana". Os depoimentos resultantes de perguntas do grupo focal foram incluídos na website que serviu de espaço de disseminação para essas narrativas. As histórias sobre saúde mental e bem-estar fazem parte de uma ampla campanha de mídia onde mulheres negras são o centro. Realizada por psicólogas comunitárias e outras agentes de saúde com experiência em estudos de gênero	Mulheres negras	Ensaio crítico descritivo da experiência de produzir as narrativas digitais e pessoais de mulheres negras, produzidas inicialmente em 5 grupos focais, acompanhado de plano de aulas que permite professoras determinar como desenvolver estratégias nessa mesma direção. As perguntas respondidas foram: 1. Quando você se apaixonou por você mesma? 2. O que significa felicidade para você? 3. Como a sua experiência como mulher negra afeta sua saúde, especificamente sua saúde mental e bem-estar? 4. Como você pode se respeitar hoje, e todos os dias? Gravados em áudio-tape e vídeo digital.

(Continuação)

Artigo	Objetivos	Perspectiva teórica	Descrição e Realização	Participantes	Métodos, técnicas e instrumentos
4 Cooper e cols.	<p>Determinar a efetividade de programa TEACH — <i>Transforming, Empowering, and Affecting Congregation Health</i> de nutrição e exercício baseada na <i>Faith Community Nursing: Scope and Standards of Practice</i> e na noção de competência cultural. O projeto presume que as as comunidades religiosas são atravessadas por desigualdades, inclusive na experiência de saúde.</p>	<p>Oficinas baseadas no programa <i>Eat Healthy Be Active</i> (ODPHP,2014) <i>ChooseMyPlate.gov</i> e no <i>Presidential Active Lifestyle Award Program</i> entre outros do Departamento Federal de Agricultura, de perspectiva sociocognitiva e que integra “promoção da saúde baseada na comunidade de fé (em torno das Igrejas), considerando necessidades individuais e espirituais</p>	<p>Detalhada intervenção de “intervenção para a saúde culturalmente adaptada” que consiste de encontros 2 vezes por semana por 1 hora com mulheres negras significadas como “população alvo”: 1º encontro para exercícios (dança Africana, de salão e ou swing dance, ou yoga, ou cardio e aeróbicos). São encorajadas a fazer mais 90 minutos de exercício em casa. 2º encontro capacitação para mudar estilo de vida e aprender cardápios a baixo custo e saudáveis.</p> <p>Realizada por enfermeiras de saúde pública na comunidade e educadores em saúde, além de voluntários na comunidade religiosa</p>	<p>Mulheres negras obesas e frequentadoras de uma comunidade religiosa</p>	<p>Medidas colhidas antes e depois da intervenção: Pesagem, medidas de circunferência (do pescoço, cintura, quadril), peso e massa corporal. Preocupa-se com indicadores de “sustentabilidade” do projeto, o que é raro nessas perspectiva.</p>

(Continuação)

Artigo	Objetivos	Perspectiva teórica	Descrição e Realização	Participantes	Métodos, técnicas e instrumentos
5 De Marco e cols.	Descrever a história de dez anos de projeto cujo desafio é ser sensível a abordagem de gênero, ser culturalmente relevante e conveniente. Usar uma pesquisa-participatória de base comunitária com pessoas de baixa renda.	A “Teoria do Silenciamento do Self” é uma abordagem de gênero, fruto de estudo longitudinal com mulheres com depressão, seus relacionamentos, principalmente com homens – sobre como silenciam sobre pensamentos, sentimentos e as ações que gostariam de realizar para não se contrapor aos desejos de seu parceiro.	Reuniões mensais para compartilhar a preocupação com alto índice de HIV na comunidade, e aumentar a consciência de enormes desigualdades no campo da saúde. Compartilhou-se o conhecimento acumulado no grupo, as dificuldades de negociação de sexo seguro e se apresentou para a reflexão a teoria do Silenciamento do Self. Intervenção foi estruturada para escrita, conversas, produção de filmes sobre episódios biográficos e negativos, que eram então escritos. Realizada por professores universitário na área da saúde pública e da enfermagem e por pares	Mulheres negras de baixa renda, em processo de envelhecimento, vulneráveis ou infectadas pelo HIV	Ensaio descritivo sobre o processo

(Continuação)

Artigo	Objetivos	Perspectiva teórica	Descrição e Realização	Participantes	Métodos, técnicas e instrumentos
6 Gist	Pergunta do artigo: como o “feminismo negro” (conceito, teoria aplicada e rede de proteção) funciona para auxiliar estudantes a entender as múltiplas formas pelas quais as mulheres negras ou pardas são marginalizadas por práticas e estruturas institucionalizadas?	Embasado fortemente na obra de Patricia Hill Collins que define uma pedagogia crítica e feminista negra, que pensa a sala de aula como espaço para transformação coletiva e pessoal, numa perspectiva emancipatória.	<p>Intervenção em sala de aula: planejamento detalhado de aulas para produzir “consciência crítica” sobre padrões de desigualdade (de gênero, raça e econômica) utilizando a leitura de autoras negras e feministas, que permitam interpelar teorias de “sucesso individual” e sair da posição de auto-acusação pelo fracasso pessoal sem entender o contexto e reinterpretando o “mundo perigoso” da sala de aula. Permite que professores e estudantes pensem criticamente como mulheres negras estão situadas como agentes sociais na sociedade, mesmo em contextos institucionais que mantêm privilégios de certos grupos.</p> <p>Realizada por professoras.</p>	Professores e estudantes em geral, dedicadas a prevenir sofrimento de mulheres negras.	Trata-se da descrição, uma narrativa ensaísta sobre a fundamentação do projeto e a proposta de intervenção desenhada. Não se apresenta metodologia de pesquisa ou projeto que o estude. Mas há detalhes sobre o que deve ser a intervenção e planos de aula detalhados para atingir os objetivos.

(Continuação)

Artigo	Objetivos	Perspectiva teórica	Descrição e Realização	Participantes	Métodos, técnicas e instrumentos
7 González Lez-Prendes	<p>Analisar os efeitos de uma intervenção de grupos de manejo da raiva de curta duração (8 sessões, presenciais) para reabilitação do abuso de álcool e/ou drogas. O estudo avaliou o impacto do tratamento no nível do traço raiva (Spielberger, 1988) das participantes e no modelo atributivo</p>	<p>Teoria Cognitivo-Comportamental e Teoria da Atribuição (que identifica como as pessoas atribuem sentido /causas ao comportamento dos outros. Empoderamento foi tema recorrente para ajudar as mulheres aumentar auto-determinação, auto-eficácia e expandir suas oportunidades (de Zastrow & Kirst-Ashman, 2004). T</p>	<p>Detalhada descrição de 2 tipos de aconselhamento em 8 sessões de grupo com foco no manejo da raiva. Um grupo recebeu um tratamento cognitivo-comportamental presencial de manejo da raiva. Outro grupo recebeu um tratamento de prevenção de recaída com duração de oito semanas sem o componente de manejo de raiva. Usou-se roleplaying e debate as sessões abordaram temas como : 1) identificar a influência do pensamento nas emoções; 2) identificar as idiossincrasias pessoais que aumentam sentimentos de raiva; 3) reconhecer suas crenças e outras explicações alternativas plausíveis; 4) reconhecer indicadores de que “lá vem a raiva”; 5) aumentar a responsabilidade por suas emoções e comportamentos por auto-monitoramento; 6) técnicas de relaxamento; 7) treinamento de capacidade para comunicação assertiva e resolução de conflitos. Realizado pelo autor</p>	<p>Predominantemente, mulheres afro-americanas, de nível socioeconômico baixo, morando preferencialmente em instalações residenciais no centro-oeste da cidade de Detroit, em reabilitação do abuso de álcool e drogas.</p>	<p>O desenho consiste em dois grupos aleatoriamente atribuídas em duas opções de tratamento e avaliação antes e depois do tratamento.</p>

Artigo	Objetivos	Perspectiva teórica	Descrição e Realização	Participantes	Métodos, técnicas e instrumentos
8 Nicol	Descrição de como integrei imagens de mulheres negras na mídia e na cultura a fim de auxiliar estudantes a contestar as representações limitadas, falsas e distorcidas das vidas diárias.	Teoria de Três pontas para análise cultural: produção, consumo e agência	Educação com base na análise de narrativas midiáticas sobre mulheres negras Realizada pela autora	Estudantes de mestrado no curso de Estudos sobre mulheres	Ensaio escrito na 1ª pessoa do singular, como relato de experiência
9 Oliveira e Cols.	Compreender os efeitos da discriminação racial na identidade e subjetividade de mulheres negras atendidas no programa SOS Racismo, em Porto Alegre/RS, Brasil. Ouvir as narrativas das mulheres que sofreram atos de racismo/discriminação e agenciar outras referências identitárias.	Análise das práticas discursivas, entendidas como a forma pela quais as pessoas produzem sentidos para experiências como as da violência racial. Usa o referencial teórico dos estudos de gênero. O grupo é o catalisador existencial capaz de produzir focos mutantes de criação, desbloquear o paralisado, desfazer códigos homogeneizantes e agenciar novos modos de subjetivação e construir estratégias coletivas de resistência.	A organização não-governamental (ONG) oferece atendimento jurídico contra o crime de racismo, atendimento psicossocial aos prejuízos emocionais causados pela violência da discriminação e atenção interdisciplinar para o fortalecimento da identidade racial das beneficiárias, agenciando outros modos de subjetivação. A estratégia de grupos dispositivos (processo grupal como possibilidade de transformação social), atento ao jogo de interesses e de poder no campo da pesquisa. Realizada pelas autoras, que inclui uma militante do movimento de mulheres negras.	Mulheres negras atendidas pelo Programa SOS Racismo	Desenho qualitativo e texto descritivo do material empírico das atividades de grupo de mulheres negras que denunciaram a discriminação racial no programa SOS. Três sessões de grupo de uma hora, por 3 semanas sobre: (1) relatos sobre as histórias de vida; (2) o que significa ser mulher negra nesse contexto histórico e social: por meio de fotografias das participantes do grupo e de portfólios de mulheres negras, acionou-se referências identitárias afro-brasileiras; (3) compartilhamento de narrativas de resistência, relatos de transgressões e subversões ao modelo racial hegemônico

(Continuação)

Artigo	Objetivos	Perspectiva teórica	Descrição e Realização	Participantes	Métodos, técnicas e instrumentos
10 Sheppard e cols.	<p>Testar uma intervenção por pares com mulheres negras com câncer de mama - "tratamento centrado no paciente": <i>Sisters Informing Sisters</i></p> <p>O objetivo é ajudar mulheres a obter informações necessárias de seus médicos para tomar decisões apropriadas a seus valores, preferências e necessidades.</p>	<p>Perspectiva sociocognitiva que inclui o fortalecimento da agência das mulheres.</p>	<p>Intervenção composta por sessões de educação por pares entre mulheres negras para a construção do perguntar e se comunicar melhor, para ter melhor habilidades de lidar com o câncer de mama: TALK: <i>Tell your story, Ask questions, Listen actively, and Know your options</i> (conte sua história, pergunte, escute ativamente e conheça suas opções).</p> <p>Reúne uma paciente recém diagnosticada de câncer de mama e uma sobrevivente capacitada para uma sessão presencial educativa sobre habilidades.</p> <p>Realizada pelas autoras.</p>	<p>Mulheres que se identificam como negras, com confirmação histológica do câncer de mama, e mais de 21 anos em qualquer estágio do câncer. Mulheres com câncer de mama recorrente ou que já tiveram outro tipo de câncer anteriormente foram excluídas, dado que a tomada de decisão se torna mais complexa para este grupo.</p>	<p>Após uma entrevista inicial via telefone, as mulheres passaram por uma sessão educacional presencial de suporte à decisão, conduzida por uma capacitada <i>coach</i> sobrevivente. A <i>coach</i> utilizou do guia culturalmente adaptado e modelo de tomada de decisões (TALK Back!©). Uma avaliação de processo abordou: a aceitabilidade, a satisfação com o material impresso, e o relato das mulheres sobre evolução de sua auto-eficácia na comunicação com médicos, na compreensão e decisão sobre tratamento, e se foi um tratamento centrado na cliente.</p>

(Continuação)

Artigo	Objetivos	Perspectiva teórica	Descrição e Realização	Participantes	Métodos, técnicas e instrumentos
11 Wechsberg e cols	Avaliar o impacto relativo de integrar a intervenção Women's Health CoOp (WHC) às práticas padrões do Test, Treat, and Retain (TTR) Independentemente de seu status de HIV, avaliará o impacto relativo de integrar WHC nas práticas para redução de risco (tais como o uso de álcool e drogas, a não utilização de preservativos) Em mulheres soropositivas, usuárias de álcool e outras drogas se fazem exames médicos regulares (por exemplo, CD4, carga viral) .	É uma adaptação do modelo WHC que inclui vinculá-las ao serviço de saúde (programática!) Chamam de intervenção biocomportamental com empoderamento essa modalidade do Women's Health CoOp Plus/ WHC+. Perspectiva sócio cognitiva acrescida de duas sessões individuais com perspectiva de gênero e educação por pares, por mulheres multilíngues, da comunidade que trabalha estratégias de empoderamento individualizadas.	<p>No grupo controle as mulheres são testadas para o HIV e recebem aconselhamento padrão executadas na África do Sul.</p> <p>As mulheres do grupo da intervenção participam de todas as atividades descritas para o grupo controle + participam de duas sessões individuais de 35-40 minutos, com uso de <i>role playing</i> e prevenção ao HIV focada em mulheres que inclui redução de risco como “negociação de sexo seguro”, “uso correto de camisinha”</p> <p>As que iniciam uso de antirretrovirais recebem aconselhamento para adesão na clínica da secretaria de saúde onde tem acesso exames de sangue, funções hepática e renal antes de iniciar os ART. Tem acesso ao teste de CD4 em 6 meses and 12 meses de seguimento. As que não acessam ART (CD4 >350) participam de um “programa de bem estar”.</p> <p>São encaminhadas para outros serviços de tuberculose, reabilitação para drogas, e aconselhamento para violência de gênero. Recebem lanches, transporte e creche para suas crianças para vir à consulta.</p> <p>Responsáveis: pessoas treinadas pelas autoras para aplicar a intervenção no campo (Outreach) nos vários settings onde as trabalhadoras do sexo estão.</p>	Mulheres trabalhadoras do sexo que falam inglês, sesoto, tsuana ou zulu e são maiores de 15 anos. Usuária semanal de pelo menos uma substância* nos últimos 90 dias, tenha feito sexo vaginal desprotegido nos últimos 6 meses, consinta fazer teste rápido de HIV e exame toxicológico (verbal e por escrito para participar) e tem planos de permanecer em Pretória por 12 meses.	<p>Pesquisa experimental com grupo controle e randomização na seleção dos participantes trazidas para a unidade móvel.</p> <p>As que iniciam o tratamento, permanecer nele até ter sua carga viral suprimida.</p> <p>Essas sessões visam aumentar conhecimento, habilidades e motivação para a mudança de comportamentos relacionados ao uso de álcool e drogas, risco sexual, violência e a exposição ao risco de vitimização.</p> <p>Adaptada de projetos prévios nos EUA (North Carolina, Rhode Island, Massachusetts) na Rússia e na Georgia, and South.</p> <p>No final da 2a sessão um plano personalizado é preenchido pela mulher que leva para casa. São acompanhados no campo, face a face ou por celular, ao menos mensalmente no seus planos.</p>

(Continuação)

Artigo	Objetivos	Perspectiva teórica	Descrição e Realização	Participantes	Métodos, técnicas e instrumentos
12 White	Analisa uma vivência muito inovadora no abastecimento alimentício da cidade de Detroit, por agricultura urbana como uma forma de retornarem a suas raízes culturais e reivindicar seu poder, libertas das restrições impostas pela comercialização e pelo consumismo.	Mobilização, educação, defesa de políticas públicas e melhorias materiais no bairro.	<p>Foram entrevistadas 8 mulheres (de 30 a 60 anos), que são líderes comunitárias, educadoras, funcionárias públicas do município ou desempregadas/buscando trabalho. Três eram fundadoras da organização, 2 trabalharam na gestão e as 3 restantes eram voluntárias muito ativas e envolvidas com atividades agrícolas. Essas camponesas se posicionam como ativistas pelo direito à segurança alimentar, por direitos dos presidiários e das suas famílias, direitos digitais e ambientais, educação comunitária e cidadã.</p> <p>Responsáveis: mulheres negras e ativistas</p>	- - -	- - -

(Continuação)

Artigo	Objetivos	Perspectiva teórica	Descrição e Realização	Participantes	Métodos, técnicas e instrumentos
13 Wissman	O que podemos aprender a partir da participação das estudantes nesse curso, como são suas respostas a essa tradição na escrita e partilha de suas próprias poesias. Quais são os entendimentos de uma “Heterotopia” em um trabalho de alfabetização de jovens mulheres negras? De que forma abraçaram a oportunidade de construir e experienciar um curso eletivo embasado na tradição de mulheres afro-americanas em alfabetização? Como colocaram suas próprias experiências vividas e identidades sociais na interpretação e escrita da poesia?	Perspectivas Espaciais (Leander & Sheehy, 2004), “Outros Espaços” (Foucault, 1986), “Espaço Criativo Radical”, Tradições e Poesias de Literatura Afro-Americanas, Teoria Realista Pós-Positivista e Epistemologia Feminista Negra.	Práticas que surgiram em um curso escolar eletivo embasado na tradição afro-americanas em alfabetização de e por mulheres. Realizada pela autora e escrito na 1ª pessoa do singular	A maioria destes estudantes são mulheres negras.	A metodologia utilizada neste estudo é fundamentada na <i>Practitioner enquiry</i> – (metodologia de investigação pelo professor com seus alunos) e de pesquisa feminista. Um aspecto significativo desta metodologia é o de posicionar os estudantes também como criadores do conhecimento, com agência para informar e mudar o trabalho na sala de aula e na pesquisa.

(Conclusão)

Artigo	Objetivos	Perspectiva teórica	Descrição e Realização	Participantes	Métodos, técnicas e instrumentos
14 Zway e col.	Descrever os resultados preliminares de um projeto participativo de <i>photovoice</i> com jovens negras lésbicas e bissexuais da região do Cabo Ocidental (África do Sul).	Teoria feminista com análise da interseccionalidade.	<p>Construção de narrativas autobiográficas por meio do <i>photovoice</i>, resultado de 10 encontros ao longo de 5 meses. Os encontros começam com 2 discussões sobre sua vida como lésbicas ou bissexuais, em grupo. Decidem que história querem contar e são treinadas em fotografia por um fotógrafo profissional. Tiram então fotografias que representam essa história, escrevendo sobre ela.</p> <p>O trabalho culmina com o planejamento e realização de uma exposição pública do trabalho das adolescentes e uma reunião final depois da exposição.</p> <p>Realizada pela autora em colaboração com as meninas (uma autora é “mulher negra heterossexual” e outra “branca de classe média”).</p>	14 adolescentes que falam Xhosa (13 - 17 anos). Três estava na 8ª série; 2 na 9ª, 4 na 10ª; 3 na 11ª; e 2 na 12ª série. Doze se identificaram como lésbicas e duas como bissexuais	O projeto consiste no desenvolvimento de narrativas fotográficas e na coleta de dados de entrevistas e grupo focal composto por 14 jovens mulheres de 13 a 17 anos, que se identificam como lésbicas e bissexuais. Metodologias visuais são agregadas. Análise temática de conteúdo do material

São muito variados os temas abordados nos estudos. As direções são, por exemplo, apoiar as mulheres negras, promover sua saúde, potencializar resiliência, empoderamento e agência, ou ainda, ações conjuntas voltadas à sua cidadania e emancipação.

A vertente psicológica mais utilizada, no caso de autoras estadunidenses, é a de tradição sociocognitiva, em alguns casos com uma associação com noções como agência, sujeito e empoderamento.

Educar é o modo mais comum de estratégia, especialmente nos artigos estadunidenses, e isso aparece em ações ocorridas desde o início do século, como se pode aprender no texto de Bair (2008). Burroughs fundou escolas técnicas, com foco na aquisição de um ofício, valorizando os ofícios técnicos, mas mantendo disciplinas que permitiam uma formação mais clássica ou acadêmica, por compreender a necessidade de uma cidadania “mais útil”: as estudantes, ao se formarem, teriam o perfil de cidadãs ativas. A escola enfatizava o treino de cidadania por meio de serviços comunitários, da atenção a eventos sociais e históricos em curso, do preparo para o discurso público e da formação de lideranças.

Com o objetivo de preparar as estudantes para a realidade econômica, habilidades intelectuais eram estimuladas junto com a autossuficiência e a liderança, também como preparação prática de carreira. O trabalho de Burroughs reflete aspectos da educação social, como a necessidade de não se ater a fontes tradicionais de informação.

Abaixo, um quadro onde sintetizamos os termos que apareciam nos artigos para nomear os processos mediadores ou resultados das ações. Dessa forma, procuramos conferir se apareciam os processos selecionados nesta pesquisa, ou outros, e identificar quais os sentidos presentes. Adiante e no capítulo de análise dos resultados, refletimos sobre os sentidos em comparação com os adotados nesta pesquisa, e também qual o possível referencial epistemológico ou ideológico de cada nomeação e uso dos termos.

Quadro 2 - Nomeação dos processos enfocados nos artigos

Artigo	Termos associados aos processos
1 Andrews e cols.	<i>Comunnity based approach, self-efficacy, empowerment</i> Abordagem de base comunitária, auto-eficácia, empoderamento
2 Bair	<i>Training, activism, self-help, racial pride, racial uplift</i> Treinamento, ativismo, orgulho racial, auto-ajuda, “elevação” racial
3 Barlow	<i>Spaces of agency</i> Espaços para ser agente, produzir agentes
4 Cooper e cols.	<i>Transforming, empowering</i> Transformação, empoderamento (com sentido de ter poder para “transformar” sua vida “mudando comportamento”)
5 DeMarco e cols.	<i>To give a voice, resilient</i> Dar voz, resiliente
6 Gist	<i>Education, transformation, agents, emancipatory tenor</i> Educação, transformação, agentes e progresso emancipatório (emancipação = transgredir e aprender sobre iniquidades)
7 González-Prendes	<i>Sense of powerlessness, empowerment strategies, skills acquisition and rehearsal, cognitive behavior changes, empowerment</i> Sensação de falta de poder, estratégias de empoderamento, aquisição e prática de habilidades, empoderamento, mudanças cognitivas-comportamentais,
8 Nicol	<i>Agency, cultural studies analysis</i> Agência, análise cultural
9 Oliveira e cols.	Romper o silêncio, enfrentamento, resistência, denunciar a violação da lei e agenciar referências identitárias.
10 Sheppard e cols.	<i>Skill-based interventions, self-efficacy, coaching/counseling decision empowerment</i> Intervenções baseadas na aquisição de habilidades, auto-eficácia, empoderamento da decisão de acompanhamento/aconselhamento
11 Wechsberg e cols.	<i>Skill-based interventions, biobehavior intervention</i> Intervenções baseadas na aquisição de habilidades, intervenção biomédica e comportamental
12 White	<i>Agency, sense of community, exercise political agency, self-reliance and self-determination</i> Agência, senso de comunidade, exercício político de agência, auto-confiança e auto-determinação
13 Wissman	<i>Identities, resistance, opportunities to rise up</i> Identidades, resistência, oportunidades para erguer-se, levantar-se.
14 Zway e col.	<i>Deemed pleasurable and empowering, homophobic victimization, increased vulnerability to mental health problems, risk</i> Considerar prazeroso e empoderador, probabilidade de se tornar vítima de homofobia, aumento na vulnerabilidade a questões relativas à saúde mental, risco

Em apenas um dos textos se utiliza a noção de resiliência (“espírito resiliente”). O artigo utiliza a tradição de escrita, interpretação e educação crítica inaugurada por Burroughs. Na narrativa brasileira (Oliveira, 2009), por outro lado, há referências a noções como “desenvolvimento” e “subjetividade”, por exemplo, o que remete à tradição da formação de psicólogos e educadores no Brasil, bastante influenciada pelas teorias de Freud e Piaget, inclusive quando pensam em socialização e experiências grupais.

A maioria dos artigos pensa os fenômenos psicológicos por meio de constructos universais, muitas vezes de acordo com a linha sociocognitiva. Outra característica marcante em muitos artigos é a presença de uma noção de educação para a emancipação.

Consideramos importante apresentar também os resultados e conclusões dos artigos, incluídos na tabela seguinte. Optamos por incluir os trechos dos artigos, aqui também com tradução da equipe de revisão.

Tabela 4: Resultados e conclusões dos artigos

Artigo	Resultados (esperados, alcançados, positivos/negativos, desdobramentos, discussão e análise)	Conclusões Sugestões para novas intervenções, pesquisas
1 Andrews e cols	<p>Mulheres que passaram pela intervenção <i>Sister to Sister</i> tinham seis vezes mais chances de parar de fumar do que as mulheres que receberam material escrito de auto-ajuda. Nesse estudo, 27,5% das participantes do grupo de intervenção mantiveram a abstinência do cigarro por 6 meses, como confirmado pelas medidas de CO exalado. A intensidade, duração e formato do grupo de intervenção podem ter sido fatores que contribuíram para maiores resultados de abstinência. Os resultados indicam que todas as medidas de apoio social aumentaram significativamente ao longo do tempo entre as participantes da intervenção. Também foram observadas melhoras na auto-eficácia para abandonar o cigarro ao longo do tempo. Melhorias na auto-eficácia para abandonar o cigarro ao longo do tempo não só preveem a interrupção como também intermediam os desdobramentos da interrupção, o que indica que a construção de confiança em conseguir parar pode explicar como as participantes da intervenção foram capazes de interromper o uso de tabaco.</p>	<p>A efetividade foi observada na oferta de sugestões simples, práticas e realistas, as quais as mulheres podiam associar, e também no empoderamento das mulheres em encontrar suas próprias soluções para combater situações de recaída ou para superar o desejo de voltar a fumar em diversas situações. Abordagens comunitárias para intervenções comportamentais em saúde são necessárias para eliminar desigualdades deste tipo em comunidades marginalizadas. A parceria entre comunidades é crucial tanto para entender o contexto e significado de comportamentos em saúde quanto para desenvolver estratégias efetivas e duradouras de mudança comportamental e social.</p> <p><i>Sugestões para novas intervenções e pesquisas</i></p> <p>Tornam-se necessárias pesquisas futuras para testar a efetividade desta intervenção no modelo de estudo randomizado controlado, para validação dos resultados a longo prazo do abandono do tabagismo.</p>

(Continua)

(Continuação)

Artigo	Resultados (esperados, alcançados, positivos/negativos, desdobramentos, discussão e análise)	Conclusões Sugestões para novas intervenções, pesquisas
2 Bair	Educadores reconhecem o legado de Burroughs e a importância de desenvolver a educação social em muitos níveis. A escola fundada por ela em 1909 permanece em funcionamento até os dias de hoje, em Washington D.C..	A obra de Burroughs recapitula três aspectos importantes da educação social: 1. A importância de buscar, além das fontes tradicionais, escutar as vozes de teóricos que situam sua obra fora das estruturas patriarcais. 2. Para ponderar detalhadamente sobre “como os cidadãos são educados em uma democracia”, é preciso olhar por dentro e por fora as instituições tradicionais e o ambiente escolar. 3. Examinar as implicações de raça, gênero e contexto histórico no desenvolvimento da cidadania dos estudantes. <i>Sugestões para novas intervenções e pesquisas</i> Buscar fontes alternativas de evidência a fim de obter um registro histórico mais completo da educação social nos Estados Unidos.
3 Barlow	As mulheres negras conseguiram se repensar como pessoas que necessitam de cuidado e também problematizaram os aspectos estressores que impedem o amor próprio e autocuidado: econômico e social, dentre outros a partir dos relatos de outras mulheres negras. Conseguiram reconhecer a conexão entre saúde psicossocial, saúde física e bem estar. As representações digitais das narrativas pessoais das participantes demonstram a natureza política das circunstâncias pessoais e interseccionais. Site: www.savingoursisterproject.com	As mulheres negras participantes redescobriram o amor próprio e noção de cuidado em comunidade. Sentiram-se desafiadas e capacitadas, com aumento de auto-eficácia e para se dedicar a mudar seu comportamento. Sugestões para soluções para o estresse do papel das mulheres negras, como um esforço para abordar como as questões socioambientais influenciam sua saúde, incluem a atividade sócio-política e as práticas de autocuidado coletivo, recomendações consistentes e congruentes com o Pensamento Feminista Negro, Consciência. Princípios e Práticas, bem como com metodologias e modalidades Mulheristas. O amor cuida e cura, e a mudança do olhar estereotipado inspirou outras mulheres e motivou cada uma. Infelizmente, para muitas mulheres negras, amor, e especialmente amor-próprio parece luxo. <i>Sugestões para novas intervenções e pesquisas</i> O artigo termina com um roteiro de aula, com conteúdo, objetivos, estratégias pedagógicas e de avaliação e fontes que podem inspirar novas iniciativas nessa direção.

(Continuação)

Artigo	Resultados (esperados, alcançados, positivos/negativos, desdobramentos, discussão e análise)	Conclusões Sugestões para novas intervenções, pesquisas
4 Cooper e cols.	A diminuição nas medidas indica que a intervenção projeto TEACH foi bem-sucedida. Participantes também realizaram comentários em devolutiva sobre o programa, sugerindo um sentido de realização e comprometimento a mudanças de estilo de vida. Apesar de imensurável, o apoio e incentivo que as participantes promoviam umas nas outras era incalculável.	Estratégias interventivas baseadas em aspectos culturalmente significativos e com foco nas instituições que promovem a fé (igrejas) funcionam. <i>Sugestões para novas intervenções e pesquisas</i> Frequentar o programa quinzenalmente durante 12 semanas pedia um nível de comprometimento que não era viável para todos os participantes. O programa era gratuito, a quantidade de participantes e seu comprometimento poderia ter sido maior. No entanto, por ser gratuito, pode ter se enfatizado a falta de investimento e por isso, menos comprometimento, diminuindo a possibilidade de adesão. Talvez se realizado em outra temporada que não a de férias, os resultados positivos poderiam ser maiores. Limitar as inscrições para apenas mulheres entre 20 a 65 anos, excluiu alguns indivíduos da Igreja que queriam participar.
5 DeMarco e cols.	A evolução da intervenção Sistah Powah constrói a premissa de que a experiência individual é elaborada de uma nova maneira quando é feita dentro do grupo de mulheres negras que costumam se isolar. Concomitantemente, a TSTS conduziu com especificidade necessária para entender as vozes de mulheres negras que tentaram se manter bem diante de uma infecção que ameaça suas vidas.	A pesquisa comunitária participativa é um processo longo e árduo. O engajamento mútuo em encontrar soluções comportamentais de promoção da saúde em HIV, que aumentem o autocuidado daqueles que vivem com a infecção, irá auxiliar a todos em atingir novos horizontes de cuidado e acolhimento. Esta última inovação é especialmente importante em um país como África do Sul, com alto nível de prevalência de HIV, onde pessoas que exibem comportamento de baixo risco ainda assim podem ser expostas ao HIV. <i>Sem sugestões para novas intervenções e pesquisas</i>
6 Gist	Trata-se de uma proposta de intervenção e ação cuja realização e resultados não estão descritos	Sugere um planejamento de aulas na direção da fundamentação proposta

(Continuação)

Artigo	Resultados (esperados, alcançados, positivos/negativos, desdobramentos, discussão e análise)	Conclusões Sugestões para novas intervenções, pesquisas
7 González-Prendes	Os dados apontam que as participantes do grupo de manejo da raiva se mostraram com escores do traço raiva significativamente reduzidos, do pré ao pós tratamento. Elas também apresentaram redução expressiva do traço raiva em comparação ao grupo de prevenção a recaída. Tais resultados dão apoio a pesquisas e meta-análises anteriores que apontam CBT (Cognitive Behavioural Therapy) como uma abordagem efetiva para reduzir níveis do traço raiva.	Os resultados da pesquisa indicam que CBT pode ser uma alternativa viável para trabalhar com indivíduos raivosos como os deste estudo. Isso é particularmente significativo dado que a maioria esmagadora das participantes eram mulheres negras, uma população sub-representada em estudos que usam CBT no tratamento da raiva. O estudo t levanta questões para assistentes sociais levarem em consideração ao conduzir pesquisas futuras de temática da raiva em populações similares. <i>Sugestões para novas intervenções e pesquisas</i> 1. Pesquisa adicional feita com amostras populacionais maiores e estudo randomizado controlado é necessária para determinar a efetividade da intervenção e desenvolver futuro suporte empírico e abordagens culturalmente sensíveis para o manejo de minorias específicas de gênero, raça e etnia. 2. Uma pesquisa adicional poderia elucidar melhor o papel do empoderamento no tratamento da raiva ao trabalhar com populações oprimidas e vulneráveis e discernir os reais mecanismos cognitivos que levam ao desenvolvimento da noção de empoderamento. 3. Estudos futuros podem incluir um componente que permitiria analisar como os benefícios do tratamento foram mantidos ao longo do tempo.
8 Nicol	Após o sucesso de debates em grupos pequenos sobre responsabilidade no consumo, desenvolvi projetos colaborativos que se basearam no conhecimento recém adquirido das estudantes sobre três estereótipos predominantes de mulheres negras. Esses projetos permitiram às estudantes a se engajarem na práxis e as ofereceram a oportunidade de ver como mulheres negras poderiam se redefinir na arte, nos filmes, na música e na literatura; desta forma possibilitando “meta-ideologizar” e mudar as ideologias dominantes falsas e negativas sobre mulheres negras.	Eu também fui transformada pelo projeto. Pela primeira vez, me senti confortável ao incorporar a linguagem visual em sala de aula. Munir-me com o que sentia foi o formato teórico mais abrangente para analisar essas imagens, as estudantes não somente aprenderam sobre os estereótipos, como também aprenderam a sabotá-los e desconstruí-los. <i>Sem sugestões para novas intervenções e pesquisas</i>

(Continuação)

Artigo	Resultados (esperados, alcançados, positivos/negativos, desdobramentos, discussão e análise)	Conclusões Sugestões para novas intervenções, pesquisas
9 Pereira de Oliveira e Cols.	Acreditamos que a intervenção produziu efeitos políticos de reflexão e mudança, na medida em que o grupo construiu novos sentidos para as violências sofridas, transformando a narrativa pessoal em uma denúncia pública. No trajeto grupal veio à tona aquilo que habitualmente é silenciado e, em frases entrecortadas por hesitações, como que agregando elementos para entender a situação, as mulheres começaram a formular conjuntamente o discurso de denúncia.	A construção partilhada no grupo dispositivo possibilitou às mulheres identificarem o discurso que encobre o racismo, encararem sua existência, perceberem os efeitos que gera e legitimarem a necessidade de justiça. Esse fato aponta a importância dos movimentos sociais antirracismo, dos programas como o SOS Racismo e de políticas públicas de combate ao racismo e promoção da igualdade racial, que proporcionem à população negra um lugar onde a denúncia adquira legitimidade e passe da perspectiva individual a uma perspectiva de direitos. <i>Sem sugestões para novas intervenções e pesquisas</i>
10 Sheppard e cols.	Após a intervenção, participantes relataram aumento de auto-eficácia na comunicação com os provedores (70%) e auto-eficácia na tomada de decisões (70%). Comparada às medidas da linha de base, a comunicação com provedores pós-intervenção aumentou significativamente ($p=.000$).	Este estudo preenche um vazio na literatura de estratégias potenciais para informar mulheres negras sobre as opções de tratamento sobre seu câncer de mama e para desenvolver suas habilidades de tomada de decisões, tomada de decisão compartilhada (Share Decision Making) e comunicação com seus cuidadores. No entanto, existe uma série de limitações nos nossos resultados: mesmo fornecendo informações sobre a satisfação das participantes com a intervenção, os resultados sobre conhecimento, tomada de decisão compartilhada, comunicação e auto-eficácia foram embasados em auto-relato. Nós fomos incapazes de identificar quando cuidadores tenderam a encaminhar pacientes que eles percebiam como aderentes ou não-aderentes. Disparidades étnico-raciais na comunicação paciente-cuidador foram bem documentadas. Por sua vez, esses resultados intermediários podem levar a reduzir as diferenças no tratamento do câncer. <i>Sugestões para novas intervenções e pesquisas:</i> Auxiliar na interação com os cuidadores pode ser útil para aprimorar os resultados intermediários das participantes. Serão cruciais estudos futuros que incluam gravações de áudio e vídeo das interações paciente-cuidador. Além disso, esse processo piloto focado na viabilidade não empregou desenho randomizado controlado, o que impõe limites às conclusões sobre a efetividade da intervenção, comparado a outras estratégias.

(Continuação)

Artigo	Resultados (esperados, alcançados, positivos/negativos, desdobramentos, discussão e análise)	Conclusões Sugestões para novas intervenções, pesquisas
11 Wechsberg e cols.	<p>Trata-se de um projeto em andamento sem resultados. A intervenção biocomportamental proposta neste estudo fundiu uma eficaz intervenção comportamental de prevenção de HIV para mulheres com a prevenção biomédica do tratamento como prevenção, usando a estratégia Buscar, Testar, Tratar e Manter. É especialmente importante em um país como África do Sul, com alto nível de prevalência de HIV, onde pessoas que exibem comportamento de baixo risco ainda assim podem ser expostas ao HIV.</p>	<p>Essa intervenção pode auxiliar no controle da epidemia de HIV na África do Sul com 4 inovações importantes: (1) um componente de âmbito municipal, para aumentar a quantidade de mulheres em alto risco alcançadas; (2) um componente de administração de casos para aumentar os inícios e permanências no tratamento de mulheres diagnosticadas como soropositivas; (3) aconselhamento baseado em evidências e na perspectiva de gênero para reduzir comportamento de risco e aumentar a aderência ao tratamento (4) aconselhamento baseado em evidências para reduzir comportamento de risco de mulheres com status negativo.</p> <p><i>Sem sugestões para novas intervenções, pesquisas</i></p>
12 White	<p>Para essas mulheres, a participação na jardinagem urbana ocupa o lugar de protesto, lugar onde não só nutrem suas famílias e suas comunidades com alimentação saudável, como também nutrem sua necessidade de ser agente da mudança em suas comunidades. A lavoura é um espaço em que podem trabalhar, aliviar das agressões de suas vidas cotidianas e criar um sistema alimentar que seja comunitário, ambientalmente responsável e um exemplo de potencial transformação, tanto para o cinturões da ferrugem quanto pros cinturões verdes.</p>	<p>Em sua luta pelo maior acesso à alimentação, essas mulheres consideram a poluição do solo e do ambiente diretamente ligada a poluição de seus corpos e suas comunidades, como lutas intrínsecas. Diante da intersecção de raça, classe e gênero, elas se vêem estruturalmente situadas para compreender e se conectar com o solo.</p> <p>Esse estudo de caso permite aplicar a perspectiva teórica ecofeminista a comunidades do hemisfério norte, incluindo o trabalho de ativistas urbanas afro-americanas em buscar maior sustentabilidade em comunidades; seu trabalho em direitos ambientais e movimentos ambientais são comumente subestimados.</p> <p><i>Sem sugestões para novas intervenções e pesquisas</i></p>

(Conclusão)

Artigo	Resultados (esperados, alcançados, positivos/negativos, desdobramentos, discussão e análise)	Conclusões Sugestões para novas intervenções, pesquisas
13 Wissman	<p>Ensinar com textos e epistemologias de escritoras afro-americanas pode ser uma maneira de “ensinar para se abrir” (Greene, 1994) em uma ampla gama de espaços e auxiliar estudantes a criticar injustiças e reivindicar novas possibilidades. Nos espaços mais tradicionais e em “As Heterotopias”, esses textos auxiliam o trabalhar contra ameaças a identidades que algumas mulheres podem enfrentar em salas de aula inglesas e abrir caminho para a investigação sobre identidades, experiências vividas e formações de uma forma relacional, afetiva e afirmativa. Por acender os espaços de ensino e pesquisa com o “ethos da coletividade” (Vasudevan, 2008), o conhecimento pode se concentrar e suas próprias ações darem formato a esses espaços.</p>	<p>Eu argumentaria que esses tipos de “heterotopias” e currículos são respostas necessárias para abranger práticas institucionais e discursos que são excludentes de formações e vidas das jovens negras. Essas formas de compreender espaços da sala de aula, dos estudantes e da pesquisa são especialmente importantes em um contexto de ensino e aprendizado interculturais, dado que tem o potencial de mudar perspectivas sobre quem é visto como produtor de conhecimento, como o conhecimento é construído e para que fim é produzido. Através de “significativa transformação espacial”, talvez não apenas “educamos para se abrir”, mas também para a criação de espaços que podem facilitar essas aberturas e promover oportunidades para essas jovens mulheres negras de, pelas palavras de Maya, “se erguerem”.</p> <p><i>Sem sugestões para novas intervenções e pesquisas</i></p>
14 Zway e Col.	<p>Apesar das participantes terem de fato vivências de vítimas e de alienação, tal experiência não as define. Estas jovens mulheres desafiam a narrativa dominante. Os resultados também evidenciam o importante papel dos cuidadores na construção de identidades positivas para jovens enquadrados em “minorias” e que ainda dependem de seus cuidadores. A fotografia pode ser uma ferramenta potente para pôr em destaque a subjetividade daquele que é fotografado. Focando em suas identidades e ao que importa para elas, elas trabalharam as fotografias a fim de combater as narrativas dominantes e objetificadoras que as posicionam como vítimas. Suas narrativas e imagens promovem uma nova abordagem para compreender como opera a identidade e a subjetividade.</p>	<p>Esse artigo discute as múltiplas e complexas maneiras nas quais a identidade entre jovens negras lésbicas e bissexuais é construída e negociada. Narrativas predominantes que retratam lésbicas negras como vítimas, invisibilizam a pluralidade de suas vidas e suas experiências de alegria e prazer. As autoras identificam relações de poder que atravessaram o projeto.</p> <p><i>Sem sugestões para novas intervenções e pesquisas</i></p>

Essa revisão de escopo não pretendeu apresentar evidências de quais estratégias são mais eficazes, nem recomendações a serem tomadas por base para futuras práticas. Pretendeu uma exploração da literatura por observarmos a demanda de intervenções de todo tipo, o que é ponto de partida para justificar a relevância da maior parte dos artigos que incluímos na revisão.

Uma revisão sistemática tradicional incluiria de 2 a 3 desses artigos apenas, pois poucos possuem desenhos e objetivos que pretendiam resultados replicáveis em outros contextos. A maioria não permite uma avaliação de impacto, nem facilita analisar se caberia recomendação para que suas intervenções sejam replicadas. Além dessas ponderações, como a revisão de escopo foi focada em processos e não em conteúdos particulares, diferentes temas são abordados, dificultando a indicação de práticas para demandas específicas.

A maioria dos estudos incluídos é de desenho qualitativo e etnográfico, registrando ações e processos, sendo que algumas das narrativas têm a forma de ensaios. Muitos artigos partem da experiência de mulher negra (com outras), e o texto é escrito em primeira pessoa, de acordo com a tradição feminista, e diferente da tradição acadêmica que, apesar de algumas exceções, ainda costuma escrever de modo impessoal.

Há trabalhos que não mencionam resultados nem recomendações, imaginamos que inclusive porque não era esse seu objetivo, mas todos, cada um à sua maneira, alegam que a intervenção funcionou e que novas edições seriam produtivas com base nos princípios que defendem e no planejamento proposto, como, por exemplo, no caso do trabalho de Burroughs resgatado por Bair (2008) e as proposta de ação de Wissman (2011) e Gist (2016).

Os critérios para se medir o sucesso das estratégias são específicos e variam a cada artigo, sendo difícil, assim, comparar os trabalhos. De todo modo, é possível identificar os resultados individualmente. Por exemplo, Andrews e cols. (2007) indicam grande sucesso, pois cerca de 30% das mulheres sustentaram o “parar de fumar”. Discutem esse resultado satisfatório, justificando que outras medidas intermediárias contribuíram, como o aumento do apoio social e da auto-eficácia.

Cooper e cols. (2015) observaram mudanças nas medidas das mulheres que permaneceram no projeto, inclusive pelos testemunhos de realização e comprometimento com mudança, influenciados pelo apoio mútuo, e certamente fortalece a noção de que grupos comunitários, como as igrejas, podem ser espaços

relevantes para a promoção da saúde. González-Prendes (2008) observou redução nos escores do “traço raiva” pré e pós-tratamento, assim como redução expressiva do traço raiva no grupo de prevenção à recaída. Sheppard e cols. (2013) observaram aumento de 70% (setenta por cento) na eficácia de comunicação das mulheres com câncer de mama com seus provedores, assim como nas medidas de auto-eficácia nas suas tomadas de decisão quanto ao tratamento.

Os 8 (oito) estudos que mencionam recomendações para próximas intervenções orientam que se invista em estratégias de continuidade às que produziram. De modo geral, abrem mão de pretensões universalistas e assumem a especificidade de sua intervenção para aquele contexto e grupo a que o modelo serve.

Os processos que motivaram e organizaram a busca dos artigos são valorizados como implicados no resultado ou como horizonte a ser mobilizado em futuros projetos no caso de Andrews e cols. (2007), Barlow (2016), DeMarco e col. (2014), Gist (2016), Nicol (2012) e Oliveira e cols. (2009).

Já González-Prendes (2008), Cooper e cols. (2015) e Sheppard e cols. (2013) valorizam a “adaptação cultural” das intervenções, de acordo com a linguagem e cultura das participantes de suas pesquisas. Os últimos destacam o desenho rigoroso da pesquisa e recomendam estudos randomizados e controlados. Os primeiros, mais na tradição feminista ou de pedagogia crítica, ressaltam as lições aprendidas.

Este capítulo de descrição dos resultados iniciou-se com a apresentação dos dados coletados pela revisão sistemática de escopo, e chega agora, na seção a seguir, à descrição dos resultados coletados por entrevistas. No capítulo seguinte, os dados de ambas as coletas serão avaliados por meio de análise de conteúdo.

5.2. Estratégias reconhecidas no campo do movimento negro e de mulheres negras

Os dados foram coletados a partir de entrevistas com seis informantes-chave, com experiência na realização de estratégias reconhecidas no campo do movimento negro e de mulheres negras. A partir da interlocução das entrevistas, delineamos um escopo de estratégias desse campo.

Interessava um panorama de estratégias de promoção da saúde de mulheres negras, voltadas à potencialização de resiliência, agência, emancipação, autonomia e empoderamento. Assim como na revisão sistemática, não houve o critério de inclusão apenas de experiências idealizadas exclusivamente para mulheres negras, ou com foco para os recortes de gênero e raça, mas amostras com uma significativa parte de mulheres negras. Também como na revisão, filtramos experiências realizadas para mulheres negras, mas não necessariamente pelas mesmas.

Apresentamos agora um perfil do grupo de interlocutorxs. Mais à frente, a descrição de cada entrevista será iniciada por um perfil individual.

Optamos por usar o gênero feminino na referência a elas (cinco) e ele (um). Cinco são diretamente vinculadas ao movimento negro, e quatro ao feminismo negro. Duas integram ativamente práticas tradicionais das comunidades negras. As profissões ou ocupações são: quatro psicólogas, uma jornalista e um consultor de órgão público e pai de santo.

O conjunto de interlocutoras é majoritariamente formado por feministas negras, com formação acadêmica em psicologia e identificação teórica com a psicanálise e com a área de psicologia social. Todas têm formação política dedicada a estratégias em rede para mudança social. As entrevistas coletaram um rol de intervenções que, em sua maioria, foram idealizadas especificamente para mulheres negras. São principalmente estratégias realizadas por e para mulheres negras.

Inicialmente, fizemos um mapeamento de possíveis informantes-chave com as características descritas. Por não haver um número muito grande de pessoas com as características definidas nesta pesquisa, não foi necessária uma triagem inicial. As seis interlocutoras representam menos da metade das pessoas que tentamos entrevistar. As outras não puderam colaborar, não quiseram, não chegaram a responder ao convite ou não chegamos a conseguir contato. Não houve objetivo de

restrição regional, mas com a dificuldade de conseguir agendar com algumas pessoas de outras cidades, e com a preferência por entrevistas presenciais, a amostra acabou sendo de pessoas residentes na cidade de São Paulo. Apesar disso, boa parte das estratégias narradas aconteceram em âmbito nacional, tendo caso também de experiência internacional.

As entrevistas duraram entre uma e duas horas. Foram realizadas nos ambientes de trabalho, com exceção de uma realizada na residência da colaboradora. O roteiro serviu como base, mas nem todas as perguntas foram realizadas, já que a dinâmica da entrevista muitas vezes permitia que algumas perguntas fossem dispensadas ou trocadas, além de outras acrescentadas. Um exemplo é a pergunta sobre hábitos de lazer. Na primeira entrevista, esse tema se vincula ao conteúdo sobre estratégias de auto-cuidado de militantes, e, a partir daí, esse tema de lazer e auto-cuidado foi inserido.

A realização das entrevistas foi agradável e gratificante. Agradável porque eu estava diante de pessoas com as quais possuo algumas identificações teóricas, técnicas e políticas, e que demonstravam estar muito dispostas a ceder a entrevista, talvez pelos mesmos motivos, talvez pelo fato da entrevista estar vinculada a um reconhecimento de seus trabalhos. Foi agradável também porque me sinto muito confortável entrevistando, inclusive pela experiência clínica de vinte anos. Foi gratificante porque as entrevistas permitiram coletar importantes estratégias, com informações sobre as práticas e as reflexões que as acompanham, e esta tese permitiu o registro e a ampliação de sua visibilidade no meio acadêmico. Gratificante também por poder utilizar esse segundo tipo de coleta de dados, que é mais coerente com o perfil das estratégias reconhecidas no campo do movimento negro e de mulheres negras.

As narrativas de cada entrevista foram transcritas por uma graduanda de psicologia. Ela foi convidada por ser negra e por integrar grupos de estudos e pesquisas sobre mulheres negras. Posteriormente, conferi cada transcrição com o áudio, e retirei do texto alguns vícios de linguagem e expressões que não chegavam a comunicar, como inícios de frases que logo depois são corrigidas, entre outras. A minha experiência no movimento negro e de mulheres negras, além do fato de conhecer o trabalho das interlocutoras, facilitou a condução da entrevista e permitiu que as estratégias fossem analisadas com noção do contexto em que se inserem e

com conhecimento de outras estratégias realizadas pelas interlocutoras e que não constam na entrevista, pelas limitações próprias de uma pesquisa e uma tese.

Com o conteúdo transcrito e revisado, ouvi e li várias vezes para selecionar os resultados que correspondiam ao roteiro de coleta semiestruturado (apêndice A). Dessa forma, foram incluídos conteúdos sobre embasamentos teóricos, técnicos, filosóficos, políticos e epistemológicos das intervenções, além de informações sobre objetivos, metodologia, local, duração, responsáveis pela organização e pela condução, métodos, técnicas, instrumentos, recursos, participantes (quantidade e perfil), tipo de intervenção, resultados (esperados, alcançados, positivos/negativos, desdobramentos, discussão, análise), conclusões, pontos fortes e fracos, demandas e sugestões para novos trabalhos. Obviamente, foram incluídos outros dados, os quais se mostraram relevantes para a discussão da tese.

Os resultados selecionados estão apresentados a seguir, na ordem em que as entrevistas foram realizadas. Primamos pela utilização dos termos mais próximos aos utilizados pelas entrevistadas. Observa-se que alguns dos conceitos adotados na pesquisa aparecem também nas falas delas, que são figuras proeminentes também pela trajetória como profissionais e intelectuais da área das relações raciais e saúde.

A grande descoberta que temos feito ao compartilharmos as nossas alegrias, tristezas, dúvidas, certezas, dilemas, conflitos, é que, na maioria das vezes, eles não são produtos de nossas “fraquezas” individuais ou de nossa mente “doentia”, mas sim imagens que fomos engolindo ao longo de séculos de existência e que, na verdade, são vivências experienciadas por todas nós. Estes espaços têm nos mostrado que ao recontar nossas histórias de vida à luz da opressão racial vivida por todas nós, se torna possível a reconstrução de nossa identidade, o resgate de nossa cumplicidade na busca de uma solidariedade real e efetiva entre nós, mulheres negras.

(SILVA, 1991)

Maria Lúcia da Silva é psicóloga, militante no movimento negro e feminista negra. No movimento de mulheres tem sido uma referência na temática de psicologia e relações raciais e também por sua experiência nacional e internacional de articulação política e atuação em políticas públicas. Suas produções teóricas chamam atenção pelo estilo de intervenção com metodologia vivencial e pela integração de sua experiência na clínica psicanalítica com especialização nos recortes de raça e gênero. Mantém registro audiovisuais de sua produção o que aumenta seu impacto, registros que versam sobre diferentes temas - psicanálise, psicologia social, relações raciais, abordagem psicossocial do racismo, subjetividade das relações raciais e efeitos

psicossociais do racismo. Foi citada por quase todas as outras pessoas entrevistadas como referência em suas formações.

Maria Lúcia da Silva integra a coordenação o Instituto AMMA Psique e Negritude, organização não-governamental (ONG) da qual é uma das fundadoras, e que atua na área de psicologia e relações raciais, vinculada ao movimento negro e feminismo negro. Também integra a coordenação da Articulação Nacional de Psicólogas (os) Negras(os) e Pesquisadoras(es) (ANPSINEP). Atuante no enfrentamento do racismo e do sexismo desde a década de setenta, nos últimos trinta anos tem atuado fundamentalmente com mulheres. Um dos momentos marcantes de sua trajetória foi a participação na organização do primeiro encontro latino-americano e do Caribe de mulheres negras, em 1992.

Logo no início da sua narrativa, ressaltou a importância de uma experiência sistemática e duradoura para mulheres negras, comentando que no início dos anos noventa esteve em um evento nos Estados Unidos, com cerca de duzentas mulheres negras quando tomou contato com a metodologia de grupos de autoajuda em um projeto de saúde de mulheres negras. Retornou com a proposta de aplicar no Brasil o que tinha aprendido. Coordenou então um projeto com mulheres negras, que no início foi voltado para a própria instituição de mulheres negras da qual participava na época, depois oferecido para um público externo de cerca de cem mulheres divididas em grupos. O projeto durou aproximadamente dois anos, com encontros quinzenais de duas horas e meia a três horas, mediado por facilitadoras, que se desdobram em encontros anuais onde estavam reunidas todas as participantes de todos os grupos.

Apesar de já ser psicóloga, não ficava restrita a ela a facilitação, pois o grupo utilizava uma metodologia que permitia a mediação por parte de qualquer integrante, em um processo de capacitação. A metodologia era sempre construída coletivamente com os grupos, a partir de uma proposta que as coordenadoras apresentavam, que era discutida pelo grupo e reorganizada.

O projeto tinha como objetivo de construir cumplicidade para atender às necessidades pessoais por meio de suporte coletivo, priorizando convivência e troca de experiências. Um outro objetivo era promover desenvolvimento emocional para identificação coletiva por meio da experiência comum de serem mulheres negras e engajamento em ações comunitárias. Funcionava como um espaço onde elas podiam se encontrar, falar da vida, da história, facilidades, dificuldades, conflitos que estavam vivendo. Inspirada em outras metodologias de autoajuda, ao grupo cabia o suporte às

integrantes e o desenvolvimento de um processo de escuta, compreendendo-a como essencial ao processo de transformação da outra pessoa.

Havendo demandas específicas, o grupo estava disponível para contribuir e se reunia para resolver conjuntamente, facilitando que a pessoa pudesse dar conta de suas angústias e medos. Cita o exemplo de terem se reunido para ajudar uma integrante a fazer sua carteira de identidade. A partir dessa tarefa, puderam trabalhar a dificuldade de tirar uma foto, e, por trás disso, a dificuldade em se olhar no espelho. Outro momento marcante foi uma oficina sobre mulher negra e sexualidade, ocorrida em um sítio durante três dias.

Desde 1995, quando funda o Instituto AMMA Psique e Negritude junto com outras três psicólogas negras, foram inúmeros trabalhos voltados para a psicologia e relações raciais, tanto de caráter técnico e teórico, quanto político, vinculado ao movimento negro e feminismo negro.

Relembra outro trabalho significativo, com um grupo de maioria de mulheres negras, onde o objetivo era construir uma espécie de diagnóstico sobre si mesmas, ao longo de quinze encontros semanais, com temas orientadores, passando por enraizamento, criatividade, expressão, questões pessoais, amorosas, iluminação, entre outros. A cada encontro, as pessoas compartilhavam o resultado da tarefa de um trabalho semanal de descobertas sobre si mesmas e pontos que precisavam ser mexidos, ou seja, um olhar sobre si e sobre suas demandas, e esses conteúdos passavam por uma discussão promovida pelo grupo e pela intervenção da coordenadora, com a especificidade do seu olhar psicológico.

A partir das inúmeras experiências com grupos, a entrevistada teoriza, então, que ser mulher, ser negra, entre outros aspectos identitários que se vai carregando, não deve significar a redução a esses marcadores. Implica em ter consciência dos impactos e efeitos emocionais decorrentes das humilhações que se sofre, e que vão se agregando à nossa trajetória pessoal e história coletiva, e, nesse contexto, o grupo tem uma potência transformada pela oportunidade de a pessoa olhar para sua história, seus conflitos, dificuldades, “e também buscar formas de resolução à medida em que a partilha lhe oferece elementos para você avançar na sua história”.

Maria Lúcia da Silva considera ser importante o trabalho de análise individual (psicoterapia), que também pratica como profissional, mas reconhece a singularidade da potência do grupo, onde ao se escutar histórias semelhantes, e sobre

diferentes formas de lidar com os mesmos dilemas, amplia-se o repertório e as possibilidades de compreender como se está, o que é necessário fazer, como conduzir sua vida cotidiana.

Considera que tem sido frutífero o trabalho com grupos também no caso do trabalho com instituições que reconhecem que precisam rever sua organização, seus processos, entre outros detalhes. Conta uma experiência com um grupo do movimento social, formado por mulheres negras. A partir do trabalho de conscientização de cada pessoa em relação a si mesma, ou como sujeito no grupo, e do grupo como um todo, foi possível identificar outras demandas, para além da que motivou a busca pelo trabalho. Ao mesmo tempo, ao trabalhar questões pessoais e do grupo, essas mulheres negras puderam se apropriar do que avançaram individual e coletivamente, e identificar necessidades para a continuidade da jornada institucional.

Uma das experiências mais produtivas de sua carreira tem acontecido por meio de sua participação em um coletivo feminista de “cuidado e autocuidado”. Nesse âmbito, a convite de um fundo feminista de financiamento, há quatro anos tem facilitado trabalhos com representantes de organizações apoiadas por esse fundo, como parte de um processo de balanço do que foi realizado e fortalecimento para implementar o que falta das propostas.

As intervenções partem do conceito de “ativismo sustentável” (termo dela), na perspectiva de pensar cuidado e autocuidado, no intuito de uma mudança de paradigma na forma de fazer política, atentas às necessidades e limitações das ativistas, ao contexto da organização e da sociedade à qual pertencem. As pessoas, como sujeitos que desenvolvem as ações políticas, têm um perfil que lhes permitiria receber a mesma ação. São alvo das mesmas violências e violações, advindas da configuração política mais ampla, da própria organização, de elementos da organização, ou mesmo de exigências.

Essa estratégia chama atenção no contexto deste estudo porque, apesar de serem grupos voltados a mulheres de modo geral, mantém mulheres negras tanto entre as participantes quanto entre as ministrantes. Além disso, parte dessa metodologia está presente em outras ações que a entrevistada realiza especificamente com mulheres negras.

Com essa perspectiva do ativismo sustentável, ela participou de uma equipe que realizou oficinas que dedicava atenção a detalhes de protocolo e

metodologia que promovessem a noção de cuidado e autocuidado – por exemplo, garantindo na agenda espaços de repouso e espaços de convivência, além de escolherem locais que facilitassem conforto e bem-estar. Aconteceram em diferentes regiões do Brasil, geralmente tinham duração de quatro dias; começavam a trabalhar às nove da manhã, interrompiam entre meio-dia e uma da tarde, voltavam a trabalhar às quatro e encerravam às sete. Interessante como as ativistas muitas vezes não sabiam o que fazer nesses intervalos; eram orientadas a fazer o que bem quisessem. Os locais escolhidos costumam ser bonitos, agradáveis, com piscina, sauna, entre outros detalhes.

Em meio a esse clima de trabalho intercalado com repouso, elas, cansadas por conta da vida de militância, puderam refletir sobre seu ativismo, projetos em andamento, analisar os impactos positivos e negativos de suas ações, como está o cuidado com a outra, o autocuidado, a segurança física e digital, os riscos, ameaças, fontes de apoio para garantir segurança, atenção à saúde, como isso está inserido no cotidiano, dificuldades, mudanças necessárias e estratégias.

Foi um projeto impactante, segundo Maria Lúcia da Silva, porque, em primeiro lugar, elas não estão acostumadas a esse conforto; segundo porque não estão acostumadas a serem o objeto de seu trabalho, e em terceiro lugar porque não costumam pensar as influências negativas do ativismo ou propostas de mudança nessa parte tão relevante de sua vida cotidiana. Os resultados têm sido amplos por conta de sua capilaridade: a cada ano, novas mulheres participam e então passam a ter a incumbência de serem multiplicadoras, de acordo com o que aprenderam e têm condição de repassar, implementando em suas organizações uma linha de cuidado e autocuidado.

Por último, cita outro trabalho significativo, uma pesquisa sobre mulher negra, realizada nas cinco regiões do Brasil, com um total de oitenta e sete participantes, com diferentes perfis de idade, orientação sexual, ocupação profissional, dentre outras características. A metodologia era parecida com a anterior: iniciava na sexta, continuava no sábado, de três a quatro horas livres de intervalo, com estratégia de grupos focais, seguindo até o domingo. Assim como em outros trabalhos, a produtividade da intervenção esteve em utilizar ferramentas para que essas mulheres negras pudessem olhar para si mesmas, acessar momentos difíceis com necessidade de apoio, fazer reflexões e, em sua maioria, encontrar perspectivas de mudança.

A gente está marcado por uma subjetividade que nos impede de ter uma leitura melhor do nosso lugar. (...)

Quem quer igualdade e até quanto toleram a igualdade? (...)

Não somos todos iguais, a gente tem que ter uma conversa sobre isso com as mulheres brancas. (...)

Eu estou falando desses programas que ampliaram a presença de mulheres dentro das grandes empresas. Quer dizer, a gente precisa ter uma leitura de como os programas, de verdade, não propiciaram a inclusão das mulheres negras ou só uma pequena inclusão de mulher negra subordinada. (...)

O ideal era que, quando nós mulheres negras entrássemos, a gente trouxesse o nosso diferencial, que seria humanizar mais a instituição, as mulheres têm isso, as mulheres negras têm isso; mas você está em um lugar tão formatado, como é a instituição, que a tendência é você se modificar. Quando você atinge um lugar de liderança dentro de uma empresa, você está muito longe do que você era quando você entrou nela, porque você teve que mudar para chegar lá.

Como é que a gente pode atuar sendo, vamos dizer, digna do que nos antecede e de não servirmos a um propósito que reafirma o racismo.

(BENTO, trechos da entrevista)

Maria Aparecida Silva Bento, que costuma se apresentar como **Cida Bento**, é psicóloga e militante nos movimentos negro e de mulheres negras. É citada por todas as outras entrevistadas por ser referência na temática de psicologia e relações raciais, por sua militância e articulação política, várias produções teóricas, atuação em políticas públicas, e também pelas intervenções no meio organizacional e educacional, com atenção aos recortes de raça e gênero. Com experiência e enorme reconhecimento internacional, tanto acadêmica quanto militante, há cerca de trinta anos atua no campo da diversidade em recursos humanos e na educação, além de diversas produções teóricas sobre psicologia social, psicanálise, relações raciais, racismo institucional, branquitude, ações afirmativas, entre outros temas.

Integra a coordenação do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT), fundado em 1990, que é uma organização não-governamental atuante na promoção da igualdade de raça e gênero. Foi membro da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia e professora na Universidade do Texas em Austin.

Cida Bento realizou diversos formatos de ações no campo da igualdade de raça e gênero e combate à discriminação, com foco nos âmbitos do trabalho e educação. Seu trabalho tem auxiliado mulheres negras em contextos institucionais, trabalhando a conscientização delas sobre suas relações institucionais e sobre o

caráter das instituições quando se observa como são tratadas, significadas, e como estar e progredir em um cenário desfavorável.

Em suas atuações, há trinta anos já atuava procurando mudar o lugar da mulher negra no trabalho, no sentido de reunir e mudar a cultura do tripé formado pelo poder público, movimento sindical e empresas. Aponta que mesmo setores mais progressistas, como seria de se esperar, por exemplo, no movimento sindical, chegam a tratar mulheres negras de forma similar a setores mais conservadores.

Sua postura tem sido partir da reflexão de como “ser digna do que a antecede” e de não servir a um “propósito que reafirme o racismo”. Para atuar nas áreas pública, sindical e empresarial a partir dessa reflexão, organiza e conduz protocolos de intervenção que desafiam a perspectiva em relação a mulheres negras, por meio de conversas, oficinas, articulações, materiais informativos, entre outras estratégias. Provoca a instituição para diagnosticar onde o racismo e o sexismo estão presentes, utilizando análise dos censos, análises dos recrutamentos, seleções e outros processos.

Organiza estratégias para inserção e manutenção de negros e negras em espaços institucionais de poder. Por exemplo, oferece mentoria para treinar o que se precisa fazer quando se está ocupando um cargo de liderança; ou aprofunda a reflexão sobre a maior vulnerabilidade de uma mulher negra e mãe, que precisa da garantia de creche para poder desempenhar suas funções de liderança. Ela atua junto a instituições, sejam elas públicas, privadas, no terceiro setor ou no movimento sindical, com intervenções cujo objetivo é mudar a cultura e diminuir as várias formas de discriminação de negros e negras. Procura trabalhar questões subjetivas que podem comprometer a permanência e progressão dessas pessoas nas organizações, diminuir seu reconhecimento e dificultar relações mais harmônicas.

Nas intervenções que realiza, provoca a conscientização das pessoas sobre o lugar que ocupam na organização e na sociedade, sobre as desvantagens e privilégios inerentes à organização social do cotidiano, analisa o perfil da instituição, assim como sua cultura organizacional, e propõe estratégias no sentido da igualdade de raça e gênero.

Trabalha com grandes empresas, federações de empresas, entre outros, e procura ter uma maior amplitude em suas ações. Isso é o que acontece, por exemplo, quando, em conjunto com outras pessoas e organizações do movimento negro, denunciam o Brasil por não atender a uma convenção contra a discriminação no

trabalho, quando pressionam para que se inclua uma cláusula de promoção de igualdade racial em acordos coletivos de trabalho, ou quando conseguem acionar em toda uma federação de determinado tipo de prestadores de serviço um conjunto de ações de reconhecimento das desigualdades de gênero e raça, com ações afirmativas de equidade, inclusão e ascensão de carreira.

Identifica que as instituições empreendem uma força para padronizar sua atuação e procedimentos. Essa uniformização influencia as pessoas que integram suas equipes e também as pessoas que trabalham pontualmente, então ela procura estar sempre atenta a esses aspectos e como podem influenciar a ela e às pessoas que constituem as instituições.

Em suas teorizações sobre narcisismo, branquitude e outros temas ligados à subjetividade das relações raciais, contribui para uma reflexão sobre os diferentes lugares de fala e as consequentes diferenças que se tornam desigualdades. Relata haver, em seu percurso profissional, como psicóloga, militante e pesquisadora, uma perspectiva de que, em cada processo que envolve relações interpessoais, cada pessoa está concreta e subjetivamente inserida, e isso significa que a subjetividade pode impedir de ter uma leitura melhor do lugar que se ocupa.

Os discursos ideológicos que determinam desigualdades são forças continuamente enfrentadas no trabalho de Cida Bento. Ela observa que quanto mais aspectos vinculados a discriminações, mais prejuízos. Exemplifica que mesmo quando há programas de equidade em prol de gênero e raça, acaba acontecendo de as mulheres brancas entrarem, mas não as negras. Sua intervenção é destacar essa realidade e promover mudança. As mulheres brancas estão nas empresas, tendo oportunidade para pautar a necessidade de se pensar gênero. As negras não, e é necessária essa intervenção externa. O trabalho de Cida Bento é mostrar como as instituições, que parecem abertas e igualitárias, são pautadas por discursos que geram desigualdades.

A partir do reconhecimento dos diferentes lugares, da experiência que acumulou e do quanto pôde enxergar a si mesma como mulher negra, procura sempre fazer a leitura do contexto, com suas desigualdades, explorações e outros aspectos das relações de cada pessoa com a instituição e com os grupos que integra, além da relação de cada uma dessas dimensões com a sociedade.

Um exemplo de análise de contexto e conjuntura que embasa suas intervenções e teorização é sua constatação de que as pessoas, independente dos

posicionamentos políticos que assumem regularmente, podem ser influenciadas pelo lugar que ocupam em determinado momento. Observa isso na diferença entre o discurso das pessoas sobre racismo antes e depois de ocuparem cargos de poder, e como muitas vezes esse discurso pode ser amenizado se for interessante politicamente para determinado partido que ocupa o poder, seja ele de que tendência política for, situação ou oposição, esquerda ou direita, empresa ou sindicato, e assim por diante.

Ela sabe que levar à organização uma leitura de igualdade de raça e gênero não significa ser aceita, mesmo quando há um ideário de fraternidade, igualdade e justiça, porque diferentes tensões operam ali, mas procura sempre levar uma leitura sobre a condição da mulher negra, analisando se as condições estão de acordo com o que defende a luta das mulheres negras ou se estas se encontram naquela organização não reconhecidas e subordinadas.

Uma das dificuldades em suas intervenções é quando as pessoas não conseguem perceber ou não querem mudar o padrão das relações, isso porque tal mudança poderia atrapalhar seus vínculos, diminuir seus privilégios ou ameaçar o pertencimento à instituição, entre outras questões subjetivas e sociais. Pode acontecer, por exemplo, quando a proposta de mudança esbarra em resistências de quem não quer ou não pode empreender alterações de cenário.

A falta de força ou interesse para tensionar relações faz com que a situação permaneça inalterada. Se, apesar da possibilidade de melhoria nas condições de trabalho, as seguranças em relação à permanência são frágeis, instala-se o dilema que pode fazer empacar possíveis mudanças. Pode ocorrer com negros que ascendem e se envaidecem, com mulheres que finalmente acessam cargos de poder e que podem, pelo menos pela via da cor (branca), sentirem-se afinadas com outras chefias (geralmente homens, também brancos), e pode ocorrer também com mulheres negras que, apesar das opressões, não conseguem colocar em risco o trabalho e acabam aceitando a situação de racismo, sexismo e elitismo vigentes e naturalizados.

Algumas vezes, as chefias afirmam que as pautas do racismo estão contempladas nas pautas de classe, e, portanto, não necessitaria de reflexões ou ações adicionais; outras vezes, as pautas do racismo são consideradas, mas tratadas como perigosas ou secundárias. Para uma mulher, para um negro, para uma negra, ocupar um cargo de poder é um avanço na carreira, e em nome desse avanço do cargo, pode ser necessário escolher recuar na pauta de luta por igualdade. Cida Bento

procura atuar nessas situações, mediando necessidades e tensionando a instituição de fora para dentro.

Um exemplo de intervenção é quando pauta no movimento sindical a historicidade crítica necessária para não se atribuir apenas a europeus a tradição teórica, técnica, política, e a tradição de resistência e engajamento em mudanças sociais e lutas contra a opressão no trabalho.

A ONG (Organização Não-Governamental) que Cida Bento coordena, o CEERT, promove, desde 2002, um prêmio que reconhece as melhores práticas voltadas a educar para a igualdade racial. A partir de critérios elaborados conjuntamente com entidades nacionais e internacionais ligadas à infância e educação, selecionam as práticas, certificam e promovem a comunicação por meio de uma rede virtual de pessoas premiadas e finalistas. Utilizam bibliografias próprias e outros materiais para incentivar a reflexão sobre as práticas, como os aspectos positivos, pontos sensíveis e pontos negativos das mesmas.

É uma estratégia que valoriza o trabalho das professoras da educação infantil, seu protagonismo e que indiretamente contribui para a igualdade racial nas escolas. Relata que as professoras de educação infantil que desenvolveram boas práticas são todas negras, e não recebem incentivo algum do governo para seus projetos. Em outras categorias, há uma maioria de mulheres, incluindo brancas.

Após uma pesquisa, constataram que os diversos prêmios da educação não fazem recorte de gênero. Passaram a avaliar os projetos que promovam igualdade racial e de gênero, como uma forma de reconhecer e provocar esse tipo de trabalho.

As boas práticas pretendem promover acolhimento, fortalecimento e identificação racial positiva entre xs estudantes. As inovações didáticas que as professoras apresentam são baseadas nos valores de sociedades africanas, com destaque para a cultura, a arte, a corporeidade, os afetos, as relações interpessoais. Isso aumenta a aceitabilidade dxs estudantes por dialogar com suas culturas e por aumentar sua comunicação e a presença das famílias na escola. Consequentemente, diminui a evasão e o mal desempenho escolar.

Quando perguntadas sobre o que mais mudou em sua prática a partir desses projetos e da premiação, as professoras dizem, de acordo com Cida Bento, que aprenderam a trabalhar mais no coletivo, pois ao desenvolver a prática com o tema das relações raciais nesse formato mais coletivo, mudou a prática profissional

delas como um todo. Outro ponto que relatam ter mudado é uma atuação com maior presença de músicas, danças, culturas e corporeidades de modo geral, afetos e relações interpessoais para o favorecimento do processo de aprendizagem.

As professoras premiadas ou mesmo as finalistas relatam que o prêmio as deixou mais fortalecidas, empoderadas, organizaram melhor dentro delas as questões relativas a esses trabalhos, fortaleceram-se emocionalmente, superaram os embates que ocorrem com a escola e as famílias, e agora a voz sai mais porque, reconhecidas, liberaram-se para divulgar e publicar seus trabalhos. Segundo a entrevistada, após as mudanças internas, sentem-se mais preparadas para protagonizar mudanças sociais.

Cida Bento reflete que o sistema de ensino deveria reconhecer o saber dessas professoras, em sua maioria mulheres negras, e os efeitos positivos de suas práticas sobre o processo de ensino e aprendizagem. O prêmio reconhece os protagonismos, enquanto as empodera e fortalece. Muitas passaram a publicar seus trabalhos, publicar livros e alçar novos lugares.

A equipe do prêmio agora visitará dez experiências pelo Brasil, registrando após cerca de dez anos, as mudanças ocorridas em toda a escola, se as escolas continuam com os projetos, se o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) da escola melhorou, se foi fortalecida a presença das famílias negras na escola e quais os desdobramentos na vida das mulheres negras.

Trabalham com a lógica de multiplicação de resultados, premiando as lideranças negras que estão realizando boas práticas. Estão fazendo a estimativa de quantas pessoas foram atingidas ao longo desses anos de premiações, considerando-se cerca de três mil práticas inscritas até hoje, e que cada prática envolve dezenas ou centenas de pessoas.

(...) no ambiente elas são, muitas vezes, as únicas mulheres, ou muitas vezes a única mulher negra e isso impacta, obviamente, no que ela consegue acessar. Então o acesso acaba sendo muito restrito, e isso a gente acaba trabalhando também essa conscientização, que muitas vezes não é o processo delas e sim uma restrição que o próprio ambiente oferece.

(...) não tem como entender essa mulher sem trazer esse contexto.

Eu não sei se eu estou mesmo entrando em alguma questão sua acadêmica, mas eu poderia sim, sabe, escrever sobre, trazer nomes... Só que é complicado, porque como você não está endossado em uma universidade, eu acho que é muito difícil você criar conteúdos. Eu digo que branco medíocre que faz isso, não é?

(...)

Eu penso muito nisso, no quanto que eu poderia escrever sobre, mas o fato de eu não estar na academia me faz ficar com um pé atrás. Eu acho que é um conteúdo que se perde mesmo.

(LOURENÇO, trechos da entrevista)

Maitê Lourenço é psicóloga e atua com orientação profissional e psicoterapia. É fundadora e coordenadora de uma instituição com foco em profissionais negrxs de alto rendimento para promoção de diversidade racial no ecossistema de empresas novas e inovadoras.

Inicia um estudo temático sobre mulher negra em seu trabalho de conclusão de curso da graduação em psicologia em 2013. Identifica nesse momento o gosto por compreender e dar suporte a mulheres negras. No ano seguinte, inicia um trabalho de orientação profissional, processo em que costuma ter clientes negras, e que a procuram muitas vezes por ela também ser negra. As relações raciais são trabalhadas ao longo do processo.

O trabalho é oferecido em especial a profissionais negras e negros. Geralmente, quem chega são mulheres negras. Ela analisa que talvez isso esteja relacionado à identificação com ela. O perfil de suas clientes é de negras a partir de vinte e cinco anos, com cargos a partir de analistas, a maioria de empresas privadas, financeiramente independentes.

O processo de orientação profissional é individual, costuma durar doze sessões de uma hora cada e é direcionado para a principal queixa ou o que identifica como demanda no diagnóstico ao longo do processo. Geralmente inclui preparo para protagonismo e para posicionamentos de liderança, independente da função pois muitas vezes não têm cargo mas desempenham papel de liderança. Um dos objetivos é ajudá-las a se verem como possíveis lideranças, ou reconhecerem a liderança que elas já praticam.

Outro item que costuma estar presente é prepará-las para o desenvolvimento no cargo que ocupam e na carreira, considerando as nuances de serem mulheres negras em um ambiente tomado por homens. Além disso, utiliza algumas técnicas e instrumentos próprios de seleções profissionais, explicando os objetivos de cada recurso e dando um retorno sobre o que foi possível perceber a partir desse processo. Isso para que a pessoa tenha mais conhecimento sobre si e menos receio de passar por situações de seleção.

O público que ela atende costuma ser de postos hierarquicamente altos nas empresas, com funções estratégicas e de liderança. Maitê Lourenço analisa que,

nesses espaços, geralmente são as únicas mulheres, ou únicas mulheres negras. Trabalha com elas na direção da conscientização de que algumas limitações não têm a ver com elas, mas com o acesso restrito proporcionado pelo próprio ambiente.

Algumas chegam pela orientação profissional que identifica uma demanda de psicoterapia. Nesses casos, é indicada a psicoterapia que são encaminhadas, ou eventualmente atendidas por ela mesma, ampliando-se o escopo que antes estava focado nas questões profissionais e identitárias.

Maitê Lourenço trabalha focalizando as atitudes mentais que podem limitar a vida profissional. Ela tem uma estimativa do tipo de efeito que pretende atingir com seu trabalho, mas inicia utilizando os recursos técnicos da psicologia e uma análise contextualizada da realidade das clientes para um mapeamento de habilidades, potenciais, condições e expectativas. De acordo com as demandas identificadas, organiza sua intervenção.

Alguns resultados que ela se recorda foram a pessoa assumir melhor a liderança, pleitear novos cargos, sair do atual trabalho para empreender o próprio negócio, deixar o trabalho para se dedicar a um projeto pessoal, tornar as relações pessoais mais fluidas, maior auto-percepção, revisão e novo posicionamento na dinâmica das opressões, autonomia, protagonismo. Quando há casos em que visualizam a necessidade de trabalho com outras instâncias, Maitê Lourenço não as aciona diretamente, mas orienta a cliente sobre como proceder.

Um ponto fraco, segundo ela, é não poder atender mais gente, seu trabalho ter um alcance limitado. Um ponto forte, o principal, é o fato de as mulheres se sentirem representadas, ouvidas, compreendidas, inclusive quando a pessoa que as ouve entende a dinâmica do racismo. O fato de a psicóloga ser outra mulher negra, que consegue analisar o contexto corporativo com o diferencial de conhecer, por experiência própria, as nuances de ser mulher e negra. As clientes confiam que outra mulher negra, mesmo que não consiga olhar para elas em sua plenitude, por ter compreensão e manejo do recorte de raça e gênero, vai enxergar uma pessoa que busca orientação para a carreira e que compartilha das mesmas especificidades.

Então, só uma mulher negra poderá atender outras mulheres negras para entender essas nuances? Não! Mas há profissionais que não consideram esse recorte, como ela diz, “um olhar que muitas vezes não alcança essas mulheres”. Algumas passaram anteriormente por orientação profissional e o processo não fluiu porque a pessoa que as atendeu não tinha um olhar com essa sensibilidade

específica. A questão não é a psicóloga ser negra, mas considerar esse recorte em todos os pontos do processo, do diagnóstico ao delineamento das estratégias, passando pelas análises do contexto e das particularidades pessoais.

Quando pergunto sobre se ela tem uma avaliação feita pelas próprias clientes, ela afirma que sua avaliação resulta das sessões onde muitos agradecimentos são explicitados, ou apenas observando a evolução e o crescimento que alcançaram. Uma delas fez uma metáfora de que o processo de orientação profissional foi para ela o jornal que se coloca para que o abacate amadureça. Durante o processo, percebe as mulheres negras se tornando mais empoderadas e seguras. Um processo de empoderamento não no sentido de a pessoa necessariamente adquirir novas habilidades, mas também se dar conta do poder que já tem e não é reconhecido, assumido, valorizado. A pergunta sobre insucessos é respondida com a afirmação de que avalia que os processos sempre dão certo considerando-se que ela valoriza pequenos sucessos, em especial o fato de que sempre saem diferentes de como entraram, devido ao processo de autopercepção como mulheres negras em um contexto corporativo.

Os trabalhos dessa área costumam ser focados em produtos específicos como conseguir emprego, etc., mas no trabalho dela não necessariamente passa por aí, mas pelo foco em autoconhecimento e autocrescimento. Relata que ama o que faz, pois se sente muito realizada por compartilhar o sucesso das clientes.

Os embasamentos teóricos são da psicologia social, principalmente, sempre vinculando às relações raciais e pensando carreira. Utiliza também a sociologia, teorias, técnicas e instrumentos da psicologia organizacional, referências da neuropsicologia, algumas ferramentas de *coaching* (técnicas de autoconhecimento e orientação), entre outras fontes teóricas e técnicas. Concilia essas referências acompanhada de uma leitura do contexto em que a mulher negra atendida está inserida, considerando, por exemplo, as características dos locais onde mora e onde trabalha, tempo de deslocamento, a sensação de insegurança no local onde trabalha, a necessidade de um protocolo de comportamento para ser aceita, que se exige muito mais dela por ser mulher negra.

Defende que é essencial considerar tudo isso para trabalhar com a mulher negra.

O terreiro tem um calendário público, um calendário efetivo interno, e um calendário ocioso. (...) O que que a gente vai fazer então para ocupar o

espaço sagrado, entre uma cerimônia e outra, para o bem da comunidade? Então, foram aparecendo coisas, muito legais, do tipo, eu fui fazer oficina de prevenção do HIV (...), uma psicóloga que foi falar de violência contra a mulher, porque eu queria falar desses casos em que eu sabia que tinha, porque se tem na minha, tem na do outro. (...)

A demanda da intolerância religiosa sempre foi muito presente. Então as pessoas falavam “a gente precisa arrumar um jeito” e não tinha jeito, tinha que ir construindo, e o jeito era, a estratégia era proporcionar o diálogo, o debate, (...) então a gente foi conversando bastante sobre essas coisas de casa em casa, porque a minha história é justamente essa, eu vou de casa em casa buscando o sujeito político, capaz de fazer mudança local, no campo da aids, no campo da intolerância, no campo do racismo e, em um determinado momento, na junção dessas coisas todas.

(MONTEIRO, trechos da entrevista)

Celso Ricardo Monteiro, que costuma se apresentar como **Pai Celso**, é um homem negro, sacerdote no candomblé, militante na temática de saúde da população negra, cursando graduação em ciências sociais, consultor em órgão público municipal para questões ligadas às IST's (infecções sexualmente transmissíveis) e Aids. Seu trabalho inclui promover interface entre setor público, religião, sociedade e indivíduos, com foco em análise institucional e desigualdades sociais em saúde. É autor e referência de artigos e capítulos de livros nas temáticas de direitos humanos, intolerância religiosa, racismo e dinâmica do sistema de saúde.

Uma das formas de intervenção com mulheres negras que relata se deu como um acompanhamento religioso. Como pai de santo, ele atende um casal há aproximadamente vinte anos. A esposa era vítima de violência doméstica praticada pelo esposo. Em sua função de sacerdote, ele sempre aconselhava para que o homem parasse de agredir, mas não via efeito. A mulher não costumava falar com Celso Monteiro, mesmo sendo esposa do filho de santo dele. Quem procurava defender a mulher era sua sogra, que quando ouvia agressões, intervinha, tentava parar, dizia para o filho que se ele não gostava mais da esposa, era para se separar, ou nem deveria ter casado. A estratégia que encontrou foi se fazer mais presente na rotina do casal e se aproximar mais dela, passando a frequentar a casa, passando o final de semana com eles, aparecendo repentinamente, e também indo para cozinha com ela para ensiná-la a cozinhar.

Com essa aproximação e durante o adoecimento do filho e o atendimento espiritual, ela relata que não aguenta mais aquele casamento. Isso foi novidade, porque até então a narrativa era de amar o marido. Ele aconselha que ela se imponha, que saia do lugar de submissão de quem concorda com tudo, que ouve sempre, sugere que ela vire o jogo, e mantém esse tipo de conversa com ela, a mãe e as irmãs.

Ela passou a reagir, não aceitava mais que ele a agredisse, dizia que ia chamar a polícia. Celso Monteiro reforçou com o esposo a orientação de que ele deveria parar, informando que se ela fosse à polícia, iria apoiar. Em uma cerimônia religiosa, ela se emociona e busca conselho com o entrevistado, porque não sabe o que fazer com o casamento. Depois disso, ela tem tido com ele uma relação que o coloca no lugar de líder espiritual, inclusive ao longo da separação, quando ele atendeu os dois, e ela passou a ter uma relação mais próxima com Celso Monteiro, pessoal e espiritual. Também se fortaleceu a relação como pai de santo com o esposo e com o filho do casal.

A mulher atribui sua mudança ao seu orixá. Afirma que quando deitava aos pés do orixá para fazer suas obrigações, isso foi crucial, porque levantava mais forte. Ela hoje está fazendo a graduação e se diz feliz por ter se instruído, o que trouxe crescimento profissional e novos horizontes.

Celso Monteiro relata que ela está feliz, satisfeita de ter tomado outro rumo, ficou mais autônoma, passou a conduzir a casa dela de outra maneira. Resume esse processo como ela tendo arrumado corpo e voz e atribui a ela mesma, por ter arrumado a coragem grande para falar mais alto que ele, mesmo diante de uma pessoa negra que foi criada para ser homem, macho, preto, sem dor. Ele demonstra como a perspectiva religiosa não está desvinculada da análise dos recortes de raça e gênero.

Reconhece que há aspectos que precisam de intervenção divina, outros dependem de esforço pessoal, outros ainda de mudanças no contexto social, e que a pessoa pode precisar de cuidado em mais de um aspecto simultaneamente. Cita o exemplo de uma família que teve muitas mazelas, e que, quando o conhecem, têm ele como salvador, alguém que vai trazer a mensagem dos orixás. Celso Monteiro vai lidando com a frustração de ver toda aquela dificuldade. “Eu achava que era tudo muito lento, as coisas não aconteciam. Eu vivia atrás de uma intervenção divina que, hoje eu sei, só viria com aumento salarial”.

No período em que o terreiro não está ocupado com atividades públicas nem da comunidade interna, na intenção de ocupar o espaço sagrado entre as cerimônias, para o bem da comunidade, foram surgindo atividades como oficina de prevenção de HIV, psicóloga falando sobre violência contra a mulher, debates sobre intolerância religiosa, entre outras.

Identifica dentre os terreiros da cidade de São Paulo duas gerações com costumes diferentes. Uma é a geração de mães e pais de santo mais velhos que tem a tradição de ficar em casa (terreiro) à disposição, em seu papel religioso, servindo a comunidade, inclusive em situações de pronto-socorro. E há uma geração mais nova, onde ele se localiza, que trabalha (fora do terreiro), viaja, estuda, e tem uma atuação mais política. Em ambos, em comum, o terreiro como espaço terapêutico, das relações amorosas, das preces.

Podem ser buscas por dinheiro, emprego, comida, entre outras necessidades. Sua estratégia é não só acionar o poder público para acessar recursos disponíveis, mas mobilizar a comunidade, o que costuma vir primeiro. É o grupo social assumindo suas próprias demandas, enquanto aciona direitos. Na omissão do Estado no cumprimento de seus deveres, muitas vezes a comunidade, no entanto, acaba cumprindo os deveres do Estado.

Nesse processo da geração mais nova, foram circulando discussões sobre diferentes temas, procurando atender a demandas do terreiro (como intolerância religiosa) ou de seus membros. As estratégias eram proporcionar diálogo, buscar informações, identificar onde ir buscar ajuda.

Celso Monteiro reconhece em sua trajetória de sacerdote e militante, como ele mesmo define, a busca pelo sujeito político que possa estar conciliado com o sujeito religioso. Uma pessoa que, além de trabalhar a espiritualidade, procura contribuir para mudança social em diversos campos alvo de discriminações. Todas essas estratégias eventualmente envolviam temas ligados também às mulheres, e, em alguns casos, eram especialmente voltados às mulheres. As mudanças que observa dessas ações acontecem nos discursos, na diminuição da frequência de casos de violência, na noção de mulheres negras sobre si mesmas como tendo direitos que antes não reconheciam.

A cozinha do candomblé, ele diz, é um espaço onde se preparam todos os muitos alimentos de cada cerimônia, festa ou oferenda. E a partir de sua entrevista, pode-se compreender que funciona simbolicamente como um espaço sagrado e também político, espaço de articulação, de resguardo, de compartilhamento de amor, conselhos, de reza, de insight, com a obrigação de alimentar a comunidade. Aspectos que liga ao que podemos associar como o arquétipo de grande mãe.

Aponta também que uma minoria de mulheres negras em sua comunidade acumula algumas conquistas, no campo educacional ou financeiro, e vão buscar orientações religiosas para alcançar novas conquistas.

Para cuidar de mulheres negras, aciona diferentes estratégias. O aspecto terapêutico pode estar, portanto, além da esfera da intervenção divina, na alquimia (termo nosso) da cozinha, em um banho de cachoeira, em comer algo junto, entre outros momentos. Em contexto de raros apoios, qualquer apoio passa a significar muito, seja no cuidado espiritual, seja no cuidado de acolher ou dividir momentos, seja no cuidado de dar orientações. Compreende que o candomblé tem que funcionar entre uma cerimônia e outra, porque a religiosidade da pessoa se alimenta com práticas diversas. A partir dessa reflexão, e das diferentes atividades que procura providenciar nos intervalos entre cerimônias, identifica como o terreiro estaria substituindo o Estado em muitos aspectos.

O embasamento que fundamenta sua prática é a própria tradição religiosa do candomblé, segundo a qual, ao subir, deve-se puxar o outro, sem deixar ninguém para trás. Relata que é mais um que vem de uma família de mulheres, e como sua avó era mãe de santo e o terreiro funcionava em sua casa, cresceu vendo essas mulheres, ora sendo parentes, ora desempenhando funções religiosas. Para ele não tinha separação entre família e religião. A inspiração vem de outros terreiros, com mães de santo mais velhas, respeitadas, queridas, e uma comunidade de muitas pessoas entre filhxs e netxs de santo.

Aprendeu com elas, entre outras coisas, a eficiência do “bordado” do trabalho em rede, das articulações e de se ter como alicerce a figura da sacerdotisa. Se a harmonia das relações sofria um abalo, ao se juntarem e tendo como referência central de autoridade a mãe de santo, isso mudava todo o contexto.

A minha vida acadêmica sempre conviveu com minha vida social de intervenção.

(...) um conceito que eu tenho trabalhado em todos esses processos de formação é o conceito da empatia, porque todo mundo diz que a empatia é você se colocar no lugar do outro, e na verdade a empatia é você entender como é que o seu lugar impacta o lugar do outro e como esse impacto pode ser positivo.

(SANTOS, trecho da entrevista)

Mafoane Odara Poli Santos é psicóloga e mestre em psicologia social pela USP. Coordena a área de enfrentamento à violência contra mulheres de um

instituto e o setor de raça em uma rede de diversidade. O instituto e a rede estão vinculadas a uma empresa de cosméticos de grande porte direcionado principalmente a mulheres. Também integra a diretoria de um fundo voltado a financiamento de projetos de direitos humanos. Tem experiência com articulação entre os setores público, privado e as organizações sociais e com as temáticas de juventude, saúde, gênero e étnico-racial. Filha de ativistas do movimento negro, relata o contato, desde muito nova, com temáticas e ações políticas.

Inicia a entrevista apontando a falta de diálogo entre a academia e os movimentos sociais. A academia fechada em si mesma e crente de que tudo explica, considerando os movimentos sociais apenas como objeto de estudo. Os movimentos sociais deixando de avançar a partir do que já aprenderam, pois, segundo ela, não registram satisfatoriamente nem publicam o que acumulam de conhecimento.

Ao ser perguntada sobre sua experiência com estratégias voltadas a mulheres negras, fala bastante sobre suas vivências pessoais e reconhece a importância destas e da experiência na militância para aprimorar intervenções de busca por igualdade. Treinou estratégias de enfrentamento desde criança, algumas vezes reagindo de forma violenta à violência sofrida, outras vezes procurando ocupar funções de liderança, também procurando participar de grupos de movimento social, ou ainda tentando mudar atitudes com a ressignificação da negritude.

Uma experiência marcante foi sua participação, ainda adolescente, junto com outras na mesma faixa etária, acompanhando o atendimento de mulheres que haviam passado por aborto, realizado por uma equipe formada por integrantes de organizações de mulheres negras.

Ao longo de sua graduação em psicologia e do mestrado em psicologia social, seu intuito de utilizar estratégias de enfrentamento voltadas a gênero e raça receberam influência positiva da professora e orientadora que foi um espelho por também trabalhar com intervenções ligadas a direitos humanos, e porque ela validou as angústias e anseios profissionais ligados aos marcadores de diferença.

Teve a oportunidade de acessar o apoio de instituições do movimento social, acadêmicas e outros fundos de financiamento, que favoreceram não só no sentido financeiro, mas também na aquisição de experiência com intervenções. A formação e a vida profissional aparecem sempre associada à busca por superação de dificuldades pessoais suas e dos grupos aos quais pertence.

Aponta brechas em sua formação acadêmica porque temas como gênero e raça raramente eram tratados. Na busca por esses temas, trabalha um período com a Cida Bento no CEERT.

Durante um período, suas experiências foram fortemente ancoradas em políticas públicas, especialmente de gênero e raça. A partir da identificação da lacuna desses temas na academia, desenvolve pesquisa sobre as interferências de sexo e cor sobre a relação médicx/paciente.

Em seu percurso profissional, é interpelada por um pedido de que limite a militância em suas práticas, pedido esse feito em uma instituição vinculada aos direitos humanos. Hoje, considera que esse perfil é valorizado na atuação em um instituto de uma empresa de cosméticos de grande porte, direcionada principalmente para mulheres. Justamente porque coordena um programa de enfrentamento à violência contra mulheres.

As intervenções passam pelo estabelecimento de um programa dentro da empresa, com políticas que não se atenham a cuidados paliativos ou a campanhas informativas, e pelo fortalecimento da relação entre o instituto e a empresa de cosméticos da qual ele faz parte.

Trabalha com os setores privado e público, além de organizações sociais. O instituto, que não executa projetos, faz articulações e utiliza a estratégia de financiamento de organizações com bons trabalhos para potencializar políticas coerentes com o tema de enfrentamento da violência contra mulheres. Assim, amplifica ações e contribui para o aperfeiçoamento de serviços.

Destaca um projeto que tem por objetivo organizar o enfrentamento da violência nos próximos quinze anos, pensando prevenção, o que aponta como um diferencial interessante porque geralmente as ações remediam violências já ocorridas. O projeto foca violências físicas e sexuais, que geralmente recebem atenção, e também as violências simbólicas, psicológicas ou morais.

Outra estratégia que ela compreende que é voltada à saúde foi uma pesquisa sobre violência contra mulheres em ambiente universitário. Foi feita uma sondagem inicial sobre eventos sofridos, registraram os dados, depois informaram sobre os tipos e modos das violências e então voltaram a perguntar sobre as experiências. Houve um aumento enorme dos dados de violência. Na análise dos dados coletados, constataram o grande volume de violências e o fato de mulheres muitas vezes não saberem identificar como violência o que sofrem. Concluíram

também que as mulheres têm dificuldade de procurar os serviços de atendimento nesses casos, ou por não saberem onde recorrer ou por sentirem que serão novamente vitimizadas, ao invés de serem acolhidas, inclusive pela falta de preparo de gestorxs para lidar com o tema devido, como ela reflete, às raízes ideológicas fundamentadas no racismo e sexismo.

O instituto foca em conhecimento, disponibilizando apoio a pesquisa, divulgação de materiais e palestras. Também investe em parcerias privado-público, fortalecendo o setor público em seus programas, conselhos, secretarias de atendimento, casas-abrigo, ou oferecendo formação de pessoal. E possui uma área de comunicação engajada em campanhas, como a que discutiu a importância de não se encobrir a violência e denunciar.

Outros apoios da entidade onde trabalha foram para entidades do movimento social, como uma publicação que foi realizada por uma ONG de mulheres negras discutindo os dados da violência contra mulheres, sua diminuição de 10% entre mulheres brancas e seu aumento de 54% entre mulheres negras. Ou apoios a instituições religiosas como em projetos de terreiros sobre violência contra mulheres. Ou ainda apoios a prestadoras de serviços terceirizados para órgãos públicos, como as vinculadas a abrigos, as que dão formação a homens autores de violência, as vinculadas, por exemplo, a um tribunal de justiça, ou apoio às melhores práticas da polícia no atendimento a mulheres, entre outras. Um dos efeitos dos apoios é que algumas que intervenções que eram apenas projetos temporários ou ações sem destaque passaram a ser práticas institucionais definitivas e reconhecidas.

Mafoane Santos comenta sobre a importância de se trabalhar com os homens, que, como ela afirma, são os autores da violência ou coniventes com a violência praticada por outros homens. Esse trabalho tem o objetivo de mudança de mentalidade, de desconstrução do machismo e de convencimento de outros homens. Dessa forma, haveria certa probabilidade de que, em situações de violência, a pessoa deixe de praticá-la, ou intervenha para que outros não pratiquem. Analisa também, com base em vários dados, como a população de modo geral naturaliza a violência culpabilizando a vítima.

A partir do dado de que a maioria das violências atinge mulheres negras, em seu trabalho transversalizam raça e, como resultado, por exemplo, metade dos projetos que são selecionados para apoio financeiro trabalham com mulheres negras. Na mesma lógica da influência de aspectos específicos sobre situações de violência

contra mulheres, ela compõe uma rede que era voltada a mulheres e agora enfoca diversidade, com pilares de gênero, raça (coordenado por ela), LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros, travestis e transexuais), pessoas com deficiência e agora vão incluir o pilar geracional.

As estratégias internas por meio da rede incluem: temas de diversidade em diferentes situações, atenção à linguagem utilizada nos meios de divulgação, aos conteúdos das formações internas, das imagens veiculadas, cotas para estagiários e gerentes, exigência diferenciada na seleção, tutoria para desenvolvimento na empresa, recorte de raça em todas as pesquisas, mulheres negras em todas as atividades e apoio constante a projetos específicos de mulheres negras.

Analisa que o trabalho que realizam, apesar de todas as estratégias utilizadas, enfrenta mas não previne efetivamente a violência, e que isso só será atingido quando for feito um trabalho com a primeira infância, considerando-se que meninas logo cedo já internalizaram o estereótipo de que são menos inteligentes que os meninos. Desenvolvem atualmente uma pesquisa sobre qual o efeito da violência sobre as próximas gerações, identificando como, desde a barriga das mães, as crianças são afetadas pela violência, e como isso repercute no desenvolvimento corporal, mental e educacional.

Defende a necessidade de práticas que associem políticas universalistas e específicas, e que as intervenções sejam adaptadas a cada realidade. Exemplifica por meio de outra estratégia apoiada. Trata-se de uma pesquisa de uma universidade federal, em que estão acompanhando dez mil mulheres, a partir de dezesseis anos, ao longo de quatro anos, abordando o contexto de vida das mulheres e procurando identificar, nos casos de violência, quando e como começa, como se desenvolve a situação e quais os comportamentos delas.

A partir de constatações sobre incidência e prevalência, podem pensar políticas específicas. Em casos de mulheres que sofrem violências com mais frequência, a necessidade é de se garantir o acesso aos serviços para que sejam resguardadas e oferecer políticas de fortalecimento para que consigam sair dos relacionamentos. Sempre se atentando para as especificidades de uma mulher branca ou negra que sofre violência. Segundo a entrevistada, políticas universalistas focarão a mudança de realidade de modo geral, e políticas específicas se adaptarão às diferentes demandas.

Perguntada sobre pontos a melhorar nas estratégias do instituto e das entidades apoiadas, Mafoane Santos não responde exatamente sobre sua prática, mas demandas da sociedade de modo geral. Identifica como desafio a dificuldade de se trabalhar em rede. O setor público praticamente não trabalha com a sociedade civil. Por outro lado, a necessidade das organizações sociais se reinventarem.

Faz uma análise de conjuntura avaliando que, em outro momento, as empresas custeavam as ações de organizações sociais, em um esquema que não funcionava muito bem porque as empresas queriam na verdade expurgar sua culpa dando dinheiro e as organizações sociais, que consideravam saber muito bem o que fazer, podiam realizar apenas ações de pequeno alcance tentando dar conta da tarefa do Estado, que por sua vez é quem tem o poder da capilaridade de ações.

Em sua opinião, um desafio é que as organizações sociais precisam compreender melhor o que é o Estado, como elas podem oferecer capital humano para ajudar nas ações e realizar controle social, e deixar ao Estado o cumprimento de suas funções. Outro desafio, em sua análise, é o fato de termos políticas de governo e não termos políticas de Estado, então as conquistas de determinado período acabam ruindo com a troca de governo.

Nos processos de formação tem sempre utilizado o conceito de empatia reformulado, ou seja, não é se colocar no lugar do outro, mas entender como o seu lugar impacta o lugar do outro e como esse impacto pode ser positivo. Exemplifica que, ao falar com uma criança para que não bata na outra, não se deve dizer que não pode bater porque o outro é fraco, mas porque aquela criança com quem se fala é forte e pode machucar a outra, então precisa assumir sua responsabilidade.

Utiliza a mesma estratégia quando fala para brancos, negros, homens, mulheres. Ou quando estimula homens para que, ao invés de se verem como príncipes salvadores de mulheres, assumam (e estimulem outros homens a assumirem) suas responsabilidades e reconheçam que, em uma sociedade machista, ocupam lugar de poder e privilégio que precisam combater, e que falem desse lugar. O mesmo para brancxs. Mafoane Santos defende que homens precisam compreender que não basta apoiar a luta das mulheres, mas avaliarem se estão de verdade dispostos a discutir desigualdade a ponto de se disporem a ceder o espaço que lhes foi dado por privilégio.

Analisa que as raízes ideológicas do racismo, sexismo, machismo e misoginia são as causas das violências sofridas por mulheres, com piores condições

ainda para mulheres negras. Exemplifica essas raízes nos discursos preconceituosos e sem fundamento científico dos médicos que entrevistou na pesquisa de mestrado, os quais afirmam, entre outros absurdos, que negrxs não são médicxs porque as famílias priorizaram trabalhar e não deram tanta importância para o estudo, ou que negrxs têm as fibras musculares mais grossas, ou que mulheres negras merecem menos anestesia porque sentem menos dor. Exemplifica também com os dados de uma pesquisa que coletou discursos preconceituosos, os quais afirmavam que meninas de seis anos negras são mais preparadas sexualmente que as brancas. Esses discursos explicam, segundo ela, o maior número de violências e mortes atingindo mulheres negras.

As estratégias adotadas em seu trabalho procuram focar as raízes ideológicas para reformulações de discursos como esses. O embasamento para as ações vem do fato de ser psicóloga social, utilizar os pressupostos da psicologia sócio-histórica, procurar lidar com os diferentes atores e olhar as inter-relações, e também por sua chefe ser da área de comunicação. Considera também ser importante para o perfil do trabalho o embasamento que traz da experiência no movimento social, que a leva a primar pelo trabalho coletivo, em rede.

Percebe a força de uma organização privada que oferece dinheiro, e como isso facilita algo que é difícil para as organizações do movimento social. Ela está falando do acesso que tem a diferentes instituições e pessoas, em diversas posições sociais. Cita órgãos públicos, órgãos ligados a mulheres, prefeitura, abrigos, universidades, polícia e pessoas em cargos públicos, como vereadoras, deputados, senadoras e ministra. Envolvida com a mobilização de recursos para as ações que o instituto apóia, ela sente suas ações de ativismo de gênero potencializadas enquanto fortalece ações diversas. Comenta que o impacto desse trabalho é maior do que o impacto que alcançou em tudo que fez anteriormente.

Analisa a pesquisa desta tese, ressaltando a importância de se idealizar o futuro e de se adotar uma estratégia sistêmica reunindo diferentes experiências, diferentes caminhos, estratégias com perfis diversos, intervindo em múltiplos pontos de ação para atingir o objetivo de promoção de saúde de mulheres negras.

Sobre autocuidado, costumava nadar três vezes por semana e correr; pretende retomar assim que a filha passar a mamar menos. Afirma a importância do autocuidado para militantes devido a seu potencial de adoecimento vindo inclusive da própria militância. Procura se cuidar também contendo a ânsia de um ritmo intenso de

ações, procurando coerência entre crenças e práticas, e estando atenta ao efeito do peso das temáticas com as quais trabalha sobre ela.

Nós somos quilombolas, somos catadoras, somos feministas. (...). Não dá para dizer o que somos sem citar tudo o que somos. O que a gente consegue dizer é o que nos une: somos mulheres negras!

(GONÇALVES, trecho da entrevista)

Juliana Gonçalves, de acordo com o minicurrículo com o qual se apresenta, é mulher negra, mãe, jornalista (atualmente repórter em jornal voltado aos movimentos populares) e ativista com forte vinculação à militância negra e feminista negra. Foi coordenadora de comunicação do Centro de Estudos de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT), com foco nas temáticas de direitos humanos e de educação interseccionada com raça e gênero. Tem pós-graduação em jornalismo literário e integra a Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial de São Paulo (COJIRA). Fez parte da articulação e organização da “Marcha das Mulheres Negras - Contra o racismo, a violência e pelo bem viver”.

Antes do envolvimento com qualquer ativismo formal, sua mãe era inspiração e influência na direção de uma visão crítica sobre as relações raciais e processos de miscigenação, entre outros assuntos. Pessoalmente, sempre manteve a posituação da identidade negra, incentivando o cabelo natural, por exemplo.

Na época da universidade, estava em busca de participação no movimento negro para adquirir um repertório de argumentos para explicar o que sentia, se indignava e queria poder debater opiniões divergentes. Inicia a militância por volta de 2005, em um grupo negro da faculdade e depois faz parte de uma articulação de juventudes negras. Seu trabalho de conclusão de curso foi sobre violência doméstica, demonstrando já um engajamento e, então, se aproximando do movimento de mulheres. Ao se formar, já entendia “a necessidade de se articular enquanto movimento popular e social” e foi sempre se aproximando dos movimentos sociais.

Ao longo da entrevista, faz menção a outras colaboradoras (Maria Lúcia da Silva e Cida Bento) como pessoas de referências em sua trajetória. Cita o CEERT como importante espaço de formação enquanto militante. Lá aprendeu muito e conseguiu integrar a prática de jornalista com a militância, além de aprofundar o contato com o movimento negro e de mulheres negras.

Outro momento significativo foi sua formação voltada para jovens lideranças da ONU Mulheres e Secretaria Nacional de Juventudes, com mentoria de 1(um) ano. Ao ser selecionada, pensou em desistir porque estava grávida. Consultou colegas mais experientes do feminismo negro e, orientada por elas, tomou a atitude de informar à organização que estava nessa situação de dificuldade logística e que gostaria que pensassem juntas como resolver. Foi providenciada uma forma alternativa para ela participar e ela aponta essa formação como um divisor de águas por estar em contato com jovens de vários lugares, lideranças com diferentes experiências.

Nesse período, estava articulada com um grupo de comunicadoras negras e toma conhecimento da Marcha das Mulheres Negras, que foi lançada em 2013, durante a Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CONAPIR). Uma integrante da ONU Mulheres e da Marcha a convida e ela passa a colaborar na comunicação e mobilização do processo da Marcha, levando, como ela narra, outras pretas da área de comunicação. A construção da Marcha foi, segundo ela, um espaço intergeracional riquíssimo de troca e contribuição das mulheres mais velhas.

Segundo Juliana Gonçalves, a ideia de uma Marcha surgiu em um encontro de mulheres afro-latino-americanas e caribenhas em 1992 na República Dominicana. Foi idealizada por Nilma Bentes, também uma das referências do feminismo negro brasileiro e integrante do Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (CEDENPA). Surge no Sul, a partir da necessidade de interseccionar raça no movimento de mulheres e gênero no movimento negro. Esse evento é também citado pela Maria Lúcia da Silva, que esteve presente.

Vinte anos depois, a ideia da Marcha continua sendo pautada. Em um movimento de mulheres negras mais articulado, a Articulação de Organizações de Mulheres Negras do Brasil inicia a elaboração dos princípios e em seguida, ativa a rede de demais entidades do movimento negro, em uma estratégia de capilaridade, levando para todos os cantos do Brasil, com discussões e atos que funcionam como preparativos, amadurecimento das pautas e mobilização. Adotou-se a organização em forma de um núcleo impulsor nacional, formado por sete entidades do movimento negro, e esse coletivo de entidades capitalizou e multiplicou a Marcha pelos estados.

Apesar das dificuldades internas e externas, a Marcha, por sua magnitude e forma de realização, rendeu novo fôlego ao movimento de mulheres negras brasileiras. Falando sobre os efeitos positivos da Marcha no estado de São Paulo,

Juliana Gonçalves afirma que “a gente acabou entendendo a potência de ter um lugar onde todas as mulheres negras eram bem-vindas, as partidárias, as não-partidárias, as anarquistas, as quilombolas, as lésbicas, as bis, as trans. Um lugar que fosse plural, e de fato são cerca de cinquenta coletivos e entidades que circulam na Marcha, mais as mulheres autônomas.”

A entrevistada aponta que a Marcha aumentou a articulação, facilitou diálogos, e, como o evento passou, mas as opressões de raça e gênero continuaram, permaneceram unidas e participando de atos dos movimentos sociais. Bloco, rede, coletivo, ubuntu, palavras que dão a noção do caráter da atuação feminista negra, e que aparece na fala de Nilma Bentes, de Juliana Gonçalves e em muitas das ações relatadas por algumas das entrevistadas, e que na Marcha se mostra como uma estratégia adotada antes, durante e depois do evento principal. Mulheres negras, após a Marcha, mais articuladas e fortalecidas, vão, segundo a entrevistada, disputando espaços hegemônicos para cobrar interseccionalidade, revisão dos privilégios dxs companheirxs de luta, e espaço para o protagonismo. Essas cobranças que vão se dando geralmente pelo diálogo, mas eventualmente também por enfrentamentos e conflitos. Aponta, ainda, como um dos pontos fortes da Marcha, o reconhecimento de serem uma “instância importante de diálogo”, uma referência junto aos movimentos sociais.

Faz questão de assinalar, no entanto, que não há discursos únicos nem demandas totalmente coincidentes, pois a diversidade e uma pluralidade de marcadores se somam à especificidade de serem mulheres e negras. Um perigo da representatividade é o achatamento das pluralidades, sem atenção aos recortes.

Um ponto fraco da Marcha é a concentração das ações na capital. Juliana Gonçalves continua a recuperação da linha histórica e sua

análise de conjuntura (processos comuns no movimento social) reflete sobre o fato de que a marcha é idealizada pela primeira vez em 1992, e realiza-se em 2015, três décadas depois do encontro de feministas latino-americanas em que mulheres negras demarcaram que o feminismo hegemônico não reconhece as especificidades da história e demandas do feminismo negro brasileiro, organizado, como ela reconhece, desde a época da escravização.

Uma estratégia bastante utilizada dentre as atividades da Marcha foi a de rodas de conversa, tida muitas vezes, como a interlocutora explicou, como espaço de escuta, trocas, sem lugares hierarquizados, sem uma pessoa destacada para falar e

outras para ouvirem, mas para todas falarem, com a motivação de fazer parte do grupo. Essas metodologias foram definidas por quem conduzia a roda de conversa, dependendo do respectivo tema e a maioria das rodas de conversa privilegiou a escuta. Algumas vezes despertavam alguns temas disparadores para depois deixar vir o que precisassem falar.

“Se você é uma mulher negra em movimento, você é bem-vinda na Marcha, você faz parte disso aqui, isso aqui é para você também. Não importa se você vai conseguir ou não vai conseguir ir para Brasília, estaremos todas lá, de alguma forma.” Aponta esse espírito como motivador de empatia, para se ouvirem, expressarem o que está longamente represado. Participando desse processo, ela relata que aprendeu muita coisa, e uma delas é que o diferencial para que as pessoas se destaquem na vida, muito mais que uma ação, tem a ver com ter sido escutada, uma intervenção com um ambiente acolhedor que permitiu refletir sobre o melhor a fazer. Dá o exemplo da sua profissão, de jornalista, que tem uma imagem de estar ligada à ação. A partir do processo de construção da Marcha, revê sua prática e compreende que muito mais que agir, uma jornalista tem que sabe escutar, saber fazer a leitura do ambiente e suas demandas. Com isso feito, tentar sintetizar o que encontrou de informações.

Segundo ela, as mulheres que foram participando tinham muitas contribuições e também muitos conteúdos represados (potência e carência sempre conjugadas em mulheres negras).

Ressalta também como a Marcha procura não setorizar as pautas e lutas que acontecem, dividindo entre negras periféricas em um setor, lésbicas em outro, partidárias em outro ainda. A Marcha convida todas a virem, o que pode ser em princípio caótico, mas com certeza muito produtivo. “Quando a Marcha propõe justamente ‘Vem todo mundo, e vamos ver o que dá’, é o caos! É o caos estabelecido. Mas é também do conflito e do caos que as coisas se movimentam. Que é o que a gente fez.”.

Dentre as estratégias, sempre incluíram intervenções culturais (dança, música, etc.), que são formas de resistência, momentos de respiro, para tocar as pessoas de outras maneiras, e também um meio não maçante, sintetizado e mais acessível para transmitir conteúdos políticos. Ela comenta que “esses momentos coletivos eles em si são resistência, e neles sempre aparecem outras formas de estratégias de resistência”. Teve um baile *black*, tem um grupo de samba chamado

“Negras em Marcha” que toca periodicamente, inclusive em um bar que se define como um quilombo urbano.

No trecho em que fala das intervenções culturais e do autocuidado como estratégias políticas e de saúde, ela retoma a importância da escuta acolhedora com respeito às diferenças. Afirmar que “isso é muito nosso, entender que essa cura, se existe, ela não é individual, ela é coletiva, ela é compartilhada, então todos esses momentos onde havia escuta e havia possibilidade das mulheres se colocarem, sempre foram muito importantes, e sempre traziam para gente elementos.”

Para quem estava propondo ou organizando, era importante manter o ânimo e a inovação de estratégias. Acrescenta-se uma estratégia nesse caminho: rodas facilitadas de conversa em um parque. Muitas vezes é necessário vir uma entidade formada por pessoas brancas, uma instituição rica, para reunir pessoas que já são desse grupo de mulheres negras, para tratarem de determinado tema, em um formato de grande evento. E esse é um desafio a mais: para Juliana Gonçalves, “pequenos ambientes de troca” podem ser muito efetivos para processos de cura, e podem surgir espontaneamente a partir da própria comunidade, voltada para si mesma. São estratégias realizadas por e para mulheres negras, organizadas e conduzidas pelas próprias.

Outro desafio é conseguir melhor sistematizar, registrar e divulgar o que foi feito, assim como a programação do que virá, garantindo acesso amplo. Por exemplo, precisariam ter uma listagem de tudo que já foi realizado de ações. Há o perigo de burocratizar e engessar, mas a necessidade de reestruturação é um ponto fraco, segundo Juliana Gonçalves. Nas atividades de divulgação, entendem a necessidade de atingir quem não tem acesso aos ambientes virtuais, então uma estratégia importante é imprimir e panfletar, por exemplo.

Algo que demonstrou o estilo de trabalho de disseminação foi a realização de doze horas de transmissão online (via mídia social) de diversos tipos de conteúdos produzidos por diferentes mulheres negras, tudo ao vivo. Elas próprias se inscreviam, e cada uma tinha 30 minutos para falar de suas experiências, sejam profissionais, pessoais, de suas pesquisas, sobre a Marcha, enfim, qualquer tema. Cada pessoa também poderia escolher qualquer horário livre. Interseccionaram também geração mesclando diferentes idades.

As que se inscreveram receberam um manual e um breve treinamento sobre como fazer um vídeo ao vivo. Para muitas, que nunca tinham feito esse tipo de

transmissão, foi uma aquisição de conhecimento. Pode-se imaginar o efeito também de mulheres negras se vendo como protagonistas na tela, compondo uma ação de caráter nacional. O efeito atingiu quem propôs a ação, quem assistiu e também as intermediárias, ou seja, quem fez o vídeo. Uma valorização das diferentes falas, sem hierarquia de conhecimentos, pois não precisava ter pós-graduação para ter algo valioso para falar. Essa experiência expandiu-se por vários estados.

A Marcha aconteceu em 2015, em Brasília, com uma estimativa de cinquenta mil mulheres negras. Na marcha estadual realizada em São Paulo, estima-se três mil em 2016 e cinco mil em 2017. Atualmente, movimentações acontecem em São Paulo, Pará, Rio de Janeiro e Bahia.

A coordenação foi coletiva, com deliberações definidas com quem estivesse em cada reunião. Uma validação do que cada mulher negra tem a dizer, considerando que todas têm coisas importantes a dizer.

Ao ser perguntada sobre qual tradição ou embasamento a Marcha adota, ela resgata a centralidade da noção de bem-viver. Nessa direção, a necessidade de afastamento do que é eurocêntrico, e de aproximação de valores civilizatórios africanos, como oralidade, memória, ancestralidade, circularidade.

Juliana Gonçalves analisa que nem todas as pessoas que orbitam pela Marcha identificam todos esses valores em cada ação, e seria importante que compreendessem. Por exemplo, há relatos sobre como determinada ação foi fortalecedora, importante, bonita, tocante. Para ela, é muito bom que percebam esse aspecto da ação. A Marcha propôs o enfrentamento do quadro social vigente, que é nocivo para as mulheres negras e há preocupação em conciliar fundamento político do que estão fazendo e, ao mesmo tempo, estarem atentas para que a pauta das mulheres negras não seja capturada, distorcida, reduzida, banalizada por outros grupos sociais.

Juliana Gonçalves faz uma relação entre o que tem presenciado, observando o surgimento de novas maneiras de se fortalecer que passam por também retomar maneiras antigas e até ancestrais. Cita a tendência de práticas voltadas para as próprias comunidades, como o caso de coletivos que atuam nas periferias onde se encontram. Afirma que é um desafio aliar o cansaço da organização das atividades com efeitos positivos que podem advir das mesmas, mas percebe como as mulheres (tanto da organização como as demais participantes) saem dos eventos tocadas, identificando potências, beneficiadas especialmente por ser um espaço de todas. “E

às vezes a nossa potência está justamente apenas na gente sentar em roda e conversar e trocar experiência, em ver que não está passando por aquilo sozinha e tal.”

Juliana Gonçalves deseja que esses espaços de cuidado sejam potencializados e que os aspectos subjetivos (como o sofrimento psicossocial, o adoecimento psíquico, entre outros) sejam mais considerados nas pautas de luta. A Marcha poderia cumprir o papel de abrir espaço para questões que precisam ser mais debatidas no movimento negro. Um desses assuntos, segundo ela, seria o suicídio de jovens negros, que geralmente é visto como questão pessoal e, levando-se em conta o contexto sócio-histórico do racismo, precisa ser contextualizado enquanto genocídio.

Para Juliana Gonçalves, a nossa narrativa de morte é tão forte que parece que estamos o tempo todo lutando contra uma estrutura gigante racista e genocida, e não estamos conseguindo criar narrativas de vida. Insistentemente atingido por determinações de morte, dependendo de como está a esfera pessoal, até o sujeito mais engajado, sonhador, supostamente cheio de vida pode sucumbir. Isso porque “tem aspectos, ainda, dores ancestrais e coletivas, que a gente não está sabendo curar, e que por justamente não ser uma arma letal na cara atirando sangue para todo o lado, a gente não dá conta de tratar esses assuntos. Eu acho cada vez mais urgente a gente tratar. E se isso não partir das mulheres, não vai partir de lugar nenhum.”

6. Avaliação das estratégias de promoção da saúde de mulheres negras: especificidades e complementaridades

A análise de conteúdo partiu do objetivo de avaliar especificidades e complementaridades entre as estratégias reconhecidas no campo científico (coletadas em revisão sistemática de escopo dos artigos publicados em revistas científicas) e as reconhecidas no campo do movimento negro e de mulheres negras (coletadas em entrevistas com informantes-chave de experiências realizadas nesse campo).

Importante analisar que o número de artigos incluídos, um total de catorze, e o número de entrevista, um total de seis, permite a avaliação dessa amostra, mas é insuficiente para afirmações abrangentes sobre o panorama acadêmico e do movimento negro e de mulheres negras como um todo. Em princípio, tínhamos a pretensão de comparar o que se produz nos dois ambientes, mas, já na revisão sistemática de escopo, tivemos que lidar com um imprevisto e analisar a situação.

A grande maioria dos artigos não trazia o que procurávamos, e compreendemos que a grande maioria dos artigos fala sobre mulheres negras e suas mazelas, e não sobre estratégias de promoção de saúde. E neste capítulo faremos uma análise sobre o perfil dos poucos trabalhos que abordam essa temática. E no caso das entrevistas, assim como no caso dos artigos, conseguimos uma coleta que permite avaliar estratégias reconhecidas nos seus campos, mas, pelo pequeno número de interlocutoras e pelo perfil e localização geográfica não abrangentes, não é possível afirmar que representem o conjunto ou mesmo uma maioria de estratégias realizadas. Essas foram limitações deste estudo, e adiante vamos considera-las na discussão.

Organizamos os resultados em função de categorias que permitem a análise segundo: (1) os referenciais (epistemológicos, teóricos, técnicos e políticos) e os modos de fazer, (2) os pontos altos das estratégias, e (3) o lugar das mulheres negras nas mesmas.

Essas categorias foram definidas após repetidas leituras e análises prévias dos resultados coletados pelas duas técnicas de descrição.

A análise segue o fio condutor de uma abordagem psicossocial da saúde dialogada com uma perspectiva feminista negra.

6.1. Referenciais e modos de fazer

Os referenciais são as raízes e os prismas a partir dos quais as experiências descritas foram idealizadas, realizadas e analisadas. Compreendendo que nenhum trabalho é neutro, nem mesmo totalmente objetivo, interessou-nos analisar as influências ideológicas, teóricas, técnicas e políticas das estratégias realizadas com mulheres negras.

Escolhemos apresentar, junto aos referenciais, um panorama sobre os modos de fazer, ou seja, sobre como são as estratégias realizadas com mulheres negras, a partir da análise de suas metodologias, dos procedimentos adotados, das nuances, dos modos de realização, ou seja, discutir as técnicas de cuidado utilizadas para potencializar os processos escolhidos.

Agência, resiliência, autonomia, emancipação e empoderamento pressupõem, como aqui defendemos, processos em contexto. Há um conjunto de artigos, no entanto, em que mal aparece essa noção, e os termos são tratados como sinônimos de habilidades a serem adquiridas, atributos, qualidades, ou mesmo como estágios de desenvolvimento que se atinge ao receber passivamente a intervenção de outra pessoa.

Dentre os artigos, dois estão no campo da psicologia comunitária, muitos recorrem à psicologia social na tradição sociocognitiva e outros filiam-se a perspectivas feministas negras com tradição de educação crítica para emancipação, como em Barlow (2016) e Gist (2014). Observamos referências à análise de discurso, às epistemologias pós-estruturais e pós-coloniais e à aposta no fenômeno das comunidades de crença, seja em um projeto de mudança social (como no caso da experiência em Detroit, por White, 2011), seja em ações desenvolvidas em comunidades religiosas (como em Cooper e cols., 2015).

Na linha do cuidado de outras pessoas pertencentes aos mesmos grupos sociais e na linha do autocuidado, há diferença entre os trabalhos que, nas estratégias, articulam a ação politizada de mobilização social e o contexto, por um lado, e os trabalhos que visam auto-eficácia, ou restringem a noção de comunidade a um espaço, inclusive à comunidade religiosa e de fé reunida em igrejas, as quais permitem e facilitam o apoio social ao auto-cuidado, como na intervenção de Andrews

e cols. (2007), que usa o “contar histórias”, reuniões para comer, temas espirituais e rezas, além de parentalidade (juntar irmãs, mães e filhas).

Chamou nossa atenção e nos parecia em princípio incoerente a conciliação, principalmente nos artigos estadunidenses, de determinadas abordagens teóricas, como a sociocognitiva, com algumas práticas no campo da educação crítica. No entanto, analisamos que essa configuração tem a ver com a tradição dessa abordagem teórica na formação acadêmica estadunidense, e também com a tradição dessa estratégia do movimento negro e feminista negro local, como observamos na retrospectiva histórica presente tanto no artigo de Bair (2008) quanto nos livros de hooks (2013) e Davis (2016). A conciliação dessas duas tradições talvez tenha a ver com o perfil das autoras, como será discutido adiante. De qualquer modo, dá aos trabalhos estadunidenses uma especificidade de dar destaque para estratégias educativas e críticas.

Outro ponto que nos chamou a atenção foi o sentido de alguns termos utilizados para tratar dos fenômenos com os quais estavam trabalhando, e como os diferentes estilos narrativos têm relação com os referenciais teóricos e políticos. Com uma perspectiva de tradição sociocognitiva, Andrews e cols. (2007) reconhecem a necessidade de “adaptação cultural” e argumentam, na introdução, que decidiram intervir junto a um grupo de mulheres (negras) consideradas em situação de maior risco aos efeitos do cigarro. Este seria “utilizado como alternativa ao lazer” em função da crescente “disparidade” na saúde de pessoas pertencentes a “minorias étnicas” e de “baixo nível socioeconômico”. O argumento é sustentado com base na prevalência duas vezes mais alta de doenças nas “comunidades marginalizadas” das quais fazem parte.

Desenvolvem uma metodologia participativa, colaborativa e dialógica. Utilizam o termo empoderamento, a partir de uma noção comum aos modelos sociocognitivos e diferente da que adotamos neste trabalho, a qual foi discutida no capítulo de “Introdução”, com referência, entre outros, à concepção de Paulo Freire. Curiosamente, no artigo utilizam empoderamento na vertente sociocognitiva, mas citando Freire: “empowerment educational principles from Paulo Freire (1970, 1973)”. É muito comum esse uso de “segunda mão” de Freire. Nesse caso, fica evidente pela citação de edições antigas de *Pedagogy of the Oppressed* (1970) e *Education for critical consciousness* (1973), muito antes do uso (e abuso) do termo empoderamento.

Os estudos na África do Sul e nos Estados Unidos usam o termo empoderamento em dois sentidos: como aumento do poder individual na direção de auto-eficácia, sem nenhuma relação com o contexto; e na tradição da pedagogia crítica ou do feminismo negro, claramente articulado com noções que pensam a ação coletiva considerando o contexto.

Nos artigos, a vida está definida literalmente como “estar viva”, como em Sheppard e cols. (2013), ou de modo um pouco mais amplo, mas ainda centrado em uma noção de indivíduo sem contexto, a vida reduzida a “estilo de vida” ou “qualidade de vida”. Muitos justificam a maior exposição ao risco e ao adoecimento por “condições de vida” e “situações de vida”, quase sempre espelhando o sentido clássico atribuído pela literatura da saúde e saúde mental, quando focalizam o indivíduo definido por meio de constructos resultantes de análises fatorias e reconhecem um “ambiente” pouco definido. Cooper e cols. (2015), Gozález-Prendes (2008) e Andrews e cols. (2007), que trabalharam com mulheres na comunidade de modo mais participativo, incluíram também a noção de “experiência de vida” e “satisfação com a vida”.

A noção de experiência, biografia, trajetória é central em vários campos de estudos, como o de identidades, os estudos culturais, ou mesmo o próprio feminismo negro.

Os textos de tradição mais crítica e feminista, descrevem a “vida” como questão central a ser valorizada e mobilizada, e seu sentido é de trajetória e biografia. Fala-se mais claramente de dimensões da vida pessoal e social (e não apenas de fatores individuais), e são abordados aspectos como a “vida profissional” (mais frequente nos textos), a “vida estudantil”, a “vida política”, também a vida compartilhada como “comunidade”, como “vida de pessoas negras” (“Negro ou Black life”), ou ainda nomeada como “vida cotidiana”, implicada no ambiente que se quer mudar, como no caso das mulheres nas hortas de Detroit (White, 2011), que pensam no “direito à vida” com base na segurança alimentar e alimentação saudável, adotando uma perspectiva teórica ecofeminista que faz a conexão com o solo a partir da intersecção de gênero, raça e classe.

O artigo brasileiro de Oliveira e cols. (2009) se destaca com uma perspectiva psicossocial que pensa em “experiência” como unidade importante e inclui as noções de “vida social”, “vida em sociedade” e articula todo o tempo narrativas pessoais e biográficas com denúncias de violação de direitos e busca por acesso a

políticas públicas. As noções associadas à palavra vida o aproximam da tradição feminista negra estadunidense. A mudança esperada e estimulada na vida das mulheres negras do estudo e frequentadoras da ONG depende, ao mesmo tempo, da reinterpretação do sentido de suas experiências e da ação social que demanda programas públicos e políticas de Estado, como se pensa na tradição tanto das perspectivas baseadas em direitos humanos quanto das perspectivas feministas negras. Essa aproximação dos feminismos negros estadunidense e brasileiro se deve, provavelmente, ao fato da ONG Maria Mulher ser composta justamente por mulheres negras, sendo a primeira organização feminista negra brasileira.

O diferencial deste artigo está na compreensão de como funciona e se organiza a sociedade e a subjetividade a partir da “indissociabilidade entre individual e coletivo”. Definem subjetividade “não como interioridade ou capacidade latente, mas constituída por relações e ligações que produzem o sujeito como agenciamentos que, por sua vez, metamorfoseiam e mudam suas propriedades à medida que expandem suas conexões” (OLIVEIRA e cols., 2009, p. 267).

Só em outros artigos também do campo crítico e feminista negro encontramos noções semelhantes de subjetividade — como uma experiência subjetiva a ser escutada, valorizada, afirmada depois de experiências compartilhadas de criação e identidade — como vemos em Gist (2016), em Wissman (2011) e em Zway e col. (2015). As autoras que abraçam perspectivas mais individualizantes sequer mencionam essa noção, ou usam o termo “subject” como sinônimo de pessoa ou indivíduo (ou de tema, que tem sentido apenas em língua inglesa), como em Bair (2008), entre outras.

O texto de Bair (2008) é um ensaio que resgata a história do trabalho pioneiro de Nannie Helen Burroughs em uma intervenção do início do século XX, com a criação de uma escola para jovens negras que foi fundada por ela e outras mulheres negras. Nas ações realizadas e nos referenciais teóricos, técnicos e políticos, percebe-se elementos que parecem inspirar até hoje o que e como se faz em muitas iniciativas que classificamos como no campo da educação crítica e do feminismo negro (especialmente o estadunidense).

O texto trata dessa abordagem teórica da educação social, resgatando a filosofia educacional e o ativismo social de Burroughs. São ações pautadas no feminismo e no ativismo social negro, precursoras do feminismo negro atual e que, por isso, são nomeadas como proto-feminismo negro. A autora discute como era

compreendido o papel da escola para jovens negras. Relata o currículo que valorizava os estudos sociais, utilizava conhecimentos da história para analisar e interpretar problemas contemporâneos das comunidades negras e buscava integrar habilidades e competências com ênfase em orgulho racial, empoderamento e serviço cristão. O intuito era potencializar liderança e auto-eficácia em estudantes negras para que elas pudessem viver, ganhar a vida e mudar o mundo em que se encontravam, injusto e com longo legado de discriminação.

A filosofia do trabalho de Burroughs exibia outra característica interessante ao considerar o desenvolvimento da cidadania com implicações conjugadas de raça, gênero e contexto histórico. Há um século, ela já trabalhava com interseccionalidade e uma concepção de cidadania politizada. Trabalhava também com muitas das características que hoje se atribui a processos como empoderamento, autonomia, emancipação e agência, além de compromisso social, pois ela ainda defendia que mulheres negras têm a obrigação moral de uma cidadania ativa na transformação de suas comunidades e na ampliação de perspectiva da sociedade estadunidense.

Por um lado, o sentido de obrigação moral pode causar estranhamento porque destoa das noções de autonomia, emancipação e agência. Por outro lado, faz lembrar o que Fanon (2008) postula ao compreender o compromisso social como um resultado da superação das feridas do racismo, quando as pessoas podem transcender do apego às dores decorrentes do racismo ao comprometimento com a melhoria de vida de seu grupo social ou da sociedade como um todo.

Deu-nos a impressão (com base inclusive na literatura que coletamos) de que as ações de Burroughs, e outras do mesmo estilo, empenhadas por mulheres negras comprometidas com mudanças sociais, inspiraram e ainda inspiram a produção de mulheres negras. De acordo com Bair (2008), Burroughs e outras mulheres negras, que fundaram escolas parecidas, constituíram uma rede. Elas se correspondiam, muitas vezes pertenciam às mesmas organizações, apoiavam-se mutuamente e formaram uma “irmandade de propósito”, uma espécie de comunidade de destino. Burroughs trocava correspondência regularmente com DuBois, Woodson e outros que defendiam a educação clássica e a liderança para pessoas negras, em um nítido empenho pela emancipação efetiva de mulheres negras. A estratégia de ação em rede irmanada de propósito é comum em ações feministas negras em diferentes regiões.

Sistah Powah (algo como Poder de Irmãs), que aparece no projeto relatado por De Marco (2014), é um termo que remete a esse tipo de rede de apoio. Dava ênfase a atividades criativas e à emancipação por meio da educação, o que vimos também em outros projetos e que dialoga com a perspectiva de educação crítica e a feminista negra.

Todos os artigos reconhecem a vicissitude da vida das mulheres negras e a maior vulnerabilidade a algum tipo de sofrimento resultante de alguma dimensão de seu contexto (mesmo que não o nomeiem), além do adoecimento, que se quer cuidar ou prevenir. Em algumas estratégias, percebe-se que confiam e estabelecem, a priori, a capacidade de agência e potencial de força de cada mulher, tratando de mobilizar ambos, por exemplo pela religião.

Frequentemente, os textos falam de um sofrimento nomeado como sofrimento mental ou psicossocial, como no caso de Wissman (2011). Esse texto chama a atenção porque a criação de estórias e a recriação de trajetórias é pensada literalmente como revolucionária. Em sua abordagem de mulheres negras em sala de aula, produz espaços sem constrangimento para desenvolver, sustentar e afirmar subjetividades negras.

Apresentadas as especificidades das estratégias reconhecidas no campo científico, retomando os objetivos, seguiremos para as especificidades das estratégias reconhecidas no campo do movimento negro e de mulheres negras. Observamos que já nos artigos coletados pela revisão sistemática de escopo, aparecem trabalhos que bem poderiam ser narrados pelas interlocutoras entrevistadas, isso porque aparecem similaridades e complementaridades que poderão ser confirmadas na continuidade do texto.

O panorama das estratégias coletadas pelas entrevistas demonstra um compromisso com a diminuição do sofrimento, não apenas aquele supostamente provocado pelas trajetórias pessoais e pela vida familiar, mas pelo lugar sócio-histórico que ocupam e que é marcado por desigualdades. Um sofrimento que se configura como psicossocial.

Acumularam, portanto, larga experiência em práticas que visam mudar as condições pessoais (a trajetória, o modo de estar em cada contexto), sociais (vida cotidiana e o modo como buscam transformá-la para si e para as outras) e a experiência com programas, em especial na saúde (e como lidam com racismo institucional). São pessoas com trabalhos voltados à promoção de saúde, tendo como

horizonte superar as desigualdades baseadas na raça/cor e no gênero, e entendendo que mitigar a violação e a negligência de direitos fortalece o caminho para o bem viver. (como conceituado na “Introdução”).

Todos os trabalhos relatados pelas pessoas entrevistadas têm influência grande de alguma tradição africana ou afrobrasileira. Juliana Gonçalves localiza os valores civilizatórios africanos como fonte, Celso Ricardo Monteiro identifica os valores ligados à religião afrobrasileira (candomblé), e Maitê Lourenço, Mafoane Odara Poli Santos, Maria Aparecida Silva Bento e Maria Lúcia da Silva citam as filosofias e sociologias que fundamentam os movimentos sociais negro e de mulheres negras.

Maria Lúcia da Silva, Cida Bento, Maitê Lourenço e Mafoane Santos são psicólogas e, portanto, localizam na psicologia a grande disciplina que as instrumentaliza, uma psicologia social, articulada à psicanálise, à psicologia organizacional, entre outras com menor influência.

Celso Monteiro se refere à inspiração filosófica da religião afrobrasileira (candomblé), além de teorias e técnicas ligadas ao campo de saúde da população negra e, mais recentemente, à área das ciências sociais.

O feminismo (sem outras especificações) também é apontado como fonte passada e atual de aprendizagens. Maria Lúcia da Silva comenta sobre eventos, treinamentos e financiamentos realizados por entidades feministas, que contribuíram, por exemplo, com técnicas de cuidado e auto-cuidado, estratégia muito presente em suas estratégias voltadas a mulheres negras. Relata também sobre referenciais políticos de ativismo sustentável, entre outros. Mafoane Santos também informa sobre sua experiência passada e atual em organizações com forte ligação à temática de gênero, onde vem praticando a construção de um posicionamento político institucional e o enfrentamento de desigualdades.

Todas as pessoas entrevistadas, pelo próprio perfil de interlocutoras que buscávamos, demonstraram estarem fortemente assentadas em referenciais teóricos, filosóficos e políticos sobre relações raciais, além de inspiradas pelas teorias e metodologias do feminismo negro. Os conteúdos foram transmitidos em circunstâncias políticas, também pela leitura direta de autorxs, pela transmissão oral em atividades culturais, em manifestações africanas e afrobrasileiras, ou ainda, transmitidas de modo informal pelos negros e negras mais velhas, sejam da militância, sejam teóricas ou mesmo membros de sua família.

Nas entrevistas, por exemplo na de Celso Monteiro, o reconhecimento do conhecimento transmitido pelas pessoas mais velhas. A noção de trajetória compartilhada com o grupo identitário e com a comunidade de origem é um marco que influencia o estilo de estratégias de cuidado e auto-cuidado, como quando vai para a mãe de santo mais velha para ser cuidado, ou quando relembra os cuidados e o tipo de ritual que as sacerdotisas de sua própria família realizavam.

No caso de Maria Lúcia da Silva e Cida Bento, além de inspiradas por outras mais velhas, elas estão entre as maiores referências do feminismo negro brasileiro, tanto do ponto de vista da produção de conhecimento, quanto de técnicas de enfrentamento das desigualdades raciais e de gênero, além de participarem ativamente de ações cotidianas de militância. Por isso, são citadas por outras entrevistadas como referências em suas formações. Formações essas que, tanto no caso delas duas quanto das outras entrevistadas, complementa a formação acadêmica com a formação política.

No seu trabalho, Maria Lúcia da Silva utiliza procedimentos comuns à psicologia — como grupo focal, análise individual, técnicas vivenciais, entre outras —, e concilia com técnicas aprendidas no campo da militância. Dá especial destaque para a metodologia de autoajuda, com confiança na potência de ajuda de cada participante.

As metodologias descritas mantêm a horizontalidade no compartilhamento da função de acolhimento e atendimento, ao trabalhar com as demandas explícitas e simbólicas do grupo e de cada integrante, e utilizando recursos teóricos e técnicos dela mesma e de participantes.

Trabalhos de autoajuda têm sido frequentes, e um dos pontos positivos é a horizontalidade que valoriza os referenciais pessoais e filosóficos das participantes, além de facilitar a identificação entre elas. O encontro de pessoas que se identificam como iguais potencializando compartilhamento de trajetórias e cuidado mútuo. A horizontalidade aparece também na mediação rodiziada do grupo. O valor das estratégias de autoajuda e cuidado mútuo é discutido por hooks (2015b) quando reflete sobre grupos de mulheres negras. Na história de mulheres negras, o cuidado compartilhado e a ação em rede é uma constante, como discutido em Prestes (2013).

Ao longo de toda a sua fala, Maria Lúcia da Silva comenta sobre a importância de as intervenções ocorrerem em todos os níveis e dimensões das instituições. Por um lado, isso significa pensar que, se é uma organização de mulheres

negras que vai atender outras mulheres negras, o trabalho deve ser realizado também com as integrantes da instituição. Essa talvez seja uma influência de sua formação psicanalítica, onde essa é uma questão presente, afinal, a prática psicoterapêutica costuma ser acompanhada de estudo, análise pessoal e supervisão.

Trabalhar as questões com a própria equipe é uma metodologia que parte da compreensão de que não há neutralidade e de que só acontece a intervenção com outros grupos se isso estiver trabalhado internamente. Essa reflexão nos leva à pergunta: quem cuida de quem cuida? Lélia Gonzalez (militante e teórica das relações raciais) há algumas décadas já estava ocupada com esse debate em relação à saúde de militantes do movimento negro e de mulheres negras, como descrevem Bairros (2006) e Ratts (2010).

Ainda sobre aplicar as intervenções em todos os níveis e dimensões das instituições, Maria Lúcia da Silva também defende a importância de se pensar um entidade como grupo formado pela soma das especificidades de cada pessoa, e também como algo novo que é inaugurado na conjunção das especificidades, que é diferente da simples soma. Essa forma de pensar a prática pela junção de especificidades nos remete ao uso da interseccionalidade, como teorizaram Collins (2009) e Crenshaw (2002), mas também com o que defendemos nesta tese, que é a possibilidade desse conceito ser utilizado como método de intervenção. Ela ilustra um caso em que trabalhou essas questões, analisando o efeito do grupo sobre cada pessoa e o efeito de cada pessoa sobre o grupo. Considerando-se o quadro das vulnerabilidades, e também a dinâmica do racismo e sexismo institucionais, entendemos como algo importante trabalhar as dimensões pessoal, social e programática, incluindo no trabalho e na análise as várias vertentes desse olhar caleidoscópico.

Cida Bento trabalha com psicologia e diversidade de raça e gênero em grandes organizações. Realiza diagnósticos, censos, articulações, produz materiais informativos, publica livros, intervém diretamente com as organizações, intervém por meio de políticas públicas, premia boas práticas educativas voltadas à igualdade racial e de gênero, e a ONG, além dela própria, têm para outras militantes negras um papel de formadora e apoiadora.

Maitê Lourenço atua com psicologia, com foco em orientação profissional com recorte de raça e gênero. Atua também com psicoterapia.

As estratégias de Celso Monteiro incluem o aconselhamento religioso a partir de sua função e reconhecimento como sacerdote do candomblé.

O instituto em que trabalha Mafoane Santos utiliza metodologias que transversalizam as temáticas de diversidade, raça e gênero (enfrentamento da violência contra mulheres) em todas as intervenções. Por exemplo, em ações internas, mas principalmente por meio de apoio a outras instituições que realizam ações ligadas a essas temáticas. As práticas incluem estratégias de combate ao racismo institucional, ações afirmativas e equidade, além de pesquisas, entre outras.

Juliana Gonçalves e as demais integrantes da coordenação da Marcha das Mulheres Negras utilizam rodas de conversa, espaços privilegiados de escuta, circuito de vídeos autorais transmitidos ao vivo, eventos culturais, marchas propriamente ditas, entre outras estratégias que visem divulgar as pautas (resumidas no lema “Contra o racismo, a violência e pelo bem viver”) e mobilizar mulheres negras e parceirxs.

A discussão sobre os referenciais realçou as especificidades das diferentes estratégias e também as complementaridades. Por exemplo, a especificidade, por um lado, dos referenciais sociocognitivistas em grande parte dos trabalhos reconhecidos no campo científico, e, por outro lado, dos referenciais psicanalíticos na maior parte dos trabalhos reconhecidos no campo dos movimentos negros e de mulheres negras. Ao mesmo tempo, a complementaridade entre a educação crítica emancipatória presente tanto nos trabalhos dos artigos quanto nas intervenções de cuidado e emancipação relatadas nas entrevistas.

Outra especificidade e complementaridade interessante que repercute nas práticas tem relação com a concepção de vulnerabilidade e de direitos humanos adotada. As estratégias brasileiras partem de uma concepção do Estado com o dever de garantir direitos e justiça. Isso está bem indicado no artigo brasileiro e na fala das entrevistadas, que organizam as estratégias prevendo as influências e o impacto na dimensão programática. As estratégias estadunidenses, por sua vez, mesmo quando reconhecem a importância da consideração do contexto social, parecem conceber os projetos considerando consequências indiretas mais a longo prazo, e prevendo resultados que chegam, no máximo, à dimensão social das vulnerabilidades.

Nos artigos da África do Sul, que tem uma história de resistência a discriminações raciais e ditadura, e uma constituição baseada nos direitos humanos, essa dimensão estrutural e programática é mencionada em um dos dois projetos, o

que inclui trabalhadoras do sexo, o que não ocorre no projeto com lésbicas negras jovens, que utiliza estratégias de apoio, auto-cuidado em grupo e compartilhamento, tais como os promovidos nos projetos de feministas negras estadunidenses.

6.2. Pontos altos

Esta seção reúne os destaques dentre as estratégias coletadas. Não foi objetivo avaliar a eficácia das intervenções, nem sua qualidade no sentido que usualmente se utiliza nas revisões sistemáticas, nem estamos aqui hierarquizando estratégias. Com base no que discutimos ao longo do texto, sobre a abordagem psicossocial da saúde e sobre a perspectiva feminista negra, é possível agora apontarmos o que consideramos algumas técnicas e concepções sobre as quais as pretendemos lançar luz e discutir, considerando, inclusive e principalmente, os pontos altos destacados pelas próprias autoras e entrevistadas.

Como pontos altos das estratégias reconhecidas no campo científico, incluímos os destaques dentre aquilo que as próprias autoras valorizam em suas conclusões, e que dialogam com os processos que elegemos como foco na revisão.

Andrews e cols. (2007) citam o empoderamento das mulheres para resolverem elas mesmas seus problemas, evitando recaídas e superando desejos de voltar a fumar. Citam também a importância de intervenções comunitárias para a eliminação de desigualdades em comunidades marginalizadas. E, ainda, o valor da parceria entre comunidades na compreensão e mudança do contexto social. Empoderamento e trabalho coletivo realmente podem ser diferenciais na promoção de saúde de mulheres negras segundo as referências trazidas ao longo do texto.

Do trabalho de Bair (2008), ressaltamos, em concordância com ela, a importância do resgate dos princípios da educação social, os quais defendem, em primeiro lugar, buscar fontes além das tradicionais, hegemônicas, hierarquizantes dos diferentes saberes, fora das estruturas patriarcais; em segundo lugar, olhar por dentro e por fora as instituições, incluindo a escola, para compreender a educação em contexto democrático; e, em terceiro lugar, examinar as conexões entre raça, gênero e contexto histórico no desenvolvimento da cidadania. Incluímos como ponto alto o fato de Bair colocar em prática alguns dos princípios que informa (o que procuramos

também praticar nesta pesquisa), e também o valor do resgate do trabalho de Burroughs, que ajuda a manter viva essa memória, nomear a autoria de um trabalho revolucionário e influente, e compreender melhor a dinâmica de algumas estratégias realizadas por e para mulheres negras.

Em Barlow (2016), o ponto alto é a mudança de concepção sobre si mesmas pelas mulheres negras, repensando a necessidade de cuidado e a conexão entre saúde psicossocial, saúde física e bem-estar. Também o fato das narrativas refletirem o caráter político das circunstâncias pessoais e sociais. Como principais descobertas das participantes, o amor próprio, o cuidado em comunidade, a autoconfiança, a análise das questões socioambientais que influenciam sua saúde, a concepção de que o amor cuida e cura e a mudança do olhar estereotipado. Por último, uma proposta de aula com conteúdo organizado. Concordamos que a compreensão contextualizada e politizada da saúde, a ressignificação de si mesmas e o cuidado compartilhado são diferenciais importantes para o processo de saúde.

Em relação ao trabalho de Cooper e cols. (2015), ressaltamos sua avaliação positiva sobre o apoio e incentivo mútuo, e sua análise das dificuldades sociais e programáticas para a participação das mulheres afro-americanas.

DeMarco e col. (2014), que trabalhou com mulheres negras infectadas pelo HIV, idosas e de baixa renda, traz a importante reflexão sobre o diferencial de uma estratégia que promova processos de elaboração sobre si mesmas e busca por soluções, quando realizadas em grupo com engajamento mútuo. Identificamos como pontos altos também a valorização da parceria (Sistah Powah) e de se dar voz a essas mulheres negras — aqui usaríamos o termo garantir a voz, uma vez que as mulheres negras já têm voz própria e que seria importante reconhecer a agência das mesmas.

Se Barlow (2016) traz um dos pilares do feminismo negro (o pessoal é político), Gist (2016) certamente reflete sobre outro (a teoria deve ser a prática). A partir da obra de Patricia Hill Collins, uma das referências do feminismo negro estadunidense, e de suas concepções sobre o “Pensamento Feminista Negro”, Gist elabora uma proposta de metodologia feminista, e inclui outras autoras reconhecidas por produções teóricas clássicas na temática, como Ida B. Wells, Alice Walker, bell hooks, Kimberlé W. Crenshaw, entre outras. Ela propõe uma estratégia para potencialização da perspectiva emancipatória por meio de uma pedagogia crítica e feminista negra que organize o espaço educativo como campo fértil para a transformação coletiva e pessoal.

Do texto do autor González-Prendes (2008), apesar da forma como associa mulheres negras e raiva, podemos destacar a defesa da adaptação cultural na abordagem de grupos específicos considerando-se gênero, raça e etnia.

Nicol (2012) tem como ponto alto o engajamento das alunas em um processo de agência por meio do qual passaram a ressignificar os simbolismos associados a mulheres negras. Destaque também para o relato da aprendizagem da autora ao longo do processo.

O trabalho brasileiro de Oliveira e cols. (2009), além dos destaques apontados anteriormente, é potente por trazer processos de reflexão, ressignificação das violências sofridas, compreensão do contexto e agência, levando à migração de uma narrativa pessoal para um discurso de denúncia pública construído coletivamente. Outro ponto importante foi a conscientização sobre discursos que naturalizam o racismo, a ressignificação das violências sofridas e a legitimação da busca por justiça. Não se restringem a avaliações sobre a dimensão individual da vulnerabilidade à violência. Argumentam sobre a importância dos movimentos sociais no enfrentamento do racismo, de programas específicos e alcançam a dimensão programática quando recomendam políticas públicas para igualdade racial. Por fim, destacamos a noção de que é legítima a busca das mulheres negras e da população negra de modo geral quando pede o fim das violências, pautadas na convicção de que mais que uma demanda individual, essa é uma perspectiva de direitos.

Interessante a forma como Sheppard e cols. (2013) apontam as limitações nos seus resultados (a avaliação dos resultados foi auto-declarada pelas participantes) e o que poderiam ter cuidado melhor na metodologia (obter informações com cuidadorxs) para ter uma avaliação dos resultados mais confiável. Os destaques também passam por identificarem a ausência de estratégias voltadas a mulheres negras para informação sobre opções de tratamento do câncer de mama e para o desenvolvimento de habilidades de tomada de decisão e comunicação com cuidadorxs. Além disso, denunciam disparidades na comunicação entre pacientes e cuidadorxs devidas a características étnico-raciais que incorrem em vulnerabilidades e diferenças no tratamento do câncer.

Wechsberg e cols. (2014) têm o diferencial de apontar elementos programáticos de políticas públicas para aumentar a promoção de saúde de mulheres em Pretória, na África do Sul, também a importante recomendação de se implementar o recorte de gênero em aconselhamentos para se diminuir comportamentos de risco

e aderências aos tratamentos. Leva-nos a pensar que, apesar da noção de comportamento de risco, termo que direciona a uma concepção individualizante do processo de saúde, não está ignorando as determinações sociais e programáticas, nem a perspectiva dos direitos.

No caso de White (2011), o ponto alto é a potencialização da agência das mulheres negras que, enquanto assumem a nutrição de suas famílias, protestam e lutam por mudança social. A conexão com o solo se dá no posicionamento política consciente da interseccionalidade de raça, classe e gênero, na perspectiva teórica ecofeminista. O caráter comunitário da busca por segurança alimentar, além da preocupação com práticas ecologicamente sustentáveis e a presença da noção de indissociabilidade entre o solo, o ambiente e o corpo refletem concepções presentes também nas lutas do movimento de mulheres negras no Brasil, como se pode constatar na Marcha das Mulheres Negras e no conceito de bem viver, que associa a saúde pessoal com um equilíbrio do grupo social e da própria natureza, como discutem Santana (2017), Gonçalves (2017) e Lemos (2015), conforme apresentado em capítulo anterior.

O destaque da estratégia de Wissman (2011) é a inclusão ativa das participantes valorizando seus processos de agência, auxiliando estudantes a criticarem injustiças e reivindicar mudanças por meio de uma estratégia que abre espaço para processos identitários e vivências com uma técnica relacional, afetiva e afirmativa. Outro destaque é sua discussão sobre a importância de se questionar os currículos vigentes e se adaptar as estratégias para a realidade intercultural daquelas jovens negras. Como resultado de intervenções desse tipo, o potencial de mudar perspectivas sobre quem produz conhecimento, como e para quê.

Finalmente, o artigo sul-africano de Zway e col. (2015) tem como ponto alto a afirmação de que, apesar dos eventos de vitimização e alienação que acometem lésbicas, isso não as define. Afirmam que a orientação sexual delas é um desafio ao que tem sido dominante. Traz um argumento importante sobre o papel dxs cuidadorxs para identificações positivadas. Com a técnica de utilização da fotografia, as lésbicas negras jovens se empoderam e reformulam imagens e narrativas sobre si mesmas, contrapondo essa nova abordagem e a compreensão de suas identidades e subjetividades aos discursos dominantes, objetificadores e vitimizadores.

Dentre os pontos altos das estratégias reconhecidas no campo científico, muitos elementos estão relacionados à perspectiva feminista negra, o que também

ocorre, obviamente, nas estratégias reconhecidas no campo do movimento negro e de mulheres negras.

As intervenções relatadas por Maria Lúcia da Silva incluem grupos onde sempre estão presentes mulheres negras, sejam grupos restritos a elas, sejam grupos também com negros, sejam grupos também com mulheres brancas. Organizados como grupos focais ou de auto-ajuda entre mulheres negras, ela avalia como pontos altos o espaço garantido para repouso e convivência, a valorização da escuta, e a troca de experiência como estratégia de autocompreensão e identificação de estratégias de resolução de conflitos, ou mesmo como espaço de ressignificação de vivências.

Avaliamos como destaque também sua valiosa experiência com ações especificamente voltadas a mulheres negras, com intervenção sistemática e duradoura, também com encontros e oficinas mais breves, com temas específicos, onde era dado espaço para a emergência e compartilhamento de questões, além de identificar caminhos de enfrentamento.

Outro ponto é que, enquanto realiza as práticas, Maria Lúcia da Silva elabora reflexões e discute a sua dimensão teórica. A teoria parece estar sempre fundamentando a prática, como quando relata que, a partir da perspectiva feminista, utiliza o conceito de ativismo sustentável, e então a prática considera que o sujeito que faz política tem necessidades e limitações, que enquanto cuida precisa também de cuidados, e portanto, que os encontros precisam de espaços de repouso e convivência, ou que além de olhar para as demandas do grupo, é importante olhar para as demandas das integrantes do grupo.

Os conceitos que traz, para os quais também dá destaque, como o de potência transformativa e de ativismo sustentável, partem do sentido de se pensar na potência transformativa e na necessidade de cuidado de todxs xs integrantes para a saúde de cada integrante do grupo, e vice-versa, inclusive na necessidade de cuidado da pessoa que conduz as atividades, afinal, se é parte do grupo, precisa também estar sob cuidados, e, assim, cada pessoa poderá estar saudável porque todas estão saudáveis.

No caso de Cida Bento, ela vai delineando, ao longo da entrevista, os pontos altos de suas estratégias ao melhorarem as condições das mulheres negras nas organizações. Expressa que seu trabalho segue a postura ético-política de ser digna das que nos antecederam, e não alimentar a lógica racista. Ao longo de suas

ações, localiza-se como mulher negra e identifica uma postura necessária a partir desse lugar social. Com isso, não só considera as vozes de quem recebe a intervenção, não só se identifica com as pessoas que atende, mas há uma sensação de pertencimento, de trajetória, de historicidade, e a missão de contribuir pessoalmente para a continuidade de uma luta coletiva.

A extensa experiência na psicologia e na militância parecem favorecer uma noção de mudanças sociais processuais, em que intervenções e lutas políticas alcançam efeitos positivos, mas lidam o tempo todo com aspectos subjetivos e sociais que podem estar a favor ou atrapalhar a igualdade de direitos. Enxerga o processo de mudança social suscetível a diversas resistências, seja por parte de pessoas, organizações e seus programas, ou mesmo no âmbito mais amplo das sociedades e momentos históricos.

Destacamos o fato de Cida Bento demonstrar grande capacidade de análise de conjuntura social e política, e isso facilita uma boa análise da configuração institucional, identificando desvantagens e privilégios inerentes aos lugares que cada pessoa ocupa na instituição e na sociedade, além de identificar os discursos que formam a cultura das organizações, os quais estão vigentes na sociedade, ali se repetem e influenciam as atitudes de seus integrantes ou de quem mais interage com a organização.

Junto às empresas, suas intervenções promovem conscientização sobre seu cenário interno, sua dimensão programática, e faz também uma análise do lugar social e institucional da mulher negra. Diferente de discussões acadêmicas convencionais, a raça não é usada como mera descrição de uma característica da população atendida, mas como uma categoria de análise, considerada transversalmente ao longo de toda a intervenção, ou seja, no diagnóstico da situação, na análise de conjuntura, nas definições metodológicas. Aponta a insuficiência da intervenção focada apenas em gênero e a importância da análise interseccional que efetivamente analisa a sobreposição de eixos de opressão.

O prêmio que a ONG que coordena realiza reconhece boas práticas educativas voltadas à igualdade racial e é um dos destaques de sua narrativa. Explica como o prêmio enfrenta o racismo institucional em sua dimensão programática e interpessoal. Valoriza o protagonismo e a inovação das professoras, mulheres negras, e potencializa o acolhimento, o fortalecimento e a identificação racial positiva que estas promovem com suas ações.

A ONG parece empenhada em processos comumente encontrados em pesquisas acadêmicas, como a avaliação de processo e de resultados. É o que fazem quando assumem a meta de voltar para avaliar os desdobramentos anos depois. No mesmo sentido, o trabalho que estão fazendo de estimativa de pessoas atingidas servirá para identificar o alcance dos resultados. A rede virtual propicia comunicação para troca de experiências. É uma estratégia de continuidade da intervenção após a ação propriamente dita.

Segundo Cida Bento, os relatos das premiadas e finalistas nomeiam como empoderamento e fortalecimento emocional o processo pelo qual passam quando reconhecidas. É natural que, ao terem seu trabalho validado por uma instituição tão respeitada, elas passem a confiar mais no que fazem, e no seu entorno valorizem mais também. A mudança interna vem acompanhada de uma maior autorização e motivação para empreender mudanças sociais.

Além do diferencial do prêmio fazer a intersecção de gênero e raça, ele é uma ação política com estratégia de multiplicação e capilaridade, atingindo um grande número de pessoas em diferentes regiões. Outras vantagens do prêmio, segundo Cida Bento, são o fato de valorizar o protagonismo, envolver todo o país, incentivar a relação da escola com o movimento negro, e trazer impactos sobre a escola, família e comunidade.

Podemos dizer que essa é uma avaliação da intervenção com discussão dos resultados. No caso dessa entrevistada, chama a atenção a visão que ela tem do próprio trabalho. Talvez por estar acontecendo há anos, com uma equipe, envolvendo outras instituições, com divulgação do trabalho, e isso tudo provavelmente exige olhar para o trabalho, visualizar o processo ao longo do tempo, avaliar sua eficiência e organizar sua apresentação. Talvez tenha ainda uma influência dos vários anos de relação com a academia e com a militância, exercitando em ambos análise de conjuntura, organização de metodologia de trabalho, prestação de contas e apresentação com discussão de resultados.

Tanto no trabalho junto às empresas quanto no prêmio, observamos uma análise constante sobre o lugar de negros e negras. Quando fala sobre as conquistas que chegaram para mulheres brancas, mas ainda não para mulheres negras, e que a inclusão destas, quando se dá, é em espaços institucionais subalternizados, faz uma análise interessante sobre a diferença entre as diferenças.

Em sua entrevista, Cida Bento comenta sobre o ideal de que mulheres negras possam humanizar a cultura organizacional. Essa fala parece se referir a uma das bases do feminismo negro, que é a importância de uma luta que melhore as condições para todas e todos. Até porque, utilizando efetivamente a interseccionalidade, pilar cunhado e frequentemente adotado por essa perspectiva, que serve como método diagnóstico e interventivo, serão consideradas as diferentes especificidades e demandas, e, seja qual for o modo de luta (ou intervenção), precisa passar por melhorar para os diferentes sujeitos sociais, respeitando as respectivas especificidades.

Maitê Lourenço, em sua entrevista, relata que tem se tornado frequente para psicólogxs negrxs a situação de pacientes que xs procuram, dentre outros aspectos, por serem negrxs, na esperança de que seja efetivamente acolhida a demanda das relações raciais. Essa demanda muitas vezes é desqualificada por psicólogxs que consideram as queixas como fantasiosa persecutoriedade. Ao não trabalhar essas questões em benefício das pessoas atendidas, trabalham pela manutenção do racismo com seus efeitos nocivos ao psiquismo, e pela manutenção dos privilégios para pessoas de outros grupos sociais. Daí o fato dela ressaltar, como ponto alto, seu trabalho com atenção para essa temática. Tanto o recorte de raça quanto o recorte de gênero são transversais ao longo de seus atendimentos de orientação profissional. Procura sempre fazer uma análise do contexto sócio-histórico e pessoal da cliente, avaliando as vulnerabilidades a que estão expostas e as potências que podem reconhecer e aflorar.

O envolvimento com a temática e com organizações do movimento negro, em especial de mulheres negras, é citado também por Mafoane Santos e reconhecemos com um destaque de sua formação e atuação. Quando relata a experiência em que ela e outras adolescentes participaram de um atendimento a mulheres que abortaram, chama a atenção para o trabalho conduzido por negras mais velhas acompanhadas de mais novas. Parece ter funcionado como estratégia de multiplicação do trabalho realizado, pois ela afirma que o que realiza hoje foi influenciado por vivências como essa; agora pode aplicar as técnicas e as concepções aprendidas nas intervenções que coordena ou apóia.

O olhar voltado para as políticas públicas e a vinculação ao movimento social contribuem para uma prática que considere as dimensões sociais e programáticas das vulnerabilidades ao racismo e sexismo, com constante atenção ao

contexto maior onde está inserido o público atendido. Por exemplo, quando ela faz análise de conjuntura sobre a necessidade de mais trabalhos em rede, com parcerias entre setor privado, público e organizações sociais. Também quando avalia que a academia está equivocada ao se fechar em si mesma sem diálogo com outros setores, ao acreditar que tudo explica, e ao se aproximar do movimento social apenas para ter esse setor como objeto de estudo. E ainda quando ela analisa que, por outro lado, há equívocos também por parte dos movimentos sociais quando não registram e publicam o conhecimento acumulado, o que facilitaria avanços.

As estratégias do instituto onde Mafoane Santos trabalha têm como diferencial, segundo ela, a multiplicação de alcance das ações, o instituto contando com a experiência das instituições que apóia, e as instituições contando com os recursos que não possuem. O apoio também traz o diferencial de valorizar o que já é praticado, chamando a atenção daquela e de outras instituições para as boas práticas a serem mantidas e copiadas.

Consideramos interessante o fato de apoiarem pesquisas, além de intervenções, demonstrando uma valorização da produção de conhecimento que embasa as intervenções. Faz sentido essa linha de apoio considerando-se que o perfil da entrevistada que concilia formação acadêmica, pesquisa e experiência no movimento social. Experiência que passou, por exemplo, pela instituição coordenada por Cida Bento.

Algo que chama a atenção nos trabalhos coordenados por Mafoane Santos é o constante recorte de raça nas ações com mulheres. Isso se dá não apenas porque a coordenadora é uma mulher negra, mas com base em dados de pesquisa que observam. O que consideramos merecer comentário na discussão deste perfil de intervenção não é apenas o quanto é acertado o que ali se faz, mas o fato de, infelizmente, ainda hoje ser uma ação isolada. Faz sentido esse e outros marcadores serem considerados, mas essa não é a lógica em voga, que efetivamente planeja (ou pelo menos se omite, permitindo) o pior lugar para os grupos sociais majoritários em desigualdade social.

Demonstra uma forma sofisticada de compreender o recorte de gênero, que é considerando sua dinâmica relacional e que, portanto, precisa ser trabalhada em diferentes gêneros. Consideramos essa forma de compreender e intervir igualmente potente quando em trabalhos voltados a qualquer outro eixo de opressão, sejam as relações raciais, geracionais, territoriais, classistas, entre outras.

O engodo da superioridade masculina (e outras superioridades artificialmente dadas pelas ideologias de dominação política) é adoecedor para mulheres e homens, portanto, as intervenções de cuidado precisam atuar nas atitudes mentais e comportamentos discriminatórios, sem a falsa e perversa consideração de que o problema é apenas das pessoas vitimizadas. Uma mudança na mentalidade dos grupos opressores e uma reflexão sobre o lugar social de cada pessoa é uma medida de prevenção de novas discriminações. Na mesma linha de prevenção, outro destaque é a atenção sobre as raízes ideológicas discriminatórias na primeira infância, onde os lugares sociais começam a ser moldados.

A questão do cuidado e do autocuidado foi algo em que as mulheres negras da Marcha investiram. Por exemplo, por meio de uma oficina conduzida pela outra entrevistada, Maria Lúcia da Silva. Tendo no horizonte a luta e também o bem viver, faz sentido, além de denunciar e enfrentar, também cuidar. Cuidar das outras e de si mesmas, em uma estratégia de resistência e cuidado que é coletivo, em rede, aquilombado, como discute David (2018) em seu trabalho sobre saúde mental e racismo.

Um dos pontos altos da estratégia da Marcha das Mulheres Negras, segundo Juliana Gonçalves, é sua capacidade de mobilização e de permanência como estratégia de articulação antes e depois do evento principal. Outro diferencial, consideramos, é a constante análise das condições de saúde baseada no contexto sócio-histórico. É o que faz Juliana Gonçalves quando comenta sobre o suicídio de jovens negros, como descrito no trecho da sua entrevista. Ela problematiza o quanto de sofrimento existe nesses episódios. Faz muito sentido o que ela apresenta, e não só no sentido do sofrimento coletivo que pode contribuir para esse desfecho da vida, mas também no quanto cada episódio de suicídio de jovem negro desestabiliza coletivamente, com uma espécie de sentimento de impotência e de dúvida.

Não apenas o suicídio pode ser compreendido como genocídio, mas cada morte desse programa de extermínio chamado racismo. O filósofo camaronês Achille Mbembe (2017, 2014), uma das referências do pós-colonialismo, conceitua que esse programa determina quem tem direito à vida e quem deve morrer, em uma estratégia não só de extermínio dos corpos, mas de subalternização, exploração e mercantilização do grupo social negro, que, por sua vez, aciona suas estratégias de resistência, engajamento, desejo de vida.

O número de jovens negros assassinados no Brasil corresponde a taxas de guerra, e configuram a situação como política de extermínio, ou seja, genocídio da juventude negra, tema tratado por Adão (2017). A cada jovem morto, outros membros da família adoecem e morrem em decorrência desse assassinato. Esse motivo não aparece nos obituários, mas muitas mulheres negras são mortas pelas mesmas balas que atingiram seus filhos. Morrem de pressão alta, doença do coração, de desgosto, de exaustão, de impotência, é a sequela do assassinato de seus parentes. Ou criam coletivos de mães que assumem estratégias de resistência e enfrentamento do extermínio. É o que teorizam Santos (2015), a partir de sua experiência militante contra o genocídio da população negra, e Smith (2015), em sua pesquisa sobre violência policial.

De quem são essas balas? Muitas vezes dos equipamentos de suposta segurança pública. A mesma fonte pública deveria assegurar não apenas segurança, mas saúde. No entanto, muitas mulheres negras morrem de causas evitáveis, em situação de mortalidade materna ou de violência doméstica, como se observa nos trabalhos de Lopes (2005) e Lopes, Goulart e Tannús (2007). Como bem define Batista (2004), a “morte branca é uma ‘morte morrida’”. E faz o contraponto.

Há uma morte negra que não tem causa em doenças; decorre de infortúnio. É uma morte insensata, que bule com as coisas da vida, como a gravidez e o parto. É uma morte insana, que aliena a existência em transtornos mentais. É uma morte de vítima, em agressões de doenças infecciosas ou de violência de causas externas. É uma morte que não é morte, é mal definida. A morte negra não é um fim de vida, é uma vida desfeita, é uma Átropos ensandecida que corta o fio da vida sem que Cloto o teça ou que Láquesis o meça. A morte negra é uma morte desgraçada.

O que o movimento de mulheres negras propõe é uma revolução das estruturas sociais, “o que a Marcha propõe é uma outra sociedade, uma outra estrutura de sociedade” (trecho da entrevista de Juliana Gonçalves). A Marcha se posiciona a partir de uma compreensão crítica de que as dominações que humilham mulheres negras funcionam conectadas. Sendo assim, como ela afirma, o capitalismo precisa das desigualdades todas para se manter, entre elas o racismo e o sexismo. As reflexões sobre classe, associadas a raça e gênero como estruturantes das relações sociais são bem desenvolvidas por Davis (2016), que analisa criticamente a diferença entre abolição e a efetiva emancipação econômica, política e simbólica.

Outro dos pontos altos da Marcha, destacado por Juliana Gonçalves, é a reflexão que vem associada ao seu lema. Segundo o documento oficial da "Marcha das Mulheres negras - Contra o racismo e a violência e pelo bem viver":

A sabedoria milenar que herdamos de nossas ancestrais se traduz na concepção do Bem Viver, que funda e constitui as novas concepções de gestão do coletivo e do individual, da natureza, da política e da cultura, que estabelecem sentido e valor à nossa existência, calcados na utopia de viver e construir o mundo de todas(os) e para todas(os).

(...)

Marchamos pelo direito à vida, pelo direito à humanidade, pelo direito a ter direitos e pelo reconhecimento e valorização das diferenças.

(Werneck, Iraci e Cruz, 2015, p. 163)

Levando-se em consideração a noção de saúde por uma abordagem psicossocial, a discussão acima é uma contribuição teórica para diversos tipos de intervenção, seja de caráter político ou voltados à saúde. Se apesar de estruturantes na sociedade, a privação de direitos e de saúde não é inerente, nem natural, nem saudável, então faz sentido essa reflexão para embasar diagnósticos e estratégias de luta e cuidado que abranjam todo o contexto.

6.3. Lugar das mulheres negras

Esta categoria reserva espaço para a análise do lugar em que as mulheres negras aparecem nas intervenções. Procuramos identificar se raça e gênero são apenas características sociais descritoras da população atendida, se isso influencia alguma especificidade no desenho dos procedimentos, se esses recortes e os consoantes contextos sócio-históricos são considerados na análise dos resultados, se elas são pacientes apenas ou se aparecem como sujeitos, seja na elaboração das intervenções, no desenvolvimento das atividades, na mediação, condução ou coordenação, se são fontes teóricas, entre outros lugares possíveis nas estratégias coletadas. Em outras palavras, se raça e gênero são apenas recortes descritores do público atendido, e, portanto, objetos de estudo e receptoras passivas das intervenções, ou se raça e gênero são categorias de análise ao longo de todo o

trabalho, e se as falas das mulheres negras são consideradas e valorizadas, ocupando, portanto, o lugar de sujeitos no estudo.

Sobre os trabalhos descritos nos artigos, o que se constata é que alguns são intervenções que reúnem mulheres negras por consequência, por elas apresentarem outras especificidades que foram foco das intervenções. Mulheres negras figuram entre os grupos sociais que apresentam determinadas características, mas as intervenções não são idealizadas para elas. Mesmo nos casos em que as incluem, muitas vezes não utilizam teorias ou perspectivas de mulheres negras, e também não utilizam gênero e raça como categorias de análise. O lugar das mulheres negras, nesses casos, está reduzido a objeto de estudo ou de intervenção.

Todos os estudos e iniciativas reconhecem a falta de investimento no segmento de mulheres negras, de comunidades marginalizadas ou segmentos minoritários.

Nem todos os trabalhos demonstram reconhecer o sofrimento psicossocial produzido pelo racismo. E nem sempre analisam a cor da pele como determinante da posição que essas mulheres negras ocupam no mundo (extrato mais pobre e discriminado), como efeito de discriminações imediatas, hierarquias, classificações ou como resultado da história social que produziu o racismo, a escravização, o colonialismo e o apartheid e da intersecção complexa e dinâmica dos eixos de opressão, como discutimos na “Introdução”.

Ainda em relação ao lugar das mulheres negras nas diferentes intervenções, em alguns estudos, as mulheres definem claramente que estão querendo mudar sua vida na direção proposta pelo estudo – como no estudo de Andrews e col. (2007), onde as mulheres foram incluídas apenas se já estavam decididas a parar de fumar. Em outras perspectivas epistemológicas, procuram o SOS racismo e aceitam participar do estudo de Oliveira e cols. (2009) ou, ainda, o estudo é sobre mulheres que sustentam a intervenção nas experiências de hortas urbanas em Detroit e são entrevistadas por White (2011).

Nem todos os estudos empíricos e com a inclusão de participantes as incluem como parte integrante e criativa no desenho da intervenção ou do debate dos resultados do estudo, como se espera na tradição dos estudos com base nos direitos humanos e as diferentes correntes do feminismo negro. Em White (2011), em Zway e col. (2015), Wissman (2011), Barlow (2016), Gist (2016) e Nicol (2012), a proposta depende da adesão e participação criativa e ativa das mulheres envolvidas. Na

proposta em DeMarco e cols. (2014) o próprio grupo desenhou e implementou a intervenção utilizando a técnica da escrita não estruturada.

Interessante que no estudo de Andrews e cols. (2007), preocupadas com a adequada “adaptação cultural” e com o empoderamento, as mulheres negras, que são pessoas da comunidade, nomeadas como *indigenous community health workers* (“trabalhadoras em saúde da comunidade nativas”), foram capacitadas para participar ativamente como trabalhadoras comunitárias no projeto.

Avaliamos, até aqui, o lugar das mulheres negras que receberam as intervenções. Na sequência, a avaliação das autoras.

Com exceção do trabalho de González-Prendes (2008), todos os estudos são resultado de iniciativas de mulheres. Tivemos interesse em refletir não só sobre a identidade de gênero das autoras, mas sobre sua cor. Assumimos a tarefa de identificar a cor a partir do fenótipo, por meio de fotos disponíveis no meio virtual. Reconhecemos a possibilidade de viés nessa forma de hetero-classificação étnico-racial por fenótipo, e a importância política da auto-declaração, que passa pela identidade.

Por essa análise fenotípica, pudemos ter uma ideia aproximada de que uma maioria de mulheres negras lideraram os estudos (pelo menos eram parte da equipe de pesquisa compostas também por pessoas que nos pareceram brancas). Andrews e Wechsberg nos pareceram brancas. González-Prendes nos pareceu latino. Não encontramos fotos de Cooper e de DeMarco. No caso de Oliveira, a autora brasileira, podemos afirmar que é negra porque ela assim se identifica no movimento de mulheres negras brasileiro e inclusive integra a ONG Maria Mulher, primeira entidade brasileira de mulheres negras.

No início do estudo, consideramos a possibilidade de haver uma diferença maior entre o conteúdo dos artigos e o conteúdo das entrevistas. A revisão nos mostrou que o campo científico, de modo geral, tem produzido poucas estratégias de promoção da saúde de mulheres negras, e quando aparecem intervenções publicadas, como as que foram incluídas nesta pesquisa, não são realizadas ou descritas nos moldes acadêmicos convencionais.

A leitura dos artigos selecionados, no entanto, permitiu constatar que as convergências foram bem maiores que as imaginadas, observando-se mais complementaridades, inclusive na perspectiva teórica. Consideramos, então, que essa proximidade, que geralmente não se observa entre os estudos acadêmicos e do

movimento social, talvez se deva ao fato de haver mulheres negras conduzindo as intervenções. Também refletimos sobre como as demandas de mulheres negras ainda é um assunto para o qual as próprias se dedicam, mas que não recebe a devida atenção de pesquisadorxs e ativistas de outras temáticas.

E qual o lugar das mulheres negras nas estratégias reconhecidas no movimento negro e de mulheres negras?

No trabalho de Maria Lúcia da Silva, o lugar da mulher negra começa por ela própria, que o tempo todo se localiza a partir dos marcadores de raça e gênero. Ela tem uma grande experiência em se pensar com esses recortes, por participar há cerca de quatro décadas do movimento negro, e por ter uma experiência de cerca de três décadas com trabalhos voltados a negros e negras. Seu aprofundamento no tema também decorre da experiência clínica atendendo com atenção a esses recortes e recebendo pacientes que querem tratar desses aspectos identitários.

O nome de uma das atividades que ela desenvolveu, “Construindo nossa cumplicidade”, denota a horizontalidade dos lugares entre ela e as participantes, todas negras, todas sujeitas. O lugar da mulher negra nessa lógica horizontal acontece, portanto, na organização das estratégias, na condução, na facilitação rodiziada entre ela e as participantes. Ser mulher e ser negra são elementos considerados em todos os delineamentos das atividades, ao longo das mesmas e na análise dos resultados das ações.

As intervenções de Cida Bento têm as mulheres negras em diferentes posições. Inicia por ela, passa pelas que estão nas organizações onde ela procura garantir melhores condições de trabalho, também na base teórica e política de seu trabalho, e em outras integrantes da ONG que coordena ou dos trabalhos que realiza.

Maitê Lourenço atende principalmente mulheres negras, que muitas vezes a procuram por ser ela também uma mulher negra; quando fala dos referenciais teóricos, ela cita outras mulheres negras. O lugar das mulheres negras está na condução das intervenções, na clientela e na fundamentação teórica.

Relata uma cena onde a cliente percebe que, apesar de ser validada por um colega, ela em muito momentos não se valida. Maitê Lourenço reflete com a cliente sobre essa dificuldade e, durante a entrevista comigo, reflete sobre essa dificuldade comum a tantas mulheres negras, e que identifica inclusive em si mesma. Em outros momentos, isso fica evidente quando demonstra estar insegura em falar algo na entrevista pelo fato de não estar na academia. Talvez haja uma demanda de

aproximação com alguns estudos acadêmicos, mas independente de uma demanda real, há no imaginário social uma dificuldade em conciliar a imagem de mulheres negras com a de intelectuais, como afirma Collins (2009). Esse panorama influencia uma dificuldade por parte das próprias mulheres negras em nos autorizarmos como lideranças, pensadoras, referências ou, como explica hooks (1995), como intelectuais negras. Collins teoriza que o conceito de intelectual deve ser desconstruído, considerando-se que nem todas as mulheres negras intelectuais têm formação escolar, nem toda são acadêmicas, e nem todas as mulheres negras acadêmicas altamente instruídas são, automaticamente, intelectuais.

Quando aponta, no trecho da entrevista citado acima, a insegurança em escrever ou falar sobre o tema do seu trabalho por não estar endossada teoricamente, por não estar sob a chancela da universidade, fica nítido o peso dos discursos sexistas e racistas que podem ser introjetados mesmo por uma profissional que tem sido nacionalmente reconhecida, com prêmios e aparições na grande mídia. Quando brinca sobre quem se autoriza e tem coragem de publicizar seu conhecimento, afirma que o branco pode até ser medíocre e ainda assim se autoriza. Quem se autoriza a falar e escrever tem cor branca e sexo masculino. Isso porque está pré-validado por fazer parte dos grupos sociais privilegiados pelo respeito a priori.

As intervenções de Celso Monteiro têm as mulheres negras no lugar de quem recebe os cuidados religiosos, de quem ajuda a cuidar e no lugar das sacerdotisas e mestres. Como dissemos anteriormente, não era um critério de inclusão que as pessoas entrevistadas (ou autoras) fossem mulheres, até porque compreendemos que o cuidado com a saúde de mulheres negras não deve ser ocupação exclusiva das mesmas. Na entrevista de Celso Monteiro, no de Mafoane Santos e no de Juliana Gonçalves, aparece a questão da masculinidade, inclusive da masculinidade negra.

Abrimos aqui um trecho para um espaço para reunir as reflexões coletadas sobre o lugar dos homens negros quando se teoriza e intervém na promoção da saúde de mulheres negras. É um tema a ser melhor trabalhado, mas já é possível refletir sobre os efeitos danosos da intersecção entre gênero e raça também sobre os homens negros. E isso demonstra como é complexa e pertinente a utilização da interseccionalidade como categoria de análise. Se, por um lado, há o privilégio do lugar social de homens, no caso de homens negros, o eixo não funciona da mesma forma que para homens brancos, porque os privilégios atribuídos pela masculinidade

(que não deixam de existir), precisam ser multiplicados pelos prejuízos atribuídos pela raça. Além disso, seria necessário, a cada caso, considerar outros eixos, como idade, orientação sexual, território, classe, entre outros. A masculinidade negra sempre foi um dos temas do feminismo negro, e uma das autoras mais dedicadas a ele é hooks (2004).

A masculinidade negra e os respectivos eixos de sua posição social precisam ser considerados na promoção da saúde de mulheres negras, e na análise de suas relações afetivas, da mesma forma que outros eixos precisam ser considerados no caso de outras figuras sociais com as quais hajam relações. No caso de casais negros, os marcos da opressão racista prejudicam e podem chegar a comprometer a capacidade de amar de forma saudável, como discutido em Prestes (2018) e em hooks (2006, 2001).

Voltando à avaliação sobre o lugar das mulheres negras nas estratégias coletadas, no caso de Mafoane Santos, ela traz uma narrativa de quando, ainda muito pequena, teve que lidar com um contexto escolar ameaçador porque havia discriminação racial. Passou por uma ressignificação da autoimagem e da negritude, de algo pejorativo para algo bastante valorizado. Ela comenta a necessidade de se ver sempre forte, líder e de intervir onde estiver para buscar igualdade. Um estilo de enfrentamento que, vivenciado desde a infância, pautou toda a vida profissional e as intervenções com as quais trabalha hoje, procurando ter sempre mulheres negras no lugar de beneficiadas por suas intervenções.

A presença marcante das vivências pessoais no relato de Mafoane Santos demonstra como ela procura fazer das violências sofridas combustível para sua prática profissional, em busca por mudança de lugar social e por mudança dos cenários sociais adversos, de modo que atinja sua vida, sua família e os grupos sociais dos quais faz parte.

Os embasamentos advindos de sua formação acadêmica relativamente recente são complementados por uma experiência de militância onde acompanhou e foi aprendendo desde a adolescência com outras mulheres negras. Além disso, contou com oportunidades de apoio financeiro e instrucional advindo de fundos e outras fontes, que significaram fortalecimento, rede de contatos e aquisição de repertório de intervenções de enfrentamento das desigualdades.

O lugar da mulher negra nas atuações de Mafoane Santos é bem marcado, estando sua própria trajetória sempre presente dentre as motivações para as práticas

de promoção de saúde e igualdade. Sua experiência como mulher negra e a preocupação com a situação de mulheres negras de modo geral são itens sempre presentes em seu percurso profissional.

Durante a graduação e mestrado, uma professora foi marcante em sua formação. Demonstrou ser consciente de seu lugar social como mulher branca e da necessidade de implicação da psicologia com a temática racial (talvez por já estar envolvida com a temática de direitos humanos). Foi essencial sua postura de acolhimento das angústias de Mafoane Santos frente às desigualdades, e a motivação que deu aos anseios profissionais direcionados a estudar e pesquisar assuntos relacionados. Isso contribuiu para que ela pudesse sentir como fidedigna sua demanda de realocar na academia o lugar das mulheres negras.

Assim como outras entrevistadas, também procurou preencher lacunas deixadas pela formação acadêmica em relação a gênero e raça. Mais uma vez, mulheres negras militantes e mais experientes são citadas como mestres a ensinar como realizar estratégias com mulheres negras. Aparece novamente o nome da outra entrevistada, Cida Bento, como referência que contribui significativamente para as intervenções atuais. Mais uma vez, e na experiência de ambas, uma prática que concilia técnicas aprendidas no movimento social, na formação acadêmica e no percurso de pesquisa.

De acordo com o relato de Mafoane Santos, podemos presumir que o discurso social hegemônico defende que o lugar da mulher negra não deve ser nas teorias e pesquisas da academia, nem como foco em ações de empresas, órgãos públicos e organizações sociais. Ela encontrou o tema invisibilizado na academia, onde as especificidades de mulheres negras não aparecem nas teorias, as técnicas não consideram os contextos de vulnerabilidades a adoecimento psíquico ou psicossocial aos quais estão expostas, e se está bem distante de ter mulheres negras como referências teóricas e técnicas, reduzindo-as a objetos de estudo e quase nunca as reconhecendo como pesquisadoras que são sujeitos dos estudos.

Ela também encontrou o tema desestimulado nas práticas profissionais, como se o compromisso com a igualdade de gênero e racial fosse uma ânsia narcísica, não profissional, ou obsessões advindas de persecutoriedades fantasiosas. Sabemos que as dificuldades que ela relatou na academia bem poderiam acontecer no campo profissional, e vice-versa. O conjunto dessas experiências individuais são

comuns a outras entrevistadas, à autora desta tese e ao grupo social ampliado de mulheres negras ao longo de suas trajetórias acadêmicas e profissionais.

Foram essas questões, dentre outras, que motivaram o lugar das mulheres negras em uma Marcha organizada e realizada pelas mesmas. A organização defendeu que o conhecimento girasse entre as mulheres negras de forma mais orgânica; sendo assim, o compartilhamento de saberes procurou ressaltar, em todas as ações, o valor de cada experiência. As mulheres negras na Marcha são idealizadoras, organizadoras, realizadoras, fontes teóricas, líderes políticas e compõem o grupo social que se pretende beneficiar com o conjunto das ações.

As similaridades entre o lugar das mulheres negras no conjunto das estratégias indicam que, quando estão presentes na organização e condução das atividades, provavelmente se encontrarão mulheres negras no público atendido, nas referências teóricas, na condução das atividades. Já em outras configurações, que, aliás, constituem a maioria das estratégias de promoção de saúde em geral, mulheres negras ficam invisibilizadas, mesmo em contextos, como o brasileiro, em que fazem parte dos grupos majoritários da sociedade. Utilizando frases que constam na carta da Marcha de Mulheres Negras e que são lemas do feminismo negro brasileiro, podemos dizer que “Estamos por nossa própria conta”, mas, “Nossos passos vêm de longe” e, desde que as mulheres negras se “aquilombaram”, “Uma vai e puxa a outra” (Werneck, Iraci e Cruz, 2015, p. 4).

7. Considerações finais – Saúde de mulheres negras: interseccionalidade e bem viver

Ida B. Wells-Barnett, uma das principais referências históricas do feminismo negro estadunidense, foi uma teórica e ativista anti-linchamento, crítica de guerra, que chegou a ocupar o lugar de general. Ela, assim como Burroughs (conforme Bair, 2008) e outras mulheres e homens negros ligados à educação, desde o início do século defenderam o ensino da história negra como estratégia de emancipação, além de defenderem a não-segregação. Por isso, eram considerados perigosxs e foram vigiados por órgãos federais, como informa Smith (2018)⁴.

Triste constatar como, ainda hoje, mulheres negras que defendem de forma politizada suas comunidades podem ser vistas como ameaçadoras dos interesses nacionais. Smith (2018)⁵ dá continuidade à análise afirmando o mesmo acontece com Assata Shakur, ativista negra estadunidense, integrante dos Panteras Negras, que permanece exilada em Cuba e que, em 2013, em pleno governo Obama, foi incluída na lista de pessoas (única mulher na época) mais perigosas e procuradas pelos Estados Unidos, com recompensa de milhões de dólares para quem a entregar, viva ou morta.

Essa realidade da periculosidade das mulheres negras e do ataque político que pode chegar a violências extremas também se constata no Brasil. O assassinato da vereadora Marielle Franco ocorreu 3 dias depois do meu aniversário e quando eu estava finalizando o processo de escrita deste trabalho de doutorado, fazendo-me refletir ainda mais sobre meu lugar de fala como pesquisadora negra, e a necessidade de se acionar estratégias diversas para garantir a vida e a saúde de mulheres negras. Os tiros que a(nos) atingiram foram um atentado à resistência política de mulheres negras. Estávamos assustadas, tive receio de que sucumbíssemos. Mais uma vez, mesmo feridas, nós, mulheres negras brasileiras, erguíamo-nos e ecoávamos que luto é verbo.

⁴ Informação fornecida pela Professora Christen Smith durante o seminário “Epistemologias do feminismo negro”, realizado na USP, São Paulo, 2018.

⁵ Informação fornecida na mesma aula da nota anterior, e disponível em <https://www.npr.org/2013/05/07/181914429/fbi-most-wanted-terrorists-list-who-is-assata-shakur>

A declaração feminista das professoras estadunidenses Caldwell, Muse, Paschel, Perry, Smith e Willians (2018), publicada na Folha de São Paulo, analisa o assassinato da vereadora, aponta as semelhanças entre as conjunturas dos dois países em relação à violência do Estado e discute como mulheres negras podem ser perigosas pelo potencial de mudança social que suas ações carregam.

É fácil encontrar, inclusive entre as experiências descritas e analisadas nesta pesquisa, vínculos entre as estratégias realizadas por mulheres negras, o envolvimento com a militância por direitos, o trabalho voltado à comunidade, as ações em rede e a busca por continuidade daquilo que aprendemos com nossas ancestrais.

A vereadora que se apresentava como mulher, negra, favelada, mãe, bissexual, casada com outra mulher, filiada a partido socialista, era também pesquisadora, e, na política, foi a quinta parlamentar mais votada na importante cidade do Rio de Janeiro. Ao proferir um discurso contundente contra a intervenção militar e o genocídio da população negra, por serem inaceitáveis numa democracia, tornou-se ameaçadora para a elite que costuma zelar por seus privilégios, seja na política, seja na academia.

Marielle Franco, muitas feministas negras brasileiras e estadunidenses, Burroughs e as entrevistadas desta pesquisa enfrentam — técnica, epistemológica e politicamente — a dinâmica vigente, eurocêntrica, patriarcal, capitalista, que defende, como argumenta Boff (2013), a lógica de “uma vida melhor”, a qual pressupõe várias pessoas vivendo mal ou morrendo, para custear o viver melhor (que outras pessoas) de algumas poucas vivendo de modo privilegiado. Em contraponto a essa lógica, o movimento de mulheres negras adota, como vimos ao longo do texto, a concepção de bem viver, cuja lógica é a de uma saúde pessoal conciliada com o equilíbrio da comunidade e da natureza, em resistência à colonialidade dos poderes hegemônicos, como discutem Acosta (2016), Salazar (2016), Alcantara e Sampaio (2017), Santana (2017), Lemos (2015), e Werneck, Iraci e Cruz (2015).

Na lógica feminista negra, segundo Gonçalves (2017), adotamos os conceitos de bem viver (vivemos bem, eu, meus semelhantes, demais seres vivos e a natureza como um todo) e de ubuntu (sou porque nós somos).

Na lógica dos direitos humanos, o que importa não é que o meu direito termina onde começa o seu, mas que o meu direito só é direito se você também tem direitos; se só eu tenho direito, é privilégio (Ayres, Paiva, França Júnior, 2012). Em um contexto social, comunitário e político de caráter hegemônico, epistemicida,

meritocrático, capitalista, patriarcal, heteronormativo, racista, classista, opressor, violento, elitista e desigual, mulheres negras que pensam e se unem pela comunidade podem ser extremamente perigosas para alguns e necessárias para o todo.

Na análise dos artigos, no caso daqueles em que se observou uma tradição feminista, a vida, em seu sentido mais literal, é uma questão central. Esse poderia ser um dado simples, mas chama a atenção pelo fato de que essa valorização vem porque esse ainda é um aspecto frágil para mulheres negras. Está valorizado porque ainda é nesse nível que mulheres negras estão lutando, não por maior sentido de vida, mas por sobreviver e manter os nossos vivos.

O que seria, então, a saúde de mulheres negras? Minimamente, ter uma condição que transcenda sobreviver e garanta direitos e bem viver.

A partir do artigo de Bair (2008), constatamos que Burroughs traz em seu proto-feminismo negro, algumas bases ainda hoje muito presentes (inclusive em outros artigos e entrevistas), como a busca pela transformação de suas comunidades. Reforça a noção defendida no artigo brasileiro de Oliveira (2009) de uma subjetividade com individualidade e coletividade indissociadas.

Outra defesa de Burroughs é da potência e necessidade de compromisso de mulheres negras com a ampliação de perspectiva da sociedade. Realmente, a perspectiva feminista negra, com a noção analítica e metodológica pautadas na interseccionalidade, traz uma forma de compreender, atuar e se posicionar no mundo que sofisticava muitas das concepções amplamente divulgadas e adotadas. Essa concepção certamente pode trazer muitos benefícios para a sociedade de modo geral.

Ainda mais no Brasil, em que mulheres, negros e mulheres negras são maioria e fortemente atingidxs por opressões interseccionadas. É o que aparece entre os princípios da Marcha de Mulheres Negras: “Convocamos a sociedade brasileira para a construção deste novo pacto civilizatório, para uma sociedade onde todas e todos possam viver plenamente a igualdade de direitos e oportunidades.” (Werneck, Iraci e Cruz, 2015, p. 163).

O compromisso social foi defendido também pelo teórico negro Frantz Fanon (2008) como um resultado favorável de processos de superação das feridas do racismo, que se expressa por uma maior liberdade em relação às opressões e pelo compromisso com a igualdade.

Desde as produções pioneiras do feminismo negro, passando por Fanon e chegando às produções de mulheres negras atuais, observam-se práticas que estão

de acordo com dois pilares do feminismo negro. Um deles é a concepção de que o pessoal é político; essa é uma das bases do feminismo negro como perspectiva, ao considerar que cada pessoa tem especificidades dadas pelos múltiplos pertencimentos, identificações e contexto sócio-histórico. Outro pilar é a necessidade de um posicionamento em acordo com a afirmação de que a teoria deve ser a prática, o que funciona como base das metodologias de ação politizadas.

Esses pilares são ilustrados por Collins (2009), em seu livro sobre as bases do pensamento feminista negro. A perspectiva feminista negra defende a centralidade da experiência, das trajetórias pessoais, para o desenvolvimento das teorias e práticas. E assim, historicamente, a perspectiva em primeira pessoa se coloca a serviço da promoção de igualdade e saúde.

“Sou grata por poder ser uma testemunha, declarando que podemos criar uma teoria feminista, uma prática feminista, um movimento feminista revolucionário capaz de se dirigir diretamente à dor que está dentro das pessoas e oferecer-lhes palavras de cura, estratégias de cura, uma teoria da cura.” (hooks, 2013, p. 103)

A autora recorre a outros escritos feministas para comentar sobre “a autoridade da experiência”, que não deve ser simplesmente uma justificativa para silenciamento e exclusão de outras falas. Cita Catharine MacKinnon, afirmando que “há certas coisas que sabemos na nossa vida e cujo conhecimento nós vivemos, além de qualquer teoria que já tenha sido teorizada” (apud hooks, 2013, p. 104). Logo na sequência, a autora faz sua própria reflexão.

“Fazer essa teoria é o nosso desafio. Em sua produção jaz a esperança da nossa libertação; em sua produção jaz a possibilidade de darmos nome a toda a nossa dor — de fazer toda a nossa dor ir embora. Se criarmos teorias feministas e movimentos feministas que falem com essa dor, não teremos dificuldade para construir uma luta feminista de resistência com base nas massas. Não haverá brecha entre a teoria feminista e a prática feminista.” (hooks, 2013, p. 104)

Audre Lorde (2007) discute em sua teoria não apenas essa necessidade, mas a importância de avaliarmos criticamente as ferramentas teóricas e técnicas que estão à disposição na academia e em outros campos, analisando o que realmente serve à emancipação e o que é engodo, pois “As ferramentas do senhor nunca irão dismantelar a Casa Grande”. Patricia Hill Collins (2009) defende que a intelectual negra não é apenas aquela que estudou, alcançou determinada graduação acadêmica, nem é, automaticamente, aquela com alto nível de estudos; a intelectual

negra pode ser inclusive alguém que não teve estudo formal. E reforça a concepção de que, reivindicar o título de intelectual feminista negra vai muito além de desenvolver análises feministas utilizando epistemologias padrão, pois exige que se desafie as próprias bases do discurso intelectual, com produção de conhecimento oposicional.

Conceição Evaristo (2008), acadêmica e intelectual feminista negra brasileira, nomeia de forma brilhante a escrita a partir de um lugar social específico, cunhando o termo *escrevivência* de mulheres negras, para descrever o estilo de expressão e resistência baseado nos referenciais próprios. Chegando à área de saúde, David (2018) traz a valorização das estratégias de saúde mental com referencial africano e afro-brasileiro, resgatando um termo que bem ilustra uma forma não convencional de pensar e tratar a saúde, como um cuidado *aquilombado*. Assim como são *aquilombadas* a teorização e as estratégias de promoção da saúde pautadas em referências da comunidade identitária e voltadas a determinada pessoa, seu grupo social e o meio que a envolve.

Ao longo da pesquisa e da escrita desta tese, adotamos esse horizonte. É o que justificou, por exemplo, a busca por referências teóricas em acordo com o perfil da população estudada, e o desenho metodológico que coletou estratégias voltadas a mulheres negras tanto no meio científico quanto no movimento negro e de mulheres negras. Inclusive por compreender que as teorias e técnicas fundamentadas na mesma ideologia que elaborou o racismo precisam ser, no mínimo, problematizadas. Sendo uma intelectual feminista negra, coloquei em prática, nesta pesquisa, a concepção de que o pessoal é político, e de que a teoria deve ser a prática. Significou escrever em primeira pessoa e resgatar nossas vozes, sabedorias e práticas. Uma *escrevivência* *aquilombada*.

As histórias de vida de mulheres negras demonstraram ser sempre interessantes para bons resultados das estratégias, entre os artigos e entre as entrevistas, e devem, portanto, ser valorizadas em qualquer iniciativa. Seja a trajetória das mulheres participantes, a história compartilhada pelo grupo social ou a história das ancestrais que servem de inspiração.

Na história de vida das entrevistadas, e em alguns dos artigos, constata-se que conciliam vinculação à academia e à militância. E um dado que foi muito significativo foi o fato de haver uma amostra inicial de centenas de artigos falando sobre mulheres negras, e apenas catorze destes tratarem de estratégias voltadas à saúde, com potencialização de resiliência, agência, emancipação, autonomia e

empoderamento. Ou seja, o campo científico está falando sobre mulheres negras, mas não sobre sua saúde e os processos nomeados. Só uma busca e análise futuras poderão atestar se a maioria dos artigos é de autoria de figuras de grupos sociais privilegiados (como homens, brancos, com significativos recursos, entre outros aspectos), e se quando falam sobre mulheres negras, estão falando principalmente sobre suas mazelas, ao invés de falarem sobre sua saúde.

Dentre os artigos selecionados, e dentre as narrativas das entrevistas, o que se observa é que a maioria das práticas são realizadas por e para mulheres negras, e conciliam estratégias aprendidas durante a militância no movimento social com estratégias aprendidas na academia.

Consideramos que ativistas na academia continuam sendo militantes e agregam o perfil de acadêmicxs; acadêmicxs quando vão para o movimento social, muitas vezes continuam sendo apenas acadêmicxs em uma relação erroneamente hierarquizada, e dificilmente apreendem as teorias no mesmo nível de reconhecimento que dedicam às teorias presentes na academia.

Esta pesquisa, em consonância com o feminismo negro, segue uma postura contra-hegemônica. Por isso, para descrevermos estratégias realizadas com mulheres negras, não bastariam como fonte as experiências validadas no campo científico. Porque mesmo que esteja baseado em evidências, mesmo que tenham obtido sucesso em suas avaliações e mesmo que tenham sido aprovados por pareceristas reconhecidos, o que aqui se questiona é inclusive os critérios de definição do que é mais eficiente, eficaz, válido, comprovado, ou o que torna algo reconhecido, e a limitação de se adotar o que é reconhecido em apenas um campo.

A análise dos artigos demonstrou que muitas intervenções (na amostra maior) que incluem mulheres negras ignoram suas especificidades. Quando a busca é por trabalhos voltados a mulheres negras, e quando são as próprias que as realizam (como afirmamos ser o caso dos artigos selecionados), aí sim aparece atenção às particularidades dos recortes de gênero e raça, entre outros.

Uma limitação desta pesquisa passa pela escolha metodológica. Escolhemos coletar estratégias reconhecidas nos dois campos (científico e movimento social). Selecionando artigos publicados e entrevistando informantes-chave, provavelmente acabamos nos restringindo àquelxs que já acessaram determinados espaços de poder nos dois campos.

Analisando inclusive as questões de classe, observamos que, se todas as autoras e entrevistadas já têm trabalhos reconhecidos em pelo menos um dos campos, e se as entrevistadas têm a especificidade de também serem do meio acadêmico, isso significa que autoras e entrevistadas já têm alguma visibilidade, o que provavelmente significa um lugar econômico e social que não é dos mais desprovidos de recursos, ou pelo menos um capital cultural e acadêmico considerável que as distancia, em alguns aspectos, da classe trabalhadora. Como seria a avaliação de estratégias que não chegaram ao lugar elitizado dos artigos científicos publicados? Como seria avaliar estratégias realizadas por figuras com menos destaque no campo do movimento negro e de mulheres negras? Esta é uma recomendação para futuras pesquisas.

Outra recomendação para futuras pesquisas seria entrevistar mais pessoas e/ou entrevistas com mais profundidade. Seria interessante também uma avaliação mais efetiva das questões de classe, inclusive do lugar sócio-econômico das pessoas que realizam estratégias voltadas à saúde de mulheres negras. Outras análises seriam igualmente interessantes se avaliassem mais eixos da interseccionalidade, como orientação sexual, território, entre outros. E seria especialmente interessante uma pesquisa em que mulheres negras de diferentes estratos sociais falassem sobre suas concepções de saúde e sobre as estratégias de cuidado pessoal e coletivo.

Muitas vezes, estratégias de mulheres negras não chegarão a se tornar pesquisas porque, como já ouvi em muitos relatos informais de candidatas a pesquisadoras, suas temáticas são negadas com a justificativa de que são militantes, como se isso fosse um defeito, como se significasse menor profissionalismo, menos competência ou falta de intelectualidade. A coerência da conciliação entre produção acadêmica e experiência militante é defendida por Curiel (2007) e Collins (2016). As experiências de mulheres negras não chegarão, muitas vezes, a se tornar artigos científicos, seja porque elas não estão nos meios que publicam, seja porque são vistos como inconsistentes pois a base teórica não vem dos grupos considerados canônicos. A saída pode ser aderir ao letramento e às bases teóricas convencionais do meio acadêmico, ou procurar conciliar com suas perspectivas originais.

Seja porque a maioria da população brasileira é de mulheres, seja porque a maioria é de negrxs, seja porque os dados apontam super-exposição de mulheres negras a contextos de vulnerabilidades individuais, sociais e programáticas, seja porque se pretende garantir direitos humanos a esse grupo social, a consideração de

suas demandas no delineamento das intervenções não pode mais ser uma rara escolha influenciada pela presença das próprias nas equipes de cuidado, mas uma prática ampla se a proposta é promover a saúde de mulheres negras.

Alcançando ou não as publicações e reconhecimentos, muitas estratégias são realizadas por e para mulheres negras, para que possam cuidar de modo coletivo daquilo que sentem na própria pele. Apesar de não ser uma pergunta incluída, o tema do autocuidado surgiu em algumas entrevistas, e foi curioso constatar como é algo negligenciado. Volta a reflexão. Quem cuida de quem cuida? Cuidar de outras mulheres negras é uma forma de elaborar suas feridas? Autoajuda? Fica nítido como é importante, por exemplo, o trabalho de uma das entrevistadas, que envolve estratégias de autocuidado para militantes.

A ancestralidade, os princípios civilizatórios africanos, os referenciais afro-diaspóricos e a perspectiva do feminismo negro são temas presentes nas falas das mulheres negras, tanto na pesquisa de mestrado quanto nesta, e são relacionadas a uma construção histórica de arquétipos de mulheres negras com simbolismos que remetem à mulher forte que cuida de si e dos seus, àquelas que, mesmo feridas até o coração, erguem-se (cada uma e mutuamente) guerreiras (PRESTES, 2013).

Esse arquétipo relaciona mulheres negras com lutadoras e cuidadoras, não necessariamente cuidadoras de si mesmas, mas certamente dos seus. Em contexto de vulnerabilidades diversas, esse simbolismo pode também atrapalhar a conquista da saúde, por associar o sentido de que não precisam ser cuidadas. Ressignificar arquétipos, referenciais e práticas é um dos desafios da promoção de saúde de mulheres negras. Desafio que nos chama para pensar a saúde a partir da interconexão de eixos de opressão e discriminação, de uma encruzilhada de técnicas, para que se possa produzir uma perspectiva interseccional de processos que, conjugados, promovem saúde.

É o caso dos processos focados nesta pesquisa, ou seja, de resiliência, agência, emancipação, autonomia e empoderamento, que isoladamente ou em conjunto, podem promover saúde. A partir da abordagem multicultural dos direitos humanos e segundo a perspectiva feminista negra, esses processos precisam ser considerados de forma crítica e isso deve pautar a prática de potencialização dos mesmos.

Um exemplo é o significado da emancipação para mulheres negras, sob uma abordagem multicultural dos direitos humanos, pela via da perspectiva feminista

negra. As limitações atuais à emancipação de mulheres negras levam-nos a questionar sua viabilidade e seu significado, inclusive para outros grupos e para a sociedade em geral. Se um grupo minoritário detém de forma desigual o acesso aos direitos, recursos e rendas (decorrentes inclusive do trabalho alheio), enquanto um grupo majoritário e representativo da sociedade como um todo (como é o caso das mulheres negras no Brasil) está submetido a vulnerabilidades extremas e violências, sem acesso a vários direitos e com pouquíssimos recursos para emanciparem-se e alcançarem autonomia e agência, concluímos que essa sociedade está doente. Até porque não há possibilidade de saúde (nos moldes como aqui discutimos) com esse tipo de doenças sociais auto-imunes onde um grupo vive às custas da exploração, dominação, humilhação e genocídio de outro grupo. Compreendendo-se que poder sobre outrem não é poder, é dominação, efetivos processos de saúde de mulheres negras ficam prejudicados pela lógica de garantia de privilégios para outros sujeitos sociais.

Antes que se tome rapidamente as afirmações acima como declaração de impossibilidade de resiliência, empoderamento, autonomia e emancipação por parte de negros e negras, conseqüentemente de impossibilidade de saúde integral, sofistiquemos a análise. O que acima afirmamos foi a impossibilidade de sucesso de um projeto social voltado à saúde pautado em estruturas doentias. Da mesma forma, afirmamos que negros e negras, assim como povos originários andinos e amazônicos, historicamente se posicionaram com resistência política frente a esse contexto racista, patriarcal, capitalista. Isso tem significado historicamente um estilo de posicionamento como sujeito social e político que aciona agência para buscar um novo pacto civilizatório que passa por novas relações raciais e de gênero, como por exemplo na concepção de bem viver.

Em uma sociedade formada por mulheres e homens negros, como é o cenário brasileiro, em que a maior parte do elenco vive em condições tão desiguais e violentas, qualquer projeto de crescimento saudável precisa passar pelo movimento ativo em prol de melhores condições de vida de todos os sujeitos. É uma conta fácil, que só não assume quem se privilegia da falsa cegueira: uma sociedade só tem saúde se seus membros têm saúde. Coletivamente (e mesmo individualmente, se considerarmos a interconexão entre individual e coletivo), nenhum outro projeto de crescimento é justo, nenhum outro projeto de emancipação e autonomia é libertário, nenhum outro estado (ou Estado, ou seja, governo) é saudável.

Considerando as ideologias vigentes na sociedade e em suas instituições, o que poderia ser considerado como estar adaptada ou como empreender uma contra-narrativa? Em uma sociedade doente, o que é ser saudável? A saída talvez passe pela concepção de humanização relacionada com transcendência das limitações impostas pelas opressões, no sentido da liberdade (FANON, 2008; HOOKS, 2013; PRESTES, 2018). A saúde de mulheres negras passa por transcender o racismo e o sexismo, com agência política, sendo sujeito de direitos, vivenciando os vários aspectos da vida (como a intelectualidade e a afetividade, entre outros), e superando a expectativa limitante de humanidade imposta pelas ideologias dominantes.

Uma reflexão crítica sobre saúde psíquica precisa igualmente levar em consideração a interseccionalidade como ferramenta analítica e método de organização dos cuidados, além de tomar o bem viver como sentido. Dificilmente se questiona o fato de a psicologia ser uma profissão majoritariamente formada por mulheres, que, contraditoriamente, não tem uma só linha teórica que tenha uma mulher como mentora principal. Homens brancos são os teóricos desse referencial que aqui classificamos como eurocêntrico, heteronormativo, elitista, hegemônico e com ingredientes de eugenia, como discutido na introdução. Teorias e técnicas desconsideram a diversidade e tomam por padrão de normalidade apenas as características do grupo social de quem as elaborou; as pessoas diferentes são tomadas por outras e tidas como dotadas de desvios e psicopatologias a serem tratadas.

Psicólogos e outros profissionais da área de saúde precisam utilizar práticas oriundas das comunidades de origem das pessoas atendidas. Caso contrário, o racismo acontece e faz adoecer. É o que defendem teóricos que pensam a psicologia e as relações raciais, como Heaton (2013), Sue e Sue (2013), Belgrave e Allison (2010) e Tatum (1997). Como discute Faustino (2013), em sociedades marcadas pelo racismo, as representações do que é universal e científico estão atreladas a simbolismos eurocêntricos. As demais referências ideológicas são classificadas como *outros*. A saída dessa armadilha alienante se dá por um processo de reconhecimento e valorização das produções negras, assim como pela conquista da igualdade para si e para xs demais. É um processo psíquico e político, como defendem Dias e Silva (2018) e Kilomba (2010).

De acordo com o que fomos identificando ao longo da pesquisa, podemos afirmar que a produção de mulheres negras sobre si mesmas traz vários benefícios.

Se o que dói na própria pele não compromete a ponto de invalidar o trabalho, esse tanto de compartilhamento de experiência confere disposição e compromisso grande com o trabalho, facilidade de ouvir com qualidade, facilidade de transferência positiva por parte da clientela, horizontalidade dos lugares e, portanto, ambiente mais propício para envolvimento das participantes na intervenção, entre outros benefícios.

Além disso, também muito importante, confere ao trabalho uma noção de ação em rede, em que, enquanto cuido da outra, eu cuido das nossas, e também sou cuidada. Uma noção de que só há possibilidade de superação se coletivamente se caminha, tendo a outra pessoa ao lado, em postura horizontal e acolhedora. Esse lugar da mulher negra nas estratégias de cuidado é significativamente diferente do lugar onde nos colocam, por exemplo, quando profissionais consideram o risco associado à pessoa (como em alguns artigos observamos), e esse passa a ser o foco da intervenção, em um treinamento para aumentar fatores de proteção diante do perfil com fatores de risco.

Essa concepção desconsidera a importância do contexto na compreensão do fenômeno. No contexto (e não na pessoa), estão as vulnerabilidades a que estão expostas as mulheres negras; ou seja, precisamos afirmar que nós não somos vulneráveis, porque essa não é uma característica inerente a uma mulher negra, não é uma característica adquirida que esteja necessariamente associada a uma mulher negra, nem é um fator pessoal; podemos, aí sim, afirmar que nós estamos em vulnerabilidade, o que significa que estamos expostas a contextos que nos impõem vulnerabilidades, seja no nível pessoal, social ou programático. Uma compreensão reduzida leva a uma intervenção reduzida, que pode inclusive culpabilizar individualmente pacientes pelos efeitos que as acometem.

A naturalização do racismo institucional pode atribuir a quaisquer outros elementos da vida de uma mulher negra os problemas que acontecem por ela ser atingida pelo racismo e sexismo que estruturam a sociedade. Se a colonialidade do poder manifesta-se nos discursos que estruturam as instituições públicas, religiosas, escolares, científicas e mesmo as familiares, as práticas antirracistas, anti-sexistas e decoloniais precisam destruir esses discursos e deslocar o olhar do centro (ou seja, dos discursos hegemônicos) para as margens, ou alternar no centro conteúdos que estão nos diferentes lugares, inclusive nas margens, seja por meio de diálogo com diferentes grupos sociais, seja pela reflexão sobre a dinâmica das opressões, pela

consideração de novos conhecimentos ou por contar e compreender as histórias dos negros e, especialmente, das negras. Discussão semelhante está em hooks (2000).

Quando pacientes são consideradas sem sua capacidade de agência e de conhecimento sobre si mesmas, profissionais intervêm com a equivocada concepção de usar seus superiores conhecimentos e técnicas para beneficiar mulheres negras em maior risco. O que significa esse lugar? No mínimo, deixa-se de ouvir as vozes das mulheres negras, faladas, simbolizada e escritas.

Importante recorrer às produções teóricas de mulheres negras para explicar nossas realidades e pautar metodologias adaptáveis às especificidades. Esta tese mostrou que mulheres negras precisam ter suas vozes garantidas e ampliadas, e suas produções precisam ter garantido o status de intelectuais, estando dentro ou fora do ambiente acadêmico, como defende hooks (1995). É necessário descolonizar as mentes acostumadas com lugares sociais cimentados. Nesse exercício, tanto grupos sociais privilegiados quanto grupos humilhados socialmente precisam exercitar uma nova consciência que passa pelo reconhecimento de potencialidades e novos lugares sociais.

A especificidade do cuidado e autocuidado de mulheres negras está, como vimos, em buscar unir a descoberta de novas estratégias à retomada de modos antigos e ancestrais de cuidar em nome do bem viver. No contexto em que a imagem de guerreira é a “alternativa” imposta para quem está abandonada a vários contextos de vulnerabilidades e violências, obrigada a ser forte, as mulheres negras, quando vão cuidar, muitas vezes intervêm de modo autônomo oferecendo cuidados para suas/seus semelhantes ou seu território, como observamos nos artigos e entrevistas.

Considerando que reúnem diferentes aspectos alvo de discriminações e que estão às margens da sociedade, a mudança no panorama social e nos cenários da vida cotidiana de mulheres negras exigem que a reorganização seja profunda, praticamente um remanejamento de placas tectônicas (sociais), se formos pensar em uma metáfora. Mexendo em algo tão estrutural, consequentemente se mexe em outras camadas. Dessa forma, intervenções voltadas para condições igualitárias de mulheres negras alcançam também outras periferias da sociedade, outros territórios e sujeitos sociais em contextos de vulnerabilidade e com direitos humanos subtraídos. Quando melhorias alcançam esses grupos, que são os mais negligenciados (ou têm seus direitos violados até a exterminação), toda a sociedade ganha e se reorganiza de forma mais saudável, e é possível seguir para o bem viver.

Pela urgência das demandas e por seu caráter prático, o movimento de mulheres negras reflete sobre a conjuntura, engaja-se em alianças, diagnostica, intervém, desenvolve tecnologias, avalia os resultados, reformula a atuação, produz conhecimento e geralmente não tem condição ou oportunidade de fazer um registro histórico, menos ainda uma publicação acadêmica. Apesar de ter muitos integrantes do movimento negro e de mulheres negras acessando a universidade, essa ainda é uma tímida ocupação comparando-se ao fato de negros e negras serem a maioria da população. Quando chegam a acessar o nível universitário, permanece o panorama de que dificilmente publicam em meios científicos, até porque, como discutimos antes, os critérios e letramentos necessários mantêm restrito o acesso aos recursos para fazê-lo. Dessa forma, muitas vezes são — no limite — homens brancos que entrevistam, registram e patenteiam a sabedoria das mulheres negras. Assim, segue o baile com lugares sociais rigidamente marcados, em que mulheres negras servem, mas não dançam.

A configuração racial e de gênero no Brasil, os resultados desta pesquisa e diversas fontes teóricas conduzem à reflexão de que há muitos artigos que são fruto de teorias e técnicas desenvolvidas por mulheres negras, mas, como elas geralmente são objetos de estudo ou operárias invisíveis da pesquisa e não sujeitos/pesquisadoras, o conhecimento delas é, ainda hoje, divulgado com a assinatura de pessoas de grupos sociais privilegiados. E o conhecimento sobre elas geralmente não está tratando de sua saúde. As revistas precisam ativamente estimular maior diversidade de perspectivas, e os ambientes de pesquisa precisam conter maior diversidade. As intervenções baseadas em evidências, se contassem com dados mais diversificados, poderiam, de acordo com a análise nesta pesquisa, promover melhor a saúde de mulheres negras.

Bair (2008) discutiu como os trabalhos de Burroughs tinham menos acesso às publicações, que geralmente incluíam textos de homens de classe média instruídos. Seria cabível acrescentar que provavelmente eram também brancos, heterossexuais e com outras características que funcionam como senhas aos privilégios dos lugares sociais de poder. Burroughs fez inúmeros registros de seu trabalho, por meio de relatórios de procedimentos adotados, resultados alcançados, entre outras informações. Por seu teor prático junto a um grupo sem poder, pode passar a impressão de não ser suficientemente teórico. Mas estava baseada em evidências, provenientes de fontes menos tradicionais ou formais, desqualificadas aos

olhos de quem define os critérios do que é científico. Apareciam registrados, por exemplo, na imprensa popular, mas não em publicações oficiais, e restou uma lacuna considerável entre o que ficou publicado pelos órgãos oficiais e o que amplamente ocorria na época. Nosso trabalho indica que essa lacuna persiste, e persistirá enquanto tiverem espaço apenas os mesmos grupos sociais.

Textos de estudantes da escola de Burroughs demonstram que alguns dos objetivos dela foram atingidos, como por exemplo, a consciência da importância da história das negras para o orgulho racial. No livro de bell hooks (2013), o título anuncia que, na tradição negra estadunidense, feminista e pós-colonial, uma pedagogia engajada trabalha pela emancipação e pela agência “Ensinando a transgredir”. Angela Davis (2016) demonstra que a emancipação de mulheres negras tem um significado particular que demanda educação para libertação. Os artigos demonstram que estratégias ligadas à educação são centrais para a potencialização de processos de resiliência, agência, emancipação, autonomia e empoderamento. As entrevistas demonstram que tais processos, associados à conscientização e à luta por direitos, potencializam a saúde de mulheres negras de modo integral.

A análise do que é produzido por profissionais como as pessoas entrevistadas e o que é produzido em meios acadêmicos demonstra que há especificidades, mas, talvez inclusive por serem estudos desenvolvidos também por mulheres negras, muitas complementaridades. E pontos altos a destacar em ambos os tipos de estratégias. Os estilos de intervenção são válidos inclusive para outros públicos, obviamente precisando de adaptações. Portanto, as muitas contribuições teóricas e técnicas das experiências de ambos os grupos de coleta justificam sua ampla divulgação para servirem como base para outras práticas.

Nesse caminhar muitas vezes desigual, as estratégias de mulheres negras, mesmo as muito sofisticadas, são vistas a priori como menos relevantes por uma sociedade que está acostumada a considerar o que é feminino, o que é negro e outras características não hegemônicas como mais primitivo, infantil, amador, como alerta Bahri (2013) a partir da teoria sobre orientalismo, de Edward Said. Bahri mostra as vantagens da junção do pós-colonialismo com o feminismo, e cita também Spivak para teorizar sobre o necessário letramento crítico geral, que serve para ler de modo crítico o mundo, com suas tensões entre os diferentes discursos, lugares de enunciação dos mesmos e representações, entre outros aspectos.

Repetem-se a diferença de valor e os termos que são usados para desqualificar mulheres e negros. Primitivo por vezes é algo que remete à ancestralidade, à tradição, ao que, ao contrário do sentido pejorativo, há gerações vem sendo sofisticado. Infantilidade pode ser uma característica bem-quista se ela significar que as intervenções serão mais flexíveis e divertidas, facilitando a adesão. Intervenções amadoras e intuitivas podem ser imensamente mais eficientes que intervenções pensadoras, rotuladoras, hierarquizadoras, controladoras da autonomia criativa.

Intervenções voltadas a mulheres negras precisam também identificar como o epistemicídio próprio do racismo e do sexismo institucionais atinge nossa capacidade de pensar, agir, produzir conhecimento e tecnologia, e divulgar o que produzimos. A resistência de mulheres negras aos estereótipos dominantes em contexto supremacista branco, capitalista e patriarcal é uma forma de descolonização de nossas mentes, rompendo com os modos pelos quais nossa realidade é moldada e adotando uma compreensão própria da realidade e de nossa própria experiência. O cuidado realizado por mulheres negras precisará unir a luta política com o autocuidado, e a politização dos processos de auto-recuperação. Uma via em que esforços pessoais são investidos em auto-cuidado ao mesmo tempo em que se mantém a conexão com um mundo maior de luta coletiva.

Enquanto transcorria o processo de coleta de dados por meio da revisão sistemática e das entrevistas, e também ao longo do período de doutorado, com as leituras e trocas constantes, questões como essas foram refletidas, e outras de cunho teórico e metodológico. Uma dessas questões aborda os processos que tomamos como foco. Um dos desafios centrais na minha pesquisa de mestrado e durante boa parte do doutorado foi rever a utilização do conceito de resiliência associado a mulheres negras. Os termos controlados e validados pela academia se mostraram insuficientes para descrever satisfatoriamente alguns processos vivenciados, e foram muito significativos os momentos em que ouvi de outras pesquisadoras, militantes e pensadoras negras a insatisfação com os termos científicos.

O processo de resiliência, tema que foi o foco de ambas as pesquisas, não parecia descrever a contento as vivências. No mestrado, para tentar contornar essa insuficiência, e para deixar nítido com qual das concepções de resiliência trabalho, cunhei uma definição nova. Não foi suficiente porque o problema não era só a

definição, mas a forma como tal processo era concebido, e os referenciais de onde partiu a definição, entre outros pontos.

Durante o período de estágio de doutorado nos Estados Unidos, debatendo-me em torno do conceito de resiliência e de outros processos que potencializam a saúde, muitas vozes companheiras pediam para que eu abandonasse os termos que não serviam e cunhasse um termo novo ou resgatasse algum já cunhado. Repetiam a dica de que a resolução do ponto desafiador viria a partir das vozes das mulheres negras brasileiras, que, provavelmente, seriam as mais pertinentes para nomear o próprio processo, respeitando nossas especificidades.

E assim foi, depois de ir até outro país, outro hemisfério, no retorno, reconheci um termo que eu tinha ouvido várias vezes e que acompanhou nós mulheres negras ao longo de nossa marcha nacional, da qual participei. O termo era o bem viver. Ele não substituiu o termo resiliência, nem qualquer outro, mas trouxe a reflexão sobre o que significa saúde para mulheres negras, sobre a importância dos referenciais próprios para pensar processos específicos, e sobre a importância da interseccionalidade, como método de análise e de ação.

Pela lógica das abordagens psicossociais da saúde inspiradas pelo enfoque multicultural dos direitos humanos, para a saúde de uma pessoa, de grupos ou populações, é imprescindível que sejam consideradas como sujeito(s) de direito e que todas as intervenções em seu benefício dêem conta das dimensões individual, social e programática. Os vetores da interseccionalidade, neste caso, são as diferentes dimensões e os diferentes posicionamentos como sujeitos.

Pela lógica do bem viver, para a saúde de uma pessoa, é preciso que estejam saudáveis também as outras pessoas do seu grupo social e o próprio meio ambiente, em relações horizontais que compreendem a inter-dependência entre todos os diferentes elementos do contexto. Aqui, os eixos da interseccionalidade são formados por diferentes elementos do ecossistema.

Posicionada junto ao feminismo negro, pensar a promoção da saúde de mulheres negras demanda que se intervenha por meio de uma metodologia interseccional de enfrentamento dos efeitos psicossociais do racismo conjugado com o sexismo, entre outros vetores. Demanda também que se garantam diferentes vozes e autorias, para a compreensão e o cuidado contextualizados, que incluam suas comunidades, respeitando suas trajetórias pessoais e coletivas, a ligação com a ancestralidade, entre outros elementos, nessa encruzilhada que, pela

interseccionalidade dos fatores, torna desafiadora a necessária promoção da saúde de mulheres negras.

Posicionada no frutífero encontro das estratégias reconhecidas no campo científico e no campo do movimento negro e de mulheres negras, torna-se mais sofisticada a promoção da saúde integral de mulheres negras. Na encruzilhada das diferentes sabedorias, as práticas de cuidado podem até priorizar exclusivamente determinado vetor, ou escolher alguns deles para acionar, mas sempre considerando a complexidade das diferentes especificidades e contextos.

Segundo o lema da Marcha das Mulheres Negras e segundo produções teóricas diversas do feminismo negro, o que nós mulheres negras precisamos é de superação das violências e do racismo, e da garantia do direito ao bem viver. Não basta a noção contrafática de saúde como ausência de doença e opressões, nem a noção reducionista de saúde como bem-estar ou como estado estritamente individual. Faz sentido compreender a promoção da saúde como o desafio de uma integração harmoniosa na encruzilhada entre as demandas e os recursos pessoais (orgânicos, psíquicos, energéticos, entre outros), coletivos, sociais, ecológicos e cósmicos, no sentido de uma saúde integral.

Referências dos artigos selecionados na revisão sistemática de escopo

ANDREWS, Jeannette O.; FELTON, Gwen; WEWERS, Mary Ellen; WALLER, Jennifer; TINGEN, Martha. The Effect of a Multi-Component Smoking Cessation Intervention in African American Women Residing in Public Housing. **Research in Nursing & Health**. 30, 45–60; 2007.

BAIR, Sarah D. Educating Black Girls in the Early 20th Century: the pioneering work of nannie helen burroughs (1879–1961). **Theory & Research in Social Education**, 36:1, 9-35; 2008.

BARLOW, Jameta N. #WhenIFellInLoveWithMyself: disrupting the gaze and loving our black womanist self as an act of political warfare. **Meridians: feminism, race, transnationalism**. 15:1: 205-217; 2016.

COOPER, Kami C.; KING, Michalene A.; SARPONG, Daniel F. Tipping the Scales on Obesity: church-based health promotion for african american women. **Journal of Christian Nursing**. 32(1), 41-45; 2015.

DEMARCO, Rosanna F.; LANIER, Latrona R. The Concept of “Silencing the Self” in Low-Income, Aging, HIV-Infected African American Women: a 10-year community-based participatory program of research with results. **Journal Of The Association Of Nurses In Aids Care**. 25: 2, 112-122; 2014.

GIST, Conra D. A Black Feminist Interpretation: reading life, pedagogy, and emilie. **Meridians: feminism, race, transnationalism**. 15:1, 245-289; 2016,

GONZÁLEZ-PRENDES, Antonio. Anger-Control Group Counseling for Women Recovering From Alcohol or Drug Addiction. **Research on Social Work Practice**. 18:6, 616-625; 2008.

NICOL, Donna J. Teaching Analysis and Agency Using Racist and Sexist Imagery: implications for cultural studies in the college classroom. **Feminist Teacher**. 22: 2, 89-107; 2012.

OLIVEIRA, Maria Luísa Pereira de; MENEGHEL, Stela Nazareth; BERNARDES, Jefferson Bernardes. Modos de subjetivação de mulheres negras: efeitos da discriminação racial. **Psicologia & Sociedade**; 21 (2): 266-274, 2009.

SHEPPARD. Vanessa B.; WALLINGTON, Sherrie F.; WILLEY, Shawna C.; HAMPTON, Regina M.; LUCAS, W; JENNINGS, Y; HORTON, S.; MUZECK, N.; COCILOVO, C.; ISAACS, C. A Peer-Led Decision Support Intervention Improves Decision Outcomes in Black Women with Breast Cancer. **Journal of Cancer Education**. 28:262–269; 2013.

WECHSBERG, Wendee M.; ZULE, William A.; NDIRANGU, Jacqueline; KLINE, Tracy L.; RODMAN, Nathaniel F; DOHERTY, Irene A.; NOVAK, Scott P.; HORST, Charles

M. van der. The biobehavioral Women's Health CoOp in Pretoria, South Africa: study protocol for a cluster-randomized design. **BMC Public Health**, 14:1074, 2014.

WHITE, Monica M. Sisters of the Soil: Urban Gardening as Resistance in Detroit **Race/Ethnicity: Multidisciplinary Global Contexts**, 5:1,13-28, 2011.

WISSMAN, Kelly. "Rise Up!": Literacies, Lived Experiences, and Identities within an In-School "Other Space". **Research in the Teaching of English**. 45: 4, 2011.

ZWAY, Maia; BOONZAIR, Floretta. "I believe that being a lesbian is not a curse": young black lesbian women representing their identities through photovoice, **Agenda**, 29:1, 96-107, 2015.

Referências da tese

ACOSTA, Alberto. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Elefante Editora, 2016.

ADÃO, Claudia Rosalina. **Territórios de morte: homicídio, raça e vulnerabilidade social na cidade de São Paulo**. 2017. Dissertação (Mestrado em Mudança Social e Participação Política) - Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

ARKSEY, Hilary; O'MALLEY, Lisa. Scoping studies: towards a methodological framework. **International Journal of Social Research Methodology**, 8(1):19-32, fev. 2005.

ALCANTARA, Liliane Cristine Schlemer; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Bem Viver como paradigma de desenvolvimento: utopia ou alternativa possível? **Desenvolv. Meio Ambiente**, v. 40, p. 231-251, abr. 2017.

ALLEN, Amy. Emancipação sem utopia: sujeição, modernidade e as exigências normativas da teoria crítica feminista. **Novos estudos** 103. 115-132, 2015.

ALMEIDA, Sandra R. G. Intervenções feministas: pós-colonialismo, poder e subalternidade. **Estudos feministas**, Florianópolis, 21(2): 689-700, mai-ago 2013.

ASCROFT, Bill; GRIFFITHS, Gareth; TIFFIN, Helen. **Post colonial studies: the key concepts**. 2 ed. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2007.

AYRES, José Ricardo; PAIVA, Vera; FRANÇA Júnior, Ivan. Conceitos e práticas de prevenção: da história natural da doença ao quadro da vulnerabilidade e direitos humanos. In: PAIVA, Vera; AYRES, José Ricardo; BUCHALLA, Cassia Maria (Orgs.). **Vulnerabilidade e direitos humanos**: prevenção e promoção da saúde [Coletânea]. Livro 1: Da doença à cidadania. Curitiba: Juruá, 2012.

BAHRI, Deepika. Feminismo e/no pós-colonialismo. **Estudos feministas**, Florianópolis, 21(2): 659-688, mai-ago 2013.

BAIRROS, Luiza. Lembrando Léia Gonzalez - 1935/1994. In: WERNECK, Jurema; MENDONÇA, Maísa; WHITE, Evelyn. (Org.). **O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe**. Rio de Janeiro: Pallas; Criola, 2006.

BALDWIN, Debora R.; JACKSON III, David; OKOH, Ife; CANNON, Rex L. Resiliency and optimism: an african american senior citizen's perspective. **Journal of Black Psychology**, 37: 24-41, 2011.

BATISTA, Luís Eduardo; ESCUDER, Maria Mercedes Loureiro; PEREIRA, Julio Cesar Rodrigues. A cor da morte: causas de óbito segundo características de raça no Estado de São Paulo, 1999 a 2001. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 38, n. 5, p. 630-636, Oct. 2004.

BELGRAVE, Faye Z.; ALLISON, Kevin W. **African American psychology: from Africa to America**. 2nd ed. Washington D.C.: Sage Publications, 2010.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Cidadania em preto e branco**. 3 ed. São Paulo: Ática, 2001.

_____. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva. (Orgs.) **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BOFF, Leonardo. O viver melhor ou o bem viver? **Correio popular**. Campinas, 05 Nov. 2013.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**; 26: 329-376, 2006.

BROWN, Danice L. Racial Discrimination and Resilience in African American Young Adults: Examining Racial Socialization as a Moderator. **Journal of Black Psychology**, Agosto, 37: 259-285, 2011.

CALDWELL, Kia L.; MUSE, Wendi; PASCHEL, Tianna S.; PERRY, Keisha-Khan Y.; SMITH, Christen A.; WILLIAMS, Erica L. Declaração feminista negra dos EUA sobre o assassinato de Marielle | #AgoraÉQueSãoElas. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 02 Abr. 2018.

CARDOSO, Cláudia Pons. **Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras**. Salvador: UFBA, 2012. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) - Programa de Pós-Graduação em Estudos de Gênero, Mulher e Feminismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARVALHO, Liandra Lima. **Mais do que 'levantar, sacudir a poeira e dar a volta por cima': um estudo sobre autonomia superativa e emancipatória**. Niterói: UFF, 2008. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

COLLINS, Patricia Hill. **Black feminist thought: knowledge, consciousness and the politics of empowerment**. 2nd ed. New Your and London: Routledge, 2009.

_____. Em relação a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. In: MORENO, Renata (Org.). **Reflexões e práticas de transformação feminista**. São Paulo: SOF, 2015.

_____; BILGE, Sirma. **Intersectionality**. Cambridge: Polity Press, 2016.

COSTA, Jurandir Freire. **Violência e psicanálise**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

CURIEL, Ochy. Crítica poscolonial desde las prácticas políticas del feminismo antirracista. **Nômadass**. Bogotá, p. 92-101, abr. 2007.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002.

DAVID, Emiliano de Camargo. **Saúde mental e racismo: a atuação de um Centro de Atenção Psicossocial II Infantojuvenil**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2018.

DAVIS, Angela. **Mulheres, cultura e política**. São Paulo: Boitempo, 2017.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, Darien J. **Afro-brasileiros hoje**. São Paulo: Summus, 2000.

DIAS, Jussara; SILVA, Maria Lúcia. Por uma clínica interventiva contra o racismo. In: SILVA, Maria Lúcia da; FARIAS, Márcio; OCARIZ, Maria Cristina; STIEL NETO, Augusto (orgs.). **Violência e sociedade: o racismo como estruturante da sociedade e da subjetividade do povo brasileiro**. São Paulo: Escuta, 2018.

EFRAIME JÚNIOR, Bóia. Trauma e migração: os traumas psíquicos das crianças soldado. **Diversitas**, v. 1, n. 1, 2013.

EVARISTO, Conceição. Escrivências da afro-brasilidade: história e memória. **Releitura**, Belo Horizonte, v. 1, p. 5-11, nov. 2008.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

_____. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: UFJF, 2005.

FAUSTINO, Deivison Mendes. A emoção é negra e a razão é helênica? Considerações fanonianas sobre a (des)universalização do “Ser” negro. **Revista Tecnologia e Sociedade**, v. 1, p. 121-136, 2013.

FRANÇA Júnior, Ivan; AYRES, José Ricardo. Saúde pública e direitos humanos. In FORTES, P. A. de C; ZOBOL, E. L. C. P. (Orgs.), **Bioética e saúde pública**. São Paulo: Centro Universitário São Camilo, 2003.

GIACOMINI, Sonia Maria. **Mulher e escrava: uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1988.

GONÇALVES, Juliana. Marcha das Mulheres Negras: “eu sou porque nós somos”. **Calle2**. São Paulo, 25 Jul. 2017.

GONÇALVES FILHO, José Moura. A Dominação humana política: dominação e angústia. In: Instituto AMMA Psique e Negritude; POMPEU, Fernanda. **Os efeitos psicossociais do racismo**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2008.

GRUSKIN, Sofia; TARANTOLA, Daniel. Health and human rights. In: DETELS, Roger; MCEWEN, James; BEAGLEHOLE, Robert; TANAKA, Heizo. (Eds.), **Oxford textbook of public health** New York: Oxford Univ. Press, 2001.

GUIMARÃES, Marco Antonio Chagas; PODKAMENI, Ângela Baraf. A rede de sustentação coletiva, espaço potencial e resgate identitário: projeto mãe-criadeira. **Saúde soc.**, São Paulo, v. 17, n. 1, mar. 2008.

HALL, Stuart. Negotiating Caribbean Identities. In: RUTHERFORD, Jonathan (ed.). Identity. Community, Culture, Difference. London: Lawrence & Wishart, 1990. Traduzido para o espanhol em Stuart Hall. **Sín Garantías**. Eduardo Restrepo, Catherine Walsh e Victor Vish (eds.). Popayán (Colombia), Lima, Bogotá, Quito: Envió Editores, Instituto de Estudios Peruanos, Universidad Javeriana, Universidade Andina Simón Bolívar, 2010.

HARTMAN, Sidiya V. **Scenes of subjection: terror, slavery and self-making in nineteenth-century America**. New Your: Oxford University Press, 1997.

HEATON, Matthew M. **Black skin, white coats: Nigerian psychiatrists, decolonization and the globalization of psychiatry**. Ohio: Ohio University Press, 2013.

HOOKS, Bell. **Ain't I a woman: black women and feminism**. 2 ed. Nova Iorque e Londres: Routledge, 2015.

_____. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

_____. **Feminist theory: from margin to center**. 2 ed. Cambridge: South End Press, 2000.

_____. **Intelectuais Negras**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 464, jan. 1995.

_____. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**. Brasília, n. 16, p. 193-210, abr. 2015a.

_____. **Salvation: Black people and love**. New York: 2001.

_____. **Sisters of the yam: black women and self-recovery**. 3rd ed. New York: Routledge, 2015b.

_____. **The will to change: men, masculinity and love**. New York: Atria Books, 2004.

_____. Vivendo de amor. In: WERNECK, Jurema. (org.) **O Livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe**. 2 ed. Rio de Janeiro: Pallas / Criola, 2006.

INSTITUTO AMMA PSIQUE E NEGRITUDE. **Identificação e abordagem do racismo institucional**. Brasília: Ministério do Governo Britânico para o

Desenvolvimento Internacional, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Articulação para o Combate ao Racismo Internacional, [2007?].

JACCOUD, Luciana. (Org.) **A Construção de uma política de promoção da igualdade racial**: uma análise dos últimos 20 anos. Brasília: Ipea, 2009.

KILOMBA, Grada. **Plantation memories**: episodes of everyday racism. 2nd ed. Münster: Unrast, 2010.

LEITE, Dante Moreira. **O Caráter nacional brasileiro**: história de uma ideologia. 6 ed. Ver. São Paulo: UNESP, 2002.

LE MOS, Rosalia O. Mulheres negras marcham em 2015 pelo bem viver. **SER Social**, Brasília, v. 17, n. 36, p. 207-224, jan.-jun./2015

LOPES, Fernanda. Experiências desiguais ao nascer, viver, adoecer e morrer: tópicos em saúde da população negra no Brasil. In: Fundação Nacional de Saúde. **Saúde da população negra no Brasil**: contribuições para a promoção da equidade. Brasília: Funasa, 2005.

_____. (Coord.); GOULART, Flávio A.; TANNÚS, Liliane. **Subsídios para o enfrentamento do racismo na saúde**. Brasília: DFID - Ministério do Governo Britânico para o Desenvolvimento Internacional, 2007.

LORDE, Audre. **Sister outsider**. Berkeley: Crossing Press, 2007.

MARTINS, Alaerte Leandro. **Mortalidade materna de mulheres negras no Brasil**. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 22, n. 11, Nov. 2006.

MARTINS, Lucienia Libania Pinheiro. **Aforresilientes**: a resiliência de mulheres afrodescendentes de sucesso educacional. Teresina: UFPI, 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2013.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Lisboa: Antígona, 2014.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaios**, [S.l.], n. 32, mar. 2017.

MOHER, David; STEWART, Leslie; SHEKELLE, Paul. All in the Family: systematic reviews, rapid reviews, scoping reviews, realist reviews, and more. **Syst. Rev.**, 4: 183, 2015.

MUNANGA, Kabengele. (Org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

NADAL, Carla Marlise Silva. **A Resiliência ao longo da vida de afrodescendentes**. Porto Alegre: PUCRS, 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2007.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **O Sortilégio da cor: identidade, raça e gênero no Brasil**. São Paulo: Summus, 2003.

_____. (org.) **Guerreiras de natureza: mulher negra, religiosidade e ambiente**. São Paulo: Selo Negro, 2008.

NOGUEIRA, Isildinha Baptista. **Significações do corpo negro**. São Paulo: USP, 1998. Tese (Doutorado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

O'BRIEN, Kelly K.; COLQUHOUN, Heather; LEVAC, Danielle; BAXTER, Larry; TRICCO, Andrea C.; STRAUS, Sharon; WICKERSON, Lisa; NAYAR, Ayesha; MOHER, David; O'MALLEY, Lisa. Advancing scoping study methodology: a web-based survey and consultation of perceptions on terminology, definition and methodological steps. **BMC Health Services Research**, 16:305, 2016.

OLIVEIRA, Maria Aparecida Batista de; BRITO, Ângela Maria Benedita Bahia de. A Trajetória do racismo e a violência sofrida pela mulher negra: uma questão de saúde pública. In: RISCADO, Jorge Luiz de Souza; OLIVEIRA, Maria Aparecida Batista de (Orgs.). **Quilombolas, guerreiros alagoanos: Aids, prevenção e vulnerabilidades**. Maceió: EDUFAL, 2011.

OMAR, Alicia et al. Resiliência e enfrentamento do estresse em adolescentes: efeitos mediadores dos valores culturais. **Psicologia em revista**. Belo Horizonte, v. 16, n. 3, abr. 2010.

PAIVA, Vera; AYRES, José Ricardo; BUCHALLA, Cassia Maria (Orgs.). **Vulnerabilidade e direitos humanos: prevenção e promoção da saúde [Coletânea]**. Livro 1: Da doença à cidadania. Curitiba: Juruá, 2012

PAIVA, Vera. Sexualidades adolescentes: escolaridade, gênero e o sujeito sexual. In: PARKER, Richard; BARBOSA, Regina Maria (orgs.). **Sexualidades brasileiras**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: ABIA: IMS/UERJ, 1996.

PAIVA, Vera. Psicologia na saúde: sociopsicológica ou psicossocial? In: SILVA JÚNIOR, Nelson da; ZANGARI, Wellington (orgs.) **A psicologia social e a questão do hífen**. São Paulo: Editora Edgard Blücher Ltd, 2017.

PODKAMENI, Ângela Baraf; GUIMARÃES, Marco Antônio Chagas. Afro-descendência, família e prevenção. In: MELLO FILHO, Júlio de; BURD, Míriam (Orgs.) **Doença e família**. 2 ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

PRESTES, Clélia Rosane dos S. **Feridas até o coração, erguem-se negras guerreiras**. Resiliência em mulheres negras: transmissão psíquica e pertencimentos. 2013. 173f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

_____. Ressignificação da identidade e amor como resistências à violência racial, em favor da saúde psíquica. In: SILVA, Maria Lúcia da; FARIAS, Márcio; OCARIZ,

Maria Cristina; STIEL NETO, Augusto (orgs.). **Violência e sociedade: o racismo como estruturante da sociedade e da subjetividade do povo brasileiro**. São Paulo: Escuta, 2018.

RAMALHO, Simone Aparecida. **Uma Alegria subversiva: o que se aprende em uma escola de samba?** 2010. 292 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

RATTS, Alex. As amefricanas: mulheres negras e feminismo na trajetória de Lélia Gonzalez. **Fazendo Gênero 09: Diásporas, diversidades e deslocamentos**. Santa Catarina: 2010.

REIS FILHO, José Tiago dos. **Negritude e sofrimento psíquico**. 2005. 142 f. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

RIBEIRO, Ronilda. Psicoterapia e religiões brasileiras de matriz africana. In: AMATUZZI, Mauro Martins (Org.). **Psicologia e espiritualidade**. São Paulo: Paulus, 2005.

ROCCO, Fernando V. C. **Intervenções de prevenção positiva: uma revisão de literatura**. 2017. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

SALAZAR, Adriana Rodríguez. **Teoría y práctica del buen vivir: orígenes, debates conceptuales y conflictos sociales. El caso de Ecuador**. 2016. 421 f. Tese (Doutorado) – Universidad del País Vasco. Espanha, 2016.

SANTANA, Bianca. Mulheres negras e as incertezas do trabalho: um convite ancestral ao bem viver. In: SEMINÁRIO FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA, 2017, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: FESP, 2017.

SANTOS, Alessandro de Oliveira. Superar o racismo e promover a saúde da população negra: desafios para o trabalho de prevenção ao HIV/Aids no Brasil. In: PAIVA, Vera; AYRES, José Ricardo; BUCHALLA, Cassia Maria (orgs.). **Vulnerabilidade e direitos humanos: prevenção e promoção da saúde [Coletânea]**. Livro 1: Da doença à cidadania. Curitiba: Juruá, 2012.

_____; MALACHIAS, Antônio Carlos; BRITO, Antônio José Rollas de, et al. **Experiências de implementação do quesito cor**. In: SILVA JÚNIOR, Hédio; BENTO, Maria Aparecida Silva; SILVA, Mário Rogério (orgs.). Políticas públicas de promoção da igualdade racial. São Paulo: CEERT, 2010.

_____. Relações históricas da psicologia com o racismo: a produção de conhecimento, a prática e a formação. **Aqui estamos**. São Paulo: Articulação Nacional de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadoras(es) das Relações Raciais (ANPSINEP), 2011.

SANTOS, Andreia Beatriz. Falo com minha irmã: mulheres negras, amor, resistência e sobrevivência. **Afro-Paradise**. Estados Unidos, 26 Mar. 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. Racismo institucional: uma análise a partir da perspectiva dos estudos pós-coloniais e da ética. **Ensaio Filosóficos**, v. 11, jul. 2015a.

SCHUMACHER, Schuma; VITAL BRASIL, Érico. **Mulheres negras do Brasil**. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2007.

SEFFNER, Fernando; PAIVA, Vera; PUPO, Lígia Rivero. Educação em saúde e emancipação: explorando possibilidades da prevenção no quadro dos direitos humanos. In: PAIVA, Vera; PUPO, Lígia Rivero; SEFFNER, Fernando (orgs.). **Vulnerabilidade e direitos humanos: prevenção e promoção da saúde e promoção da saúde** [Coletânea]. Livro 3: Pluralidade de vozes e inovação de práticas. Curitiba: Juruá, 2012.

SILVA, Maria Lúcia da. A Construção da cumplicidade: grupos de auto-ajuda e oficinas de saúde. In: SILVA, Nilza Iraci. **Cadernos Geledés - Mulher negra & saúde**. São Paulo: Geledés - Instituto da Mulher Negra, 1991.

SMITH, Christen A. **Afro-Paradise: Blackness, violence and performance in Brazil**. Urbana; Chicago; Springfield: University of Illinois Press, 2015.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. 2 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

SUE, Derald W.; SUE, David. **Counseling the culturally diverse: theory and practice**. 6th ed. New Jersey: John and Sons Inc., 2013.

TATUM, Beverly D. **"Why all the Black kids sitting together in the cafeteria?" and other conversations about race**. Rev. Ed. New York: Basic Books, 1997.

TETI, Michelle; Martin, Ashley E.; RANADE, Richa; MASSIE, Jenne; MALEBRANCHE, David J.; TSCHANN, Jeanne; BOWLEG, Lisa. "I'm a Keep Rising. I'm a Keep Going Forward, Regardless": Exploring Black Men's Resilience Amid Sociostructural Challenges and Stressors. **Qualitative Health Research**, Abril, 22: 524-533, 2012.

THE COMBAHEE RIVER COLLECTIVE. A Black Feminist Statement. In: HULL, Akasha (Gloria T.); BELL-SCOTT Patricia; SMITH, Barbara. **All the women are white, all the blacks are men, but some of us are brave: black women's studies**. 2nd ed. New York: The Feminist Press, 2015.

THEODORO, Mario (Org.). **As Políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília: Ipea, 2008.

UNGAR, Molly. Nurturing hidden resilience in at-risk youth in different cultures. **Journal of the Canadian Academy of Children and Adolescence Psychiatry**. 15(2), 53-58, 2006.

_____. Resilience across cultures. **British Journal of Social Work**. 38, 218-235, 2008.

VENTURI, Gustavo. Misoginia, homofobia, racismo e “gerontofobia”: contribuições de análises da opinião pública para a prevenção. In: PAIVA, Vera; AYRES, José Ricardo; BUCHALLA, Cassia Maria (orgs.). **Vulnerabilidade e direitos humanos: prevenção e promoção da saúde** [Coletânea]. Livro 1: Da doença à cidadania. Curitiba: Juruá, 2012.

WERNECK, Jurema. (org.) **Políticas públicas para negras e negros**. Criola, Fundação Heinrich Boll, 2010.

_____. **O Livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe**. 2 ed. Rio de Janeiro: Pallas / Criola, 2006.

_____; IRACI, Nilza; CRUZ, Simone. **Marcha das mulheres negras**. Fundação Ford, 2015.

ZERBINI, Clélia R. S. Prestes. **Identidade Negra**. Contato (CRP/8a Região), v. 141, p. 8 - 10, 2007.

Apêndice A - Roteiro de coleta semiestruturada

Neste estudo, estamos convidando psicólogas e psicólogos, integrantes de práticas tradicionais das comunidades negras e integrantes de movimentos sociais (movimento negro ou de mulheres negras).

Vamos começar falando um pouco de você. Fale por favor de um dia comum na sua vida, como [psicóloga(o) / integrante de prática tradicional das comunidades negras / integrante de movimento social].

Retomando o que falamos no momento da leitura do termo de consentimento, o objetivo desta pesquisa é registrar, analisar e sistematizar estratégias voltadas a mulheres negras, que fortaleçam processos de superação de grandes adversidades, os quais são nomeados pela literatura científica sobre o tema como resiliência, ou processos semelhantes, como superação, transcendência, agência, empoderamento, autonomia, emancipação, entre outros termos.

As entrevistas incluem pessoas que, como você, tenham experiência com estratégias de potencialização de resiliência ou processos com alguma semelhança. Interessam, por exemplo, atividades que aumentem a probabilidade de as pessoas transcenderem grandes obstáculos, superarem dificuldades extremas, alcancarem autonomia, desenvolverem fortalecimento para enfrentamentos necessários, atingirem emancipação, entre outros benefícios, e que tiveram como público-alvo mulheres negras.

Faça por favor um resumo de sua experiência com esse tipo de estratégias.

Pensando nas ações e estratégias que lembrou, diga, por favor, onde elas ocorreram?

Quais os perfis das pessoas participantes?

Que outras informações quer relatar sobre as ações e estratégias? Agora faremos um registro mais detalhado. Escolha duas experiências; a mais produtiva e a menos produtiva. Vamos à primeira.

Que cena ou cenas lhe vêm à cabeça?

Onde ocorreu?

Quanto tempo durou?

Quem organizou?

Quem conduziu o grupo?

Quantas pessoas participaram? Qual o perfil delas?

Quais foram as técnicas aplicadas?

Quais foram os instrumentos e métodos?

Faça por favor um relato do que foi acontecendo desde o início até o final da atividade.

Quais os recursos utilizados? Recursos humanos, financeiros, administrativos, materiais, entre outros.

Cite os resultados esperados.

Relate, por favor, quais foram os resultados alcançados.

Havia previsão de desdobramentos? Houve desdobramentos?

Quais os pontos fracos dessa(s) estratégia(s)?

Quais os pontos fortes dessa(s) estratégia(s)?

Que avaliações vieram de outras pessoas?

Quais melhorias seriam interessantes?

Saberia explicar os embasamentos teóricos, técnicos, filosóficos e/ou políticos?

Além do que foi perguntado, que outros pontos quer comentar?

Apêndice B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado(a) a participar em uma pesquisa, como colaborador(a), caso seja de sua livre e espontânea vontade. Após ser informado(a) sobre os pontos a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine, ao final, este documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra ficará com a pesquisadora.

O objetivo desta pesquisa é registrar, analisar e sistematizar estratégias voltadas a mulheres negras, que fortaleçam processos de superação de grandes adversidades, os quais são nomeados pela literatura científica sobre o tema como resiliência, ou processos semelhantes, como superação, transcendência, agência, empoderamento, autonomia, emancipação, entre outros termos. A pesquisa passa por uma busca de informações sobre tipos de atividades parecidas desenvolvidas, com levantamento e análise de trabalhos publicados em meios científicos, além de entrevistas com pessoas que, como você, tenham experiência com estratégias de potencialização de resiliência ou processos com alguma semelhança. Interessam, por exemplo, atividades que aumentem a probabilidade de as pessoas transcenderem grandes obstáculos, superarem dificuldades extremas, alcancem autonomia, desenvolverem fortalecimento para enfrentamentos necessários, atinjam emancipação, entre outros benefícios, e que tiveram como público-alvo mulheres negras. Após a coleta dos conteúdos, eles serão analisados e sistematizados. Esta pesquisa é realizada com orientação da Prof.^a Dr.^a Vera Paiva, e realizada pela pesquisadora Clélia Prestes.

Você / O(A) senhor(a) foi escolhida(o) por ter experiência com esse tipo de estratégia. Sua colaboração será participando da etapa das entrevistas, cada uma com duração prevista de cerca de uma hora. A previsão é de que uma ou duas entrevistas sejam suficientes para reunir as informações necessárias; caso não sejam, outras poderão ser agendadas, dependendo de sua disponibilidade. Elas serão registradas com gravador de áudio, e, de acordo com sua preferência,

() sem identificação do(a) colaborador(a) ou

() com identificação do(a) colaborador(a).

A gravação ficará arquivada, sob a responsabilidade da pesquisadora, com acesso restrito. Será feita uma conversa para retorno e discussão conjunta dos resultados alcançados.

Depois de finalizada, a pesquisa poderá ser utilizada em eventos ou publicações científicas. A pesquisa não pretende trazer nenhum risco a você, e nem oferece vantagem ou remuneração financeira.

É esperado que sua colaboração possa seguir até o final, mas você tem liberdade para encerrar sua participação a qualquer momento.

Durante as entrevistas, os conteúdos serão sobre sua experiência em atividades como as explicadas acima. Será tomado o cuidado de não incentivar emoções intensas nem desequilíbrios emocionais. No entanto, caso isso ocorra por conta da entrevista, você poderá entrar em contato com a pesquisadora, mesmo depois de encerrados os encontros, e esta fará encaminhamento para um serviço de psicologia, para atendimento psicológico, no Instituto de Psicologia da USP ou em outras instituições.

Em caso de dúvida sobre a pesquisa, entre em contato com a pesquisadora, Clélia Prestes, pelo e-mail cleli@usp.br ou pelo telefone (11) 96116-5920.

Em caso de dúvida em relação aos aspectos éticos, é possível entrar em contato diretamente com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (Instituto de Psicologia - USP), na Av. Professor Mello Moraes, 1721, Bloco G, 2º andar, sala 27, Cidade Universitária, São Paulo, pelo e-mail: ceph.ip@usp.br, ou pelo telefone (11) 3091-4182.

Declaro que li e entendi os objetivos e detalhes e aceito participar deste estudo. As dúvidas foram esclarecidas pela pesquisadora responsável. Estou ciente de que a participação é voluntária, e que, a qualquer momento tenho o direito de obter outros esclarecimentos sobre a pesquisa e de retirar-me da mesma, sem qualquer penalidade ou prejuízo.

Nome do(a) colaborador(a):

Local e data

Assinatura

Declaro que expliquei ao(à) participante da pesquisa os procedimentos a serem realizados neste estudo, seus eventuais desconfortos, possibilidades de retirar-se da mesma sem qualquer penalidade ou prejuízo, assim como esclareci as dúvidas apresentadas.

Local e data

Clélia Prestes
Pesquisadora responsável

Orientadora:
Prof.^a Dr.^a Vera Silvia Facciolla Paiva
veroca@usp.br
Departamento de Psicologia Social e do Trabalho - Instituto de Psicologia
Universidade de São Paulo (USP)
Av. Professor Mello Moraes, 1721, Bloco A – CEP 05508-030 – São Paulo -SP
Tel: (11) 3091-4004 / 3091-4184 – Fax: (11) 3091-4460
E-mail: ccpsicologiasocial@usp.br

Apêndice C - Registros da revisão sistemática de escopo

Bases de Dados	Data e horário	Encontrados	Importados	Observações
Total:		0	0	

(Continua)

Apêndice D - Resumos e palavras-chave dos artigos

Artigo	Resumo
<p>1 Andrews e cols.</p>	<p>The purpose of this study was to test the effectiveness of a multicomponent smoking cessation intervention in African American women residing in public housing. The intervention consisted of: (a) nurse led behavioral/empowerment counseling; (b) nicotine replacement therapy; and, (c) community health workers to enhance smoking self-efficacy, social support, and spiritual well-being. The results showed a 6-month continuous smoking abstinence of 27.5% and 5.7% in the intervention and comparison groups. Changes in social support and smoking self-efficacy over time predicted smoking abstinence, and self-efficacy mediated 6-month smoking abstinence outcomes. Spiritual well-being did not predict or mediate smoking abstinence outcomes. These findings support the use of a nurse/community health worker model to deliver culturally tailored behavioral interventions with marginalized communities.</p>
<p>2 Bair</p>	<p>Using social education as a theoretical framework, this article examines the educational theories of Nannie Helen Burroughs (1883-1961), founder of the National Training School for Women and Girls in 1909, and discusses the social studies curriculum at her school. Burroughs's papers reveal her efforts to build a curriculum that blended practical, employable skills with an emphasis on racial pride, empowerment, and Christian service. An early and vigorous proponent of Black history in social studies curriculum, Burroughs encouraged her students to use their historical understanding as a tool to address contemporary problems in the Black community. She expected graduates of her school to be active citizens, and she stressed community service, current events, public speaking, and leadership within school clubs as practice for citizenship.</p>

(Continua)

(Continuação)

Artigo	Resumo
<p>3 Barlow</p>	<p>The resistance and reinforcement of structures of gender and race are central to a discussion on identity politics and intersectionality in mental health services research. The goal of the Saving Our Sisters' (SOS) digital archive project (www.savingoursistersproject.com) is to have a space where Black women can find healing in others' moments of clarity about self-love, self-care, mental health, and well-being. Inspired by bell hooks's discourse on the gaze and rooted in community psychological research with a Womanist approach, the S.O.S. Project builds upon intrinsic motivation as applied to the mental health and well-being for Black women. The impact of the S.O.S. digital archive project has implications for both public health and mental health policy and practice, but most importantly for Black women. By focusing on community members' perceptions of mental health and well-being, Black women begin to strengthen relational and shared experiences and promote agentic health behaviors as an act of social justice. Additionally, this essay includes a lesson plan outline that provides outcomes, strategies, and assessments for teachers to design a lesson plan that will teach their students how to write personal narratives and transform them into digital technologies for social engagement, innovation, and intervention. The goal of the lesson plan is to allow teachers to engage deeply with the essay and to then determine and develop the best strategies for helping their students enter into and fully engage with the topic.</p>
<p>4 Cooper cols.</p>	<p>Research suggests that over 80% of U.S. adult African American (AA) women are at risk for hypertension, cardiovascular disease, and diabetes. In 2011–2012, 56.6% of non-Hispanic Black women were obese (BMI ≥ 30 kg/m²). Project TEACH— Transforming, Empowering, and Affecting Congregation Health was designed to determine the effectiveness of a faith-based, culturally competent, nutrition and exercise program targeting AA women in a church setting. KEY WORDS: African American health, Choose MyPlate, Eat Healthy Be Active, faith community nursing, health promotion, obesity</p>

(Continuação)

Artigo	Resumo
5 DeMarco e cols.	<p>Despite a resilient spirit, the challenges that face low-income, aging Black women living with HIV infection are immense. This article describes a 10- year iterative history of using the Theory of Silencing the Self (TSTS) as an explanatory model that was found to be gender sensitive, culturally relevant, and helpful in guiding a community-based participatory research group of low-income, HIV-infected Black women living in Boston, Massachusetts. The group, called Sistah Powah, used the TSTS to design and implement a structured writing intervention in a women's drop-in center targeting low-income, aging Black women living with HIV infection as a way to give them and others a voice. Key words: Black women, HIV infection, Theory of Silencing the Self</p>
6 Gist	<p>This article examines the ways in which black feminism—as a concept, an applied theory, and a safety net—functions as a critical social theory designed to assist students in understanding the multiple ways that black and brown women are marginalized through institutionalized structures and practices. Drawing heavily upon the work of Patricia Hill Collins, this article defines and explains black feminist critical pedagogy arguing that it is a critical knowledge project that generates knowledge and creates theories that allow for analysis, critique, and evaluation of how black women are situated as social agents in society. Using the pocket diaries of Emilie Frances Davis, a 19th century freeborn woman, as both a teaching tool and a forensic historical investigatory tool, students will examine the ideas of black feminism and actively apply it as a lens to interpret essays, articles, video clips, and music lyrics. The lesson plan is also designed to provide students with foundational exposure and meaning making experiences in black feminist thought as research tool and as a system of thought for reading and interpreting texts and the social world. Additionally, this essay includes a second lesson plan developed by Karsonya Wise Whitehead (the author of <i>Notes from a Colored Girl</i>) that builds upon the author's work to apply a black feminist lens to the work of Emilie Frances Davis.</p>

(Continuação)

Artigo	Resumo
7 González-Prendes	<p>Two experimental conditions, a manualized cognitive-behavioral anger-control treatment incorporating empowerment strategies and a relapse-prevention treatment without the anger-control component, were compared to assess their impact on levels of trait anger and attributional styles of women recovering from alcohol and drug addiction. Participants were predominantly African American, low-socioeconomic-level women living in a residential facility in a major Midwestern city. Although significant changes were found for the anger-control group participants, sample size (anger control $n = 8$, relapse prevention $n = 5$) and participant characteristics call for caution when interpreting the results and limit the generalizability of the intervention. As a preliminary study, the findings are encouraging. Recommendations for future research and implications for social work practice are discussed. Keywords: women; anger; attributional styles; cognitive-behavioral treatment.</p>
8 Nicol	<p>Não tem. O que mais se aproxima de resumo é a introdução do artigo. Segue: Black Women in America is an upper-division elective course for students majoring in African American or women's studies at California State University Fullerton (CSUF). Students can also take the course for general education credit (GEC) to fulfill the disciplinary learning requirement in the social sciences category. I have taught this course at CSUF at least once a year since 2002 and have changed the course readings, lectures, and assignments on a regular basis. In April 2007, however, when American radio personality Don Imus created a national controversy by referring to the Rutgers women's basketball team, whose players were predominantly Black, as a group of "nappy-headed hos," I was provoked to completely overhaul my approach to teaching this course. It was clear that my students did not fully understand the complicated cultural issues raised by Imus's comments. This article describes how I incorporated visual images of Black women in media and culture to help my students challenge narrow, false, and distorted depictions of Black women's daily lives. It further explains my intellectual rationale for the particular course goals, objectives, and pedagogical tools I took up using a three-pronged approach to cultural studies analysis. Finally, this article showcases some of my students' work, which demonstrates how students can use their analytical skills to promote Black women's agency.</p>

(Continuação)

Artigo	Resumo
9 Oliveira e cols.	<p>In this study, we investigated the effects of racial discrimination on the identity and subjectivity patterns of black women assisted through the SOS Racism Program in Porto Alegre/RS. The research was based on a discussion group whose objective was to listen to the women's narratives of racial discrimination and agency other identity references. The theoretical and methodological support used to analyze the information was the discursive practice. This practice refers to the way by which people produce meaning in social interactions, like experiences of racial violence. The interpretative repertoires used by the women in the group dialogues were about racial discrimination and racism and pointed to the construction of resistance strategies. We believe that this intervention produces political effects of reflection and change, in the way that the group worked out new meanings for the violence suffered, changing from a personal narrative to a public denounce. Keywords: discursive practices; black women; racial discrimination; identities and subjectivity; strategies of resistance.</p>
10 Sheppard e cols.	<p>Previous reports suggest that Black breast cancer patients receive less patient-centered cancer care than their White counterparts. Interventions to improve patient-centered care (PCC) in Black breast cancer patients are lacking. Seventy-six women with histologically confirmed breast cancer were recruited from the Washington, DC area. After a baseline telephone interview, women received an in-person decision support educational session led by a trained survivor coach. The coach used a culturally appropriate guidebook and decision-making model—TALK Back!© A follow-up assessment assessed participants' acceptability of the intervention and intermediate outcomes. After the intervention, participants reported increased: self-efficacy in communicating with providers (70 %) and self-efficacy in making treatment decisions (70 %). Compared to baseline scores, post-intervention communication with providers significantly increased ($p=.000$). This is the first outcome report of an intervention to facilitate PCC in Black breast cancer patients. Testing this intervention using RCTs or similar designs will be important next steps. Keywords African-American . Black . Adjuvant therapy . Decision support</p>

(Continuação)

Artigo

Resumo

11
Wechsberg
e cols.

Background: South Africa has 6.4 million adults over the age of 15 living with HIV. Gender inequality issues continue to drive the HIV epidemic in South Africa, where Black African women bear the greatest HIV burden. Limited access to services; little capacity to negotiate sex and condom use; and other legal, social, and economic inequities make women highly vulnerable to HIV infection. Behavioral interventions have been shown to decrease risk behaviors, but they have been less successful in reducing HIV incidence. Conversely, biomedical prevention strategies have proven to be successful in reducing HIV incidence, but require behavioral interventions to increase uptake and adherence. Consequently, there is a need for integrated approaches that combine biomedical and behavioral interventions. Effective combination prevention efforts should comprise biomedical, behavioral, and structural programming proven in randomized trials that focuses on the driving forces and key populations at higher risk of HIV infection and transmission. Methods/Design: This prospective, geographically clustered randomized field experiment is enrolling participants into two arms: a control arm that receives standard HIV testing and referral for treatment; and an intervention arm that receives an evidence-based, woman-focused behavioral intervention that emphasizes risk reduction and retention, the Women's Health CoOp. We divided the city of Pretoria into 14 mutually exclusive geographic zones and randomized these zones into either the control arm or the intervention arm. Outreach workers are recruiting drug-using women from each zone. At baseline, eligible participants complete a questionnaire and biological testing for HIV, recent drug use, and pregnancy. Follow-up interviews are completed at 6 and 12 months. Discussion: The biobehavioral intervention in this study merges an efficacious behavioral HIV prevention intervention for women with biomedical prevention through HIV treatment as prevention using a Seek, Test, Treat and Retain strategy. This combination biobehavioral intervention is designed to (1) improve the quality of life and reduce HIV infectiousness among women who are HIV positive, and (2) reduce HIV risk behaviors among women regardless of their HIV status. If efficacious, this intervention could help control the HIV epidemic in South Africa. Trial registration: Trial registration no: NCT01497405. Keywords: Vulnerable women, HIV, South Africa, Combined biobehavioral intervention, Women's Health CoOp, Seek, test, treat and retain paradigm, Cluster-randomized design

(Continuação)

Artigo

Resumo

12
White

This article analyzes an overlooked innovative experience led by black women activists, who participate in urban agriculture as a way of reassessing their cultural roots and reclaiming personal power, freed from the constraints imposed by consumerism and marketing, on the supply of food in the city of Detroit. By farming, they demonstrate agency and self-determination in their efforts to build a sense of community. Using an ecofeminist perspective, this article examines the relationship between women's resistance and the environment. By focusing on women's urban gardening, the article broadens the definition to include less formal, but no less important, forms of resistance. The article is divided into two parts. The first deals with the implementation of the project launched by the members of the Detroit Black Community Food Security Network (DBCFSN). Government statistics and secondary research provide the backdrop to the economic problems in the City of Detroit that triggered the community response. The second part presents women farmers' attempts to transform vacant land to create a community-based food system. These activists construct the farm as a community safe space, which operates as a creative, public outdoor classroom where they nurture activism and challenge the racial and classbased barriers to accessing healthy food. In addition to improving access to healthy food by repurposing vacant land, they are transforming their communities into safe and green spaces.

(Conclusão)

Artigo	Resumo
13 Wissman	<p>In this article, I consider the literacy practices that emerged in an in-school elective course centered in the literacy tradition of African American women. Drawing from spatial perspectives (Leander & Sheehy, 2004), I explore what it means to consider this course an “Other space” (Foucault, 1986), as a space created without the constraints of a mandated curriculum or standardized test pressures and as a space informed by an understanding of the connections among literacies, lived experiences, and identities. Through the presentation and analysis of five vignettes, I consider how the students shaped the course to their own ends and pursued agentic literacy work resonant with the epistemologies in the literacy tradition of African American women. While I situate these contributions and literacy practices within Black feminist and postpositivist realist theories of identities, I contend their full measure cannot be understood without a look at the physical aspects of the space, the travel of texts into and out of it, and its relational and affective dimensions. I conclude with considerations for pursuing literacy pedagogies attentive to social identities and for creating “Other spaces” within a time of standardization and testing.</p>
14 Zway e col.	<p>The importance of engaging young people on issues of gender and sexuality in research has been widely acknowledged; however, young people of diverse sexualities have largely been excluded from research. Research that has been conducted with lesbian adolescents has mostly focused on risks that they face, for example risks of homophobic victimisation and increased vulnerability to mental health problems. Focusing solely on ‘risk’ makes invisible other dimensions of young people’s lives that may be deemed pleasurable and empowering. In this article we present preliminary findings from a participatory photovoice project with young black lesbian and bisexual women in the Western Cape. The project involved the development of photostories, and the collection of interview and focus group data with 14 young women between the ages of 13 and 17 years who identify as lesbian and bisexual. The young women’s stories and narratives illustrate their ‘speaking back’ to dominant representations of the lives of black lesbian and bisexual women in South Africa. We also discuss the implications of this research, focusing on how photovoice methodology can be used as an empowering method to engage young people who may be stigmatised or marginalised. lesbian, photovoice, adolescent, gender, sexuality.</p>